Nota Explicativa

Esta tese foi digitalizada a partir dos exemplares disponíveis na Biblioteca Florestan Fernandes e/ou no Centro de Apoio à Pesquisa em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Nenhum dos exemplares possui a página 236.

Tradição e Inovação no Pensamento Geográfico

– reflexões e aplicações –

Nilson Cortez Crocia de Barros

***Tese* que submete à**
Faculdade de Filosofia, Letras e C. Humanas da
Universidade de São Paulo (USP)
visando obtenção do título de
***Livre Docente* no Departamento de Geografia**

São Paulo, 26 de Março de 2004

ERRATA

1) Sumário: no índice de itens do capítulo 4, acrescentar uma ?, após Geografia: ...Geografia?
2) p.VII, Lista de Figuras, Figura 24, onde se lê *resuduais*, leia-se residuais.
3) p.VII, após Lista de Quadros, incluir (inclui quadros descritivos e tabelas estatísticas).
4)p.31, linha 7, onde se lê *Figura 5*, leia-se Figura 4.
5) p.51, onde se lê *Figura 9*, leia-se Figuras 3 e 5.
6)p.74, onde se lê *Quadro 2*, leia-se Quadro 2, pág.225.
7)p.81,linha 4, onde se lê *teoréticas*, leia-se teóricas.
8) p.84, nota de rodapé n.9, linha 4, onde se lê *and*, leia-se e.
9)p.90, linha 23, onde se lê *Uma terra*, leia-se Mas uma terra...
10)p.193, nota de rodapé n.18, última linha, onde se lê *veloho*, leia-se velho.
11)p.206, Figura 6, onde se lê *South.....East Área (savanah)*, leia-se Área .....(savana)

Tradição e Inovação no
Pensamento Geográfico
– reflexões e aplicações –

Nilson Cortez Crocia de Barros

Tese que submete à
Faculdade de Filosofia, Letras e C. Humanas da
Universidade de São Paulo (USP)
visando obtenção do título de
Livre Docente no Departamento de Geografia
São Paulo, 26 de Março de 2004

Agradeço a todos aqueles que, manifesta ou reservadamente, e em diferentes lugares, cooperaram para a realização deste trabalho; estas pessoas são muitas, e sem elas este trabalho certamente não teria sido concluído.

Sumário

Introdução p. IX

Capítulo 1
O que é a Geografia Geral p.1
Uma distinção: o geral e o regional p.1
O domínio das tendências gerais p.4
O geral ou teórico, e o corográfico p.7
Ciência, profecia e secularização p.13

Capítulo 2
Exemplificando a Geografia Geral p.17
Natureza como explicação p.17
Generalizações e povoamento p.20
Princípios e generalizações p.23
Generalização e observação p.23

Capítulo 3
Idéias gerais e realidades empíricas e regionais p.27
A natureza das idéias gerais p.27
A teoria, os fatos e o diálogo teórico p.30
A generalização na Geografia Geral p.33
O geral e a revisão bibliográfica p.35
A diferenciação na Geografia Geral p.37
A diversidade das idéias gerais e a educação geográfica p.39

Capítulo 4
Pensando geograficamente p.41
Estruturação do pensamento geográfico p.41
Princípios do pensamento geográfico p.42
Ainda para pensar geograficamente p.53
Princípios exclusivos da Geografia p.58

Capítulo 5
O Espaço Geográfico p.61
A superfície terrestre e a vida humana p.61
O espaço geográfico p.65
A elaboração do conceito de espaço p.69
Mapeando o espaço geográfico p.70
O campo e os objetos da Geografia p.72

Capítulo 6
Os espaços relativos e renovações epistemológicas na Geografia p.75
Fraturando o espaço geográfico p.75
Teoria espacial e espaços abstratos p.78
A revolução das perspectivas e os espaços em Geografia p.88
O espaço relativo da percepção p.89

Tecnologia, espaços e plasticidade p.93
O espaço cibernético como espaço de relações ou rede p.95

Capítulo 7
Região e Geografia p. 103
A Região e sua importância na Geografia p.103
A perspectiva ecológica no conceito básico de Região p.106
A identidade da Região p.107
O possibilismo, o meio geográfico e a Região p.109
A noção de gênero de vida p.110
O quadro regional clássico e a Geografia tópica p.111
As Regiões como áreas-tipo p.114
A fragmentação analítica da Região p.116
As cidades e a Região p.118
Da cidade compacta à dispersão p.120

Capítulo 8
Geografia, Cultura e Paisagem p. 127
A ênfase na cultura p. 127
Lugar como encontro e a organicidade da cultura p.129
O ambiente acadêmico: interdisciplinaridade, humanidades e reflexão p.131
A idéia da difusão cultural na Geografia p.134
O conceito básico de Paisagem p.136
A pintura e a dimensão estética da Paisagem p.138
A escrita e a Paisagem p.141

Capítulo 9
O Rejuvenescimento da Região Turística por Expansão Geográfica e Redistribuição Territorial das Funções p.147
Introdução p.147
Objeto, Objetivos e Justificativas p.149
Metodologia e Técnicas p.150
Região, Sustentabilidade e Modelo Cíclico p.151
Análise Temporal ou Cíclica das destinações Turísticas p.154
Resultados p. 159
Conclusões p.168

Capítulo 10
Colonização familiar, tendências de uso da terra e transição das paisagens na Amazônia Roraima p.175
Introdução p.175
As primeiras iniciativas da colonização familiar em Roraima p. 183
Discutindo apreciações sobre a fronteira p.189
Colonização recente e padrões e tend. de distr. geograf. em RR p.195
Morfologia e funcionamento da agricultura familiar p. 197
A seqüência roças-pastos p. 201
O declínio da coleta florestal p.202
A difusão dos pastos plantados p.203
Colonização familiar ou rota para a pecuarização p.209
Conclusões p.212

Conclusões p. 215

Referências bibliográficas p. 229

Anexo p.248

Lista das Figuras:

Figura 01: Frontispício da *Geografia generalis* B. Varenius p.12
Figura 02: Cursos de água e assentamentos humanos (Brunhes) p.20
Figura 03: Representação gráfica do Modelo de Taffee, Morril & Gould... p.20
Figura 04: Repres. gráfica dos dois circuitos da economia urbana (M. Santos) p.31
Figura 05: Modelo de R. Butler p.38
Figura 06: Estuário/mangueasal do Mamanguape, povoado de Camurupim, PB p.46
Figura 07: Freeway e downtown de Los Angeles, USA p.48
Figura 08: Rodovias na Amazônia, Roraima p.48
Figura 09: Espaço Geográfico p.71
Figura 10: Mapa Topológico de parte do Espaço Cibernético de J. Brown p.96
Figura 11: Padrão geográf. dos fluxos da Internet no Espaço Geográfico p.100
Figura 12: Dispersão dos serviços e manufaturas, USA p.122
Figura 13: Centro em declínio em pequena cidade, USA p.122
Figura 14: Desenho de Franz Post, in: Barléus (1647) p.140
Figura 15: Alongamento litorâneo, Estado de São Paulo (Embrapa) p.145
Figura 16: Mapa da região Turística de Pipa p.170
Figura 17: Gráfico das Unidades de Habitação disponíveis na RTP 1990/2002 p.171
Figura 18: Importância das UHs segundo as zonas dentro da RTP 1990/2002 p.172
Figura 19: RTP: cartograma da distribuição geográfica das UHs p.173
Figura 20: Mapa geral de Roraima p.177
Figura 21[a]: Sul/Sudeste florestais de Roraima p.180
Figura 21[b]: RR: imagem de satélite da Perimetral Norte e vicinais p.181
Figura 22: RR: Imagem da cobertura vegetal p.184
Figura 23: RR:A pecuária nos campos do rio Branco, desenho de Percy Lau p.186
Figura 24: RR: frentes ativas vigorosas e resuduais – 1998 p.198
Figura 25: RR: design dos Projetos de Colonização na Perimetral Norte p.200
Figura 26: RR: gráfico da dist. do gado entre ecossist. de floresta e savana p.206
Figura 27: RR: picada da colonização proximidades povoado de Serra Dourada p.208
Figura 28: RR: perfil esquem. do uso da terra de S. Dourada a S.L. do Anauá p.211
Figura 29: RR: reações Waimiris-Atroaris à abertura da frente pineira, 1974 p.213

Lista de Quadros:

Quadro 01: Definição e divisão da Geografia segundo Bernard Varenius p.11.
Quadro 02: Exemplos de Objetos de Pesquisa na Geografia p. 225 .
Quadro 03: Acomodações na Região Turística de Pipa, RN p.160
Quadro 04: Descrição da Região Turística de Pipa, RN p.167
Quadro 05: RR: população residente 1980-2000 e taxa anual de cresc. p. 178
Quadro 06: RR: pop. recenseada 1940-2000 e imp. em % na pop. de RR p.178
Quadro 07: RR: Alterações na distrib. geográfica do rebanho bovino p.205
Quadro 08: RR: Quadro descritivo da sucessão das paisagens na colonização p.207

Introdução

A ***tese central*** do presente trabalho é que a interação entre ***tradição & inovação*** no trabalho geográfico fornecem uma sólida base de meios conceptuais e analíticos para que o geógrafo possa desenvolver autonomia criativa e espírito de iniciativa no seu campo de saber. Em consonância com esta idéia, acredito ter oferecido aqui uma visão pluralística da disciplina com o objetivo de construir uma imagem da mesma como um *continuum* não linear entre ambos os pólos.

Para atingir este objetivo aprecio inicial e seqüencialmente seis temas da Geografia: o seu impulso geral ou teórico; a funcionalidade de princípios da razão geográfica; a natureza do Espaço Geográfico; a importância dos espaços relativos em Geografia; o discurso regional na Geografia; e, por fim, as interações entre Cultura, Geografia e Paisagem. Este material compõe o conjunto dos Capítulos 1 a 8. Enfatizo as coexistências e procuro explorar significados em episódios na História da Geografia que enriqueceram sua estrutura. Concedo particular importância ao esforço das *generalizações* na disciplina, mas não quero com isto minimizar o papel do *circunstancial* e do *imponderável* na construção das *interpretações geográficas*, isto é, desprezar as dimensões *próprias* (idiográficas) das coisas. Pessoalmente estou convencido de que se conseguirmos um bom *entendimento* das realidades geográficas que estivermos estudando – isto é, da complexidade das situações – produziremos um bom trabalho em Geografia.

Subjacente a este trabalho está a proposta de que o *pensamento geográfico* suporta-se numa *visão de mundo* que, não

obstante compartilhando certas idéias comuns estruturadoras e ramificadas culturalmente, nela o Indivíduo participa ativamente com a sua subjetividade e sua experiência, e portanto é irredutível à uma série determinada de tipos normatizados de mentalidade geográfica. Trata-se, creio, de uma *visão de mundo* atenta às diferentes experiências do homem ao mudar a face do planeta, em lugares diversos, e em mudando esta face, ser ele mesmo afetado por estas mudanças, ainda que se esteja enfocando apenas uma determinada fração do planeta.

Entendo que o *campo* da Geografia é a superfície da Terra, e como *princípio doutrinário* penso que seu *objeto geral* é o entendimento das relações entre o Homem e os Assentamentos Humanos, cuja composição inclui natureza e cultura, assim como o próprio homem. Penso ainda, e argumento no presente trabalho, que os objetos operacionais de pesquisa – que, afinal, vão ajudar naquele entendimento geral – são ilimitados, dada a complexidade do conteúdo do Espaço Geográfico.

Nos oito Capítulos iniciais procuro contextualizar social, cultural e historicamente as propostas teóricas e metodológicas que se foram insurgindo na Geografia. As contextualizações, contudo, não se as imagine como inevitavelmente criando tais ou quais idéias, como se tudo estivesse se preparando, evolutiva e ontologicamente, para a emergência de tal personagem ou idéia. Abordagens historicistas evolucionistas deixaram de responder aos desafios contemporâneos que se revelam melhor mediante as frutíferas tensões entre espaço e lugar, processos e formas, mecanismos essenciais e circunstâncias, indivíduos e estruturas, etc.

Como é de conhecimento já comum, o reconhecimento destas tensões levou naturalmente a releituras da formação da Geografia, mas já não mais mediante *estágios sucessivos de evolução*, bem à moda das ideologias do século 19 e quase todo o século passado, ou mediante as tipologias de 'escolas nacionais', e sim através da identificação das coexistências, hegemonias, re-

emergências, comunalidades e dualidades nos campos temáticos e teóricos. Reafirmo que a nossa preocupação não foi valorizar abordagens pelo ponto no fluxo do tempo (cronológico) em que surgem, mas sim identificar diferentes *estilos* de fazer Geografia numa perspectiva global e que parecem tão persistentes.

Estou convencido do alto valor para a Geografia da atitude teórica por parte do geógrafo, impulsionando-o a metodologicamente *suspender teses e hipóteses*, e, por mais consagradas que sejam, verificá-las se possível, apreciar-lhes os limites e potencialidades diante das realidades empíricas, em suma, mover-se metodologicamente com liberdade e imaginação. Sem dúvida que as circunstâncias e condições institucionais e culturais desempenham papel importante neste caminho, obstacularizando ou facilitando o seu curso.

Os dois Capítulos finais – 9 e 10 – são *estudos tópicos* ancorados em dois *quadros regionais* empíricos (litoral do Nordeste do Brasil e Amazônia setentrional). O tópico e o empírico compõem uma dualidade viva, positiva e persistente no impulso da disciplina (*o sistemático & o regional*), e no caso conduziram a duas propostas de interpretação têmporo-espacial correspondentes a duas situações geográficas. É realmente fato que as experiências no trabalho geográfico propiciadas pelas pesquisas que permitiram suas elaborações exerceram decisiva influência no que está escrito nos Capítulo de 1 a 8; mas, não é menos verdade que o que de alguma forma está escrito nestes Capítulos iniciais acabou também por retornar influenciando as reflexões construtoras dos Capítulos finais.

No Capítulo 9, com o título '*O rejuvenescimento da região turística por expansão geográfica e redistribuição territorial das funções*', exploro o papel exercido pela disponibilidade de espaço – oferta de terras com abundancia de recursos naturais conservados – na performance temporal ou no ciclo da destinação. A aplicação desta teoria à análise das destinações turísticas deve-se a R. Butler (1980) e nossa contribuição é especificamente centrada em

introduzir no modelo esta variável *oferta de espaços*, típica em muitos contextos tropicais sob difusão do turismo e variável da maior importância nas discussões e análises regionais desta função. Este trabalho, na forma em que se encontra neste Capítulo 9, está ainda em processo de revisão editorial visando publicação em periódico de abrangência nacional, apesar de localmente ser conhecido.

No Capítulo 10 – *'Colonização familiar, tendências de uso da terra e transição das paisagens na Amazônia Roraima'* – analiso numa perspectiva seqüencial a experiência da *colonização familiar na zona florestal do Estado de Roraima*, ex-Território Federal até 1988. Ao lado de algumas informações qualitativas mais recentes, re-trabalhei materiais que mantive acumulados ou que foram publicados ao longo dos anos de 1990, quando conduzia pesquisa na temática de *fronteira & povoamento*. O área foco dos estudos foi a *zona de colonização ao longo da rodovia Perimetral Norte*, com ênfase na região da vicinal entre a sede do Município de São Luís do Anauá e o povoado de Serra Dourada, onde se originaram observações circunstanciadas que suportaram as discussões em torno do *habitat* resultante e uma proposta de tipologia temporal da *dinâmica das paisagens*.

Ao final do trabalho, em *anexo*, está o artigo *'Ensaio sobre renovações recentes na Geografia Humana'* na forma pronta para publicação por periódico, *artigo* que na realidade é resultado direto de um cuidadoso re-trabalho do Capítulo 6; no anexo, portanto, o conteúdo do Capítulo 6 encontra-se mais conciso, definido, claro, e comunica certamente melhor nossa apreciação das mudanças na Geografia nos últimos cinqüenta anos.

Capítulo 1

A natureza da Geografia Geral

Uma distinção: o geral e o regional

A Geografia Geral é a organização sistemática da tendência - *"natural"*, segundo Humboldt - da mente humana à generalização acerca dos fatos espaciais observados. No Prefácio que escreveu para sua obra *Cosmos*, Alexander Von Humboldt declara que suas viagens realizadas por partes tão diferentes do

globo, tais como os Andes e as estepes do norte da Ásia, não poderiam deixar de encorajá-lo à generalização (1952, vol. I, Prefácio, p.X).

Peter Kropotkin, o príncipe que se dedicou ao estudo da orografia da Ásia então sob o domínio da Rússia dos czares, no final do século 19, descreve o processo de generalização que o conduziu a rever as principais linhas estruturais do relevo da Ásia, trabalho que acabou sendo publicado pela Sociedade Geográfica Russa, onde Kropotkin foi secretário da secção de geografia física:

> *"Começando, então, pelo começo, de uma forma puramente indutiva, coletei todas as observações barométricas de viajantes anteriores... marquei sobre um mapa de escala grande todas as observações que haviam sido feitas por diferentes viajantes – os fatos, não as hipóteses; e tentei desvendar que linhas estruturais corresponderiam melhor às realidades observadas. Despendi mais de dois anos nesta preparação"* (Kropotkin, 1975, pp. 159/160).

Após este longo período, narra Kropotkin, vieram meses de intensa reflexão na tentativa de encontrar um significado dentro do *"caos selvagem das observações feitas aqui e ali"* (Kropotkin, 1975, pp. 159/160) . Até que um dia...:

> *"...subitamente, o todo se tornou claro e compreensível ... Não são muitas as alegrias na vida de um homem comparáveis àquela proporcionada pela eclosão de uma generalização...Aquele que uma vez ao longo da*

sua vida experimentou esta alegria da criação científica nunca irá esquecê-la; sonhará por ela novamente..." (Kropotkin, 1975, pp.159/160).

Como é do conhecimento comum, a Geografia se desdobra de muitas formas, resultando disto denominações que revelam dualidades e fragmentações analíticas dentro da disciplina. Assim, a Geografia aplicada se diferenciaria da Geografia básica e reflexiva, dizem alguns. A Geografia Física seria contraponto à Geografia Humana, afirmam outros. Contudo, acreditamos que a cisão mais importante do ponto de vista do progresso da disciplina é a grande divisão entre a Geografia Geral e a Geografia Regional.

Acerca desta grande divisão entre a Geografia Geral e a Regional muitas questões podem, devem e precisam ser formuladas. Qual é a natureza e a fundamentação da existência destes dois domínios na Geografia? Por que as duas dimensões, a Geografia Geral e a Geografia Regional, coexistem? Quais são as razões – de ordem funcional ou utilitária, cognitiva, de ordem genética ou associada à história da disciplina, por exemplo - desta persistente coexistência? Poderíamos desprezar esta diferenciação sem que isto resulte em prejuízos para a formação do professor de Geografia e do geógrafo?

É clara a resposta a esta última indagação: não! Dedicar atenção à natureza desta dualidade dentro da Geografia evitará severas dificuldades no progresso posterior do estudante. No domínio da combinação entre a Geografia Geral e a Geografia Regional apóia-se a história da Geografia – sua tradição e sua mais atual contemporaneidade –, história que sem dúvida é uma experiência fascinante e onde não faltaram aventuras e desventuras, modéstias e ambições, inesgotável curiosidade empírica, esforços inenarráveis, ousadias teóricas, heroísmos, lendas e algumas verdadeiras cruzadas epistemológicas.

A Geografia apresenta forte direção para o concreto. Porém, esta sua propensão empírica e para o descritivo não significa, de forma alguma, que a disciplina não tenha orientação para o geral, para as teorizações e modelos. Na verdade, é através do persistente diálogo e exploração das formulações teóricas – estas associadas às observações, comparações e generalizações – que se realiza o enriquecimento da Geografia como disciplina científica.

O domínio das tendências gerais.

Por um lado, a Geografia apresenta uma dimensão empírica, uma dimensão dos fatos, quer sejam estes fatos de substância ou

materiais, ou fatos de representações ou ideais. Por outro lado, a Geografia possui as suas idéias gerais, seus princípios, suas teorias, ou mais simplesmente afirmações generalizantes referentes às dimensões espaciais daqueles fatos. O que define se estamos nos domínios da Geografia Geral ou da Geografia Regional não é a presença ou não de fatos, deve-se dizer.

A Geografia é – e por definição - uma ciência empírica, dos fatos; mas somente é ciência por que é capaz de generalizar a partir da observação destes fatos. Também não é a presença ou não de idéias gerais, de teorias e modelos que define o domínio no qual estamos imersos, se o Geral ou o Regional, uma vez que a Geografia no seu conjunto é uma ciência, o que também por definição a faz envolver idéias gerais quando estuda a dimensão regional.

O que define a diferenciação é a escala central de representação dos fatos na superfície da Terra – a Geografia Geral não parte constrangida em recorte territorial -, o grau de abstração empregado – a Geografia Regional é mais descritiva -, e o método que conduz o pensamento na organização do material e na reflexão sobre este mesmo material – setorial ou temático na Geografia Geral -, como veremos nos muitos exemplos que serão apresentados mais adiante.

Tal como tradicionalmente tem procedido parte considerável dos geógrafos, pode-se empregar para as 'idéias gerais' também o termo 'afirmação de tendências', em muitos campos da Geografia. A razão para isto é que, por mais recorrentes ou regulares que possam parecer certos eventos e padrões geográficos e por mais convincentes que aparentem ser os modelos e as teorias construídas sobre estes eventos e padrões, as afirmações que se podem construir sobre estes eventos e padrões não são afirmações inexoráveis, não são algo semelhante a leis naturais, ou espelhos da realidade.

As afirmações teóricas em Geografia humana expressam mais justamente 'tendências', conforme sentencia W. Christaller na *Introdução* à memorável obra sobre a teoria das localidades centrais (1966, p.3). É claro que entender estas idéias gerais - ora como afirmações da existência de tendências espaciais, ora diversamente como leis de natureza espacial - continua a ser de alguma forma uma questão plenamente aberta à discussão, não obstante os notáveis esforços anti-deterministas no campo da epistemologia da Geografia.

A Geografia Geral se define por oferecer aos trabalhos e aos estudos em Geografia as afirmações de ordem geral ou os 'fundamentos' dos fenômenos geográficos, e este conhecimento global é utilizado em retorno para o estudo de

diversas áreas específicas, como um país ou uma região. As origens desta distinção entre Geografia Geral e Regional podem ser buscadas remotamente em Ptolomeu, na Antiguidade Grega (Bunbury, 1959); ela será re-atualizada desaguando na obra de Varenius.

Esta articulação ou relação dentro da Geografia - articulação entre os princípios gerais (Geografia Geral) e as descrições especiais ou de lugares particulares (Geografia Regional) - constituiria, segundo a leitura que P. Vidal de La Blache faz da obra de Varenius (*Geografia Geral*), *"a unidade íntima da Geografia"* (La Blache, 1896, p.134, cit. por Hartshorne, 1978: 116), o apoio central para o projeto científico da disciplina no mundo moderno.

O Geral ou Teórico, e o Corográfico

Muitos trabalhos oriundos do ambiente do Renascimento, anteriores e posteriores ao de Varenius, são referidos em diversos estudos sobre a formação da Geografia Moderna. Estes trabalhos seriam como marcos num fluxo de muitas vias e extraordinariamente oscilante entre as teorizações da filosofia, da teologia, da física, da matemática, da astronomia - generalização, teoria -, por um lado, e a localização e descrição dos lugares na superfície da terra – corografia -, por outro. Estas obras

surgem a partir da retomada renascentista do sistema de Ptolomeu (geocêntrico) e do creacionismo de Aristóteles e deságuam no positivismo naturalista dos séculos 18 e 19.

A *História Natural y Moral de las Índias* (1590), do jesuíta Joseph de Acosta, explora os temas da história natural e da *física* da Terra *"com admirável generalidade"* (Humboldt,1952,vol.1, p.48; Capel, 1999, p.48). Acosta, inclusive, antecipa-se a Humboldt quando generaliza o declínio da temperatura com a elevação da altitude (Butzer, 1992, p.557). Nas obras de Peter Apian[1], *Astronomicum caesareum* e *Cosmographicus líber* (1524), a distinção antes mencionada e identificada já na Antiguidade por Ptolomeu entre a 'geografia' (leis) e a 'corografia' (descrição dos lugares) é evidente (Dickinson, 1969, p.5). A 'geografia' se concentra no estudo do sol e dos planetas girando em torno da Terra e a Terra neste sistema, enquanto a 'corografia' orienta-se para a descrição da Terra.

A *Cosmographia universalis* (1544) de Sebastian Münster[2] é outra obra que serve de exemplo. Caracteristicamente corográfica, Dickinson observa que *"matemática e geografia física ('geografia') estavam praticamente excluídas"* (Dickinson, 1969, p.6) do trabalho. A obra se constituía de comentários sobre a ação erosiva dos rios sobre

---

[1] Astrônomo e cartógrafo nascido no ano de 1495 na Saxônia.
[2] Cartógrafo que estudou em Heidelberg e Viena, nascido em 1489.

a crosta do planeta, terremotos, mineração e rochas, fatos da vida humana e política da Alemanha, terminando com descrições baseadas em observações realizadas por viajantes sobre a Ásia, a África e a América. O trabalho de Münster desfrutou de larga importância e influência até a segunda metade do século 17, sendo sucedida em importância pela obra de Varenius (Dickinson, 1969, p.6)[3].

Em 1611, Bartholomäus Keckermann (1572-1609), teólogo e pastor reformista, astrônomo e matemático, publica *Systema Geographicum.* A obra expressa atitudes diante do mundo derivadas da Reforma. Para os *"geógrafos da Reforma"*, nas palavras de Livingstone,

> *"uma vez que Deus revelou a si próprio através da natureza tanto quanto revelou-se mediante as escrituras, então o mundo natural poderia ser investigado independentemente de uma revelação especial"* (1992, p.84).

O caminho da construção das explicações baseadas na 'observação' nunca estivera tão promissor. Em seu *Systema Geographicum,* Keckermann propõe pioneiramente a terminologia – apesar de em substância

---

[3] Entre outros trabalhos que antecedem à *Geographia Generalis* de Varenius, menciona-se o de Cluverius (1580-1622). Cluverius tinha uma formação em clássicos e história e na sua *Introductio in Universam Geographiam* (1624, publicação póstuma) é manifesta a *"tradicional distinção entre geografia e corografia"* (Dickinson, 1969, p.9), sendo o conjunto da sua obra essencialmente corográfico. Em seis volumes, apenas um é dedicado à *"Terra em geral"*, na perspectiva geocêntrica (Ptolomeu) e sem nenhuma inovação no campo matemático e astronômico (geografia geral); os demais volumes contêm descrições dos aspectos humanos e históricos dos países (Dickinson, 1969, p.9).

preservar-se a distinção de Ptolomeu entre 'geografia' e 'corografia' - que vai influenciar Varenius. Trata-se da divisão entre a 'geographica generalis', tratando da geografia astronômica e física em escala global, por um lado, e a 'geographica specialis' tratando da parte natural e humana das regiões particulares. Em outras palavras, os 'trabalhos gerais' (as leis astronômico-matemáticas do governo geral de Deus sobre o mundo) e os 'trabalhos especiais' (dimensão soteriológica, espaço da teologia) da 'providência' (Livingstone, 1992, p.85).

Geographia Generalis (1650) de Bernard Varenius[4], obra-referência para o início da Geografia Moderna era, segundo David Livingstone, *"tipicamente astronômica e matemática em impulso"* (Livingstone, 1992, p. 86), uma abordagem que William D. Pattison identificaria como no fluxo da tradição geográfica das *"ciências da terra"* (Pattison, 1964, p. 215). Segundo Humboldt, no trabalho de B. Varenius a porção celeste dos estudos geográficos foi submetida à porção terrestre (Humboldt, volume 1, p.48-49),

---

[4] Varenius (1622-1650) nasceu na Alemanha (Humboldt, 1952, vol.1, Introduction, p.49; Dickinson, 1969, p.7), tendo estudado filosofia, matemática e física. Abandona os estudos de medicina, na Universidade de Köningsberg, e se desloca para Amsterdã onde começou a publicar. Sua fuga para Amsterdã, segundo ele próprio, deu-se para escapar da destruição da guerra na Alemanha, provavelmente a 'guerra dos trinta anos' (Humboldt, 1952, vol.1, Introduc., p.49). Em 1649, um ano antes da edição da *Geographia Generalis* e da sua morte, publicou como resultado de compilações dois trabalhos do tipo 'geografia especial' ou 'particular' ou 'regional' sobre a terra, a história e a religião no Japão (Dickinson, 1969, p.9).

estas porções se distinguindo, e mais importante que tudo, sendo postas causalmente em relação.

Quadro 1: Definição e Divisão da Geografia em *Geografia Geral* e *Geografia Especial* e subdivisões, segundo Bernard Varenius em *Geographia* Generalis, 1650

1. Geografia Geral ou Universal. *Definição*: considera o conjunto terrestre em geral, e expõe suas propriedades sem referência a países em particular; *Subdivisão:* 1.1, 1.2 e 1.3	**2. Geografia Especial ou Particular. *Definição:* descreve a constituição e situação dos países em particular; se estuda países de extensão considerável chama-se Corografia, e se estuda uma pequena extensão, Topografia. *Subdivisão:* 2.1, 2.2**
***1.1.Relativa ou planetária:* estudo das relações do planeta Terra com o Sol e a Lua (sistema solar e movimento), na medida em que é em relação a este sistema celestial que as latitudes, longitudes, zonas climáticas, marés, etc, se definem.**	***2.1. Propriedades da Terra:* descrição do observado na superfície ("face") de cada país; aspectos como localização, forma, tamanho, topografia, hidrografia, vegetação, solos, longitude, etc.**
***1.2. Absoluta ou terrestre:* estudo da superfície do planeta referenciado a zonas diferentes desta superfície.**	***2.2. Propriedades Humanas:* refere-se ao estudo dos habitantes do lugar, mediante características como estatura, cor, alimentação, atividades econômicas, virtudes e vícios, escolas, casamentos, governo, religião, cidades, história, pessoas famosas, invenções, etc.**
***1.3.Comparativa:* examina as propriedades ou características de partes diferentes da superfície do planeta, e desenvolve explicações a partir destas comparações.**	**.....**

Baseado em: Humboldt (1952), Dickinson (1969) e Varenius (1664).

Geographia Generalis (Figura 1, edição de 1664) tornou-se então obra-marco ou referência

para o início da formação da Geografia Moderna, uma vez que conscientemente foi o *"primeiro trabalho que tentou combinar a geografia geral, matemática e física, com a corografia"* (Dickson,1969,p.6).

Figura 1: Frontispício da ed. de 1664 da *Geografia Generalis* de B. Varenius
(a partir do exemplar pertencente à Lord Crewe's Charity e depositado na Durham University Library, Reino Unido

O significado central da obra de B. Varenius para a formação da Geografia como ciência é que ele insistia nas relações e interinfluências explicativas ou causais entre os estudos gerais – a chamada Geografia Universal ou Geral, ou das leis –, e os estudos mais descritivos e corográficos (Geografia Especial).

Como o relata R. Dickinson, em sua obra *The Makers of Modern Geography,*

> *"Varenius lamentava que a geografia especial era ensinada com sacrifício da geografia geral, e por causa disto, a geografia com dificuldades mereceria o nome de ciência. Na geografia especial, os aspectos geográficos deveriam ser explicados em termos de leis gerais, de tal maneira que a geografia local pudesse ser entendida"* (Dickinson, 1969, p.9).

Decididamente, a obra de Varenius abria a via de superação ao círculo fechado corográfico da referência regional (*"países em particular"*, Quadro 1), continha a idéia da localização absoluta (espaço geográfico), induzia à modelização dos fenômenos cíclicos como as marés, estações, etc, e propugnava pelo método comparativo no desenvolvimento das explicações (generalizações) (Quadro 1, itens *1, 1.1, 1.2 e 1.3*).

Ciência, profecia e secularização

Não é excessivo afirmar que a obra de Varenius emerge num meio ambiente geográfico, científico, cultural, político e social, o dos séculos 16 e 17, considerado revolucionário. Os céus estavam mudando com Copérnico, o movimento da Reforma desafiava a autoridade teológica com a livre interpretação bíblica pelos crentes como indivíduos, a expansão era sem

precedentes nos horizontes geográficos[5] , e assim por diante. Estava em curso uma *"revolução cognitiva"*, diz Livingstone (1992, p.63).

Todas estas influências – inclusive a tradição gnóstica que atravessara toda a Idade Média, vinda da Antiguidade, com suas seitas e ritos de iniciação e o seu profetismo - se entrançavam neste tecido de idéias e acontecimentos no qual a Geografia Moderna surge. Kepler, por exemplo, era encantado pelo apelo profético da astrologia. Quem edita e usa em suas aulas de Geografia em Cambridge a *Geographia* de Varenius - precisamente pela adoção neste livro do sistema de Copérnico -, que foi Newton, era um alquimista em cujos cadernos de notas lêem-se frases como *"Compreendi o tridente"* (Cohen & Westfall, 2002, p.364)[6], e que *"dedicou muita energia à elucidação do apocalipse dos livros bíblicos (Daniel e Revelações)"* (Livingstone, 1992, p.67).

A fundamentação dos campos de atitudes e práticas diferenciadas entre a Geografia Geral e a Geografia Corográfica ou dos Lugares ou

---

[5] Para Humboldt (1952, vol.1, p.48; vol.2, pp. 451, 449), a estada de B. Varenius na Holanda ofereceu-lhe contactos com os viajantes que acorriam a este centro de negócios cuja área de influência estendia-se ao Brasil, figurado e estudado em várias localidades litorâneas, especialmente no norte, como no Ceará, Rio G. do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, por artistas, cartógrafos e naturalistas trazidos pela Companhia das Índias Ocidentais, como Eckhout, F. Post, G. Marcgraf. O *Atlas de Johan Vigboons* – há exemplar depositado no Inst. Arq. Hist. e Geog. de Pernambuco - é um produto cartográfico deste período, tendo este cartógrafo desenvolvido os mapas, em seu ateliê em Amsterdã, com base nas informações que lhe eram transmitidas pela Comp. Holandesa das Í. Ocidentais (Galindo & Meneses, 2003).

[6] No seu texto "*Das leis e processos óbvios da natureza na vegetação*", I. Newton aprecia a questão natureza/cultura: "*Os minerais....podem, pela Arte,...putrefazer-se....E o produto não é menos natural do que se a natureza o houvesse produzido sozinha. Acaso o filho é artificial porque a mãe tomou remédios, ou é menos natural a árvore plantada num jardim e regada do que a que cresce sozinha no campo*"(reproduzido in: Cohen & Westfall, 2002, p.371).

Regional – distinção assim expressa na epistemologia da Geografia - repousa na natureza cognitiva da mente humana, e é atualizada por ramificações culturais. Ela expressa na sua dimensão 'geral' a esperança humana pelo conhecimento das 'leis necessárias', das 'regularidades', dos modelos imaginados sobre a 'ordem' que governaria o mundo empírico e factual; os 'invisíveis' em outras palavras. Ela nunca foi estranha à imaginação profética que conduziu à astrologia, à numerologia e aos oráculos, assim como aos métodos observacionais do positivismo.

Geografia Geral em sua origem é uma combinação de matemática, astronomia e física mecânica, isto é, parte do que depois se chamaria 'geografia física'. É uma boa hipótese de trabalho, no estudo da epistemologia da Geografia, acreditar que esta é a base para o pensamento naturalista que se propagaria para os domínios da Geografia Humana que emergiria nos séculos 18 e 19. Aquelas idéias formariam o suporte para a 'física social' e o historicismo evolucionista da ciência geográfica da Era Moderna, respectivamente em modelos como o gravitacional que será apresentado adiante, e também para propostas de planejamentos 'científicos' propondo-se a reparar as estruturas e os mecanismos sócio-espaciais, ou mesmo manufaturá-los.

Capítulo 2

Exemplificando a Geografia Geral

Natureza como explicação

Ellen C. Semple, no começo do século XX, baseando-se em variada bibliografia sobre a relação entre as montanhas e os assentamentos humanos na superfície da terra, afirmava:

> *"A importante característica das planícies é o poder que possuem de facilitar cada fase do movimento histórico, enquanto que o poder das montanhas*

estava em retardá-lo, detê-lo, ou derrotá-lo"; e continua: *"o homem, como uma das partes móveis que envolvem a terra, tal como o ar e a água, sente a atração da gravidade"* (Semple, 1911, p.42).

Esta frase de E. Semple representa uma maneira de ver a natureza[1] que Franz Boas - antropólogo influente na formação da Geografia Cultural nos Estados Unidos - chamou de forma 'naturalista' de pensar os fenômenos; a ela se opôs a 'interpretação cultural' da Escola de Berkeley à qual C. Sauer ligou o seu nome. Nas próprias palavras de F. Boas, para o pensamento naturalista,

"cada processo ou cada fenômeno que aparenta ser um conglomerado de irregularidades e incompreensibilidades para o observador... é por sua vez a ligação de uma longa cadeia" (Boas, 1887).

No começo do século 20, a filosofia naturalista do espaço geográfico exerce influência extraordinária e dominante, embora evidentemente nunca exclusiva. Há, na realidade, salvo nos casos mais radicais, uma ambivalência e uma oscilação entre as

[1] P. Kropotkin, em 1885, considerava que as modificações da superfície da Terra estavam submetidas a leis: *"existem estas leis, por mais imperfeitos que sejam os nossos conhecimentos atuais sobre elas"* (Kropotkin, 1996, p.146).

perspectivas do ambientalismo e da história/cultura. De fato, esta permanência e coexistência de filosofias diferentes em relação ao homem e à terra, ao longo da História, é a grande lição oferecida pela obra de Clarence Glacken (1967).

A leitura dos grandes manuais ou obras que ajudaram na formação e disseminação da cultura geográfica nos começos do século XX oferecem exemplos numerosos do pensamento naturalista, um verdadeiro 'espírito da época' e que muito cooperou no desafio geográfico da interpretação dos padrões territoriais dos assentamentos humanos (Figura 2). Tome-se como ilustração um exemplo extraído da então influente *Geografia Humana* de Jean Brunhes, quando ele enuncia que:

> *"a situação, a configuração, a estrutura ou o clima de uma região podem contribuir para explicar o desenvolvimento histórico de um povo ou sua organização social...mesmo para fatos políticos ... é possível descobrir fundamentos naturais objetivos"* (Brunhes, 1962, p.37).

Contudo, na mesma obra, Jean Brunhes combate o fatalismo ambiental e naturalista prevalecente em relação à colonização européia nos trópicos, ao afirmar que pela ação da cultura, a Geografia das doenças no mundo tropical não seria *"estável e imutável"* (Brunhes, 1962, p.425).

Generalizações e povoamento

Vejamos - a título de mais um exemplo do que é a Geografia Geral - um modelo ou formulação que se refere aos padrões da distribuição dos assentamentos humanos.

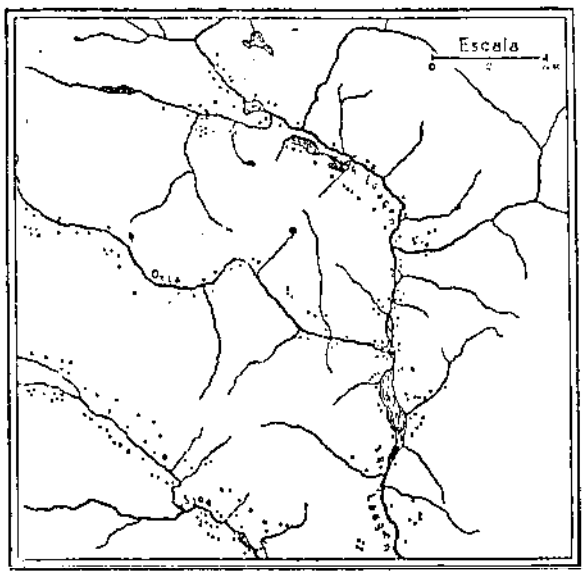


Figura 2: exemplo de controle do padrão territorial de distribuição dos assentamentos populacionais mediante 'fator natural' (cursos de água/água) no sul da Noruega (Magnus, 1898, reprod. em Brunhes, 1962, p.113).

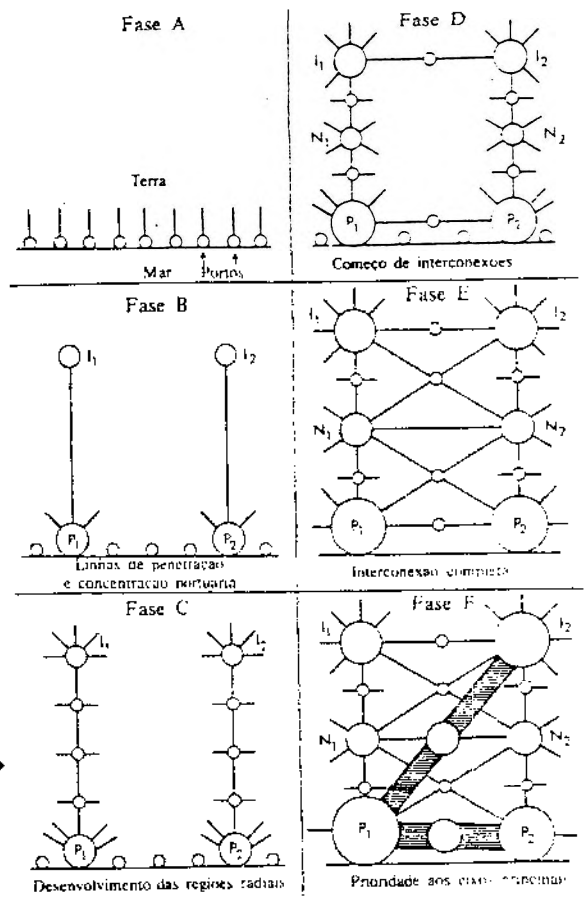


Figura 3: representação gráfica do modelo têmporo-espacial (evolutivo) do padrão territorial do desenvolvimento urbano/regional controlado por variáveis culturais (transportes, etc) (Taaffee, Morril & Gould,1963).

Trata-se do modelo das linhas de penetração do comércio e do povoamento, idéia geral que procura representar ou modelizar a formação dos espaços urbano-regionais submetidos à

circulação econômica e transporte em contexos coloniais (fatores culturais). Ao contrário de apenas a linguagem verbal, este modelo emprega a linguagem geométrica para comunicar a generalização. Por outro lado, o modelo não deixa de envolver um componente 'natural' influenciador, que é o acesso oceânico (localização) influenciando as distribuições das redes de conexões e as evoluções urbano-regionais posteriores (Figura 3).

O modelo proposto por Taaffe, Morril & Gould (1963), de caráter sequencial ou temporal, propõe 'estágios' como tipos (tipologia) na história da configuração urbano-regional. Estes autores, mediante processos mentais envolvendo a observação e a formalização dos fatos selecionados – os assentamentos e as vias de transporte - através do plano, das retas e dos pontos, formularam uma representação teórica sobre as realidades histórico-geográficas africanas e da América Latina.

Segundo o modelo em foco (Figura 3), a seqüência das mudanças no padrão da rede de transporte e povoamento pode ser tipologizada em seis fases ou momentos. Estas fases seriam, sumariamente: o padrão originário (*fase 1*), caracterizada por pequenos portos distribuídos ao longo da costa e sem contacto entre si, e cada qual com pequena penetração

ou alcance de trocas para o interior; em seguida viriam as fases intermediárias, em que alguns destes portos se destacariam e avançariam suas bacias comerciais mais ainda para o interior, onde centros urbanos acabariam sendo também criados.

Nas fases finais, os centros do interior da área se interconectariam, e por fim todos os centros da área estariam ligados entre si. Assim, um novo padrão de assentamentos e circulação, teoricamente, estaria estabelecido (*fase 6*).

Outro exemplo referente ao povoamento e às interações dentro do sistema de povoamento é fornecido pelo modelo gravitacional básico, modelo ou idéia geral que procura estimar o volume das interações entre dois centros levando em conta, como variáveis, a população de cada um dos centros e a distância que os separa (Pearce, 1991, p.56), o que lembra as palavras de Ellen Semple transcritas anteriormente. É, a 'idéia gravitacional', um notável exemplo da Geografia Geral:

Modelo gravitacional básico

$$I = \frac{P1 \cdot P2}{d},$$

onde:

***I* é a *interação* entre os dois lugares;**
***P1* e *P2* as *populações* respectivas dos lugares;**
e *d* é a *distância* entre estes lugares.

As generalizações não são apenas de natureza geométrica ou matemática, como se poderia apressada e simplificadamente imaginar. Estudando a fronteira de expansão na Amazônia brasileira, J. de Souza Martins teoriza sobre as situações de coexistência e conflitos nestes domínios geográficos, examinando os problemas do 'encounter' e da 'alteridade':

> *"O desencontro na fronteira"*, afirma, *"é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos* (índios, fazendeiros, camponeses, etc) *está situado diversamente no tempo...Por isso a fronteira tem sido cenário de encontros extremamente similares aos de Colombo com os índios da América: as narrativas das testemunhas de hoje, cinco séculos depois, nos falam das mesmas recíprocas visões e concepções do outro"* (Martins, 1997, p.151)

Princípios e generalizações

Outro exemplo da natureza da Geografia Geral é a afirmação do princípio da 'unidade terrestre', em Paul Vidal de La Blache. Este princípio formula a idéia de que a Terra é um todo, que suas partes estão em articulação, e que os fenômenos que acontecem podem ser traduzidos como fatores que repercutem uns sobre os outros ao longo do planeta, encadeadamente, e que os casos particulares

dos fatos geográficos, casos observados aqui ou ali, derivam eles das leis gerais que regem estes fenômenos (La Blache, 1954, p. 30). A 'noção de meio', tal como a expressa La Blache na transcrição a seguir, é um outro exemplo do caráter da Geografia Geral:

> *"uma idéia essencialmente geográfica: a de um meio compósito, dotado de uma potência tal que pode agrupar, e manter juntamente, seres heterogêneos em cohabitação e correlação recíproca...cada região representa um domínio, onde se reuniram ... seres díspares, que aí se adaptaram a uma vida em comum"* (La Blache, 1954, p.34).

Idéias gerais entre o ciclo ou ritmo das estações climáticas (ritmo estacional) e a rentabilidade das áreas turísticas são numerosas, como se pode ver na afirmação de D. Pearce:

> *"São afortunadas aquelas regiões"* (turísticas)*"que têm uma 'segunda estação' "* (de alta) ; ou, diz ainda, *"os custos de implantação se elevarão quando o período de construção está limitado por restrições climáticas estacionais, como a temporada de chuva..."* (Pearce, 1991, p.47).

Existem também outras reflexões de ordem teórica acerca do tempo e do espaço, como categorias fundamentais para o trabalho geográfico. D. Harvey, a propósito dos efeitos dos aperfeiçoamentos tecnológicos em geral, sugere que *"temos vivido nas duas últimas décadas uma*

intensa fase de compressão do tempo-espaço" (Harvey, 1994, p.257).

Generalização e observação

A Geografia Geral é o domínio dos modelos, das hipóteses a serem propostas e verificadas, das teorizações, dos princípios de método. O conhecimento deste universo é uma condição básica para a formação de todos aqueles que se encaminham para a pesquisa e o ensino da Geografia. A possibilidade de generalização amplia a capacidade da ciência, por mais que isto seja, como o diz Chalmers, *"o principal alvo dos ataques dos céticos ou dos relativistas intransigentes"* (Chalmers, 1994, p.45).

Não se está aqui afirmando, contudo, que a observação tem um papel monótono e essencialmente subalterno em relação à teoria, papel fatalmente derivado do nível das generalizações, posto que não corresponderia às experiências efetivas do desenvolvimento do pensamento geográfico, experiências profundamente afetadas pela extensão do campo de observação proporcionada pela expansão colonial européia. Ao contrário, é sempre bom ter em mente a observação de Hacking (1983, cit. por Chalmers, p.43) quando postula que o experimento/observação às vezes *"tem vida própria."*

Capítulo 3

As idéias gerais e as realidades empíricas e regionais

A natureza das Idéias Gerais

Quando, por alguma razão, teorias e modelos são considerados como absolutos – extra-humanos - é comum que se acabe por fazê-los transitar do domínio da Geografia Geral para os Estudos Regionais ou mesmo tópicos (Sistemáticos) sem as tão necessárias intermediações e problematizações.

Fato é que a teoria teve um dia, na sua condição originária, alguma relação com as realidades empíricas, tanto as realidades estudadas externas, quanto as realidades gerais e individuais que constituíam ou constituem o próprio meio cultural, educacional, político, psicológico, religioso, institucional, econômico e social de existência do teorizador ('sítio' de representação) (Duncan, 1994, p.39)[1].

As realidades empíricas que nos rodeiam e que temos especificamente diante de nós podem ser muito diferentes daquelas que induziram à idéia geral ou teoria com a qual estamos lidando. Ou, e talvez por isto, o modelo pode excluir certa (s) variável (éis) que nas realidades agora sob observação evidenciam-se relevantes. Evidentemente que este fato não elimina de forma alguma a necessidade das idéias gerais, ou dos modelos. Mas a natureza humana e social do modelo deve ser reconhecida, pois modelo é um fruto da experiência humana, um 'artefato cultural' na busca do conhecimento.

O processo do conhecimento desencadeia-se numa polaridade, e é esta polaridade que "*...determina a relatividade das suas afirmações*" (Jung, 1995, p.384). As idéias gerais, num contexto de

---

[1] Um modelo é uma representação ou construto seletivo das características do objeto estudado. Não é ele toda a realidade mesma; não pode substituir a permanente atitude observacional e criativa. Gustavo Corção ilustra o problema com a seguinte passagem: "*...um professor está dissertando sobre a forma da Terra e diz que o geóide ...Querendo ser mais claro, mostra ao aluno uma laranja como modelo no que diz respeito à forma. Se ele entretanto esquecer que um modelo só pode conter o que nele foi admitido, irá meia hora mais tarde descobrir com assombro que a Terra tem caroços e sumo*" (Corção, 2000, p.79).

processo de pesquisa empenhado em manter a vitalidade da cognição, produz antíteses, e entre tese e antítese gera-se o não percebido antes, afirma Jung (1995, p.384) inspirando-se nos 'fragmentos' de Heráclito de Éfeso (Heráclito, fragmentos). A relativização cria a oportunidade do trabalho ou re-trabalho ou permanente diálogo teórico diante das novas realidades. Nunca é excessivo dizer que a revisão bibliográfica liberal em um trabalho científico é uma ferramenta inescusável num processo de pesquisa, uma vez que evita a obliteração da 'visão parcial' ou 'partida' [2].

O encontro entre as idéias gerais e as realidades específicas faz-se mediante a submersão dos modelos criativamente nas condições concretas dos estudos regionais, ou mediante a organização seletiva de certos fatos – sem compromissos com contornos de área – pondo-os em relação com as idéias mais gerais da Geografia. No primeiro caso trata-se da Geografia Regional; e no segundo, da Geografia Temática, Tópica ou Sistemática. A respeito da relação entre teorias e realidades empíricas é elucidativo o que afirmam os próprios autores do modelo têmporo-espacial apresentado no capítulo anterior sobre a seqüência de padrões

---

[2] Através da 'visão partida', compromete-se a capacidade de cognição: *"...a psyche se desintegra e perde sua cognoscibilidade. Não mais reflete (porque não reflete sobre si própria) ; torna-se uma sucessão de estados psíquicos,cada qual encontrando em si mesmo sua própria justificação, uma vez que não vê ou ainda não vê, nenhum outro estado"* (Jung, 1995, p.384).

dos assentamentos derivados do comércio colonial e dos transportes (Taaffe, Morril & Gould):

> *"É mais realista imaginar a seqüência mais como um processo que como uma série discreta de estágios históricos. Por isto, em certo ponto do tempo o padrão global de transporte de um país pode mostrar evidências de todas as fases. Interconexão lateral pode estar se realizando em uma região, no mesmo momento em que linhas de penetração estão se desenvolvendo em outra"*(1963, p.505).

A teoria, os fatos e o diálogo teórico

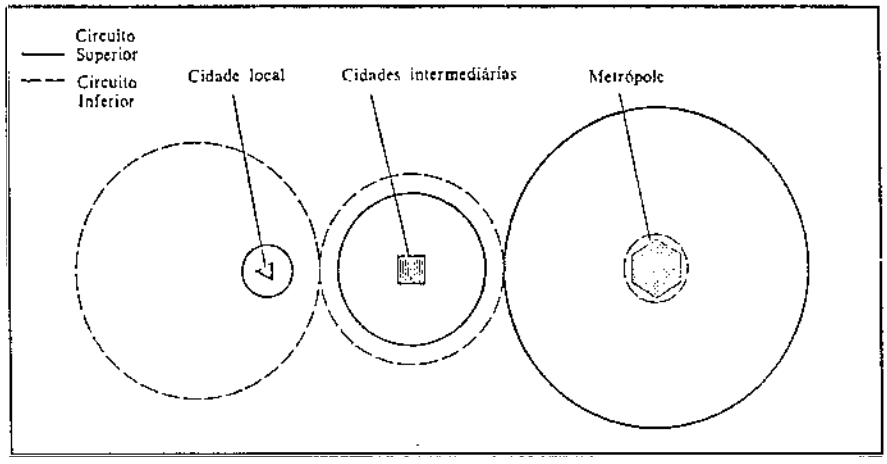
A teoria das localidades centrais apresenta na Geografia uma história extraordinariamente fecundante. Em sua obra *O Espaço Dividido*, Milton Santos (1979) repensa o 'modelo das localidades centrais' de W. Christaller (1966), contextualiza-o, incorporando ao modelo novos aspectos ao realizar a aplicação dele às realidades urbanas específicas do comércio de varejo e dos serviços nos países pobres, atividades estas marcadas pelo setor informal e pela dualidade estrutural. Santos afirma que a cidade não poderia:

> *"ser estudada como uma máquina maciça"*, que é como a representa a teoria das localidades centrais. Haveria que se chegar ao "... *reconhecimento da existência dos dois circuitos"*, diz ele, complementando com uma conclamação ao trabalho teórico: o reconhecimento disto, afirma, *"obriga a uma nova discussão das*

teorias consagradas, tais como a da base econômica (exportações urbanas), dos lugares centrais e dos pólos de crescimento..." (Santos, 1979, p.16).

Esta constatação o levou a propor, como reação, a citada 'teoria dos dois circuitos' da economia urbana nos países subdesenvolvidos[3] (Figura 5). Brian Berry, por seu turno, contex-

Figura 4: Os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos e suas Áreas de Influência: "*importância relativa das zonas de influência dos dois circuitos em relação aos diferentes níveis urbanos*"(reprod. de: Santos, 1979, p.280).



tualizou a idéia das localidades centrais estudando os mercados periódicos no ambiente regional rural camponês da China (Berry, 1971), com as suas 'centralidades' se movendo de vilarejo para vilarejo num deslocamento reguladado pelo ciclo lunar. James Vance construiu o chamado 'modelo mercantil',

[3] Detida revisão desta teoria encontra-se em Chadwick (1987, pp.117-120).

baseado nas funções do comércio de atacado, através do diálogo com o modelo das localidades centrais de W. Christaller e do raciocínio indutivo proporcionado pela observação e pela análise regional urbana (Godfrey, 1999, p.580).

Sobre o modelo de gravidade básico, exposto no capítulo anterior, Douglas Pearce afirma a necessidade de se o modificar quando da sua aplicação aos estudos de turismo, uma vez que entre dois centros com qualidades diferenciadas, afirma ele,

> *"as afluências de turistas...não são necessariamente recíprocas"* (Pearce, 1991, p.57).

Outros exemplos das relações potencialmente criativas que se dão no curso das pesquisas, relações entre uma ou mais teorias ou modelos e os contextos empíricos ou regionais, podem ser registrados nos estudos geográficos sobre as frentes de expansão no Brasil, tais como nos trabalhos de Bertha Becker sugerindo maior estabilidade para aqueles centros pioneiros cujas regiões complementares – idéia de centro de comércio de varejo e serviços e regiões complementares - dispusessem de mais agricultura (Becker, 1978, pp.118, 120); ou de Browder & Godfrey (1990, p.61) indicando que os assentamentos na fronteira caminhavam numa velocidade não usual - posto que muito rápida para os padrões

do modelo da transição demográfica - em direção à dominância urbana, sendo isto uma característica regional da América Latina.

A generalização na Geografia Geral

Não há razões para que o geógrafo sedimente resistências ao processo das generalizações ou das modelizações nas suas atividades de trabalho. Afinal, o que é a pesquisa no seu sentido epistemológico se não a via ou a oportunidade ou o processo para as validações, as refutações, as deconstruções e as modificações no campo das teorias e dos modelos. A pesquisa sem a possibilidade do trabalho teórico e suas 'suspensões de teses' tornar-se-ia apenas rotina do setor dos serviços e legitimadora de construtos coercivos, não uma empresa cognitiva.

É condição da disciplina a presença do trabalho teórico. Isto é, do trabalho teórico pacientemente entrelaçado com a pesquisa, avivando esta, revelando, propondo, esclarecendo, deconstruindo significados funcionais, culturais, ambientais, sociais, políticos para os eventos e estruturas espaciais e propiciando-lhes portanto sentido humano. Caso contrário, o geógrafo tenderá a produzir simples repetições de abstrações de prestígio, ancoradas na força da indústria midiática, do

poder burocrático e estereotipando mais ainda as 'representações' geográficas.

Os geógrafos, interessados que são individualmente no setor e dificilmente escapando da sua burocracia, tendem, como outras secções da classe média, às vezes a considerar a pesquisa como um fim em si. A pesquisa, porém, em sua propriedade essencial, é um meio no esforço para procurar entender como a humanidade tem mudado a face do planeta, e como esta face transformada e em transformação também influencia a vida humana.

Abstrair, na Geografia Geral, significa operar uma redução ou simplificação dos complexos de elementos e de suas relações. A abstração diminui em muito o número dos elementos sob nossa observação, em contraste com Geografia Regional, mas estende vastamente o campo ou área da superfície da Terra a ser observada. Os conceitos genéricos ou as associações simplificadas de fatores que compõem a Geografia Geral aumentam a acuidade e o alcance do conhecimento geográfico (Hartshorne, 1978, p.191).

As generalizações, contudo, não podem negar os estudos geográficos regionais e suas observações tantas vezes insuperáveis no desvendamento dos detalhes das relações na paisagem, descobrindo sutilmente – e educando

a simplificação teórica – que assim como os indivíduos, as paisagens nunca são exatamente iguais. A intercomunicação entre as duas formas é fundamental para a vitalidade e o progresso de cada uma, seja da Geografia Geral ou seja da Geografia Regional, e da Geografia em sua unidade, que afinal é o mais importante.

O Geral e a Revisão Bibliográfica

Vejamos a definição da Geografia Geral tida como referencial para a Geografia Moderna, a de Bernardo Varenius, na sua obra *Geographia Generalis*, em 1650. Varenius definia a Geografia Geral como o:

> *"estudo da Terra em geral, descrevendo as suas várias divisões e os fenômenos que a afetam como um todo"* (cit. em Hartshorne, 1978: 115, e Unwin, 1992, p.67).

Nesta definição a escala é a da Terra, planetária, e o esforço de observação dos fenômenos e de tipologias areais é portanto abrangente. Bernardo Varenius afirmava que sem a Geografia Geral, sem o nível das generalizações, a Geografia preservava seu status de ciência com muita dificuldade (Unwin, 1992, p.67)[4].

---

[4] A outra dimensão da Geografia, para Varenius, seria a *Geografia Especial*, que corresponde à Geografia Regional, e seria composta de duas partes: corografia (descrição de regiões de tamanho médio) e topografia (descrições de áreas pequenas), como visto anteriormente.

Apesar dos grandes desenvolvimentos verificados na disciplina posteriores à definição de Varenius, ela é sempre re-visitada como marco do esforço formal de se definir a Geografia dentro do novo espírito científico (empírico e racionalista) que emergia à época. Séculos decorridos, a Geografia Geral consolidou a visão global e teórica e fortaleceu o seu papel na construção das idéias gerais.

A 'revisão bibliográfica' é a ferramenta de pesquisa mestra na Geografia Geral ou Temática. O que é a revisão bibliográfica que procedemos sobre um assunto ou tópico se não uma visita às hipóteses, às afirmações de tendências, ou às teorias e modelos já disponíveis sobre este tópico ou assunto na nossa ou em outras disciplinas? Em outras palavras, o que é uma cuidadosa revisão bibliográfica se não um trabalho dentro do universo teórico da Geografia Geral?

Sem dúvida que as definições da Geografia Geral poderiam continuar sendo indefinidamente apresentadas. Porém, em termos práticos, os elementos centrais que esclarecem esta dimensão da Geografia foram já evidenciados. É possível identificar, ainda, no domínio da Geografia Geral, duas esferas ou campos, como veremos a seguir, realçando-se com ênfase que esta divisão possui tão somente valor provisoriamente esquemático e analítico

dentro do esforço de caracterizar a Geografia Geral.

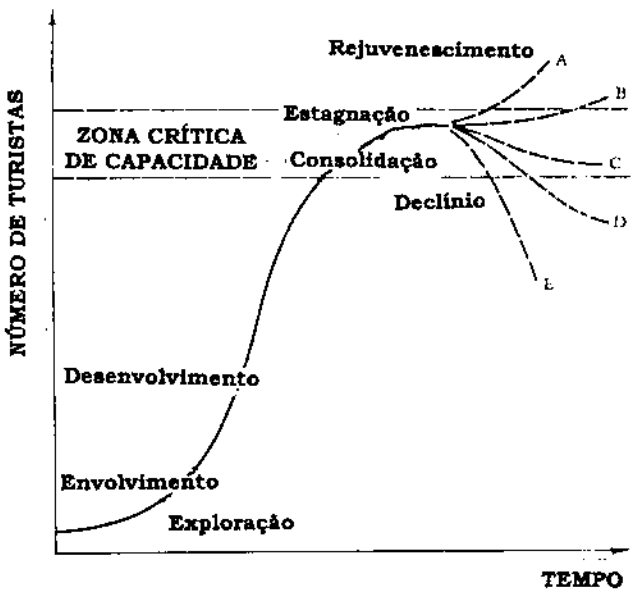
A diferenciação na Geografia Geral

A primeira destas esferas é a esfera mais propriamente epistemológica. É neste campo que se pode talvez com mais pertinência falar dos princípios ou dos fundamentos da Geografia. A noção de meio compósito e relações assentamentos humanos/meio ambiente; a concepção de que os padrões dos assentamentos humanos podem ter suas dinâmicas de alteração tipologizadas no tempo (modelos temporais ou evolutivos das paisagens); os conceitos gerais de paisagem e região, de tempo geográfico, de ordem espacial dos fenômenos; os conceitos de escala geográfica de análise, a idéia das difusões geográficas, a idéia articulada de circulação e dos pontos focais, o modelo gravitacional geral, a compressão tempo-espaço, as idéias sobre sítios de representação, estas idéias entre tantas outras idéias gerais formam este vasto domínio dos invisíveis. É um campo mais dos essenciais, portanto menos dependente das contingências dos lugares e dos objetos.

O outro domínio da Geografia Geral, se é que assim se pode proceder, é aquele que poderia ser denominado de domínio ou campo das

Geografias Tópicas ou Temáticas ou Sistemáticas. Neste domínio as idéias gerais assumem a forma clara das 'teorias referentes' aos padrões espaciais de determinados fenômenos setoriais, como a urbanização, os transportes, a indústria, a agricultura, o turismo, etc. Estas 'teorias referentes', contudo, ainda que aplicadas a determinados fenômenos setoriais, como os mencionados, evidenciam elementos abstratos comuns, como a idéias de evolução e sua tipologia, de ordem de distribuições de artefatos/funções, etc.

Figura 5:
A Teoria dos Ciclos dos Resorts Turísticos segundo R. Butler: ***evolução hipotética de uma área turística em seis fases: exploração, envolvimento, desenvolvimento, consolidação, estagnação e finalmente rejuvenescimento ou declínio*** **(Butler, 1980, p.7).**



Teorias referentes são a teoria das localidades centrais, o modelo do padrão

sucessivo dos assentamentos em contextos coloniais, o modelo de uso da terra de Von Thünen, do ciclo das destinações turísticas de Butler (1980) (Figura 5), e tantas outras produções teóricas no campo das Geografias Temáticas. Este é o domínio - nomotético por excelência -- a percorrer pelas revisões bibliográficas específicas ao tópico ou assunto que esteja em estudo.

A diversidade das idéias gerais e a educação geográfica

Compreender a natureza e a funcionalidade específica da Geografia Geral - inclusive da distinção que acaba de ser apresentada - auxilia o estudante em Geografia a orientar-se para a riqueza existente no interior da mesma. Sem dúvida que isto vitaliza e potencializa a investigação geográfica, seja esta investigação mais de ordem tópica ou temática, seja mais de ordem regional.

O cultivo da Geografia Geral tem o fértil efeito de relativizar vários dilemas que usualmente emergem, dilemas excludentes e pouco práticos, tais como os existentes entre o físico e o humano, entre o teórico e o empírico, entre o aplicado e o básico na Geografia. É árduo e apaixonante percorrer o vasto universo das teorias e das idéias gerais no campo da

nossa disciplina. Não por acaso quase nenhum tempo restará para a intolerância teórica.

A quem se aproxima da disciplina não deve ser retirada a liberdade – liberdade em ciência é um conceito correspondente ao Indivíduo - de navegar livremente na Geografia Geral. Uma vez tendo tido esta oportunidade - característica da educação liberal e herdada do Iluminismo e que foi e é a base da criação e da inovação científicas - estará ele advertido de que muitas sendas teóricas e temáticas foram abertas anteriormente, que muitas lhe poderão ser úteis, que caminhará mais rapidamente apoiando-se nelas, e que, talvez, tenha a felicidade de adicionar algo ao edifício da Geografia.

Capítulo 4

Pensando Geograficamente

Estruturação do pensamento geográfico

A Geografia segue 'princípios metodológicos' para estudar o seu campo de observação que é a superfície da Terra. Estes princípios são idéias-guia, sorte de balizas para o processo do pensamento geográfico, e, em decorrência disto, os trabalhos geográficos expressam estes princípios ou fundamentos metodológicos em

suas maneiras de ver os fatos, na seleção, processamento e análise do material que reúnem e na forma de interpretá-los e comunicá-los.

Para os geógrafos experimentados pode parecer desnecessário, e se dirá até supérfluo, re-apresentar-lhes estes princípios. Porém, expor o pensamento geográfico àqueles que se iniciam na disciplina é, antes de tudo, informar-lhes sobre algumas das molduras ou formatos educadores deste pensamento, uma vez que a educação geográfica se constrói com o conhecimento e o desenvolvimento da capacidade criativa no manejo dos princípios do método geográfico.

Princípios do pensamento geográfico

O princípio da geografia geral ou da generalização. Atribuído a Alexandre Humboldt, reafirma a necessidade de a observação local manter sempre uma visão planetária comparativa dos fenômenos. O fundamento deste princípio, como vimos anteriormente, tem uma longa história na epistemologia da ciência geográfica. Foi ele explicitado também por Varenius, na sua obra *Geografia geral* (1650), ao insistir que a Geografia deveria, para aspirar à condição de ciência, preocupar-se com fenômenos que afetam a superfície da Terra

como um todo, e foi ele uma obsessão para Schaefer (1996).

Seguir o princípio da geografia geral consiste em evitar que a contemplação local do (s) fato (s) conduza à busca do único ('idiográfico'), à busca da singularidade na superfície da Terra – singularidade que, não obstante, realmente existe! Qual então seria o caminho metodológico proposto pelo princípio em foco? Seria 'comparar' o fato observado em determinado lugar com fatos da mesma natureza ou análogos que ocorrem em outros lugares do planeta.

O objetivo deste procedimento é identificar as tendências de associações e relações entre os fatores - por exemplo, desenvolvimento das comunicações e compressão do espaço/tempo, pressão atmosférica aqui e ali e precipitações/estiagens aqui e acolá, urbanização/sociedade de consumo e declínio da fecundidade – propiciando a identificação das 'leis' ou tendências ou formulações gerais úteis para o entendimento, a nível planetário e extensivo, daquela classe de fenômenos (Martone, 1953, p. 13)[1]. A comparação das propriedades ou características de partes

---

[1] Escreveu Emmanuel de Martonne sobre este principio: *"A aplicação deste princípio é o desmoronamento definitivo da barreira que separa a geografia regional da geografia geral, a aproximação destes dois ramos duma mesma ciência e a sua recíproca fecundação. No dia que foi compreendida a significação de tudo isto nasceu a geografia moderna"* (Martonne, 1953, p.18).

diferentes da superfície do planeta, e o desenvolvimento de explicações a partir destas comparações – a chamada 'geografia geral comparativa' – era parte da Geografia proposta por Varenius (Quadro 1, ítem 1.3).

O princípio da conexão ou da interação. Outro princípio do método geográfico é o da conexão. Postula-se através dele que os fenômenos na crosta terrestre necessitam ser examinados na perspectiva das relações de uns com os outros. Em outras palavras, os fenômenos passam a ser observados em suas interinfluências mútuas, como fatores ou geofatores que se afetam reciprocamente, os fenômenos formando uma teia ecológica a diferentes escalas, desde a escala local à escala planetária.

A escolha dos fatores e a maior ou menor importância atribuída a um componente do feixe de fatores (tecnologia dos transportes, clima, níveis de renda, atitudes culturais, estado e políticas, etc), assim como a escolha da escala ou combinação das escalas da análise, variam de acordo com o subsistema geográfico que está sendo analisado e com o enfoque adotado. Trata-se de idéia também originalmente atribuída a A. Humboldt e expressa por K. Ritter (Martonne, 1953, p.13, 18). Ela se prolonga através das noções de unidade terrestre e de meio geográfico compósito expressas por V. de La Blache na sua

obra póstuma denominada *Princípios de geografia humana* (1954, p.30).

O princípio da extensão. De importância central para o método geográfico é o princípio da extensão, cujo esclarecimento é atribuído a Frederico Ratzel (Martonne, 1953, p.18). Refere-se este princípio às propriedades de distribuição no espaço geográfico - as clássicas 'distribuições geográficas' - dos fenômenos estudados na superfície da Terra. Cabe, portanto, à Cartografia geográfica prover as representações destas distribuições, e à Geografia pesquisar o que revelam estas distribuições.

A necessidade deste princípio para o estudo geográfico manifesta-se em toda a sua importância quando se trata de estudar os padrões espaciais ou as formas espaciais dos fatos. Vejamos um exemplo factual, através do 'habitat' geográfico, quando dispomos num mapa a distribuição de um assentamento humano, especificamente a forma da distribuição das suas unidades de habitação.

O exemplo é o assentamento de Camurupim, no estuário do rio Mamanguape, área indígena Potiguara, próximo a Baía da Traição, Estado da Paraíba. A distribuição deste assentamento, um nítido 'habitat linear', revela os vínculos entre os habitantes – populações indígenas coletoras/pescadoras – e o estuário do qual essencialmente dependem para seu

sustento. Camurupim é confinado como um cordão de contas na borda deste estuário (Figura 6), suas casas jazendo sobre um terraço flúvio-marinho em torno de 6 metros acima do nível do mar e muito alongado e estreito. O assentamento é interrompido abruptamente em

Figura 06: Estuário e Manguesal do Rio Mamanguape, visto do povoado indígena de Camurupim, Município de Marcação, Estado da Paraíba, 2003.

direção ao continente, no rumo das encostas (bordas) e das superfícies aplainadas dos tabuleiros formados pelos sedimentos terciários das 'barreiras'.

Assim como acontece com os demais princípios, o princípio da extensão necessita apoiar-se em outros princípios. Podemos procurar apoio para o entendimento daquela extensão ou forma - a apresentada como exemplo - no princípio da conexão (Figuras 2 e 6), esclarecendo as íntimas interfluências existentes entre o 'habitat linear' e a margem do estuário do qual depende o sistema de uso de recursos e o gênero de vida daquelas populações.

A identificação da forma alongada-litorânea de tantas cidades (Figura 15) e destinações turísticas evidencia o valor do princípio da extensão para o estudo geográfico. Como descrever territorialmente a expansão urbana de muitas cidades, expansão controlada territorialmente pelas rodovias (era do automóvel) sem que se mapeiem as extensões dos fatos (transportes, funções de habitação, comércio e serviços de varejo e atacado, etc)? Estas cidades antes se expandiam em torno da antiga igreja, do pátio do mercado, das estações do trem, do porto marítimo ou fluvial, etc.

Insista-se que os padrões assim descritos precisam ser relacionados às mudanças que acontecem na tecnologia dos transportes, nas preferências culturais e de consumo, nas direções das políticas de governos, e em outros muitos fatores ou variáveis (Figuras 7 e 8).

Figura 7: Downtown de L. Angeles (LA), Califórnia, onde a suburbanização propiciada pelas freeways criou uma vasta aglomeração metropolitana com mais de 60 milhas de raio e 15 milhões de pessoas dispersas ao longo de eixos e dezenas de núcleos.

Figura 8: rodovias recentes na Amazônia reestruturaram o povoamento na região, antes em estrita dependência aos rios. Sudeste do Estado de Roraima, 1999.

O princípio da ação humana sobre o meio. Após o trabalho considerado profético de George Marsh – *Man and Nature, or, Physical Geography as modified by human action* (1864) –, no qual afirma que o objetivo da obra era:

> *"indicar o caráter e, aproximadamente, a extensão das mudanças produzidas pela ação humana nas condições físicas do globo em que habitamos; apontar os perigos da imprevidência e a necessidade de precauções em toda operação que, em larga escala, interfere no arranjo espontâneo do mundo orgânico ou inorgânico; sugerir a possibilidade e a importância da restauração da harmonia perturbada e a melhoria material das regiões inadequadamente exploradas e exaustas..."* (Marsh, 1864, p.3),

foi necessário mais de um século para que os problemas e necessidades de ação por ele apresentadas viessem a ocupar o lugar proeminente que hoje ocupam nas agendas de todo o mundo[2]. Mas, logo após a observação de Marsh que o homem muito já havia feito para *"moldar o caráter da superfície da Terra"* (1864, p.16), o

---

[2] George Perkins Marsh (1801-1882) nasceu em Vermont, USA, foi advogado, político, diplomata e intelectual com múltiplas áreas de interesse, especialmente a lingüística, a literatura e a história. Em Geografia Física, Marsh considerava-se apenas um 'curioso', e não teve treinamento na área da ecologia; e assim era visto pelo seu editor que, ao receber os originais de *Man and Nature* para publicação, sugeriu que ele abandonasse a idéia e se dedicasse a escrever um livro didático em língua e literatura inglesa, assunto no qual era reconhecido como autoridade. Contudo e imediatamente, *Man and Nature* tornou-se um sucesso que se estendeu pelos ambientes intelectuais europeus (Lowenthal, 1967, p.X). Como o observou David Lowenthal, na sua *Introdução* à ed. de 1967 da obra, *"os europeus adotaram rapidamente suas idéias. Na França, Elisée Reclus beneficiou-se de insights a partir da leitura de Man and Nature para o seu grande trabalho, La Terre"* (Lowenthal, 1967, p.XXII). Os dois grandes campos de observação sobre a deterioração do meio ambiente e da produtividade agrícola pelo uso da terra imprevidente foram para Marsh a Nova Inglaterra, nos Estados Unidos, e as regiões em torno do Mediterrâneo.

princípio da 'atividade humana' não tardou a ocupar lugar metodológico na Geografia.

Esta afirmação de princípio na Geografia postula a importância do papel dos 'assentamentos humanos' como importante fator geográfico (fator antrópico) (La Blache, 1954, p.30, 40; Brunhes, 1962, p.32). O reconhecimento da 'ação humana' para a análise de uma determinada paisagem - assim como a importância do mesmo na definição dos temas, objetos e técnicas na pesquisa geográfica - cresceu de forma exponencial ao longo do século vinte, especialmente nas décadas finais, com as agendas ambientais[3].

Há razões de sobra para a crescente preocupação ambiental, pois, como escreveu I. Simmons acerca das novas condições da atividade humana criadas pela revolução industrial, a escala da intervenção foi amplificada:

> "*Uma diferença entre nosso mundo e aquele do passado é a escala através da qual as sociedades humanas podem afetar o resto do sistema biofísico do planeta*" (1993, p.9).

O princípio da 'ação humana' atua dentro da Geografia como elemento unificador da diversidade temática da disciplina, e orientador

---

[3] Tratamento histórico amplo acerca de como o pensamento ocidental apreciou a Natureza desde a Antiguidade clássica – inclusive este ponto de vista do homem como agente geográfico através das invenções, da tecnologia e da arte, e os pontos de vista teológico e ambientalista – encontra-se em Clarence Glacken (1967).

das agendas de pesquisa, ora na Geografia Física, ora na Geografia Humana.

O princípio encontra-se subjacente à importante temática de pesquisa que é a História Ambiental, abordagem que reconstrói os processos e as formações históricas na perspectiva das influências das sociedades humanas sobre a superfície da Terra. Eventos como a Expansão Colonial e a Revolução Industrial e a emergência da Sociedade de Consumo passam a ser pensados na perspectiva dos impactos ambientais que causaram à biosfera, à atmosfera, às águas doces e aos oceanos, aos solos e ao relevo.

O princípio da dinâmica. No elenco dos princípios do método geográfico destaca-se a afirmação de que os fatos devem ser vistos como possuindo atributos da transformação ou da mudança. Este princípio é denominado o princípio da 'dinâmica dos fatos geográficos' (Brunhes, 1962, p.27). As realidades estudadas pela Geografia possuem uma 'duração', é o que diz este princípio. O trabalho geográfico necessita explorar a dimensão temporal, histórica ou genética das formas e dos arranjos geográficos, uma vez que estes arranjos sofrem reformulações ao longo do tempo (Figura 9).

A cidade monocêntrica - isto é, com aquele centro único de comércio de varejo e de serviços para onde convergiam as linhas do transporte

ferroviário ou rodoviário – foi transformada nas décadas finais do século XX na cidade policêntrica, cidades enormes e espalhadas com seus subcentros de comércio de varejo e de serviços (Figura 7). A expansão urbana, a difusão do automóvel e da sociedade de consumo foram fatores, entre outros, que dissolveram aquela forma anterior e criaram novas distribuições para as funções.

Embora seja parte da análise geográfica a descrição detalhada das formas e do funcionamento espacial de uma cidade em determinado momento, de maneira alguma isto significa que se exclui da análise o princípio de que uma forma ou um arranjo espacial de elementos possui 'duração'[4]. O fluxo das mudanças, ao criar novas formas espaciais – formas urbanas, regiões agrícolas e extrativas, eixos de comércio e serviços , padrões de distribuição da população no espaço, etc –, não apaga todas as marcas do passado na paisagem. Por isto mesmo é que as paisagens geográficas quando observadas ou lidas revelam restos de formas geográficas, formas que foram estabelecidas em tempos passados, anteriores, e que se acham misturadas às novas formas espaciais.

---

[4] Conceito filosoficamente bem desenvolvido por H. Bérgson (1911) e que remonta a Heráclito de Éfeso (Heráclito...fragmentos) e Aristotle (*Geração e Corrupção)* , entre outros, na Antiguidade grega. Ecológica e geograficamente, observe-se a contribuição de D. Whittlesey (1929) mediante o modelo das seqüências de ocupação.

Para simbolizar este fato - a imbricação das formas geradas em tempos diversos numa mesma paisagem -, Paul Vidal de La Blache usou a imagem do palimpsesto para explicar o que seria uma paisagem geográfica, urbana ou rural. A internalização no método geográfico da idéia de 'duração' mantém sempre próximas duas disciplinas, a Geografia e a História cultural ou natural.

Ainda para pensar geograficamente

O princípio da atividade do espaço. O conjunto de características ambientais e culturais visíveis ou invisíveis que um espaço possui[5] – características vistas em acumulação - confere ao espaço o poder de influenciar os seus habitantes, a chegada das novas formas espaciais e de influenciar as decisões de uso daquela porção da superfície da Terra.

Para La Blache, o espaço em seu conteúdo, de 'per si', este palco da vida humana, exerce influências sobre a própria ação humana. O espaço atua, ele possui atividade, e portanto não é ele algo passivo. O espaço *"tem vida"* , e portanto exerce suas influências sobre as ações humanas (La Blache, 1954, p.29). Sem dúvida

[5] Visíveis como as áreas urbanas e suas zonas e corredores funcionais, os campos de cultivo e criação, os cursos de água, os biomas, as montanhas, as redes de serviços e comunicações, etc; e invisíveis como os valores e as representações aderentes a frações do espaço geográfico, tais como analisados para o Nordeste do Brasil mediante o conceito de 'estrutura imagética' por Albuquerque Jr (1996).

estas considerações configuram um princípio, o princípio da não-neutralidade do espaço, aí formulado numa perspectiva ambiental-naturalista por este geógrafo.

Embora originariamente este princípio se associe à ênfase conferida aos fatores 'naturais', tais como a hidrografia ou o relevo, para fornecer explicações geográficas de quadros regionais primitivos ou agrários tradicionais, sabe-se, como observa Spoeher (1956, p. 94), que mesmo para sociedades tradicionais o 'determinismo naturalista' sempre foi simplificador ou redutor, uma vez que são numerosos os exemplos de povos diferentes que, embora vivendo em 'habitats' semelhantes, produziram diferentes usos de recursos.

O princípio da 'influência do espaço' sobre a vida e a ocupação humana necessitou ser atualizado para abarcar as novas condições espaciais urbanas e tecnificadas, a impressiva importância das redes, de maneira que este princípio já não conduz necessariamente a uma compreensão 'naturalista' ou determinista da ação da 'natureza' sobre a vida social, porque o 'meio' possui novos conteúdos[6].

---

[6] Os estudos sobre as mudanças – e suas fases e ritmos - acontecidas no espaço geográfico durante o Holoceno – últimos dez mil anos –, são esclarecedores, conforme as sínteses de Roberts (1993) e Goudie (1993). O simples fato de que o planeta possuía 1 bilhão de habitantes – resultado da reprodução de toda a história humana – em 1800, e passa a possuir mais de 6 bilhões depois de apenas 200 anos (ano 2000) evidencia por si só a extensão das mudanças no conteúdo do espaço geográfico associadas à industrialização, à difusão do progresso técnico em geral e à urbanização. Discussão da história das relações entre a sociedade humana e a superfície do planeta é encontrada em Santos (1997), especialmente no capítulo 10: *Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional*, pp. 186-207.

Temporalmente, como resultado de mudanças nas preferências de consumidores, inovações tecnológicas, criação de novos materiais e seu barateamento, etc -, os significados atribuídos aos mesmos elementos da natureza pelos grupos sociais se alteraram. O semi-árido flagelante passa a ser o Éden para a fruticultura, e a escassez das chuvas a alegria do investidor turístico no litoral do Nordeste.

Como se a revolução dos significados ainda tivesse sido pouca, os desprezados manguesais, com seus produtos que alimentavam a escravaria e os seus 'miasmas' que "ameaçavam" a saúde dos brancos até o século 19 no litoral brasileiro, tornaram-se o 'lugar' de uma das mais bem sucedidas atividades de exportação (fazendas de cultivo de camarão) sob alta biotecnologia[7].

O conceito de 'sítio de representações', como o demonstra J. Duncan (1994), nos mostra como das paisagens metropolitanas imperiais, com suas funções, seus tentáculos coloniais, suas imagens e ambições, suas características artísticas, militares e no campo da ciência influenciam a formação da própria Geografia, que formou-se como discurso sobre um Outro, que era o "passado" (evolucionismo)[8].

---

[7] 'Natureza' não é algo de significados estáticos, posto que existe cultura em dinamismo.

[8] Sobre o meio urbano e sua influência sobre a psicologia humana, ver Jung (1982).

O princípio da ordem espacial. É um princípio metodológico decisivo no processo cognitivo da disciplina, posto que a Geografia produz conhecimentos sobre o seu campo – a superfície da Terra – mediante a construção e reconstrução conceptual, mediante imagens, metáforas, às vezes apenas imaginadas e invisíveis, ou expressas em linguagem convencional, escrita, numérica ou geométrica.

Este princípio está presente tanto nas perspectivas histórico-estruturais, com 'sistemas' construídos mediante identificadores de ordenamentos das espacialidades - como a renda da terra, as classes sociais, as estruturas econômicas, o poder político, a divisão territorial do trabalho -, quanto nos denominados modelos da 'análise espacial' com expressão geométrica, como o das localidades centrais de Christaller (1966), o das zonas de uso agrícola da terra de Von Thünen (Bradford & Kent, 1987) ou o das 'linhas de circulação em contextos coloniais' (Taaffe e outros, 1963).

Constrói-se em torno de um 'centro', em função da distância a este centro e da influência desta distância na formação dos preços, uma 'ordem' de relações espacializadas, resultando na 'região complementar' deste 'centro', segundo a formulação de Christaller (1966). O princípio da ordem espacial é o fundamento dos estudos da 'centralidade', centralidade esta exercida

pelo comércio e pelos serviços (mercado) e ordenadora dos padrões espaciais dos assentamentos.

O princípio da 'ordem' espacial ao se pesquisar os fenômenos espaciais não exclui outros princípios, como o da 'dinâmica' destes mesmos fatos cujos arranjos estavam a sugerir um modelo ou sistema. Em ciência, o princípio da ordem é um recurso epistemológico, junto com tantos outros, e não um slogan político. Quando, nos meados da década de 1970, o fenômeno da 'contra-urbanização' (Berry, 1976, cit. por Champion, 1989, p.19) foi claramente identificado nos Estados Unidos da América, um dilúvio de reflexões se derramou sobre o tema da urbanização, dos serviços e das centralidades.

Estava-se diante do gigantesco espalhamento e sub-urbanização das metrópoles, com a formação de inumeráveis sub centros autárquicos nestes tecidos metropolitanos. Os centros urbanos menores, muitos em áreas rurais, pela evidência dos dados de migração líquida, mostravam-se, assim como as distantes periferias metropolitanas, mais atrativos para investidores e residentes, configurando-se uma mudança demográfica e na ordem das centralidades (Champion, 1989, p.19), tendência que se

constatou também logo depois no sul/sudeste do Brasil.

Estes estudos continuam a examinar os sistemas de povoamento, como eles se arranjam no espaço, como se produzem, e que tendências ou regularidades ou configurações sistemáticas apresentam estes padrões espaciais dos assentamentos ou do povoamento. Foi o diálogo, manifesto ou não, com representações espaciais de sistemas (ordenamentos) de povoamento que permitiu identificar as grandes mudanças trazidas para o espaço mundial pelas alterações tecnológicas, setoriais e dos estilos de vida nas últimas décadas.

Princípios exclusivos da Geografia?

Pode-se mencionar ainda o princípio do 'possibilismo', devido a P. V. de La Blache, que mais propriamente se inseriria no 'princípio da atividade humana'; ou ainda, em função da importância da escala para a análise geográfica poder-se-ia falar em um 'princípio das operações de escala' na Geografia.

Recentemente, com os estudos deconstrutivistas sobre a natureza representacional e relativa dos modelos e perspectivas tradicionalmente assentadas na disciplina, chegou-se mesmo a sugerir que a

influência da ideologia e do contexto existencial do geógrafo - na produção do pensamento em Geografia - deveria ser considerada como um 'princípio' do método geográfico (Bailly, 1991, p.20,21). Exemplo de contribuição sistemática neste sentido deve-se a J. Duncan (1994), como já mencionado neste capítulo na secção referente ao princípio da 'atividade do espaço', quando ele afirma que o processo de construção da Geografia envolve não somente o lugar, ou a região a ser representada ('sítio de representação'), mas também o 'sítio geográfico' do qual emana a representação geográfica (o 'sítio que representa' o *Outro*)[9].

Compreensivelmente, nenhum destes princípios seria exclusivamente geográfico. É razoável se supor, apenas como hipótese, que talvez os princípios da 'extensão' (distribuição)[10], da 'ação humana' - homem

---

[9] Sobre a construção das representações regionais na Amazônia/Roraima, ver Barros (1999). Um vasto e inesgotável campo de pesquisa tem sido aberto na epistemologia da Geografia a partir da descoberta do inconsciente, especialmente na perspectiva cultural de Carl G. Jung, que desenvolveu o conceito de'arquétipos' e o de 'tipos psicológicos'. Certamente que a alma do Geógrafo não é formada apenas pela dimensão racional, nem é ela limitada ao tempo individual de vida, estendendo-se, pelo contrário, à história do homem e sua cultura. Assim como na Psicologia jungiana busca-se a relação da psique com a cultura também, não somente com o organismo físico do homem, na Geografia cultural o objeto perseguido é a(s) relação (ões) da cultura com o espaço. Não podemos deixar de imaginar que parte destas reflexões precisem ser feitas num "*laboratório de metafísica*", para empregar a expressão usada por Dillard, 1996, p.35), tornando-se necessárias pois o processo cognitivo é algo de extrema complexidade e ativação cultural transpessoal, em parte inconsciente. As metáforas – mecânicas, contextualizadoras, etc – e as energias cognitivas não se reduzem ao mero aqui e agora político e social, às 'visões partidas', mas transcendem a isto. É por isto talvez que representações de 'espécies' de Geografia em "correntes" estão se tornando *non sense*.

[10] Uma vez que a extensão dos corpos forneceria o fundamento real para o espaço, e o 'espaço' é o campo da Geografia.

como agente geográfico)[11] - e da 'não-neutralidade do espaço' sejam mais próximos da Geografia que de outras disciplinas. Mas, acreditando nisto, pode-se estar sendo injusto com outras ciências tais como a Ecologia, a Antropologia, a História, a Ciência Política, a Psicologia, a Filosofia.

[11] Pela sua larga influência estruturadora do pensamento geográfico através da abordagem das relações Assentamentos Humanos- Meio Ambiente.

Capítulo 5

O Espaço Geográfico

A superfície terrestre e a vida humana

Gerações e mais gerações de seres humanos ao longo do tempo têm tido a oportunidade de compartilhar de um espaço comum, a superfície da Terra. A condição básica para esta 'habitação' tem sido um pertenecimento ecológico e interativo com as outras formas de existência na superfície do planeta. Interagindo

com as águas, as rochas, as cavernas, as técnicas e seus artefatos, as plantas, os animais, o ar, os vales, os campos de cultivo e de criação, as serras, as cidades, as crenças, os valores, os mistérios e os mitos, a espécie humana só assim pode conseguir chegar ao presente.

O Homem não escolhe o 'espaço terrestre', mas sim descobre-se nele como chegado a uma condição pré-existente. Para as gerações que entram no palco ou na cena do espaço terrestre existe uma teia de entes e relações de ordem natural e cultural, material e imaginária que lhes permite nascer, viver e morrer. Aí, unicamente mediante a sensibilidade, desenvolve-se a intuição 'externa', e o espaço é a "*forma de todos os fenômenos dos sentidos externos*" (Kant, 1999, p.75), o "*uno*" (Kant, 1999, p.74) [1].

---

[1] Immanuel Kant, filósofo cuja influência na Geografia é largamente reconhecida, não menos nas décadas mais recentes quanto nos tempos formativos da Geografia corográfica e regional, nasceu em Köningsberg em 22 de abril de 1724, filho de um pobre artesão de objetos de couro e faleceu em 12 de fevereiro de 1804. Nunca saiu da sua cidade e foi profundamente influenciado pelos trabalhos de David Hume e Rousseau (Chauí, 1999, p5). Immanuel Kant é reputado como o fundador do idealismo alemão do século 19 e ensinou Geografia por quatro décadas na Universidade de Köningsberg a partir do ano de 1756. Em 1802, dois anos antes da sua morte, foi oficialmente publicado o seu trabalho de 1757, com o título *Physische geographie*, ed. F.T. Rink, Koeningsberg (Unwin, 1991, p.70,71). Há, segundo Schaefer baseando-se em Adickes, estudioso de Kant, dúvidas sobre o grau de autenticidade neste trabalho usado como base por Ritter, Hettner e Hartshorne: "*quatro quintos do texto*", diz Schaefer, "*não teriam sido escritos por Kant. Provavelmente consistem de anotações de aulas por estudantes...*"(Schaefer, 1996, p.576). Schaefer considera ainda inadequado o apoio que a Geografia buscou em Kant justamente nos textos do Kant muito jovem, o Kant *pré-crítico*, quando não havia ainda, provavelmente, recebido completamente as influências de David Hume e Isaac Newton no que se refere à epistemologia das ciências. O grande prestígio filosófico de Kant, de fato, repousaria nas décadas de 1770 e 1780, e não em 1756 (Schaefer, 1996, p.577), data referida dos seus escritos geográficos publicados quase meio século depois.

Podemos ter deste espaço uma noção; porém, e antes de tudo, o espaço terrestre da vida é 'originário'. Os entendimentos relativos do espaço irão agregar razão ou mentalidade prática e instrumental ao entendimento do espaço, mas não eliminam nem podem negar a dimensão originária do espaço.

Na perspectiva kantiana, neste espaço não podemos ter conhecimento da natureza em 'si mesma' das coisas; limitamo-nos, simplesmente, a estudar os 'fenômenos', as representações que fazemos, segundo a análise que Schopenhauer (1999, p.129) realiza da proposta epistemológica de I. Kant. E o espaço? Kant considerava o espaço, como visto, uma forma 'a priori' do conhecimento sensorial (exterior), "*uma representação 'a priori' necessária que subjaz a todas as intuições externas*" (Kant, 1999, p.73)[2].

O espaço é uma forma, um subjetivo diferenciado pelo fato de carregar a característica de ser um 'a priori'; neste sentido, não é ele construído a partir de abstrações das "*experiências externas*" (Kant, 1999, p.73). A "*representação originária do espaço é, portanto, intuição a priori e não conceito*", afirma Kant (1999, p.74). O espaço nesta perspectiva teria então uma

[2] Estas são idéias de Kant assentadas na *Crítica*. Mas, as observações de Schaefer advertem-nos para as reflexões que devem ser feitas ao se tomar Kant como apoio epistemológico para Geografia, uma vez que, como visto em nota anterior, a *Crítica* é obra bem posterior à *Physische*.

existência apenas de espírito, ainda que não possa ser ele separado ou abstraído da experiência sensorial externa (Unwin, 1991, p.72, 73).

Kant enfatizava a importância da relação entre o espaço como forma 'a priori' e a experiência sensorial com o mundo exterior, não se construindo uma cisão entre o conceito de espaço e a experiência, mas sim, ao afirmar que espaço é subjetivo, nega ele a cisão, e afirma o papel ativo do indivíduo pensante. O que então serviria como fundamento real para o espaço assim definido? A extensão dos corpos.

São várias as maneiras analíticas de se construir 'espaços' a partir deste espaço originário e absoluto. É possível, por exemplo, imaginá-lo apenas como algo em si mesmo físico e empírico. É possível também vê-lo unitária e integradamente, envolvendo nele a cultura – idéias e materialidades – e o ambiente biofísico, e assim por diante. As diversas conceituações positivas construídas a partir daquele espaço terrestre ou originário, que é o 'campo da Geografia', são numerosas, e revelam quão diversos podem ser os objetos da disciplina. São expressões das propriedades deste espaço terrestre, e variam ante os desafios e circunstâncias que se colocaram da Geografia ao longo da sua história e envolveram-na.

O espaço geográfico

No seu trabalho *Propósitos e natureza da Geografia*, Richard Hartshorne apresenta ampla e erudita argumentação baseada, entre outros, em Kant, Ritter, Troll e Carol no sentido de reafirmar a idéia de que a superfície da Terra - a crosta da Terra - é o 'campo de estudo da Geografia' (Hartshorne, 1978, p.23, 25). Boesch, em 1964, insiste que a Geografia estuda *"a superfície da Terra"* -, superfície que propõe seja denominada 'geoesfera' [3] para tornar o conceito menos impreciso (Boesch, 1964, p.1), e F. Ratzel não cessava de repetir que somente considerando a 'terra'/território poderia uma teoria do estado ter *"fundamento seguro"* (Ratzel, 1990, p.73).Assim,campo e esfera equalizam-se.

A noção aí envolvida do espaço geográfico é muito próxima do 'espaço originário'. Vidal de La Blache afirmava mesmo que o palco onde se desenrola a atividade humana *"tem vida"*(La Blache, 1954, p.29) e a noção do gênero de vida por ele desenvolvida envolve a visão da integralidade e da unicidade ecológica para o homem, o que o situa no 'espaço originário'[4].

---

[3] *"Geoesfera é o todo complexo situado acima e abaixo da superfície imediata do nosso planeta, e se compõe das seguintes esferas: litosfera, hidrosfera, pedoesfera, bioesfera, antroposfera e atmosfera. Este todo é estudado em seus componentes e em sua estrutura"* (Boesch, 1964, p.1).

[4] A visão lablachiana do espaço, sendo ecológica e integral, embora notavelmente exigente do apoio na descrição positiva regional, não exclui a apreensão intuitiva, uma vez que apreender o 'caráter' das regiões

Nunca é excessivo recorrer a mais afirmações acerca da importância deste senso da superfície da Terra, desta intencionalidade em direção à camada envolvente do planeta para a construção dos conceitos de espaço em Geografia. Jean Brunhes afirmou na sua obra *Geografia Humana* que o campo próprio dos estudos geográficos era:

> *"constituído por uma zona dupla: a zona inferior do envoltório atmosférico do nosso planeta e a zona superficial da crosta sólida...(onde) ... se acham concentrados todos os fenômenos da vida vegetal, animal e humana"* (Brunhes, 1962, p.25)[4].

A título de princípio metodológico, Alberto Demangeon na sua iniciativa de estruturar a Geografia Humana recomendava que a

> *"geografia humana deve trabalhar apoiando-se sobre uma base territorial"* (Demangeon, 1952, p.31),

e M. Santos, contemporaneamente, reafirma o conceito de espaço geográfico com a funcionalidade de esclarecer as relações sociais a par com a configuração territorial[5] (Santos, 1997, p.50 e 51).

---

faz parte do programa de La Blache para a Geografia. Mais tarde, o conceito de 'caráter regional' vai por muitos ser tido como excessivamente obscuro e misterioso, não verificável positivamente.

[4] Este lugar de 'encontro' ou das 'conexões' representaria o domínio ou o campo de observação dos geógrafos (Brunhes, 1962, p.26).

[5] "*A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais*" (Santos, 1997, p.51).

Este senso da superfície da Terra é um dos caracteres centrais na identidade da Geografia[6], e ao mesmo tempo este senso, pela complexidade que a crosta do planeta e as relações humanas comporta, conduz-nos à desafiante e rica convivência com um conceito de significados muito variados. É sob a forma de crosta terrestre, superfície da Terra ou do planeta[7] que o conceito de espaço geográfico se consolida nos esforços para definir o campo da Geografia, nos cerca de 100 anos entre os séculos XIX e XX.

O fato é que o conceito de espaço geográfico preservava e consolidava a visão integrada e ecológica, dir-se-ia até 'enciclopédica', da tradição geográfica. Não é sem motivo que se filie à tradição kantiana esta visão integrada e concreta. Em Geografia, a basear-se em trechos da obra *Physische Geographie* (1802, transcritos por Schaefer, 1996, p.556-557), diz Kant que

> "*...consideramos a cena da natureza, a* [crosta da] *terra mesma, e os lugares nos quais as coisas*

---

[6] Os périplos[6] na Antiguidade, os portulanos medievais, os mapas renascentistas com as 'Imago Mundi' de então, e chegando-se até às nossas cartas topográficas e às imagens obtidas por satélites e instantaneamente transmitidas para estações terrestres, todos estes artefatos de representação foram ou são construídos a partir da experiência da necessidade do conhecimento sobretudo descritivo da superfície da Terra. As representações cartográficas situam-se, portanto, no coração do ramo do saber que os gregos denominaram pela palavra Geografia (*geo* = terra; *graphein* = descrever).

[7] Ao longo da maior parte da sua história, contudo, a Geografia abarcou estudos muito vastos e tão amplos que suas investigações estendiam-se para muito além da superfície do planeta. Ainda hoje, e como herança destes tempos, sobrevive entre muitos a velha imagem da Geografia como um saber cosmológico. A redução do campo da Geografia à superfície da Terra faz parte da definição da denominada Geografia moderna, devendo-se Immanuel Kant a clara distinção entre a Astronomia e a Geografia, mas ele mesmo, contudo, trabalhou com ambos os ramos do saber (Hartshorne, 1978, p.23).

realmente estão, em contraste com os sistemas da natureza onde perguntamos não acerca do lugar de nascimento, mas acerca da similaridade de formas..." (Kant, *Physische...transc. por Schaefer, 1996, p.556-7)*[9].

Os estudos integrados se realizavam na escala da 'região' mediante o formato de trabalho que ficou conhecido como 'monografia regional'. A 'monografia regional' era um estudo espaço-temporal totalizante– das esferas física, biológica e humana - de uma fração da superfície terrestre; ou, em outras palavras, era ela uma 'síntese regional'. Um ou outro fator numa determinada região – ora um relevo marcante, ora a maritimidade ou dependência regional a um curso de água, ora as condições do clima, ora uma cultura agrícola dominante, ou uma herança étnica e histórica, ou uma formação vegetal, etc – poderia ser o elemento utilizado para dar sentido à 'unidade orgânica' ou definir o 'caráter' peculiar da região (Meynier, 1969, pp.97-100)[10].

---

[9] Schaefer entende que a compreensão do que seria ciência sistemática de Kant é ainda correspondente à de Aristoteles e Linneu, ou seja, essencialmente classificatória (tipológica), anterior portanto à concepção de 'leis' presente Newton e Kepler (Schaefer, 1996, p.577). A proposta de Richard Hartshorne das regiões-tipo – à qual Schaefer combate por considerá-la corográfica/descritiva –, na realidadede, desloca a Geografia da busca do singular (lugar, idiográfico) , que era a visão de Kant para a Geografia, para o tipo 'sistemático' kantiano de ciência, isto é, classificatório e formal. Schaefer, por seu turno, opõe-se à ciência sistemática como taxonômica e propõe a Geografia como 'física social', ciência sistemática baseada em leis, à imagem da física mecânica de Newton e Kepler.

[10] Na perspectiva naturalista, a 'região' possuía uma unidade e identidade em si, cabendo ao estudo regional a tarefa da sua descoberta. Outro aspecto não raro envolvido na prática metodológica da 'monografia regional' era a reticência da atitude 'realista' em face às generalizações.

A elaboração do conceito de espaço

O conceito de espaço geográfico torna-se um construto cognitivo integrador da simultaneidade dos fatores, eventos e caracteres da superfície da Terra, e pretende-se sistematicamente holístico[11]. Isto contrasta com muitos desenvolvimentos recentes que, retomando as análises críticas de Scopenhauer e Nietzsche, avaliam a epistemologia holística hegeliana ou materialista como mega-representações, por lembrarem menos a perspectiva dos indivíduos pensando por si mesmos que uma vontade de 'estado' nacional ou global ou de partido.

Na perspectiva do subjetivismo kantiano compreende-se a elaboração do conceito de espaço – 'elaboração', posto que ele é um 'a priori' – como fruto da experiência sensorial individual com o fundamento real que é a *extensão* dos corpos. No materialismo, opostamente, a 'exterioridade' e a 'objetividade' do espaço relevam-se, usualmente lançando-se mão de metáforas mecânicas ou eletrônicas ou biológicas ('espaço geográfico como super-organismo')

---

[11] Um exemplo da elaboração conceitual do espaço geográfico é a que oferece M. Santos: "*O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá ... Os objetos...não nos permitem o conhecimento, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se dão sem os sistemas de objetos*" (Santos, 1997, p.51).

para representá-lo, minimizando o papel da experiência individual.

Mapeando o espaço geográfico

O mapa, em termos usuais e práticos, associa ou vincula o espaço geográfico a um plano, e sobre este plano estabelece convencionalmente uma grade de coordenadas para proceder às locações absolutas[12] dos elementos ou conteúdos selecionados do espaço geográfico, e estes elementos recebem equivalência em símbolos gráficos para poderem ser figurados (legenda).

Os geógrafos necessitam dos mapas para identificar as distribuições/extensões e conexões dos fatos e processos na 'crosta da Terra'. Os geógrafos dependem dos mapas para saber como se situam e como se relacionam estes fatos e processos na superfície da Terra como um todo, ou em apenas uma fração do planeta. O mapa é um produto formal, uma linguagem simbólica aderente ao espaço geográfico, e que oferece informações geografizadas ou geo-refenciadas.

O mapa, construído a partir da escala[13], da projeção[14] e do simbolismo[15] estabelece uma

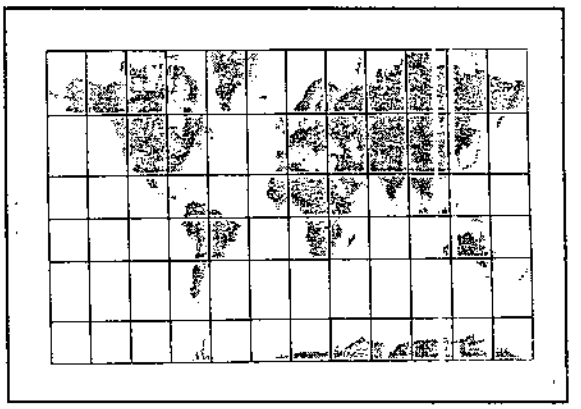
---

[12] Esta *"é a mais comum maneira de ver o espaço. É isto o que os mapas comumente mostram, independentemente dos problemas decorrentes da transformação, através das projeções, da esfericidade do globo em um mapa plano."*(Holt-Jensen, 1988, p.73).

[13] *Escala* é a relação entre a distância no mapa e a distância no terreno; por exemplo, se *E 1:100.000*, 1 centímetro no mapa vale 1 quilômetro no terreno.

rede ou grade de coordenadas esféricas (latitude, longitude) (Fig. 09). Esta rede permite a representação espacial de elementos da superfície da terra, tais como vegetação, população, estradas, rios, massas continentais, cidades, etc. Que outro suporte técnico, quando pensamos na clássica definição fornecida por R. Hartshorne para a Geografia[16], seria mais importante para a disciplina que o mapa? É o 'senso de superfície da Terra' que conduz a Geografia a uma profunda dependência em relação às representações cartográficas planas do globo[17].

Figura 09: Representação do Espaço Geográfico



---

[14] *Projeção* é a transformação da superfície esférica da terra numa superfície representada plana, o que - em geral- produz distorções nas formas, nas áreas, nos ângulos, nas direções, nas distâncias, e portanto também na Escala.

[15] Os símbolos correspondem por convenção, para comunicar ao leitor do mapa, às características ou elementos da superfície da terra a serem representados.

[16] Dizia ele ser a Geografia o ramo do saber que *"objetiva proporcionar a descrição e a interpretação, de maneira precisa, ordenada e racional, do caráter variável da superfície da terra"* (1978, p.22).

[17] Esta representação do espaço repousa na geometria euclidiana das duas dimensões, na qual a distância mais curta entre dois pontos é uma reta. Em certo sentido prático, poder-se-ia dizer que assim representado o espaço geográfico é absoluto, e é esta a forma usual de se ver o espaço que os mapas comumente mostram. É o espaço da 'locação absoluta' dos fatos geográficos, mediante um plano e os dois eixos das coordenadas. Esta forma operacional de conceber o espaço tem seu equivalente temporal no chamado'tempo cronológico'. O cronômetro estaria para o tempo (cronológico) assim como o mapa com a sua rede das coordenadas esféricas estaria para os lugares. Relembre-se a definição kantiana de Geografia e História: *"História e geografia ambas podem ser chamadas...descritivas, com a diferença de que a primeira é descritiva com respeito ao tempo, enquanto a segunda a respeito do espaço... História reporta os eventos que se seguem uns aos outros no tempo. A Geografia reporta os eventos que acontecem simultaneamente no espaço. História é uma narrativa, geografia uma descrição..."* (Kant, 1802, cit. por Schaefer, 1996, p.577).

O campo e os objetos da Geografia

O campo da Geografia, ou seja, o espaço geográfico, é o continente dos objetos da Geografia. Estes objetos, contudo, são muitos. A Geografia, a julgar pelas numerosas evidências - atuais e na sua formação - dos seus diferentes temas e abordagens, estuda sem dúvida objetos múltiplos. Seria coercivo e principalmente inócuo e irreal reduzir tal diversidade a um objeto único, o espaço geográfico, significando talvez esta atitude uma herança de tendência unificadora e totalizante do sistema hegeliano.

Acreditar ser a identidade da Geografia baseada no 'objeto único', o espaço geográfico, parece pertinente ao contexto da dominância da Geografia Regional com seu realismo estético, isto é, o pensamento regional antes da proposta de Hartshorne das abstratas e analíticas 'regiões-tipo'. Naquele contexto, o espaço geográfico era recortado em *regiões* geográficas e representado pelas *monografias regionais*. Porém, uma vez que a Geografia a partir dos meados do século 20 começou o seu desenvolvimento sistemático e sua maior multiplicação temática, a estética paisagística foi descentrada, persistindo, é certo, mas agora

ao lado da imaginação abstrata dos variados modelos sistêmicos ou estruturais referentes a vários objetos.

A isto se poderia denominar alteração estética na epistemologia da Geografia, que talvez na pintura corresponda ao contraste conceptual entre um quadro de Canaletto ou de Franz Post, por um lado, e um de Salvador Dali ou Picasso por outro. Ciência e estética, como o sabem estudiosos da epistemologia, se intercambiam, possuem pontes. O que importa no problema do objeto? ou objetos? da Geografia é entender que perspectiva desobstrui o caminho da investigação sistemática e da criatividade na disciplina.

Os estudos sobre as regularidades observáveis no campo da Geografia – o espaço - quanto à urbanização, população, saúde, indústria, turismo, sistemas de povoamento, drenagem, clima, etc suscitaram vários objetos de estudos tais como as centralidades urbanas, os padrões e a dinâmica dos assentamentos turísticos, os movimentos populacionais, a dinâmica das vertentes, as mudanças climáticas, a natureza e as propriedades dos espaços relativos como os das comunicações e transportes, etc.

William Pattison, em 1964, propôs uma apreensão do conjunto das práticas da Geografia mediante quatro tradições, que

apesar de distinguíveis se intercambiam: 1) a 'tradição espacial' – envolvida na abstração/identificação de aspectos como distância, forma, direção e posição -, 2) a tradição dos 'estudos de área' ou regionais ou corográficos, 3) a tradição dos estudos das relações assentamentos humanos/meio ambiente, e, 4) a tradição de ciências da Terra (Pattison, 1964). Ou, como não é raro se propor hoje, a Geografia organizada em conjuntos de práticas, métodos e temas caracterizados ora como 'análise espacial', ora como explorações do 'lugar', ora como estudos do 'meio ambiente'. Cada uma destas dimensões comporta muitos objetos e muitas especificidades e atitudes metodológicas (Quadro 2).

Pode-se admitir que os princípios metodológicos da Geografia[18] e seu campo perpassam os estudos e conferem comunalidade e cimento à disciplina. Mas, o objeto foi multiplicado e, como hipótese, poder-se-ia afirmar que a visão holística do espaço geográfico tal como tradicionalmente formulada ou insistida mediante o conceito de 'totalidade' fornece apenas um substitutivo de *religação* através da ciência, tão insuficiente quanto peculiar à modernidade.

---

[18] Da extensão, da ação humana, da atividade do espaço, da influência do 'sítio de representação' sobre as formulações geográficas, das conexões, da dinâmica dos fatos e seus padrões, da generalização, etc.

Capítulo 6

Espaços Relativos e Renovações Epistemológicas na Geografia

Fraturando o espaço geográfico

A segunda metade do século vinte traria uma magnitude de mudanças e alterações na Geografia que não se podia de modo algum supor. A Geografia contribuiu, pode-se sem dúvida afirmar, com sua parte nas ousadias científicas que constituíram a Modernidade e também para abertura do caminho para um

momento posterior, por muitos chamado, quase por inevitabilidade lógica, de pós-Modernidade. Imagine-se que duas caudais de propostas foram desimpedidas, formando dois cursos que não cessaram e não cessam de se enriquecer metodológica e tematicamente, e tenha-se este como o caso da Geografia dos meados do século 20 aos dias atuais.

Uma caudal de renovações foi representada pela emergência e propagação das atitudes teóricas de base lógico-positivista na Geografia. Ela aparece como a mais ousada iniciativa de ampliar para os fenômenos culturais os raciocínios físico-matemáticos de análise do comportamento dos fenômenos, embora o conjunto das novas atitudes que cercam a iniciativa não se restrinja a isto. A reação à inovação dentro da disciplina foi severa. Aqui e ali, as opiniões sobre a iniciativa foram diversas e inesperadas. Para uns era um programa epistemológico aparentado do dirigismo estatal, enquanto outros o viam como útil às corporações capitalistas, e outros a viam até como ´numerologia`.

Acrescentar palavras à Geografia dificilmente comunica clareza. O termo 'geografia teórica' – 'theorethical geography' - supunha que a 'geografia' anterior desconhecia o princípio da geografia geral, o que é difícil de se aceitar. Mais tarde, o termo 'geografia crítica'

poderia mesmo sugerir que pudéssemos ter também uma 'geomorfologia crítica' que se revoltasse contra a evidencia de que areias podem se acumular formando dunas.

Uma segunda caudal de mudanças acontece no final dos anos de 1960, esta associada a novas atitudes diante dos valores sociais, políticos e culturais até então prevalecentes. Fatiamento do monolitismo dos conceitos a partir de leituras dos novos agentes que emergiam, reações às desigualdades étnicas, raciais, de gênero e de participação na riqueza gerada, massificação do ensino superior, ameaça nuclear pelo conflito entre o sistema dirigista de estado e o sistema liberal de mercado, insatisfações com a configuração de temas e abordagens prevalecentes na disciplina, tudo isto e muito mais alimentava uma onda de novos assuntos e reflexões dentro da Geografia (Johnston, 1986, p.223)[1].

Estas reflexões foram pouco a pouco revelando o amplo espectro epistemológico e de crenças políticas existente na Geografia ao longo dos anos de 1970 e começos de 1980, que envolvia desde atitudes liberais até atitudes de contra-cultura, incendiárias e dirigistas, ou uma variedade de perspectivas como as

---

[1] Kasperson (1971, p.13, cit. por Johnston, 1986, p.224) observava: "*A mudança nos temas de estudo, em Geografia, de super-mercados e auto-estradas para a pobreza e o racismo já começou, e podemos esperar que continue, pois os objetivos da Geografia estão se modificando. Os novos homens vêem o objetivo da Geografia como os mesmos da Medicina – adiar a morte e reduzir o sofrimento*".

ambientalistas, as culturais e humanistas, ao lado de renovadas análises espaciais como as realizadas acerca da 'contra-urbanização' e do espaço urbano pós-industrial. As mudanças na Geografia identificadas a partir do final dos anos de 1960 não formaram um bloco compacto, nem todas as mudanças significaram o culto a líderes e heróis. Algumas representavam mesmo reações às outras, ou não raro aconteciam em total indiferença à agitação.

Teoria espacial e espaços abstratos

Os desenvolvimentos da Geografia como ciência positiva a partir dos meados do século XX fizeram com que o intuído ou o subentendido na compreensão do espaço – o espaço de vida -, por um lado, e a representação topográfica convencional deste espaço, por outro, passassem a figurar como insuficientes diante dos novos desafios e possibilidades postas diante da disciplina.

Com as iniciativas da chamada – à época, anos de 1950 - 'nova geografia' ('new geography') ou 'geografia teórica', as discussões sobre o 'espaço' na Geografia ganham impulso e alta relevância. O próprio adjetivo 'teórico' (do Inglês 'theoretical') justaposto à palavra geografia significava uma oposição - entusiasta e

militante - à Geografia clássica, à 'velha' Geografia descritiva, empírica, e tanto desconfiada das generalizações quanto apegada ao espaço geográfico.

A 'análise ou ciência espacial' – cujo marco original de referência como movimento de idéias é o trabalho de Fred K. Schaefer (1953)[2], com o título *Exceptionalism in Geography: a methodological examination* - dirá que o conceito de 'espaço geográfico' e os temas e procedimentos metodológicos decorrentes dele, como as monografias regionais, tendiam a produzir uma Geografia descritiva, corográfica, dos lugares[3], e desta maneira pré-científica segundo os cânones do neopositivismo. A representação topográfica e empírica da superfície da Terra, uma vez que refletiria a singularidade dos lugares, serviria mais propriamente aos estudos idiográficos e

---

[2] Fred Schaefer nasceu em Berlin em 1904 e ganhou a vida enquanto jovem como aprendiz de metalúrgico, enquanto secretariava a secção sindical da juventude social-democrata alemã, esquerda. Ativo e inteligente, estudando à noite, realizou estudos de pós graduação em Ciência Política e Geografia Política. Sofrendo represálias com a ascensão do nacional-socialismo, Schaefer, como milhares de europeus, acabou encontrando generoso refúgio nos EUA em 1938, após passar sucessivamente pela França e Inglaterra. Na América fixou residência em Iowa ajudando refugiados de guerra europeus. Quando o Departamento de Geografia da U. de Iowa foi criado em 1946, tornou-se nele professor. Em 1947 apresentou à Associação dos Geógrafos Americanos o trabalho *Geographical Aspects of Planning in the USSR* . Schaefer faleceu em Junho de 1953 vitimado por ataque cardíaco enquanto seu artigo – *Exceptionalism* (1953) - sofria revisões junto à Associação dos Geógrafos Americanos (Martin, 1989, p.73 e 80). Foi o filósofo Gustav Bergmann, amigo e colaborador na U. de Iowa, que realizou as provas finais para a publicação deste artigo, após o falecimento Schaefer.

[3] W. Bunge compara o uso de dois termos elucidativos para o entendimento da proposta da Geografia teórica ou das generalizações em oposição à Geografia regional ou 'tradicional': *"ao longo do trabalho de Schaefer está o termo 'espaço', enquanto Hartshorne usa a palavra idiográfica 'lugar'. A disputa 'espaço' versus 'lugar' é uma direta conseqüência das suas posições acerca do 'geral' versus o 'único'. Hartshorne é pessimista acerca da nossa habilidade para produzir leis geográficas, especialmente a respeito do comportamento humano"* (Bunge, 1962, p.12, cit. por Martin, 1989, p.79).

concretos[4], mas não era suficiente ao estudo científico, que necessitaria testar hipóteses ('suspendê-las') e identificar regularidades espaciais no comportamento espacial humano.

Nos meados do século 20 foram numerosas as discussões e formulações sobre o conceito de 'espaço' na disciplina, evidenciando-se uma onda de preocupações teóricas e metodológicas positivas e lógicas em relação a este conceito como nunca antes havia acontecido à Geografia. Para a disciplina no formato clássico ou regional, baseada no conceito de 'espaço geográfico' – o "*espaço geográfico empírico*", como o nomeia Dauphiné (1991, pp.48-52) -, o que seria 'geral' na disciplina era mais um conjunto de idéias e princípios ensinados na iniciação à Geografia.

Não que o campo da Geografia estava deixando de ser a 'superfície da Terra'; mas o fato é que o 'espaço' agora seria lógica e positivamente construído a partir de abstrações externas e em função de metas racionais de identificação e verificação de hipóteses de relações espaciais entre variáveis definidas para um tema específico. Este 'espaço construído' poderia ser uma superfície isotrópica, onde as simulações do comportamento das variáveis

[4] Dauphiné propõe uma distinção conceitual entre 'espaço geográfico empírico', correspondente à tarefa mais descritiva da Geografia e da Cartografia, e o 'espaço geográfico teórico', em cujos exemplos estariam arrolados os modelos da análise espacial (Dauphiné, 1991, pp.48-52).

poderiam ser realizadas. Com o desenvolvimento da Geografia Urbana, desenvolvimento que se confunde com o das novas atitudes 'teoréticas', o 'espaço urbano', era agora um espaço relativo às interações das funções urbanas.

Assim, o 'espaço' não é mais um 'a priori' "*forma de todos os fenômenos dos sentidos externos*", o "*uno*" (Kant, 1999, pp.74,75), mas um 'a posteriori'. Resultado é que a palavra espaço amplia seu significado em Geografia, enriquece-se, e com isto abrindo para a disciplina extraordinárias possibilidades de explorações temáticas através de diversos espaços teóricos e relativos, possibilidades antes opacificadas pela concepção do 'espaço geográfico' único.

A Geografia como 'ciência espacial' – com o seu "*espaço teórico*" (Dauphiné, 1991, pp.48-52) - recebe decisiva influência dos procedimentos metodológicos do chamado positivismo lógico[5] em uso na Economia Espacial, que com seus espaços abstratos, simulações de comportamento de variáveis e ênfase nas localizações relativas e nas distâncias, encontra mediante a legitimação da 'previsibilidade' uma

---

[5] Na apreciação de R. Johnston, as abordagens positivistas "*envolvem a elaboração das generalizações empíricas, que são afirmações com caráter de leis e relacionadas a fenômenos observáveis empiricamente. Como tais, estas abordagens são básicas para a metodologia e a filosofia das ciências naturais. A aplicação delas à geografia humana reflete a crença de que os seus objetivos são também realizáveis numa ciência social*" (Johnston, 1989, p.11). Dito de outra forma, "*positivismo lógico é a filosofia ocupada com o desenvolvimento do conhecimento na forma de afirmações gerais, obtidas mediante procedimentos aceitos, acerca de fenômenos observáveis*" (Johnston, 1989, p.12).

ampla acolhida e campo de aplicações. Isto significa a desconsideração, no campo da abordagem e do estudado pelo positivismo lógico, do que se denomina 'metafísica', a saber, idéias como a de totalidade, cosmos, caráter regional, lugar, assim como a intuição, a empatia e a apreensão estética, por não se subjugarem ao 'princípio da suspensão e verificação empírica' das hipóteses.

Schaefer, interessado nos trabalhos dos economistas Christaller, Weber e Thünen[6], tinha em suas cogitações a cooperação de G. Bergmann, o autor de *The Methaphysics of Logical Positivism.* Tal qual Schaefer, Bergmann era refugiado da Alemanha nacional-socialista e havia participado do grupo do positivismo lógico (neopositivismo) conhecido como Círculo de Viena, nos anos de 1920/começos de 1930 (Martin, 1989, p.81; Livingstone, 1992, p.318)[7].

---

[6] O trabalho de Walter Christaller, a fonte para a Geografia como 'ciência espacial' no campo dos estudos teóricos sobre as regularidades e tendências espaciais dos assentamentos e do povoamento urbanos é o *Central Places in Southern Germany* (1966), publicado em 1933. O trabalho só se tornou mais conhecido cerca de duas décadas depois, nos anos de 1950 resgatado pelos estudos 'espaciais', e apenas em 1966 foi publicado em Inglês. Alfred Weber é responsável por estudos pioneiros na localização da função industrial, com seu livro originalmente publicado em 1909 e traduzido para o Inglês em 1929 com o título *Theory of the location of industries*, e Johann Heinrich von Thünen (1783-1850) elaborou um modelo de ordenamento teórico do uso do solo. Como observaram Bradford & Kent, todos procuravam encontrar *"ordem na informação caótica"*, regularidades, e utilizavam hipóteses e superfícies (espaços) teóricas e simplificadas para proceder às simulações em busca da descoberta de 'leis' ou 'tendências' espaciais (Bradford & Kent, 1987, p.67).

[7] Os freqüentadores do Circulo de Viena compartilhavam da doutrina que a ciência baseava-se em comprovações da experiência (verificação). Karl Popper, em sua *Autobiografia Intelectual*, declara o seu débito para com o 'circulo', apesar de dizer que dele nunca participou diretamente, mas que se beneficiou do seu 'halo', ou da convivência com integrantes dele (1977, p.91,97). *"O que mais me fascinava no Círculo"*, escreve K. Popper, *"era a atitude científica, ou, como agora prefiro denominá-la, a atitude racional"* (Popper, 1977, p.96) que submetia as opiniões ou crenças ou hipóteses ou teorias à 'suspensão' e aos testes de verificação. Contudo, Popper discordava de certa tendência existente de eliminar a

Para Schaefer, numa ciência ativa os conceitos estavam "*continuamente sendo refinados ou abandonados; leis e hipóteses são, como deve ser, confirmadas ou não, ou, talvez, reduzidas ao status de aproximações não mais satisfatórias. Metodologia é a lógica deste processo*" (Schaefer, 1996, p.572); mas a Geografia continuava a confundir 'método' com técnicas de ensino, técnicas de mapear e técnicas de realizar levantamentos históricos (Schaefer, 1996, p.572).

Os pontos centrais da proposta da Geografia como 'ciência espacial' podem ser sumarizados da seguinte forma, resumindo-se as próprias palavras de Schaefer em resposta aos revisores do seu célebre artigo:

> *A Geografia não poderia – e nem a História também – desejar ter metodologia diferente das demais ciências; seria insustentável que ela continuasse taxonômica e descritiva, estudando enciclopedicamente tudo de cada região, metodologia que derivava da confusa cosmografia de Kant e Humboldt* (pontos sumários da carta de Schaefer, 1953, ao Editor dos *Annals of the Association of American Geography*, transcrita parcialmente por Martin, 1989, p.72).

Fato é que trabalhos explorando a via da formulação matemática e geométrica para a compreensão dos fatos em Geografia humana haviam surgido antes ou simultânea e

---

Metafísica com a justificativa de que "*suas teses não podem ser racionalmente justificadas*", ou que a pluralidade dos sistemas filosóficos seria condenável (Popper, 1977, p.96).

independentemente ao artigo de Schaefer[8], ou depois sem referência ao seu trabalho. De tudo isto então, o grande desenvolvimento dos trabalhos da Geografia como 'ciência espacial' irá acontecer nos anos de 1950 e começos de 1960 na Universidade do Estado de Washington, em Seattle, com os trabalhos de William Garrison, Brian Berry, William Bunge, Richard Morril, entre outros, depois da morte do autor de *Exceptionalism in Geography* (Johnston, 1986, pp.87-89).

Estes fatos evidenciam a existência de uma difusão da 'cultura acadêmica' do positivismo lógico para os ambientes geográficos, vindos da Economia e da Filosofia, e o artigo de Schaefer (1953) é, ao lado de outros trabalhos, um marco da notável ousadia[9] na epistemologia da Geografia humana, desde Varenius e Humboldt. É como se a aventura científica da modernidade na Geografia completasse seu ciclo como 'física social'.

O desenvolvimento das ciências naturais ao longo dos séculos 18 e 19, para Schaefer, evidenciava que a descrição, mesmo seguida de classificação, não era mais suficiente, pois "*não*

---

[8] David Livingstone opina que *"Certamente, muitos, em luta por uma geografia mais científica, encontraram no trabalho de Schaefer uma espécie de símbolo filosófico que a campanha requeria"* (1992, p.316).

[9] Conforme diria R. Morril, *"Vendo a nós mesmos como subversivos e minoria temida, isto nos dava uma força sem juízo e nos ajudava a manter-nos em fermento intelectual, em exigências e conspiração. Era muito fácil personificar Richard Hartshorne, cujo trabalho havíamos estudado em detalhe, como aquilo contra o que lutávamos. Nós encontramos heróis – particularmente Schaefer and Christaller –e vários vilões"*(Morril, 1984, p.59).

explicava o modo como os fenômenos se distribuem pelo globo" (Schaefer, 1996, p.573). Seria preciso lembrar-se de Humboldt e Ritter, para os quais "*todas as relações naturais, e conseqüentemente todas as relações espaciais, eram governadas por leis*", que era o que deveria interessar à Geografia, e não fatos individuais (Schaefer, 1996, p.573).

Com tais pontos de vista, o programa epistemológico positivista de Schaefer colidia frontalmente contra o subjetivismo e o reconhecimento da experiência, do indivíduo e da singularidade presentes no conceito de espaço e de tempo de Kant, que suportava uma concepção especial para as metodologias da Geografia e da História - em contraste com as ciências 'sistemáticas" – e que sem dúvida constituía uma das bases da variante historicista que era dominante na Geografia de então (Schaefer, 1996, p.576)[10].

Richard Morril, em suas recordações sobre a atmosfera que na Universidade de Washington permitiram tal inovação e afoiteza no campo metodológico, registra que não havia na pós graduação - com um reduzido número médio de 25 alunos - disciplinas obrigatórias, ou currículo mínimo. Os programas de cursos eram personalizados, pelo aluno

---

[10] "*O pai do 'exceptionalism'*", afirma Shaefer, "*é Immanuel Kant. Apesar de sem dúvida um dos grandes filósofos do século 18, Kant era um "poor geographer" quando comparado aos seus contemporâneos ou mesmo Bernard Varenius que faleceu cento e cinqüenta anos antes dele*" (1996, p.576).

principalmente, ainda que sob supervisão docente. Porém...,

> *"havia não somente liberdade, mas também grandes expectativas de que os estudantes atingissem altos níveis de proficiência em campos afins, como economia ou sociologia ou estudos sobre a Rússia"* (Morril, 1984, p.58).

Do ponto de vista epistemológico, o que é mais importante reter quanto à experiência da 'geografia espacial' é que – fato reconhecido por professores que *"não eram apóstolos da 'revolução' quantitativa"*, como Donald Hudson e Edward Ullman (Morril, 1984, p.59) –

> *"se a Geografia desejava se tornar respeitada, ela havia que se preocupar com teoria, e que a busca pela construção teórica e os conseqüentes testes requeriam métodos melhores que o que eles conheciam"* (Morril, 1984, p.59).

O problema central era de natureza epistemológica, da busca do conhecimento, e isto acarretou um enorme esforço *"para construir tanto modelos nomológico-dedutivos quanto modelos estatístico-indutivos"* (Livingstone, 1992, p.319)[11].

---

[11] É inverter as polaridades definir o programa para a Geografia proposto por Schaefer como 'geografia quantitativa', uma vez que massivas técnicas quantitativas vieram a ser aplicadas sob a égide da atitude tipológica/regional caracteristicamente hartshorniana – à qual Schaefer se opunha -, como observa Darlene Ferreira ao estudar a história Geografia Agrária no Brasil no período de 1930 a 1990 (2002, p.270-271). Maurício Abreu, em exaustiva revisão da Geografia Urbana no Brasil, afirmara que embora "*tenha havido uma transformação sensível na Geografia Urbana (e humana) brasileira a partir de 1970, não houve aqui uma revolução positivista conforme ocorreu, por exemplo, nos EUA. E isto deveu-se principalmente ao fato de que, aqui, não se seguiu a regra máxima do neopositivismo, qual seja, a de que o avanço da ciência se realiza apenas a partir do raciocínio, de conceitos hipotéticos, de axiomas, e não a partir da observação*" (1994, p.49-50). As técnicas quantitativas necessitam ser compreendidas como

O ponto de vista pode ser esclarecido pelas palavras do próprio W. Christaller, que retoma o método da 'verificação da teoria' empregado por Alfred Weber. Como uma criação teórica, um modelo possuiria uma validade completamente independente da aparência da realidade (valor teórico ou ideal), mas isto somente no campo da lógica. Afirmava Christaller que a teoria deveria ser verificada para que se soubesse em que medida realidade e teoria estariam em correspondência:

> *"Os fatos que a teoria não consegue explicar devem ser esclarecidos através dos métodos históricos e geográficos, uma vez que eles envolvem resistências condicionadas pela natureza, pela história e personalidades – fatores que causam desvios em relação à teoria. Eles não têm nenhuma relação com a teoria em si, e, mais que tudo, não podem ser citados diretamente como provas contra a validade da teoria"* (Christaller, 1966, p.5).

A idéia, a teoria, teria valor em si e transcendente às circunstâncias; portanto, há, como o próprio nome 'Geografia teórica' sugere, um primado da subjetividade teórica que colidia

---

corolário da atitude teórico-positivista diante da realidade para que seu uso indique atitudes 'teoréticas'. A atitude 'teorética' pode mesmo prescindir de técnicas quantitativas. Muitos 'modelos gerais' evidenciando regularidades espaciais, como o modelo indutivo do desenvolvimento do povoamento em contextos coloniais de Taffee, Morril & Gould, apesar de inspirados na possibilidade da simplificação do espaço para uma superfície isotrópica, não envolviam técnicas estatísticas. Realizando revisões históricas dos desenvolvimentos dos diversos ramos sistemáticos da Geografia Humana nas últimas décadas poder-se-á avaliar a dimensão epistemológica e vasta da contribuição da atitude 'teorética' (teórica) na Geografia , inclusive na recentemente expansiva Geografia do Turismo (Crocia, 2002, 2003).

com o primado do materialismo descritivo da 'Geografia corográfica e regional'.

A revolução das perspectivas e espaços em Geografia

O que seria o espaço relativo na Geografia? É o espaço com ilimitadas ou *n* dimensões[12], e não mais duas ou três ou quatro. Para o relativismo, o que importa é a ação do sujeito (agentes), os processos e os contextos espaciais relativos. O espaço não seria nunca puro e irreferenciado, mas sim relativo a alguma coisa:

> *"Não podemos identificar nenhum ponto que represente objetivamente o 'agora': tanto o tempo quanto o espaço são conceitos relativos. Nada no mundo físico pode ser caracterizado como pura corologia ou pura cronologia"*, resume Holt-Jensen as discussões em torno do problema (1988, p.73).

O 'relativismo' - que também é denominado de 'perspectivismo' - é uma concepção ou doutrina do conceito de verdade em ciência. Segundo esta doutrina, não é um objeto, o 'externo', mas sim outra coisa que não é este objeto que passa a funcionar como norma da verdade. Esta coisa, externa ao objeto e em relação com ele, isto é, o 'sujeito' com sua dinâmica psyche apoiada em

[12] Como está subentendido no conceito de 'espaço geográfico' considera-se ele usualmente com quatro dimensões: as duas que dão as localizações absolutas dos elementos no plano-superfície (latitude e longitude), a altitude – e aí com estas dimensões temos o espaço tridimensional – e o tempo.

antíteses (Jung, 1995, p.383), com suas condições culturais, sociais, políticas, étnicas, econômicas, etc, é que dá sentido ao objeto. Inexistiria norma de verdade derivada de um objeto e válida universalmente para todos.

A basear-se em Jung "*a psyche não pode saltar para fora de si. Ela não pode produzir verdades absolutas, por que sua própria polaridade determina a relatividade das suas afirmações*" (1995, p.384). Instalou-se um processo variado de auto-reflexão cultural e filosófica na Geografia, de modo que os resultados foram surpreendentes e multidisciplinares, deixando a disciplina de focalizar "*exclusivamente*" (Buttimer,1996,p.55) nos métodos e técnicas, como vinha acontecendo.

O espaço relativo da percepção

Muitos estudos se desenvolveram colocando ênfase no papel do sujeito na apreensão do espaço. Em vez de o espaço e seus múltiplos objetos serem considerados os estruturadores das suas próprias representações, os 'sujeitos' que representam - e suas circunstâncias - é que passam a exercer o papel central, numa reação anti-positivista que possui traços da filosofia kantiana[13], de Schopenhauer e de Nietzsche, e de reação anti-hegeliana e anti-totalizante. Há

[13] Neste sentido, e sem evitar a simplificação, observe-se como Popper distingue entre o subjetivismo kantiano e o realismo (objetivismo): os idealistas admitem que "*nossas teorias são ativamente produzidas por nossas mentes*" (Popper, 1977, p.90); de modo contrastante, o realismo/objetivismo tende a ver a teoria como resultado "*da impressão que a realidade exerceria sobre nós*" (idem, p.90).

um resgate da 'singularidade' da experiência geográfica e humana[14].

A concepção relativista do espaço abriu muitas sendas ou vias de pesquisa na Geografia, ao mesmo tempo que deconstruia através do perspectivismo – social, cultural, político, experiencial, etc – temas e abordagens habitualizadas na disciplina. Desta maneira, o subjetivismo trouxe para a Geografia uma onda de renovação, inquietação, desorientação e reação similar à trazida pelo 'esforço teórico'.

A inquirição epistemológica moveu-se numa direção inesperada. Tanto sob a dominância dos estudos das singularidades regionais e da regionalização classificatória (tipológica) – estudos idiográficos -, quanto na busca das 'regularidades' espaciais ou 'leis' – estudos nomotéticos - , a disciplina estava centralmente orientada para o exterior e para a discussão de princípios ou teórica, técnica ou metodológica, para acessar este exterior. Havia um reducionismo, a tecnificação do pensamento geográfico (Buttimer, 1996, p.77). Uma 'terra incógnita' na mente humana, além do nível dos paradigmas – idiográfico, tipológico, 'teór(ét)ico', estrutural – fora identificada com apoio na

[14] "*Quando um indivíduo morre, um conjunto de sentimentos e pensamentos, toda uma maneira de apreciar a natureza e a cultura, toda uma multitude de formas de reverenciar Deus é removida do universo*" (Tuan, 2002, p.317).

perspectiva dos estudos clássicos, culturais e das humanidades.

Anne Buttimer (1996), com base em Stephen Pepper (1942) sobre as 'relativamente adequadas visões de mundo' ocidentais, propõe que as visões de realidade que os geógrafos têm apresentado, não obstante sob paradigmas diferentes, poderiam ser entendidas mediante pelo menos quatro metáforas: formismo, mecanismo, organicismo e contextualismo. Aparentemente diversos, marxismo e ciência espacial compartilham da mesma metáfora do 'mecanismo' (Buttimer, 1996)[15], por exemplo.

O reconhecimento das metáforas oportunizariam campo para um diálogo entre paradigmas, descortinando-se a via socrática que persiste "*na jornada rumo ao auto-conhecimento crítico e emancipação de tudo que impede a aventura da razão (logos)*" (Buttimer, 1996, p.55) e evitando-se que cada paradigma continuasse narcisicamente encantado e paralizado em si mesmo.

Mas o que significa 'deconstruir' em Geografia? Para N. Webb, o 'deconstrucionismo' – a ferramenta intelectual do 'perspectivismo' - na Geografia desenvolve-se a partir dos anos de 1970 e se constitui numa força crescente no sentido de rever ou mesmo ameaçar a

[15] A linguagem geográfica, de fato, revela estas metáforas (Buttimer, 1996, p.57) através de termos como 'artérias' ou 'redes' de circulação, 'morfologia', 'pólos', 'aglomerados', etc. Tal renovação postula a urgente necessidade de renovações curriculares e novas pontes interdisciplinares.

construção da disciplina ao longo dos últimos dois séculos:

> "*Através do questionamento do significado das palavras e da lógica dos raciocínios, o deconstrucionismo persegue uma transformação básica na concepção de realidade que o geógrafo possui. Tanto o positivismo quanto o estruturalismo teriam se revelado superados nas suas buscas por estruturas básicas. O que deconstrucionismo oferece é incerteza, significados fraturados e insegurança*", opina Webb (1991, p.123).

Estava em curso e continua, sem dúvida, uma profunda mudança de atitudes e crenças dentro da Geografia, mudança a exigir uma revolução criativa e interpretativa assustadora, uma marcada flexibilização de natureza epistemológica e uma notável coragem para enfrentar as perdas de ilusões e legitimações.

O relativismo serviu de suporte ao deconstrucionismo na Geografia. No campo da Geografia comportamental passa-se a minimizar o denominado espaço absoluto - aquele mapeado convencionalmente, ou como se diz, objetivamente – e a se enfatizar a maneira como este espaço é 'percebido'. Ou a imergir o 'percebido' naturalizado nas relações sociais, para decifrar-lhes sentidos. É assim que se deconstrói, por exemplo, a tão internalizada 'estetização naturalista e preservacionista' da

paisagem – , atitude não absoluta e universal, mas peculiar a determinados estratos sociais e culturais e que conduz a práticas de planejamento e apropriação do espaço legitimadoras de exclusão social (Duncan & Duncan, 2001).

O tradicional conceito de 'lugar' da Geografia clássica, conceito-gêmeo do de 'espaço geográfico', foi expandido para incluir a multitude de relações que ele comporta a partir do indivíduo e sua subjetividade. Um marco nesta rota é o trabalho de Yi-Fu Tuan, *Espaço e Lugar* (1983), publicado originalmente em 1977. O autor declara que expandiu o conceito de 'lugar', ao entendê-lo como centro de significados e como algo não necessariamente "*atrelado a uma localização*" (1999, p.105-6)[16].

Tecnologia, espaços e plasticidade

A análise de um espaço relativo evidencia-se pelo conceito de plasticidade do espaço ou 'espaço plástico'. A relatividade deste tipo de espaço se expressaria da seguinte forma: as 'distâncias-tempo' ou as 'distâncias-custo' que

---

[16] Defende " *a idéia de que 'lugar', definido de forma ampla como o centro dos significados ... inclui muito mais elementos que as cidades, ou mesmo as vizinhanças, lares, e casas. Por que não uma lareira, uma poltrona...*", e também afirma que "*lugar não está necessariamente atrelado a localização, que é uma crença comum. Como se pode dizer que um grande navio movendo-se com majestade através do oceano não é um lugar – um coeso mundo sob o comando do capitão...e o que dizer da cultura portátil? pois nem toda cultura está ancorada numa localidade. Pense na música clássica...*" (Tuan, 1999, p.105-106), argumenta.

estruturam os assentamentos humanos resultam em parte da demanda sócio-econômica e das alterações de tecnologia, e portanto estes tipos de espaço de relações que se criam e se desenvolvem *"são naturalmente dinâmicos e relativos"* (Holt-Jensen, 1988, p.74, baseando-se em Forer, 1978, p.235; Harvey, 1994, p.257)[17] e nunca reduzíveis ou expressáveis mediante a representação convencional e cartográfica do espaço absoluto.

A noção de distância é relativa à disponibilidade de tecnologia, aos arranjos institucionais[18] e ao envolvimento entre os pontos; o 'alcance' de um bem ou serviço - ou mais geralmente falando, o alcance de uma localidade central – seria relativo à tecnologia e à demanda, esta entendida não somente no sentido de possibilidade monetária, mas do perfil cultural, social, posição geográfica diante das redes de relações, e assim por diante.

O mais importante geograficamente para examinar muitos fenômenos não seria propriamente a distância no espaço geográfico, mas sim a posição dos objetos, das pessoas, dos eventos na topologia das diversas redes de circulação, seja de circulação de serviços,

---

[17] David Harvey considera as décadas de 1970 e 1980 de marcada "*compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural*" (1994, p.256).

[18] As políticas desregulatórias nas telecomunicações nos anos finais de 1980, privatizando ou quebrando monopólios do setor e facilitando a internacionalização das suas firmas, foram decisivas no encurtamento das distâncias, mediante ampliação das redes e barateamento das transmissões (Warf, 1989, p.258-9).

idéias, pessoas, bens, finanças, tecnologias, mercados, etc[19].

A acurada representação das 'conectividades' ('network') tem se constituído num problema urgente e de grande envergadura, estimulando projetos para mensurar estas conectividades, inclusive no campo da Internet (Brown, McGregor & Braun, 2000). As formas de representação são diversas, ora estéticas, ora geográficas, ora topológicas, como se pode constatar no *Atlas do Espaço Cibernético*[20]. Um exemplo de representação topológica do espaço dos fluxos que conectam universidades e laboratórios nos Estados Unidos foi elaborado por J. Brown, com animação para mostrar o tráfego das informações (Figura 10).

O espaço cibernético como espaço de relações ou rede

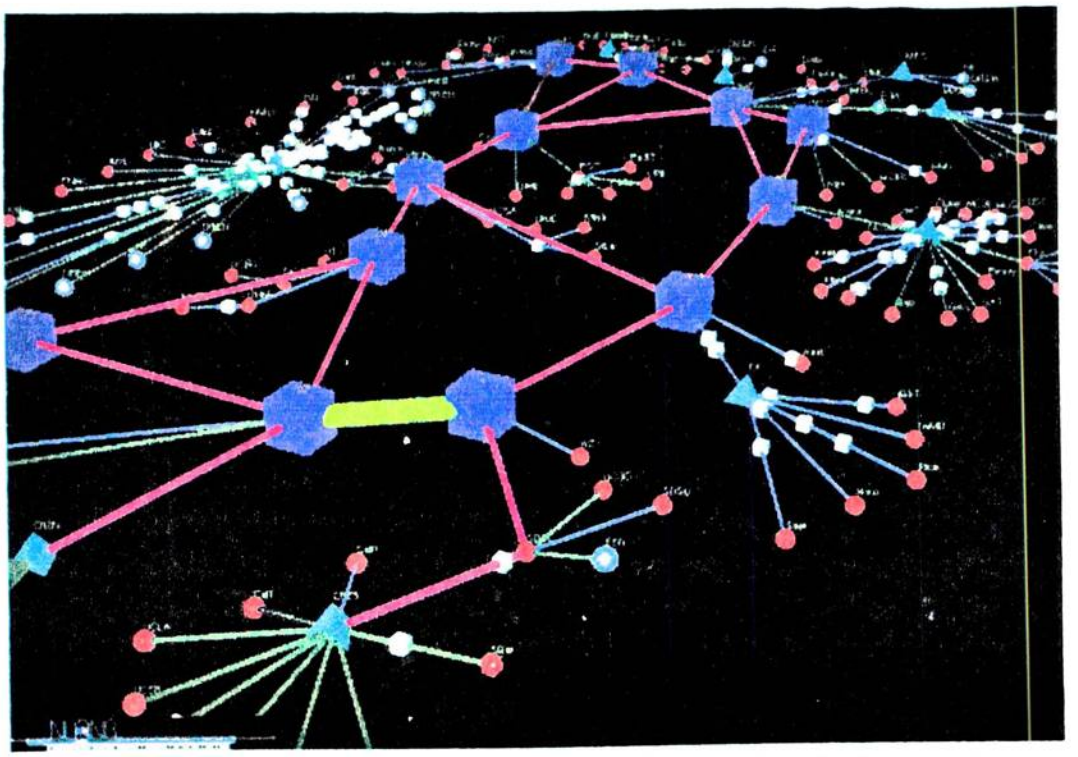
A rede mundial dos computadores é uma destas redes que se encontram entrançadas, complementando-se ou competindo entre si e desigualmente distribuídas no espaço geográfico. O conceito de lugar por si mesmo, 'absoluto', sofre uma profunda corrosão na

---

[19] Castells postula que "*a presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade*" (1999, p.565).

[20] http://www.cybergeography.org.

Figura 10: Mapa Topológico de Parte do Espaço Cibernético (network conectando universidades e laboratórios nos EUA) criado por Jeff Brown, do *National Laboratory for Applied Network Research (NLANT)*, U. of California S.Diego (fig. reprd. de www.cybergeography.org/atlas/topology.html). *Site* mantido por Martin Dodge. *Cyber-Geography Research Center for Advanced Spatial Analysis*, University College London; versão em Port. por R. Nobrega).



sociedade 'dos fluxos e das redes'. Não é que as 'redes' sejam algo novo[21], mas sim que crescentemente, em função das infra-estruturas da tecnologia de informação (IT= 'information technology'), as posições dos lugares se absorvem, como o diz Castells, com respeito às redes (financeiras, de serviços, educacionais, de

[21] O caminho de Vasco da Gama para as Índias e os 'caminhos dos tropeiros' pelo interior do Brasil formaram 'redes'. Os trabalhos de Taffee et ali (1963) e de Christaller (1966), de fato, são sobre padrões espaciais-topológicos de redes e conectividades.

tecnologias, etc): as posições dos lugares "*são definidas pelos intercâmbios dos fluxos da rede. Conseqüentemente, a rede de comunicação é a configuração espacial fundamental: os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado são absorvidos na rede*" (Castells, 1999, p.502)[21].

O espaço cibernético tem se constituído num privilegiado foco de reflexão para aqueles que procuram problematizar as distâncias e as relações na superfície do planeta nas duas últimas décadas, especialmente nos anos 90. Trata-se de uma sorte de espaço relativo, expressão das largas possibilidades tecnológicas tornadas possíveis pela invenção e difusão dos satélites e computadores.

A crescente capacidade de memória, de velocidade de processamento, de recursos gráficos, a interconexão entre os computadores por meio das redes criando a comunicação, aquisição/transferência e estocagem remota de dados alteraram não somente as condições técnicas do trabalho em Geografia, mas também as funções sociais, as formas geográficas e os significados dos lugares e das distâncias. Não estamos mais diante das mesmas redes do mercantilismo e da sociedade industrial.

---

[21] Para Castells, o espaço contemporâneo seria "*o espaço de fluxos*" (1999, p.501). Este espaço abstrato envolveria pelo menos três elementos ou camadas: o circuito de impulsos eletrônicos, os nós (centros de funções estratégicas) e a organização espacial das elites gerenciais dominantes/cosmopolitas que organizam os fluxos a partir dos centros estratégicos importantes (Castells, 1999, pp.502-505).

Crescentemente as relações financeiras, industriais, agrícolas, comerciais, a produção cultural, a educação, a política, as relações pessoais e privadas e muitos outros aspectos da vida passarem a acontecer por meio de um espaço de fluxos e estoques planetários, e de forma tão dominante que se fala num 'meio ambiente digital', que é uma rede ('network')[23].

Chame-se a isto parte crucial de uma globalização, de um capitalismo multinacional ou informacional, ou afirme-se que o processo de expansão da sua pervassividade é mais, ou menos, rápido, o fato é que, como o indica Thrift, "*o coração desta mudança tem sido o espaço*" (Thrift, 1996, p.19), reforçando o comentário 'pró-espacializante' de Edward Soya (1993, p.20) acerca da teoria social contemporânea[24].

O espaço cibernético tornou-se uma dimensão cada vez mais central na consideração e entendimento do espaço geográfico, especialmente pelas novas condições criadas por ele para as atividades humanas. Os próprios termos usados, como por exemplo 'web' - ou '*World* Wide Web, W3' -, *fronteira* eletrônica, '*homepage*', e *realidade* virtual, para não falar no próprio *espaço* cibernético

---

[23] Representações disto podem ser vistas no mencionado *Atlas do espaço cibernético*.

[24] "*Por mais de uma década*", i. é, após as primeiras críticas pós modernas nos finais dos anos de 1960, "*o projeto espacializante continuou estranhamente emudecido pela reafirmação tranquila da primazia da história sobre a geografia, que abarcava tanto o marxismo ocidental quanto a ciência social liberal numa visão praticamente santificada do passado eternamente cumulativo*" (Soya, 1993, p.20).

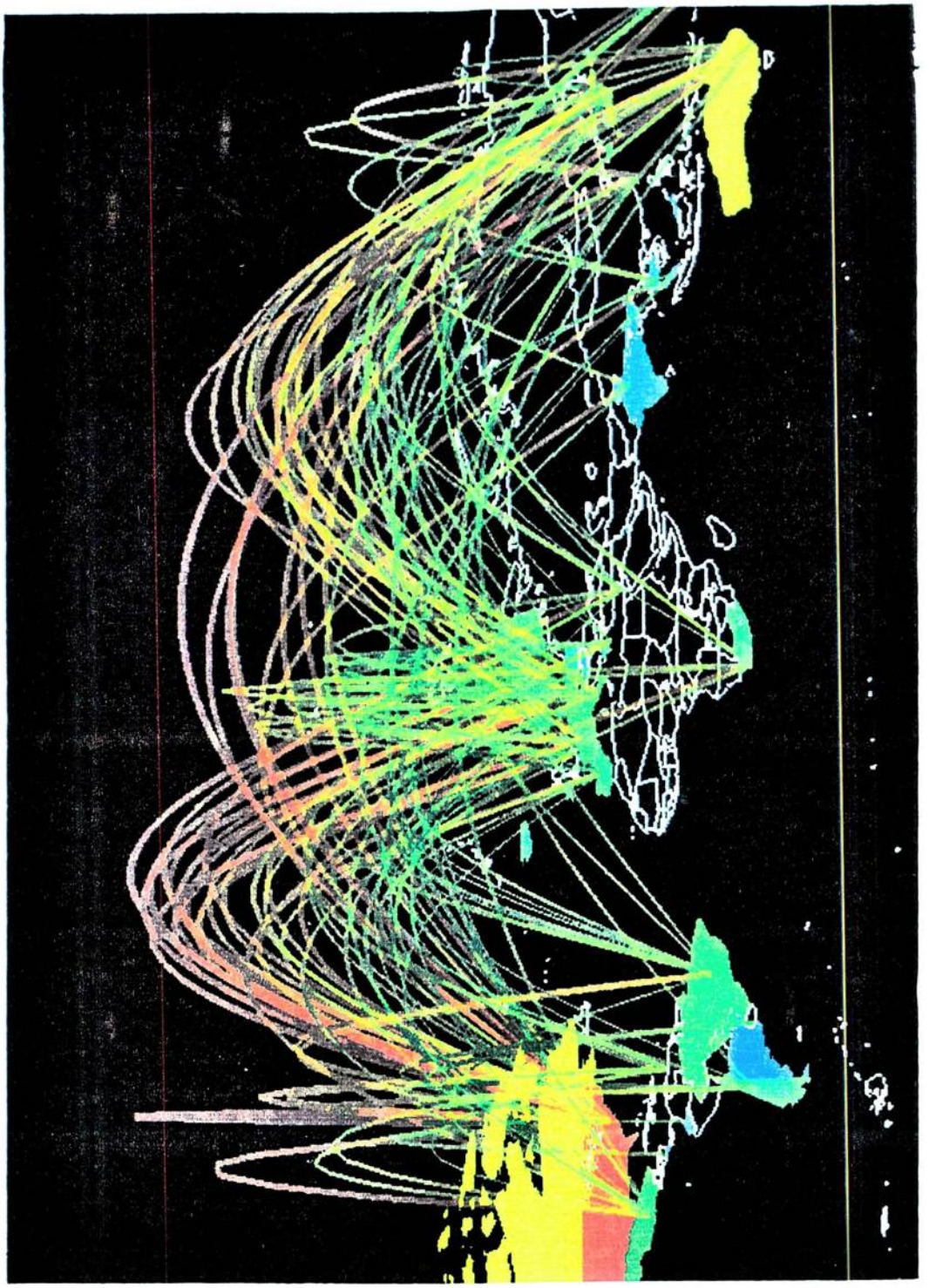
('cyberspace'), utilizam metáforas de uso na linguagem e imaginação geográficas. Existem já os atlas do espaço cibernético, como referido.

A 'VR' (realidade virtual = 'virtual reality'), termo criado por Jaron Lanier, pode ser vista como um 'meio ambiente' ou 'espaço geográfico' simulado. Trata-se de uma recriação da realidade com alto grau de aproximação e uso prático no âmbito da pesquisa e ensino em Geografia, ou em desenhos de paisagem, na arquitetura, nos treinamentos e educação para o tráfego, para atividades militares (Starrs & Anderson, 1997, p.153), etc. Poder-se-ia afirmar que os modelos de realidade virtual ('VR') tentam recriar ou reproduzir a concreticidade e integralidade do espaço geográfico?

A observação atenta da história da Geografia acaba oferecendo um resultado sincrético e fascinante. É que as concepções que se sucedem ou coexistem, aparentemente antagônicas, não raro acabam se reencontrando no futuro, re-atualizadas e filtradas em seus aspectos mais sustentáveis e essenciais pelo próprio processo das críticas e atualizações propiciadas pelas novas investigações geográficas. Em meados dos anos de 1990, Paul Claval (1998, p.95) afirmou que as

> *"sociedades não se organizam em um espaço abstrato, separado das contingências materiais...*

Figura 11: Padrão geográfico dos fluxos e intensidade da Internet no Espaço Geográfico (EG) convencional (topográfico); este padrão encontra-se em relação com outras propriedades distributivas do EG, tais como renda per capita, regimes políticos, investimentos em C, T e & Educação, expec. de vida, fecundidade, etc (reprod. de: ww.cybergeography.org/atlas). *Site* mantido por Martin Dodge. *Cyber-Geography Research Center for Advanced Spatial Analysis*, University College London; versão em Port. por R.Nobrega.



> *Elas se criam pelas pessoas que vivem numa determinada época e lugar, e deste espaço que possuem, controlam, desenvolvem e edificam infraestruturas; todas as coisas que se acumulam neste espaço constitui uma herança de uso por todos, ainda que em desigual participação",*

evidenciando, tal qual na definição de M. Santos apresentada no capítulo anterior, que o conceito de 'espaço geográfico' se recria e se refaz como as próprias paisagens geográficas.

A identificação das redes ('network') de relações e seus respectivos padrões espaciais (Figura 11), redes de natureza material ou imaginária, coletiva ou individual - os espaços relativos - acabam, como por um paradoxo, relativizando-se no espaço absoluto ou geográfico ou integrado. A concepção do 'espaço geográfico', inata, intuída, imperfeitamente traduzida em comunicação, adquire alta relevância epistemológica como se fosse um oceano às ondas das perspectivas analíticas de interpretação da experiência humana na crosta da Terra.

Capítulo 7

Região e Análise Regional

A Região e sua importância na Geografia

O conceito de Região foi sendo demoradamente construído ao longo de toda a formação da Geografia, e de tal maneira que é impossível falar sobre esta ciência ou sobre aquele conceito sem evidenciar que se confundem, que são de fato indissociáveis. As diversas maneiras como o conceito de Região é a

cada momento histórico dominantemente apresentado – ou mesmo criticado, refutado ou esquecido -, revelam as variadas preferências temáticas, metodológicas, as visões de mundo discrepantes e os contextos e exigências sociais, econômicas e culturais das distintas épocas e situações (Gomes, 1995, p.50).

A idéia da Região antecede em muito à formação da chamada Geografia moderna, uma vez que se trata, como no caso do espaço, de uma forma ou subjetividade 'a priori' cuja história remonta às primeiras representações corográficas produzidas pelo homem. Isto quer dizer que a Região, num sentido bem amplo e flexível, quer filosófico e psicológico quer prático-aplicado, não é um mero artifício racional exclusivo da cultura geográfica organizada, sistemática ou científica estabelecida a partir do século XIX.

Segundo P. Claval, num sentido mais básico e descritivo, e apesar de consistir numa mistura de acidentes geográficos (rios, mares, montanhas, etc) e evocações mitológicas - cujos exemplos centrais são os trabalhos de Heródoto e Strabo -, "*os Gregos inventaram a geografia regional*" (Claval, 1998, pp.9-12). O senso grego de Região evidencia-se bem nesta passagem de Platão:

> "*A Terra conta com um grande número de regiões misteriosas; trata-se de algo muito grande e de que*

ocupamos uma pequena parcela, alojados em redor do Mediterrâneo, como formigas ou rãs...em redor de uma água estagnada" (transcrita por R. Clozier 1972, p.38) [1].

É na Geografia moderna, porém, onde o conceito de Região recebe estatuto epistemológico na condição de conceito central da disciplina. A centralidade do conceito de Região na Geografia é uma extensão lógica da centralidade do conceito de espaço, uma vez que a Região – assim como a Paisagem, que lhe é similar - é um subconjunto, uma fração, uma secção ou fragmento areal do espaço.

Para nenhuma outra disciplina o conceito de Região é tão importante quanto o é para a Geografia. Sobre este fato E. Juillard afirmou que a Geografia "*é a única disciplina na qual região é uma noção central*" (Claval & Juillard, 1967, p.8, cit. por Nonn, 1991, p.63). E, apesar de todas as ênfases que possam ser dadas atualmente às análises dos processos e às modelizações realizadas nas esferas das Geografias tópicas ou sistemáticas, o conceito de Região permanece na Geografia como propriedade essencial da sua identidade epistemológica.

Assim como é pouco usual a construção da análise em História sem que de alguma maneira se recorra a categorias que tipologizam ou

---

[1] Gaspar Barléus descreve como era regionalizada a coleta das 'décimas do açúcar', das 'pensões dos engenhos' e dos 'dízimos das miúças' no período holandês em Pernambuco (1980, pp.105-106).

segmentam o fluxo do tempo (eras, períodos, fases, pós, prés, etc), é raro ao pensamento geográfico intentar a aventura do conhecimento sem apoiar-se em segmentações ou diferenciações (espaciais) regionais. Mesmo as grandes discussões atuais acerca da globalização e da homogeneização espaciais encerram o contraponto da força do conceito de Região na própria origem destes debates.

A perspectiva ecológica no conceito básico de Região

O conceito clássico de Região – geográfica - comporta a visão integrada dos diversos fatores ambientais e culturais presentes numa determinada área e as influências mútuas que uns fatores exercem sobre os outros. A Região se define como sendo um conjunto de fatores (natureza analítica) combinados e interatuantes (causalidades ecológicas) ao longo do tempo (natureza genética) em determinada porção da superfície da Terra.

O tempo da co-influência ou da co-habitação destes fatores – chamemos 'geofatores' para reforçar a intencionalidade da Geografia em direção à superfície da Terra - numa determinada área acabaria por produzir uma forma com certa estabilidade, sedimentando um arranjo de fatores

combinados particularmente. Esta combinação particular de geofatores evidenciaria uma identidade: a identidade regional. Aí reside o conceito de Região geográfica, ferramenta de natureza idiográfica uma vez que reveladora das 'singularidades' areais do espaço.

A identidade da Região

A Região é tida como uma entidade 'excepcional', no sentido do único, do singular, do não recorrente, do idiográfico ou próprio. Nome muito associado a esta tradição é o de P. Vidal de La Blache[2], desde que na abordagem vidaliana da Região os fatores do meio ambiente natural – o clima, a geologia, os solos, a vegetação, a geomorfologia, a hidrografia, etc - são analítica e descritivamente estudados, de modo sucessivo, indagando-se passo a passo o controle exercido por cada um destes fatores ou elementos sobre os outros, e também a ação destes geofatores sobre os elementos da ocupação humana.

O método é o da reconstrução imaginada das combinações entre os elementos para entender a identidade de determinada Região. Não raro, para determinada Região, um geofator é tido como fator estruturante (relevo, ou drenagem, por exemplo) (Fig.2). O formato de

[2] Mas A. Hettner, na Alemanha, por exemplo, propunha também a 'região-síntese' (Gomes, 1995, p.57).

comunicação que expressou esta concepção de Região foi a 'Monografia Regional'. Os 'Atlas' regionais e nacionais também se inspiram nesta metodologia de análise e síntese.

O conceito de Região na sua acepção clássica serve à perspectiva de que a Geografia é antes de tudo o estudo das relações entre os assentamentos humanos e o meio ambiente. Em conseqüência, a compreensão do espaço geográfico far-se-ia necessariamente mediante a identificação das diferentes regiões, diferença esta definida quanto aos padrões das relações referidas entre o Homem ou os Assentamentos Humanos ou as Sociedades, e o Meio Ambiente.

As regiões todas juntas comporiam o mosaico diferenciado da superfície de um país ou do planeta no que se refere às relações Sociedade (Homem)/(Natureza)Meio. Identificar estas regiões e estudá-las uma a uma constituiu o ponto central da agenda de pesquisas sob esta ótica, agenda que resultou nas numerosas e circunstanciadas 'Monografias Regionais' que dominaram o panorama geográfico na primeira metade do século XX e cuja elaboração se constituía na base do treinamento do geógrafo[2].

---

[2] Em ambientes acadêmicos onde predominam atitudes dos sistemas de produção científica abertos e liberais, as renovações teóricas e metodológicas na Geografia que se difundiram na segunda metade do século 20 removeram já este padrão de treinamento, substituindo-o por treinamentos em ramos 'sistemáticos' ou 'tópicos' ou 'temáticos' nas ciências ambientais ou humanidades, inclusive em perspectivas integradas.

Possilibismo, Meio Geográfico e Região

A ênfase nos elementos ou fatores ambientais durante o estudo regional fez com que muitos apontassem clara tendência naturalista-determinista na Geografia clássica. Mas, na Geografia vidaliana não existem os extremos naturalista e deterministas facilmente encontráveis em Ellen Semple. Pelo contrário, coube a Vidal de La Blache a elaboração da idéia que ficou conhecida como o 'possibilismo'.

Para La Blache, os fatos da cultura material e da ocupação humana não deveriam ser entendidos como fatalmente controlados e determinados de modo absoluto pelos fatores físico-ambientais – a força do meio -, mas sim que o homem como fator geográfico seria capaz de produzir modificações adaptativas aos diferentes meios físico ambientais (biofísicos).

O 'possibilismo' pode ser interpretado como uma doutrina da capacidade dos impérios coloniais dominarem meios tropicais 'hostis' e poder expandir a 'obra euro-civilizatória'[3], o que pode ser lido nas próprias palavras de La Blache, fundador dos 'Annales de Géographie':

> *"...a colonização, à qual a nossa época ligou a sua gloria, seria um engano se a natureza impusesse quadros rígidos, em vez de dar margem às obras de*

[3] Heffernan considera que a proposta lablachiana poderia ser entendida como um misto de 'nacionalismo, obra civilizatória e expansão colonial' (Heffernan, 1994, p.101-105)

transformação ou de restauração que estão no poder do homem" (La Blache, 1954, p.46)[5].

A noção de gênero de vida

A noção de 'gênero de vida' é elucidativa da concepção da Região-síntese[6]. O gênero de vida é um conjunto de hábitos, de técnicas, de crenças e valores, de artefatos materiais produzidos ou utilizados que passam a ser interpretados na análise regional vidaliana e de Max Sorre como 'respostas adaptativas' do Homem ao Meio, numa imagem darwiniana.

Para que o assentamento humano consiga sobreviver em determinando ambiente biofísico, deste ambiente extraindo alimentação, abrigo, vestuário, meios de deslocamento, etc, uma sociedade acaba criando um 'gênero de vida', uma resposta a este Meio, e portanto legível em relação a ele[7]. Tecnicamente, a descrição

---

[5] Fato é que os 'Meios' e os 'sistemas de uso de recursos' que os geógrafos do século 19 e começos do século 20 tinham diante de si para estudar eram profundamente diversos dos atuais, quanto à tecnologia disponível por estes 'sistemas', quanto à apreciação cultural que se tem destes 'Meios', e quanto às camadas de artefatos humanos assentadas nos 'Meios'. Sem dúvida que a agricultura, setor predominante por então e do qual a maior parte da população dependia, era muito mais submetido às condições 'naturais' oferecidas pelos solos, pelo relevo, pelos cursos de água, pela chuva, etc. Eram sociedades mais 'próximas da natureza', se é que faz sentido usar esta expressão.

[6] Para compreensão mais detalhada do assunto ver: Sorre (1984, pp.99-123).

[7] Acerca disto assim se expressou La Blache: "*Estes tipos de habitações, de armas e de utensílios pertencem a uma região de selvas tropicais, de estepes... A matéria e a forma destes apetrechos de caça, de captura, de defesa, de trabalho, de armazenagem, de transporte, denunciam uma proveniência e uma ligação que se relacionam com certos modos de vida formados sob a influência de condições físicas e biológicas que é possível determinar*" (La Blache, 1954, pp.176, 178). Não teriam sido as difusões e as imagens imemoriais fatores tão ou mais importantes que o meio na criação dos artefatos? Porque sempre pressupor o controle da cultura pelas condições do Meio? O quadro das idéias geográficas do final do século XIX e começos do século XX não pode ser reduzido simplesmente ao naturalismo e ao determinismo ambiental, ou ao atenuado determinismo proposto pelo possibilismo. Exemplos diversos, de paradigmas mais historicistas e sócio-econômicos, podem ser identificados, como nos trabalhos de Franz Boas (1887) e Albert Demangeon (1952).

etnográfica na perspectiva da adaptabilidade ao Meio passa a ser fundamental no entendimento das relações entre populações 'primitivas' e seus quadros físico-ambientais.

A análise regional assim compreendida, uma vez tendo sido reduzidos os seus exageros explicativos de ordem físico-ambiental-determinista, inscreveu-se produtivamente no pensamento geográfico. Esta afirmação parece ser ainda mais justa quando testada diante das complexas realidades espaciais da América Latina e do Brasil.

O fato é que em largas frações destes territórios habitam sociedades muito próximas e dependentes das condições ambientais locais, tais como sociedades rurais e coletoras tradicionais e grupos indígenas sob acelerado impacto das difusões culturais. Estas difusões destroem e transformam 'gêneros de vida' estabilizados que foram ao longo dos séculos, por exemplo, pelas populações indígenas, pelas populações de 'caboclos' e pelos seringueiros na Amazônia.

O 'quadro regional' clássico e a Geografia tópica

Tendo o conceito clássico de Região como centro, a Geografia foi capaz de propiciar uma

tradução ou interpretação do espaço terrestre com base na individuação das partes desta superfície, resultando nas numerosas 'Monografias Regionais'. Assim procedendo, a Geografia consolidou e legitimou o seu papel diante de outras ciências sociais ou naturais[8].

Posteriormente, com os desenvolvimentos das Geografias sistemáticas, a visão integrada dos fatores físico-ambientais e da ocupação humana não desaparecerá da Geografia. Na realidade, ela será refuncionalizada e passará integrar os estudos geográficos mais orientados para explorar um tópico, uma função econômica ou um geofator, digamos. A Geografia Regional é reconfigurada, e um geofator importante foi a agricultura.

No estudo da agricultura as relações entre os geofatores ou elementos - tais como o clima, os solos, as condições da drenagem, as unidades do relevo - e os sistemas de exploração econômica são por demais evidentes. Os elementos e suas relações formam um todo funcional e orgânico, uma vez que nos sistemas agrícolas aqueles elementos são condições da produção (recursos naturais).

Além disto, não se pode desconsiderar o fato da importância decisiva do setor rural no

---

[8] No Brasil foram as numerosas discussões conduzidas no Conselho Nacional de Geografia, ao final dos anos de 1930 e começos de 1940, acerca da divisão regional do país, sendo um dos resultados o trabalho de F. Macedo S. Guimarães (1941). Combinando uma temática com levantamentos gerais regionais (Valverde, 1994, p.16) nos anos 50 sobre os Territ. Federais, exemplos advém de Guerra (1994) e outros.

conjunto da maioria das economias nacionais à época, o que, ao lado da urbanização apenas iniciada, cria uma condição ou propensão pessoal, afetiva e estética de recriação do ambiente rural, uma vez que a 'intelligentsia', e não excepcionalmente, tinha origem no campo.

A Geografia Regional, pela sua identidade e evidente valor para o conhecimento de um país com as dimensões e as diversidades espaciais como é o caso Brasil, propagou-se e se consolidou pelos centros culturais principais do país, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador e Belo Horizonte (Andrade, 1982, p.187). Havia milhões de quilômetros quadrados do Brasil a serem conhecidos pelos governos, e a Geografia tornou-se estratégica para o Estado nacional.

O valor da Geografia como ciência, o apelo político-nacional que revelou e suas dimensões históricas, sociais, políticas e estéticas atraíram para ela indivíduos com formação em outras áreas profissionais, áreas de tradicional e permanente prestígio como a medicina, o direito e as carreiras militares de altas patentes. Com aquela reconfiguração mencionada em parágrafo anterior - combinando a visão orgânica com a tópica -, a Geografia produziu trabalhos de inestimável valor para o conhecimento das realidades sócio-econômicas e espaciais de países como o Brasil, então ainda

um país rural na transição para a modernidade da industrialização e urbanização[8].

As *Regiões* como *áreas-tipo*

A proposta regional hartshorniana. Ao contrário da manobra metodológica de combinar o uso do quadro regional complexo com o estudo tópico, Richard Hartshorne, em 1939, procurou reconstruir a análise regional livrando-a do seu carácter idiográfico (Hartshorne, 1978). A proposta deste autor era conduzir os estudos regionais para a comunicação científica, quer dizer, para a linguagem racional, simbólica, tipológica e universal.

Com Hartshone, a Geografia continuava a se auto-definir como ciência estudiosa das diferenciações existentes na superfície da Terra, na tradicional perspectiva kantiana e de seguidores, mas a Região não seria mais conceptualizada na Geografia como algo em si, uma entidade única e irrepetível. A Região na visão de R. Hartshorne seria um tipo construído e abstraído da massa das inúmeras propriedades cuja combinação imprimia-lhe a sua singularidade.

Evidentemente que Hartshorne reconhecia que duas ou mais áreas "*nunca são exatamente iguais*"

---

[8] Sobre os trabalhos geográficos neste período no Brasil ver, entre outros, Andrade (1982), Abreu (1994) e Ferreira (2002).

(1978, p.16). Mas, para ele, este não seria o ponto central de apoio para a análise geográfica. A análise de área ou regional em Geografia deveria se direcionar, por meio da simplificação do complexo dos fatores (elementos ou geofatores) e das variáveis correspondentes a estes fatores, para o estabelecimento de certas referências fatoriais específicas. Então, e somente a partir destas referências, a Geografia poderia definir 'áreas' ou 'regiões' – ou tipos de área – que recorrentemente acontecem na superfície da Terra.

Seja tomado como exemplo o fator ou geofator Clima. Se, em referência ao clima, as diferenças entre certas áreas são de pouca importância, "*podemos*", como diz Hartshone,

> "*considerar essas áreas e todas as demais áreas do mundo em que as condições climáticas sejam assim 'semelhantes' ... como áreas-espécimes do mesmo tipo*" (Hartshone, 1978, p.17).

Os elementos do clima, por exemplo, podem receber uma nomenclatura e serem agregados e expressos em "conceitos genéricos", em "*formas simbólicas como BSh*"[10](Hartshorne, 1978, p.17).

Este método de análise regional desenvolve uma concepção operacional da Região que erode

---

[10] Tipo climático na classificação do biologista W. Köppen, 1918. Esta tipologia combina dois geofatores: a vegetação e a atmosfera. Os tipos de áreas climáticas vão ser definidos a partir dos requerimentos climáticos dos tipos de vegetação, como floresta, savana, etc. No exemplo acima, *B* significa baixa latitude/subtropical; *S* significa estepe ('Steppe') ou semi-árido; e *h* advém de 'heiss' (quente), temperatura média anual acima dos 18^0 C (Andrade & Lins, 1970, p.111). Ver, em capítulo anterior, as críticas de Schaefer à concepção de ciência de Kant (tipológica) empregada por Hartshorne.

no conceito sua vinculação local, telúrica e complexa, conceito antes dominante no pensamento geográfico. A Geografia continuava tendo a 'área' ou Região como seu centro, mas agora são 'Regiões tipo', abstratas, entendidas como 'universais', e que comunicam ou simbolizam o que acontece em muitas secções da superfície do planeta, mas que não se confundem nem coincidem com nenhuma destas secções.

A fragmentação analítica da Região

Os anos de 1950 e seguintes testemunharam um vigoroso ataque à Geografia regional clássica, vindo de todos os lados, do qual não escapou sequer a tão analítica, instrumental e abstrata noção de 'área' sistematizada por Richard Hartshorne.

Fragmentada em seus elementos a partir de então, a chamada Região geográfica - a Região 'sintética'- permaneceu por décadas mais como uma referência para refutação, até que mais recentemente a reflexão cultural e humanista pudesse, através de novos métodos e em novos contextos e significados, recria-la para revelar singularidades, nos estudos sobre os 'lugares', como alternativa às análises de 'espaço'.

De acordo com as demandas dos contextos institucionais da segunda metade do século XX,

a Região foi manejada como natural – Região natural -, quando se cingindo aos elementos biofísicos da superfície do planeta. A Região natural pode ser mesmo simplificada ao ponto de definir-se a partir de um elemento, como o clima, o bioma, unidades de relevo ou domínios estruturais, etc, que é como se procede metodologicamente em muitos dos diagnósticos técnicos – 'tecnificação' da Geografia - produzidos para escritórios públicos e privados.

Os tradicionais procedimentos analíticos da Geografia regional clássica, que no final conduziam à integração, foram levados ao desenvolvimento no rumo da fragmentação e da especialização. Estabeleceu-se em muitos casos um ambiente de difícil intercomunicação entre as especialidades formadas, especialidades estas que se desenvolviam rapidamente, com fóruns, técnicas, publicações e orgulhos próprios corporativos. Cada especialidade, com o seu simbolismo e jargão peculiares, aproximou-se mais das ciências sociais ou naturais que lhes eram mais próximas por temática, como a Sociologia, a Ciência Política, a Economia, ou a Geologia, ou a Cartografia, por exemplo.

Na Geografia Humana, a Região foi conceptualizada analiticamente até à exaustão, ora mais como área homogênea ora como área de relações. A Região foi sendo imaginada como

Região cultural, como Região econômica, como Região lingüística, como Região urbana, como Região de desenvolvimento, Região de trocas comerciais e serviços, como Região social, Região étnica, Região simbólica, Regiões de comunicações, Regiões de administração, Regiões políticas, Regiões de mercado, etc.

Não se tratava mais de 'descobrir' ou 'identificar' na complexidade da superfície da Terra uma Região como a combinação única de múltiplos geofatores que 'se impunha pela sua própria existência' – isto é, verdade a partir do objeto. A Região, então, se torna relativa. Relativa, pois as 'análises regionais' decompuseram a Região 'absoluta' ou 'originária' transformando-a numa expressão derivada de determinada variável, Região à imagem talvez mais dos vários pontos de vista racionais especializados dos interesses, demandas e lógicas burocrático-institucionais da administração pública e escritórios que do impulso cognitivo pessoal.

As cidades e a Região

Do 'sítio' ao espaço de interações econômicas. Antes que as contribuições relativas da análise regional se impusessem com evidência a partir da metade do século XX, as cidades em si não haviam ainda se tornado importantes como

objeto de estudo na Geografia. A cidade aparecia imersa secundariamente numa determinada região. Não se reconhecia mesmo a Geografia Urbana como um ramo da Geografia sistemática, tal como a Geografia da Agricultura, por exemplo. A bem da verdade, as Geografias tópicas ou sistemáticas ou analíticas estavam se consolidando, ocupando posições à proporção que a Região clássica declinava em apelo.

É certo que se faziam estudos sobre cidades. Nestes estudos, porém, a ênfase era posta na relação entre a cidade - vista mais como um habitat ou assentamento - e as áreas rurais ou região à qual esta cidade servia. Estudava-se a 'situação' ou posição da cidade em relação às linhas de comunicação e trocas. Estudavam-se as relações cidade-campo do ponto de vista do abastecimento, do ponto de vista demográfico, etc. Também ocupava capítulo especial o estudo do 'sítio'[11] geográfico, pois é em relação ao 'sítio' e à 'situação' que a origem da cidade e sua expansão territorial iriam ser interpretados. A determinação da função de uma cidade – função portuária, religiosa, administrativa, turística, industrial, mineira, etc – era parte componente do trabalho

[11] O 'sítio geográfico' reúne as condições físicas de suporte da cidade, sobre as quais o assentamento urbano vai sendo edificado - ou seja: os solos num sentido geológico, o relevo do solo e a hidrografia - e se confunde com o conceito de 'local' de Max Derruau (1977, p.217).

geográfico sobre as cidades, assim como a descrição dos padrões morfológico-funcionais (áreas residenciais, de comércio e serviços, eixos de transporte, áreas industriais, etc).

A partir da Segunda Guerra Mundial, contudo, a abordagem regional da cidade sofre muitas mudanças. Os estudos sobre as redes de cidades e os sistemas urbanos, entendidos como conjuntos viabilizadores dos sistemas econômicos de relações assumem enorme importância na Geografia. Estas 'regiões urbanas' passam a ser pensadas muito distantes e indiferentes às condições biofísicas da superfície da Terra por onde se estendem.

São elas, na realidade, regiões econômicas e sociais de relações, imaginadas como objetos derivados das 'redes de troca de bens e serviços'. São as chamadas 'regiões funcionais urbanas' dentro de um espaço econômico e social, com suas hierarquias funcionais, resultado de trabalhos inspirados na teoria das localidades centrais de W. Christaller (1966).

Da cidade compacta à dispersão

As representações de uma cidade isolada, até pouco depois dos meados do século XX, resultavam na imagem de uma cidade compacta orientada para um centro, centro de onde irradiavam as linhas de transporte. Aí

claramente se configurava uma nítida 'região urbana', com o comércio, a indústria, as residências, os serviços, todos distribuidos dentro desta compacticidade física e funcional.

Mas, nas últimas três ou quatro décadas do século XX, um extraordinário processo de crescimento dos subúrbios – a 'suburbanização' – tornou aquela que havia sido até então a metrópole monocêntrica em uma 'região policêntrica', multicêntrica ou multimodal (termos sinônimos) dominada pelas forças da dispersão dos locais de trabalho (Waddell & Shukla, 1993, p.36-37).

A forma regional anterior, compacta, foi sendo dissolvida nas grandes metrópoles e nas médias e pequenas cidades (Figuras 12 e 13) também, nos Estados Unidos. O motor é o surgimento disperso no espaço – metropolitano ou não – de nódulos de economia dos serviços ou manufatura em direção a zonas de "*uso da terra predominantemente residencial*" (Waddell & Shukla, 1993, p.37). Sem dúvida que a dominância do transporte individual como meio de deslocamento nos Estados Unidos permite ou mesmo induz a tal padrão de assentamento.

No caso do Brasil, do Peru, da Venezuela, ou da Grã Bretanha, onde o automóvel não é de uso tão comum e os transportes coletivos exercem importante papel na mobilidade, criam-

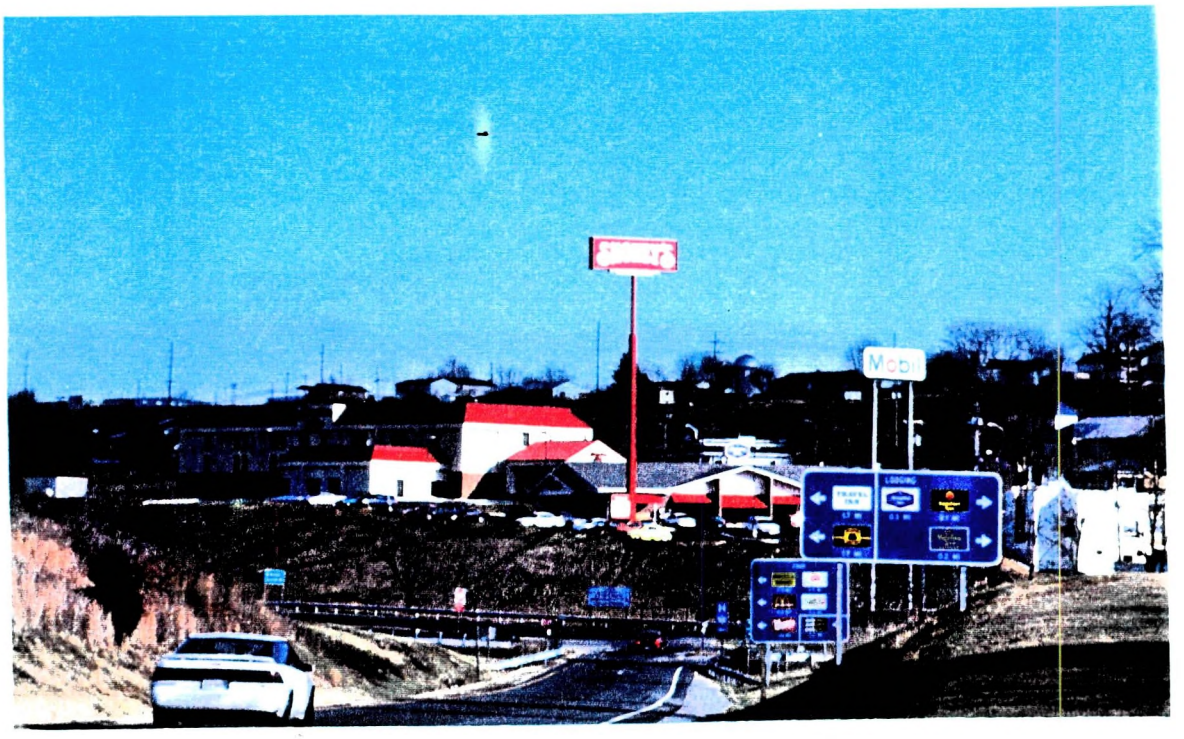


Figura 12: Dispersão de serviços e manufaturas por zonas residenciais ao longo da via 'Interstate 81' no sudoeste do Estado da Virgínia, EUA.

Figura 13: Centro ('downtown') em declínio de pequena cidade ferroviária no sudoeste da Virgínia, EUA. Serviços, comércio, consumidores e empregos moveram-se para os corredores ou aglomerados ('clusters') em posições estratégicas na circulação rodoviária.

se formas mistas de arranjos funcionais urbanos e dispersão, preservando-se de alguma maneira os centros de cidades grandes ou pequenas, refletindo-se portanto na paisagem urbana as diferenciações culturais, de disponibilidade do automóvel e de estilos de vida[12].

As metrópoles compactas e monocêntricas foram "*erodidas*", como as analisa Berry e Kim , "*pela suburbanização, descentralização e dispersão*" (Berry & Kim, 1993, p.1). As indústrias se moveram para as bordas suburbanas nos anos de 1930 e 1940, e não mais pararam[13]. A suburbanização se reforçou, até que por fim, nos anos de 1970 nos Estados Unidos, os próprios escritórios criassem localizações alternativas aos velhos centros ou CBDs (central business districts = distritos centrais de negócios), formando diversos 'clusters' (aglomerações articuladas de

---

[12] Em 1985, nos EUA, cerca de 72% dos pessoas iam ao trabalho dirigindo o seu veiculo, passando esta percentagem para 78% no ano de 2001; no mesmo intervalo, o uso do transporte público para ir ao trabalho caiu de 5,1 para 4,7%. A média de quilômetros rodados por automóvel/ano era em 1980 nos EUA de 14.700 quilômetros, passando em 2001 para 18.700, enquanto no Japão situa-se em 9.700 (ano de 2001). O funcionamento de tais formas dispersas dos assentamentos humanos nos EUA apóia-se na 'mobilidade', e crucial nisto é o preço do combustível. O litro da gasolina tipo *premium* nos EUA custa em média U$0.48, enquanto na Europa em média U$0.99, e no Japão U$0.85 (dados da Alliance Automobile Manufacturers, apresentados pela Folha de São Paulo, 2003, folha B12, 11/maio). No Brasil, em torno de U$0.70/0.80.

[13] As mudanças da localização geográfica das indústrias nos Estados Unidos apresentam três direções espaciais, não raro simultâneas. Primeiro é o deslocamento das áreas centrais próximas a ferrovias e portos para os subúrbios, deslocamento correspondente ao período pré Segunda Guerra e logo depois. Em segundo lugar, nos anos de 1950 e 1960, evidencia-se o deslocamento das plantas industriais em direção às metrópoles do chamado 'cinturão do sol' ou 'Sunbelt', como Los Angeles, Atlanta, San Diego (indústria aeroespacial e militar), Phoenix, San José, Dalas (eletrônicos), aí se localizando em eixos. E por fim, nas décadas mais recentes, constata-se um deslocamento de plantas indústrias em direção a pequenas cidades ou áreas rurais, sem que se verifique preferências por regiões do país (Stanback, Bearse e outros, 1983, p.96-97). A manufatura, em geral, saiu da 'metrópole', que se tornou cidade dos serviços.

serviços ou corredores) dispersos no espaço metropolitano de dezenas de quilômetros de diâmetro (Figura 7).

A própria terminologia de região urbana composta de 'centro' e 'subúrbio' não mais responde às novas realidades criadas em muitas partes do mundo. Formaram-se no final do século XX as 'regiões metropolitanas espalhadas', que não possuem centro (core) nem limites urbanos claros como era antes, mas sim blocos descentralizados ou longos corredores do comércio e dos serviços (Berry & Kim, 1993, p.1).

Que Regiões de relações se formaram? R. Fishman, citado por Berry e Kim, informa que se constituem neste novo espaço urbano três redes sobrepostas e imbricadas a partir dos indivíduos e famílias: a rede de relações pessoais, a rede de consumo (shopping centers, supermercados, recreação, segunda residência) e a rede de produção ou trabalho. Uma vez que estas funções estão dispersas no novo espaço criado por estas metrópoles, não existe um centro único, nem para todos nem para cada indivíduo nas metrópoles ou fora delas:

> *"Ao contrário, cada núcleo familiar cria sua própria 'cidade' a partir das destinações que ele pode alcançar...A nova cidade é a cidade à la carte"*, (Fishman, 1990, p.38-39, cit. por Berry & Kim, 1993, p.2),

A cidade, em qualquer lugar, nestas 'paisagens avançadas', é definida pelas redes ('network'). O conceito de Região, a partir deste ponto de vista, refere-se essencial e exclusivamente às dimensões cultural, social e econômica, descolando-se totalmente do ambiente biofísico.

Capítulo 8

Geografia, Cultura e Paisagem

A ênfase na cultura

No ambiente de Berkeley, Califórnia, onde emerge a denominada Geografia Cultural 'americana', ligada ao nome de Carl Sauer, desenvolveu-se um elucidativo diálogo com os antropólogos, dentre os quais Alfred Kroeber, Robert Lowie e Franz Boas[1] merecem destaque.

[1] Em '*The study of geography*', Boas (1887) expressa opiniões que influenciarão a direção cultural, humanista e ecológica da abordagem da Escola de Berkeley.

Não por acaso, o sentido saueriano do conceito de Paisagem, ao enfatizar o cultural como agente e a natureza como meio, significava uma reação ao ambientalismo então dominante na Geografia americana, ambientalismo do imperativo do 'meio' advogado por Ellen Semple.

Carl Sauer deixa evidente sua simpatia pela proposta do possibilismo de La Blache (Sauer, 1998, p.59). Mediante a culturalização ou a humanização do conceito de Paisagem, Sauer privilegiava a cultura no jogo das tensões e das interinfluências entre uma determinada cultura e um determinado conjunto de condições físico-biológicas. Mas, o historicismo cultural na Geografia de Berkeley é muito mais acentuado que o encontrado no ambientalismo lablachiano, pode-se acreditar. "*A força que modela*", afirmava Sauer nos anos de 1920, "*está na própria cultura*" (Sauer, 1998, p59).

Mais tarde, em 1952, Sauer observou que quando falamos em 'recursos naturais', de fato fazemos uma "*apreciação ou avaliação cultural*" (Sauer, 1952, p.2-3). Nesta passagem, Sauer deconstrói cultural e historicamente o conceito de recursos naturais, prenunciando uma linha de pesquisa que se expandiria depois dos anos de 1970, chamada de 'nova Geografia Cultural', menos orientada para o substantivo da Paisagem e mais dirigida para a reflexão sobre as representações e os significados dela.

Lugar como encontro e a organicidade da cultura

A idéia de 'lugar' como encontro dos geofatores e campo na superfície da Terra é - assim como vimos para o conceito de Região na sua formulação clássica ou lablachiana - central para a Paisagem tal como a conceituava Sauer. "*Os fatos da geografia*", ele escreveu, "*são fatos do lugar*" (Sauer, 1998, p.23). O 'lugar' é algo aderente e fixado na superfície vasta do planeta[2].

Sauer distingue a Paisagem cultural da Paisagem natural, e afirma a natureza genética (dinâmica) da Paisagem. Esta concepção 'genética' da Paisagem pode ser ilustrada pelas palavras de Derwent Whittlesey, no célebre trabalho *Sequent Occupance*[3]. Tal concepção, no ambiente deconstrutivista das décadas finais do século XX, foi severamente criticada como super-orgânica e determinista (Duncan, 1980). Nesta perspectiva crítica, a cultura era vista na Geografia Cultural saueriana como uma entidade acima do homem, reificada e com poder causativo próprio, além ser pensada como se fosse homogênea (Duncan, 1980, p.181)[4].

---

[2] Ampliação deste conceito é feita por Tuan (1999), como já indicado.

[3] "*...o agricultor, ao inaugurar um estágio de ocupação da terra através da aração e do cultivo de solos virgens, coloca em movimento agentes que imediatamente começam a alterar, sutil ou manifestamente, a adequabilidade deste solo para o próprio cultivo em curso; nos casos extremos, o solo deteriora até o ponto em que o uso da terra deve mudar para pastagem ou floresta, ou mesmo se abandonar a terra...esta área, nestes casos, entrou em novo estágio*" (1929, p.162).

[4] Logo depois, em outro trabalho, Duncan & Ley afirmam: "*Em muitos pontos temos notado semelhanças teóricas entre o marxismo estrutural e outras escolas holísticas .... a estrutura teórica estava*

A Paisagem saueriana é, antes de tudo, algo substantivo, um encontro de fatores naturais e culturais; a Paisagem é um artefacto – resultado - que muda pela difusão de novos elementos culturais, e portanto inventariável pelas técnicas da descrição e interpretação morfológica.

Pode-se levantar a hipótese de que a notável ênfase nos estudos da cultura e o próprio esforço de Sauer para desenvolver a idéia de paisagens-tipo, antecipando-se à sistematização tipológica de R. Hartshorne, representou certa diferenciação em relação à Geografia humana clássica. Mas, além dos pontos de convergência já apontados, a atenção ao estudo de populações rurais e pré-urbanas e as metodologias desenvolvidas para isto, tanto na Geografia Cultural de Berkeley quanto na Geografia Humana, tornam-nas coincidentes em vários pontos.

A conhecida definição de Paisagem Cultural de C. Sauer, que se segue, evidencia o senso histórico-cultural e orgânico da sua concepção:

> " *...cultura é o agente, a área natural é o meio, a paisagem cultural o resultado. Sob a influência de uma dada cultura, ela própria mudando através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento, passando por fases e provavelmente atingindo no final o término do seu ciclo de desenvolvimento. Com a introdução de uma*

---

acompanhada por uma compreensão passiva dos seres humanos e uma reificação da estrutura" (Duncan & Ley, 1982).

cultura diferente, isto é, estranha, estabelece-se um rejuvenescimento da paisagem cultural ou uma nova paisagem se sobrepõe sobre o que sobrou da antiga " (Sauer, 1998, p.59).

Universidade, interdisciplinaridade, humanidades e reflexão

O fato é que Sauer, após anos de treinamento em análises e avaliações regionais relacionadas a possibilidades práticas e aplicadas em torno do uso da terra – pesquisas estas conduzidas na Universidade de Michigan, entre 1915 e 1923 -, reorganiza, "*radicalmente*" no dizer de Speth (1999, p.62-3), sua visão da Geografia após chegar a Berkeley, tornando a disciplina mais centrada no ambiente acadêmico e universitário. Opera-se uma des-tecnificação e culturalização no seu pensamento geográfico.

Isto acontece em função dos contactos com a Antropologia e a Filosofia, contactos estes simultâneos às desafiantes oportunidades de reflexão sobre o universo cultural proporcionadas pelos trabalhos de campo em zonas multiculturais. A partir da Universidade da California, excursões eram realizadas nas antigas áreas de assentamentos indígenas e missões jesuíticas dos ambientes subtropicais secos do sudoeste dos Estados Unidos e norte/noroeste do México, suscitando um 'cultural encounter'.

A concepção geográfica de Sauer vai se afastar da abordagem econômica e utilitária (pragmatismo) dos levantamentos dos escritórios técnicos. Passará a ser mais acadêmica e se expressar através do estudo da gênese e da morfologia da Paisagem (historicismo[5]) por meio da descrição e interpretação das formas de habitação, produção, comunicação, densidades de população, etc., que configuram a Paisagem Cultural. Sauer também nutria uma profunda admiração pelas sociedades não-urbanas, lamentando a destruição ambiental provocada pelo desenvolvimento econômico, o que consistia numa crítica cultural à modernidade.

As diversas experiências da construção da Geografia moderna são às vezes constrangidas a se enquadrarem em tipologias, que com base nas fronteiras nacionais ou em supostas filiações políticas, criam um ilusório e "bem" definido quadro de 'correntes' ou 'escolas' diferentes. É como se o universo das idéias geográficas, a episteme da Geografia, formasse uma coleção de paisagens ou regiões estanques.

A visão da morfologia da Paisagem em Sauer, etnográfica, é semelhante à apresentada por Jean Brunhes e por La Blache, e está presente também no trabalho realizado pelo antropólogo Koch-Grünberg no começo da

[5] "Para o historicismo, entender um fenômeno é encontrar a sua gênese, sua forma anterior, sua fonte, o significado do seu desenvolvimento" (Speth, 1999, p.7).

década de 1910, sobre as populações e assentamentos indígenas na Venezuela e em Roraima (1966). O que epistemologicamente existe, na realidade, é uma série de comunalidades no campo das idéias. As idéias se propagam geograficamente entre centros emissores da cultura, inclusive da cultura geográfica. E esta abrangência – à época a partir da difusão eurocêntrica - vai se estender aos centros acadêmicos e culturais importantes do planeta, cujas elites culturais compartilham do espírito da época.

Em 1920, a renomada obra de Jean Brunhes, *Geografia Humana*, estava já traduzida nos Estados Unidos (Brunhes, 1962, p.19). Carl Sauer, sem considerar as influências profissionais, influências definidas por Speth como uma "*historicizada Kulturgeographie da literatura geográfica alemã*" enxertada com o "*abrangente conceito de cultura de F. Boas*"-, certamente assimilou, nos primeiros anos da sua vida traços da comunidade germano-americana em Warrenton, Missouri, e na própria Alemanha, em Calw, onde esteve de 1898-1901 (Speth, 1999, p.viii). Richard Hartshorne, outro expoente do pensamento geográfico, residiu na Alemanha e Europa de língua germânica entre 1938 e 1939 (Elkins, 1989, p.18).

Mais de setenta anos depois, na sua definição do novo meio geográfico, Milton Santos

maneja o conceito de Paisagem Cultural e interpreta as suas mudanças pela difusão da ciência e da tecnologia[6]. Há, portanto, comunalidades que demonstram a transcendência de traços epistemológicos essenciais, revelando-se portanto os limites, sem que sejam negadas suas utilidades, das classificações rigidamente seqüenciais e cronológicas, políticas ou nacionais do pensamento geográfico.

A idéia da difusão cultural na Geografia

O conceito de mudança das Paisagens por ação da 'difusão' geográfica – difusão geográfica é o espalhamento de um fenômeno sobre o território ao longo do tempo - é uma marca na Geografia Cultural em Carl Sauer, constituindo-se em Berkeley a partir de então uma longa e prestigiosa tradição em estudos da difusão cultural na Geografia. Foi através dos antropólogos Kroeber e Lowie, especialmente através deste último, que Sauer - conforme carta

---

[6]: "*O meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação... Nesse mundo, a primeira natureza que conta não é mais a natureza natural, mas sim a natureza já artificializada... Da utilização dos objetos encontrados, no início da história social, com os quais constituía o sistema de condições materiais indispensáveis à vida do grupo, o homem foi pouco a pouco adicionando artefatos à natureza, modificando-a para criar verdadeiros sistemas de engenharia, bases da produção e do intercâmbio. Trata-se, hoje, de uma verdadeira tecnoesfera, uma natureza crescentemente artificializada, marcada pela presença de grandes objetos geográficos, idealizados e construídos pelo homem*" (Santos, 1994: 44, 126-7).

[6] Speth (1999, p199).

de 30 de Junho de 1971[7] - tomou contacto com os estudos pioneiros de F. Ratzel acerca das difusões geográficas[8].

Difusão - o preenchimento dos espaços da terra - era um problema geral nas ciências sociais. Uma nova planta, um artefato ou uma técnica é introduzida numa área cultural, a partir de um centro emissor de cultura. Irá ela se espalhar, difundindo-se vigorosamente, ou sua aceitação irá encontrar resistências? Que resistências? A contribuição específica da Geografia, segundo Sauer, seria reconstruir os padrões espaciais das trilhas da difusão, e avaliar a influência das barreiras territoriais nas direções que as trilhas teriam tomado. O trabalho mais conhecido de C. Sauer acerca do assunto é o *Origens e Dispersão da Agricultura* (1952).

Os estudos sobre a difusão desenvolveram-se muito, posteriormente, e foram produzidos para interpretar as formas que os assentamentos humanos assumem nas sociedades urbano-industriais – sociedades modernas. Exemplar, no caso, são os trabalhos de T. Hägerstrand, na Suécia, na década de 1950, quando ele estuda a difusão do uso dos

---

[7] Speth (1999, p199).

[8] F. Ratzel fundou o estudo da difusão geográfica das características culturais, apresentado no segundo volume da sua obra *Antropogeografia*. Observações suas sobre o assunto podem ser lidas em Ratzel, 1990, pp.69-70. Ratzel sugere ainda que para Kant "*a geografia tem pouca importância se separada da antropologia*" (Ratzel, 1990, p.37). Sobre as 'difusões', em revisão recente, ver ainda Silva (1995).

automóveis em Scania, extremo sul daquele país (Hägerstrand, 1962).

O principal objetivo de Hägerstrand era analisar, através da cuidadosa formalização e simbologia geométrica e estatística relacionada ao elemento distância e à hierarquia dos centros difusores – relação com a teoria das localidades centrais -, as tendências de mudança dos padrões das 'distribuições geográficas' no espaço. Os estudos de difusão e de Paisagem vão também, assim como aconteceu ao conceito de Região, receber os efeitos dos ventos da Geografia analítica e pragmática que se convencionou denominar de 'análise espacial'.

O conceito básico de Paisagem

O conceito de Paisagem na Geografia é quase coincidente com o conceito de Região, e freqüentemente são mesmo usados como termos sinônimos na linguagem geográfica. A Paisagem envolve o senso de lugar, o senso de interinfluências entre os elementos, tal como a Região. O conceito de Paisagem contém a idéia da extensão e a idéia genética, histórica ou dinâmica daquilo que é observado; e Paisagem também sugere que na própria concepção de uma paisagem existem as influências culturais e contextuais.

Na tradição anglo-americana, o conceito de Paisagem está muito associado aos trabalhos realizados por Carl Sauer e vários outros, trabalhos que se tornaram referências para o que se chamou de Escola de Berkeley. A maneira como Sauer conceptualiza a Paisagem bem revela a semelhança entre os conceitos de Paisagem e Região:

> "*Os fatos da geografia são fatos de lugar; sua associação origina o conceito de paisagem. Do mesmo modo, os fatos da história são fatos do tempo; sua associação origina o conceito de período*" (Sauer, 1998, p.23).

Contudo, entre estes dois conceitos, e apesar de tão próximos, existem diferenças sutis, diferenças estas que denunciam propriedades mais características de cada um deles. O uso do termo Paisagem ou do termo Região indica, ou melhor, nos remete aos diferentes contextos institucionais da Geografia nos quais um, ou o outro conceito, se tornou emblemático. Por exemplo, ao se falar da Geografia Humana na Escola de Berkeley fala-se mais em Paisagem, ao passo que ao se comentar a Geografia Humana em La Blache emerge a Região.

Paisagem é um conceito de mais sugestibilidade ocular que Região e Paisagem mais facilmente se oferece à transição entre a descrição geográfica e a apreensão estética, talvez por que seja um termo de significado

muito preciso na história da pintura. Por outro lado, a trajetória do uso do conceito de Paisagem revela uma grande intimidade com a visão antropológica dos lugares.

A pintura e a dimensão estética da Paisagem

O conceito de Paisagem apresenta um forte conteúdo estético extremamente vinculado às artes plásticas, à literatura e à poética. A ação da visualização e a imaginação espacial são fundamentais no conceito. O próprio Carl Sauer, que dedicou várias páginas à ordenação conceitual da Paisagem para sua utilização como instrumento da pesquisa geográfica positiva, afirmou que as qualidades estéticas da paisagem não eram abandonadas pela Geografia, daí a disciplina não poder abandonar as abordagens subjetivas (Sauer, 1998, p.61).

As pinturas de paisagens em si - ou 'paisagens de fato', e não como meros cenários para expressar legendas e suas figuras, como o diz Clark (1991, p.33) - começam a aparecer na Europa no final do século XV e início do século XVI[9]. Grandes panoramas eram representados mediante graciosas miniaturas.

---

[9] Figurar a paisagem "*sem adicionar figuras dominadoras para justificar o quadro*" (Swinglehurst, 1997, p.5). A passagem da dimensão artística para a científica de Paisagem é assim descrita por Jakle: "*Posteriormente, geógrafos e outros 'scholars' vieram a empregar o termo indicando mais o que era representado que a representação em si mesma*" (Jakle, 1987, p.xii).

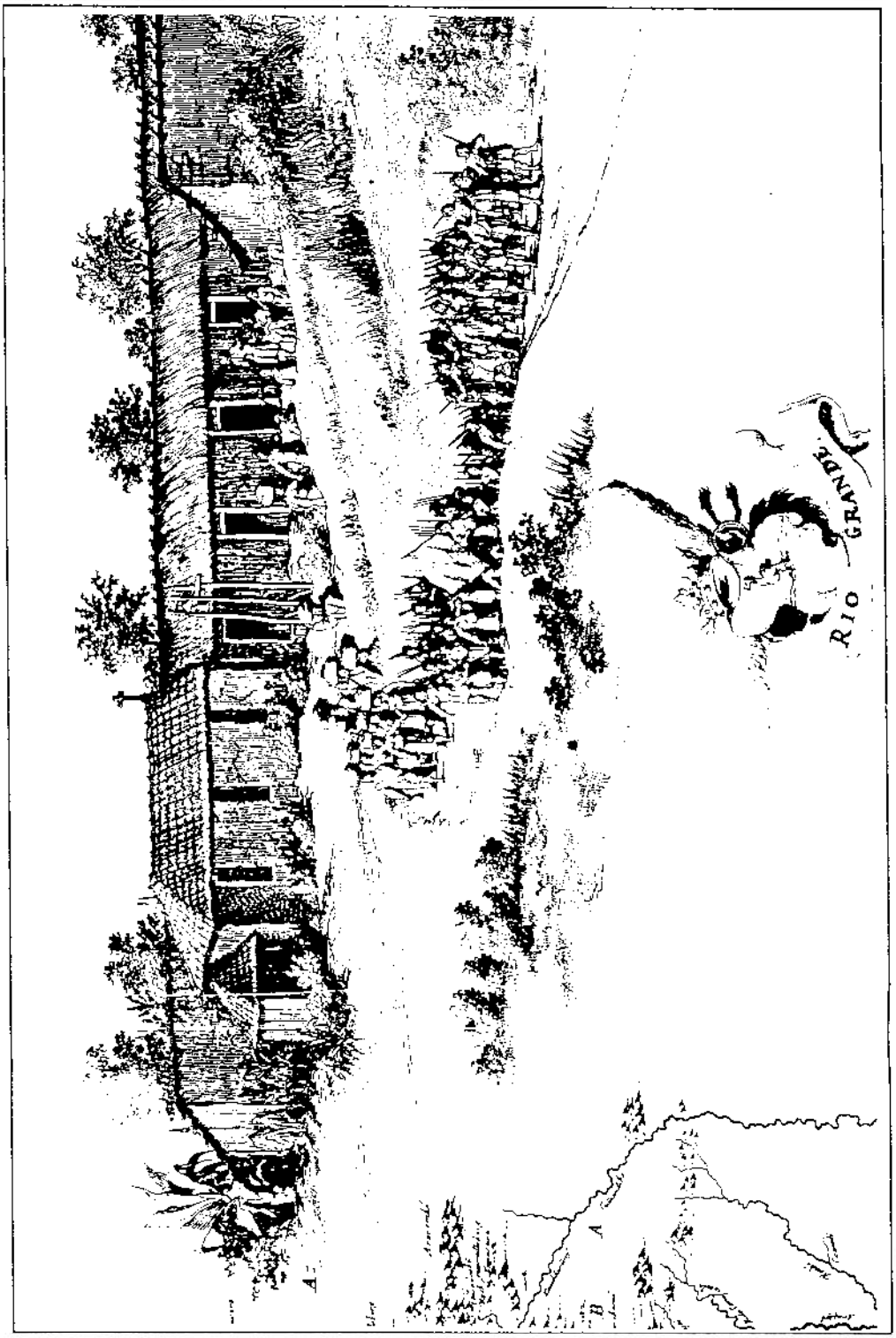
São trabalhos como o de Pierro della Francesca - no reverso de um 'portrait' do Duke de Urbino e esposa -, sendo Pierro um grande mestre da perspectiva e que absorveu a influência da escola flamenga da pintura de paisagens iniciada no século XV (Clark, 1991, pp.47-49). A partir de então, as pinturas de paisagens se propagaram como expressão artística.

Umas paisagens figuravam cenas campestres, outras cenas litorâneas, e outras representavam cenários urbanos como as pinturas topográficas de Canaletto e Jan van der Heyden (Clark, 1991, pp.65-71). Estas pinturas de paisagens revelavam gosto pela luz e seus reflexos nos corpos. Explioravam-se as superfícies de água, as largas perspectivas e os efeitos das nuanças da iluminação no céu[10].

O gosto naturalista, a atenção aos objetos exteriores e os recursos na representação dos detalhes demonstrados pela pintura flamenga da paisagem ficaram registrados nas numerosas obras de natureza paisagística pioneiras sobre o Brasil (Martins, 2001, p.12) deixadas pelos pintores que acompanharam Maurício de Nassau a Recife, Pernambuco, encarregados que estavam de registrar a terra e as populações locais (Figura 14). Naturalistas e etnógrafos

[10] Dimensões da paisagem recorrentemente lembradas por Gilberto Freyre nos seus estudos regionais.

Figura 14:
Desenho de Franz Post, no mapa do Leste da Paraíba e Rio G. do Norte, de G. Marcgrave (1643) (reprod. de G. Barléus, 1980, ed. original de 1647)



recebiam educação nas técnicas do desenho figurativo de objetos e paisagens [11].

As pinturas de paisagem projetaram-se até o século XIX através de obras como as de Turner (1775-1851), cheias de emoção e romanticismo dramático, e as de Corot (1796-1875), marcadas pela nitidez e vida. Como 'vanguardas', estes trabalhos demonstram o declínio do projeto da representação naturalística. No século XX os trabalhos relacionados a paisagens adquirem características 'construtivistas', em que os objetos a representar transmudam-se em figuras geométricas; e 'impressionistas', com as luzes tremeluzentes (Swinglehurst, 1997, p.6). Isto acontece através de pintores modernos, como Cezane (1838—1906), Monet (1840-1926) e Wood (1982-1942). Então, a fotografia das paisagens irá ocupar o lugar da pintura.

A escrita e a paisagem

A literatura também se utilizou da paisagem como recurso expressivo, ora no texto satírico, ora dramático, ora lírico. Em um soneto do final do século 16, Gregório de Matos (1633-1696), o

[11] Exemplos destas influências da estética romanticista e naturalista das paisagens sobre as impressões de Geógrafos e Antropólogos em contacto com as realidades tropicais na Amazônia (Roraima) são indicadas em Barros (1999). Acerca das representações (e paisagens) produzidas por viajantes britânicos sobre o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, ver o detalhado trabalho de L. Martins. Na Grã-Bretanha, como o afirma Martins, "*durante as primeiras décadas do século XIX, arte e ciência aproximaram-se ... produzindo uma pintura paisagística de caráter acentuadamente naturalista*" (Martins, 2001, p.16).

conhecido 'boca do inferno', descreve a paisagem do Recife que a pintura flamenga poucos anos atrás havia figurado[12], e que mais tarde seria também descrita por Augusto dos Anjos (1884-1914) [13].

São memoráveis as descrições sobre a paisagem dos engenhos nos romances de Lins do Rego, expondo-se a relação entre o homem e o meio. A descrição literária da paisagem constituiu-se recurso central do pensamento regionalista existente no Recife, na forma de romance ou texto geográfico.

Nas páginas de 'Massangana' - *Minha Formação* - Joaquim Nabuco expressa este senso de 'paisagem, memória e duração' como um traço da cultura espiritualista, romanticista e aristocrática do século XIX e dos anos iniciais do século seguinte:

> *"A terra era uma das mais vastas e pitorescas da zona do Cabo...A população do pequeno domínio...compunha-se de escravos, distribuidos pelos compartimentos da senzala, o grande pombal negro ao lado da casa de*

---

[12] "*Por entre o Beberibe e o Oceano,/em uma areia sáfia, e lagadiça/Jaz o Recife povoação mestiça,/Que o belga edificou ímpio tirano// O povo é pouco e muito pouco urbano, que vive a mercê de uma lingüiça,/Unha de velha insipida enfermiça,/E camarões de charco em todo o ano...*"(Matos, 1986, p.225).

[13] "*Recife, Ponte Buarque de Macedo./Eu, indo em direção à casa do Agra,/Assombrado com minha sombra magra, /pensava no Destino e tinha medo!//Na austera abóboda alta o fósforo alvo/Das estrelas luzia ... O calçamento/Sáxeo, de asfalto rijo, atro e vidento,/Copiava a polidez de um crânio calvo*" (Anjos, 1998, p.20). Em estudo clássico sobre as relações entre o romance regional britânico e a Geografia, Edmund Gilbert faz a seguinte afirmação: "*Em muitos paises os profetas da idéia de região têm sido os poetas e novelistas: este é especialmente o caso da Inglaterra*" , e isto se dá ao longo do século 19 e começos do 20, com nomes como o de Charlotte Brontë (1816-55), George Eliot (1819-80), Thomas Hardy (1840-1928), Arnold Bennett (1867-1931), D.H. Lawrence (1885-1930), e outros (Gilbert, 1972, p.116 e 119).

morada, e de rendeiros, ligados ao proprietário pelo benefício da casa de barro que os agasalhava ou da pequena cultura que ele lhes consentia em suas terras...Na planície estendiam-se os canaviais cortados pela alameda tortuosa de antigos ingás carregados de musgos e cipós, que sombreavam de lado a lado o pequeno rio Ipojuca. Era por essa água quase dormente sobre os seus largos bancos de areia que se embarcava o açúcar para o Recife...Mais longe começavam os mangues...Durante o dia, pelos grandes calores, dormia-se a sesta, respirando o aroma, espalhado por toda a parte, das gandes em que cozia o mel. O declinar do sol era deslumbrante...depois o silêncio dos céus estrelados, majestoso e profundo" (Nabuco, 1985).

Nesta obra-prima da expressão escrita a dimensão estética do conceito de Paisagem assume o seu mais elevado nível, conceito importante nos estudos regionais desenvolvidos no Recife sob o estímulo de Gilberto Freyre, ele mesmo tendo pessoalmente dialogado com Carl Sauer. A base desta concepção de Paisagem é a consciente valorização da 'subjetividade' e da apreensão estética; é a apreensão da 'duração' mediante o método da empatia apoiada na descrição cuidadosa dos detalhes.

Diante de tal consciência cognitiva do conceito de Paisagem – consciência na literatura regional, memorialista, por exemplo -, não é de se estranhar que nos estudos geográficos regionais orientados por um tópico se constituía uma exigência que a forma da comunicação escrita estivesse à altura

da proposta, e apoiada numa iconografia significativa com base nos mapas, cartogramas, fotografias ou gravuras. Exemplos, entre outros, são os trabalhos de Geografia Cultural ou Humana – mesmo significado! - sobre o Nordeste do Brasil, como os de Josué de Castro (1948)[14], M. Lacerda de Melo (1958), M. Correia de Andrade (1963), G. Osório de Andrade & R. C. Lins (1964)[15], que constituíram os estudos regionais a partir do 'sítio de representação' marcadamente eurocentrizado do Recife.

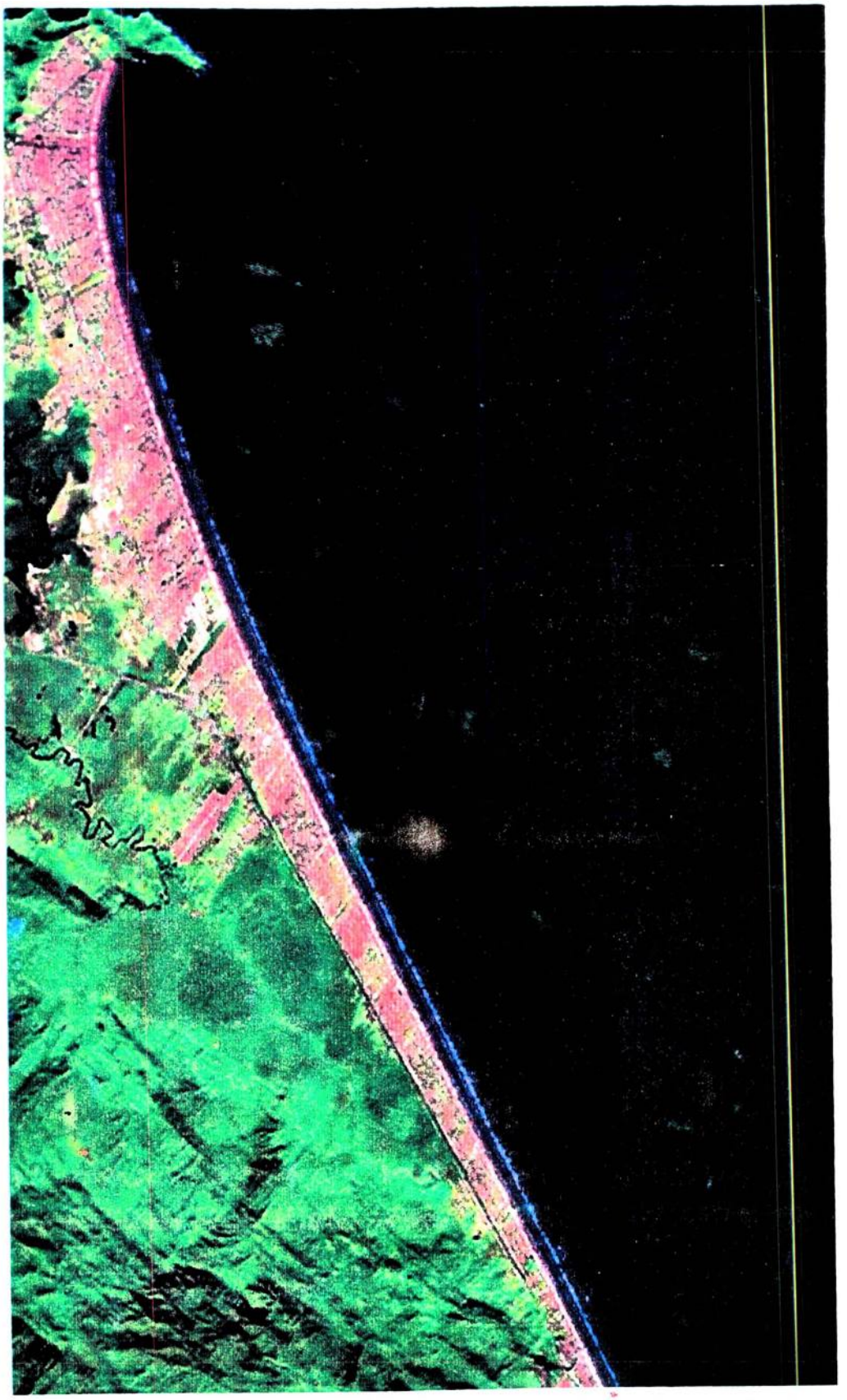
As influências historicistas e culturalistas de fontes diversas, inclusive de Franz Boas e Carl Sauer, assim como também as influências historicistas e naturalistas da Europa continental, como as lablachianas, estenderam-se reencontrando-se nos estudos regionais realizados no Recife sobre Nordeste do Brasil, por então sua região, e expressam uma complexa filosofia da natureza e do social que vai constituir aquilo que D. Whittlesey chamava, nos começos do século passado,

---

[14] Em *Fatores de Localização da Cidade do Recife* (1948), Josué de Castro conclui que a " *'fabricação da paisagem urbana' do Recife"* resulta do encontro dos fatores naturais e culturais, sendo decisiva, como o fator ativo neste encontro, a ação humana. Topografia e ancoradouro são apenas potencialidades que podem ou não ser valorizadas, dependendo da *"experiência cultural de um determinado grupo"* (1948, pp.80-81), afirma J. de Castro tão proximamente à definição de paisagem geográfica de Carl Sauer. Castro recorria freqüentemente a metáforas biológicas na análise geográfica, talvez pela influência sorriana que declara haver recebido (1948, p.6).

[15] *"...quando são desmontadas as barracas e os tôldos, ver-se-ão os feirantes com seus burros, e caixas, e balaios, rumando estrada afora de regresso aos celeiros escondidos. O nome dêles, porém, dêsses celeiros, pode ser conhecido sem demora. São os brejos de Tacaratu, de Mimoso..."* (Andrade & Lins, 1964, p.22).

Figura 15: Imagem do alongamento litorâneo urbano a partir de Santos/São Vicente/Praia Grande, até Peruíbe; litoral do Estado de São Paulo (reproduzido de: *www.embrapa.gov.br*)



indiferenciadamente de antropogeografia, geografia humana ou corologia (1929, p.162).

Capítulo 9

O Rejuvenescimento da Região Turística por Expansão Geográfica e Redistribuição Territorial das Funções:

– uma proposta de modelização espaço-temporal a partir de uma realidade empírica no litoral do Brasil –

Introdução

A cidade de Natal, capital do Estado do Rio G. do Norte (RN), tornou-se na última década uma bem sucedida destinação turística e foco de investimentos públicos – através do Projeto Prodetur[1] - e privados do litoral do Nordeste do

[1] O *Prodetur-NE* é um projeto de investimentos públicos para o turismo e que reúne o BID (credor: www.iadb.org) e os governos federal e estaduais. O *Projeto* aplicou, de 1996/2002, no *litoral* dos Estados do NE mais de U$ 670 milhões (U$400 milhões oriundos do BID) na sua primeira fase, denominada Prodetur I (BNB/Prodetur, 2002). No que se refere à ação dos investidores particulares em turismo, o BNB – agente financeiro – estima que no período de execução do Prodetur I cerca de 6,6 bilhões de reais tenham sido investidos em turismo em todo o Nordeste pela iniciativa privada. O Prodetur II, assinado em 2002, prevê mais U$800 milhões de investimentos públicos nesta macrorregião

da capital (área de Parnamirim/Nísia Floresta) (Figura 16)[3].

Objeto, Objetivos e Justificativas

O objeto deste trabalho é a relação entre o *desenvolvimento/reciclo* de uma destinação turística, e a *funcionalidade da espacialidade* da destinação durante este mesmo processo. Para investigar este objeto teórico rediscuto a *Teoria Evolutiva das Destinações Turística (Ciclo dos Resorts)* e instituo como campo empírico das observações a secção do espaço geográfico representada pela *Região Turística de Pipa (RTP), região* que compreende dois Municípios litorâneos - Tibau do Sul e Canguaretama - no Estado do Rio Grande do Norte (RN), ambos situados ao sul da capital (Natal).

O objetivo do presente trabalho é, portanto, identificar a natureza funcional da relação entre o desenvolvimento de uma destinação e o seu espaço. Acredito que o entendimento desta relação a partir da experiência de difusão do turismo no litoral do Nordeste do Brasil no final dos anos de 1990 pode ser de utilidade para auxiliar na elaboração de imagens ou cenários antecipatórios de problemas no âmbito da sustentabilidade do

[3] Ao fim do Prodetur I (1996/2002), identificou-se que a fragilidade na capacidade de gestão a nível municipal, em todo o litoral da Região Nordeste, ameaçava a sustentabilidade do desenvolvimento turístico nos *Pólos*. Em decorrência disto, o fortalecimento desta capacidade assumiu o *status* – agora ao lado das infra-estruturas – de *componente estratégico* no Prodetur II (BNB/Prodetur, 2002). Daí certamente deriva na nova fase do *projeto* a enfática *exigência institucional* que os municípios dentro dos *Pólos Turísticos* tenham já, como condição para recepção dos investimentos, os seus Conselhos de Turismo instalados, assim como já elaborados os seus Planos de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS).

desenvolvimento turístico. O processo de difusão espacial do turismo no litoral de NE tem sido um fenômeno extremamente consumidor de Capital Natural, seu recurso básico, e reestruturador dos assentamentos espaciais; mas, por contraste, a investigação sistemática das regularidades e tendências espaciais deste processo tem sido negligenciada por nós geógrafos, não obstante o volume crescente dos estudos de caso (Crocia, 2002, p. 10-12). O estudo do presente objeto visa cooperar exploratoriamente para abrir uma via para que a Geografia possa participar teóricamente das discussões sobre a difusão do turismo no NE do Brasil, no mesmo nível estratégico que atuam os organismo globais. A proposta teórica resultante do presente trabalho é que o 'produto' turístico, a destinação/*resort*, recicla-se mediante o mecanismo predatório da extensividade.

1. Metodologia e técnicas

O conceito de paisagem/região, central na epistemologia da Geografia (Gomes, 1995), é aqui utilizado para circunscrever territorialmente o assentamento (espaço) que vai ser submetido à análise temporal ou cíclica proposta no modelo de Butler (1980). Procede-se a uma revisão teórica sumária deste modelo temporal, relacionando-o às discussões sobre turismo e sustentabilidade. A variável temporal básica é a *Acomodação*,

quantitativamente expressa em série histórica de *UHs* – Unidades de Habitação (apartamentos/chalés) levantada por reconstrução oral e declaração dos responsáveis pelos hotéis/pousadas, e as identificações relacionadas à estruturação espacial interna (territorialidades) na Região Turística em foco realizaram-se por meio de observação visual, entrevistas, material cartográfico e *GPS*. Variáveis qualitativas como situação institucional, expectativas de segmentos envolvidos no processo de difusão do turismo, serviços públicos, e outras, foram levantadas por entrevistas e observações de campo. O fenômeno específico da *dinâmica têmporo-espacial da RTP* foi, ao final, tipificado formalmente do ponto de vista geográfico. Acredito que esta proposta de formalização geográfica abre a seqüente necessidade e possibilidades de exploração no futuro de tópicos específicos e elucidadores para a própria formulação, como a relação entre a estrutura fundiária, ou a flutuação cambial, por exemplo, e propriedades da formalização que proponho.

1.1. Região, Sustentabilidade e Modelo Cíclico

Região.*O resort* pode ser entendido como região homogênea em dinâmica ou transformação. O conceito de *resort turístico* em *Geografia do Turismo* significa uma *área* ou *zona* ou *região* geográfica – e não exclusivamente uma unidade hoteleira - mais

ou menos diferenciada e individualizada em relação às áreas circundantes, onde as funções de acomodação, alimentação e recreação têm lugar e graus de importância variáveis. Este domínio territorial *zoneado* ou *reg*ido pela função em foco, entendido como uma *região turística,* pode ser pesquisado em sua estrutura (forma), em sua função e nas suas mudanças (Zimmerer, 1994, p.116). Para proceder à análise temporal da *Região Turística de Pipa* recorreu-se ao modelo dos ciclos de R. Butler (1980) e revisões, incluindo-se adicionalmente atenção a observações sobre a dinâmica morfológica dos *resorts* oferecidas por Smith (1992), Oppermann (1993) e Evans (1979, cit. por Oppermann,1993).

Sustentabilidade e Tempo. O conceito de sustentabilidade remete-nos a hipóteses em torno do que pode acontecer ao planeta e aos assentamentos humanos à proporção que o *Desenvolvimento* se realiza, clamando ao mesmo tempo pela *Ação Humana* retificadora, e é desde a publicação do livro *Os Limites do Crescimento* (Meadows, 1972) e a realização da Conferência de Estocolmo das Nações Unidas (1972) que se registra um movimento social crescente, complexo e contraditório postulando o 'imperativo' da sustentabilidade.

As dificuldades de definição e convergência em torno do tema da sustentabilidade derivam certamente de que este *imperativo*, na realidade,

depende das seguintes dimensões - a economia, a sociedade e o meio ambiente no sentido mais estrito (Farrel, 1999, p.189), criando-se um poliedro de interesses. As discussões que convergem para os fóruns mundiais espelham pontos de vista de tantos agentes que sem prejuízo da importância que encerram não são raros os resultados polêmicos e sempre aquém dos esperados. Extrair lições de alcance teórico das experiências concretas dos lugares talvez conduza a lições frutíferas para redesenhar perspectivas regionais e nacionais, sendo isto uma motivação para o presente trabalho.

No final do século 20 o turismo se tornou claramente um fenômeno de massas e se percebeu que ele também poderia ser denominado uma atividade extrativa *"...no sentido de que opera se apropriando dos recursos ambientais para transformá-los e vendê-los"* (Garrod & Fyall, 1998, p.199). Então, as discussões sobre o *turismo sustentável* penetraram o mundo das atividades de viagens, lazer e entretenimento e as discussões e as definições se multiplicaram. Pearce, por exemplo, enfatiza que a sustentabilidade envolve a transferência inter-gerações – temporal – de um estoque de recursos que não seja menor que o disponível pela presente geração (Pearce, 1992, cit. por Garrod & Fyall, 1998, p.203). Vê-se, portanto, que a idéia da preservação, ampliação ou corrosão do patrimônio natural e cultural, à medida que a

atividade turística se desenvolve, é sem dúvida crucial na noção da sustentabilidade turística.

Garrod & Fyall (1998) revisam abordagens em planejamento sustentável baseados no balanço – perdas e ganhos nos estoques - do capital, entendido estes estoques como compostos por Capital Natural e Capital Sócio-Cultural (cultura) no sentido amplo. O que acontece com estas formas de capital, como elas se depreciam ou se substituem à proporção que um *resort* desenvolve-se? Estas questões revelam que as pesquisas sobre sustentabilidade podem própria e adequadamente se servir das análises de ciclos, como o diz Farrell (1999, p.189) e como é intento neste Artigo.

1.2. Análise temporal ou cíclica das destinações turísticas.

A análise de longo prazo do resort. No modelo de tendência (longo prazo) dos *resorts* de R. Butler (1980), o *resort* é equalizado a uma *região turística* e o seu desenvolvimento é tipologizado mediante a identificação de uma seqüência de seis estágios ou fases de evolução: *1) exploração, 2) envolvimento, 3) desenvolvimento, 4) consolidação, 5) estagnação e, finalmente, a última fase na qual poderia acontecer ou o 6) declínio ou o rejuvenescimento da destinação.*

Muitos haviam percebido que os *resorts* passavam por mudanças ao longo do tempo. Likorish & Kershaw (1958, cit. por Choy, 1992,

p.26) descreveram a tendência à substituição dos visitantes ricos pelos visitantes da classe média à proporção que o *resort* se torna mais antigo, vindo finalmente a acontecer o domínio da destinação pelos visitantes de menor renda. Observações similares estão nos trabalhos de Christaller (1963, cit. por Butler, 1980, p.5), Plog (1972) e Stansfield (1970). A idéia básica é que existe uma sucessão diferencial de visitantes e R. Butler sistematiza esta idéia inspirando-se no conceito de *ocupação seqüencial* de D. Whittlesey (1929) tal como o observa Johnston (2001, p.5). O modelo de Butler, portanto, suporta-se nas idéias ecológicas de dinâmica das populações (Wilkinson, 1996, p.17) e de ecologia regional ou da paisagem. Para Butler existiria um processo acumulativo na evolução de uma zona turística, de maneira que o acontecido em uma destinação vai organicamente afetar o que irá acontecer no futuro; assim, dificilmente outro modelo poderia ser mais apropriado às discussões sobre o 'imperativo' da sustentabilidade.

Fases e análise de sustentabilidade da Região Turística. O modelo de Butler tem sido objeto de muitas críticas, inclusive quanto à seqüência das fases. O próprio Butler afirma que no caso de o turismo ter se difundido por áreas onde não havia assentamento humano anterior, ou em que este assentamento era de pequena importância, não faria sentido considerar os dois primeiros estágios (exploração e envolvimento) (Butler, 1980, p.11,

baseando-se em Noronha, 1976). Douglas, por seu turno, aponta a situação das Ilhas Salomão que aparentam estar no início de seu desenvolvimento mas que devem, na realidade, já estar entrando em um "*estágio modificado de declínio*" (Douglas, 1997, p.17), situação similar à de Papua New Guinea que deixou os "*primeiros momentos de evolução*" para declinar desde 1973 (Douglas, 1997, p.17).

Agarwal lamenta a ausência de indicadores claros para os *pontos de passagem* de uma fase a outra; melhor seria considerar momentos de superposição entre fases (Agarwal, 1997, p.69,70,71). Estas críticas lançam dúvidas sobre o poder antecipatório do modelo para enfrentar questões de sustentabilidade do *resort*. Outros acusam o modelo de Butler de oferecer uma interpretação *naturalista* e fatalista para o desenvolvimento das destinações turísticas.

Modelo, sustentabilidade e ação humana. O modelo, argumenta-se deconstrutivamente, seria reforçador das visões deterministas dos processos sociais e ambientais, produzindo uma desvalorização dos indivíduos como agentes sociais capazes de reações sustentáveis. O modelo, segundo Franklin & Crang, modelaria o turismo tomando-o como "*um fenômeno cultural constante*", gerando-se, segundo Picard (1996, p.104, cit. por Franklin & Crang, 2001, p.7), um "*esquema conceitual coercivo*" (Franklin & Crang, 2001, p.7). Existem, evidentemente, outros modelos de natureza

evolutiva similares ao de Butler[4], mas foi o seu modelo que acabou se tornando, segundo Franklin & Crang (2001, p.7), o "*vilão*".

Fatores externos/internos, reciclo e sustentabilidade da destinação. Um dos aspectos do modelo de Butler a atrair maior criticismo refere-se ao papel exercido pelos fatores externos e internos no desenvolvimento da região turística. Sendo maior a ênfase conferida pelo modelo aos fatores orgânicos internos (visão 'homogênea' de região), o complexo ambiente de fatores culturais/sociais/políticos e econômicos externos (visão de região de 'relações') seria sub valorizado. Agarwal afirma, por exemplo, que mudanças em um destes fatores poderiam ser suficientes para afetar a forma geral da curva do ciclo do *resort* (Agarwal, 1997, p.66-67) e que as alterações nestes fatores são usualmente imprevisíveis (Agarwal, 1997, p.67)[5].

A introdução de novas atrações - tais como casas de shows, marinas - pode lançar a destinação em novo(s) ciclo(s) a ponto de alterar toda a lógica de seqüências do ciclo anterior, cortando-se os vínculos com a história prévia do *resort* (Choy, 1992, p.29). O modelo de Butler falharia em identificar as *mudanças de produto* em uma destinação. Estaríamos diante de um novo

---

[4] Entre outros, os propostos por Noronha (1979, p.9) e Albuquerque & McElroy (1992), este último oferecendo uma versão para o modelo de Butler (Wilkinson, 1996, p.17-22).

[5] Entre estes fatores externos estão comportamento das taxas de câmbio, eventos de médio e longo prazo de subversão da ordem e instabilidade políticas (terrorismo, guerrilha, crime organizado, insegurança), disseminação de epidemias, surgimento de destinações competitivas, mudanças nas políticas públicas, iniciativas empresariais, ação de organismos multilaterais de investimentos, comportamento climático, etc.

ciclo ou diante do mesmo antigo ciclo renovado (Choy, 1992, p.29)? Oppermann (1993, p.550) reporta um fenômeno analisado por Evans (1979, cit. por Oppermann), aquele em que uma destinação original congestionada e enfrentando sérios problemas para se desenvolver acaba por se revitalizar como foco de *visitas de um dia* (mudança funcional e de produto), em função de longos desenvolvimentos hoteleiros ao longo da costa. Este é um fenômeno de renovação dependente da disponibilidade de território para expansão.

Modelo e previsibilidade. Cooper argumenta que o modelo é útil como "*conceito descritivo unificador*", uma vez que permite ao pesquisador integrar diferentes fatores que influenciam a dinâmica de uma destinação turística, mas que apenas no caso de algumas destinações o desenvolvimento do *resort* coincidiria com o modelo (Cooper, 1994, p.344, cit. por Wilkinson, 1996, p.23). Não se deveria esperar muito da sua capacidade preditiva, conclui.

Similarmente, Agarwal considera o modelo de Butler como uma estrutura conceptual descritiva útil para identificar agentes e processos atuando em uma destinação particular. Mas, quanto à capacidade de generalização do modelo, Agarwal é ainda mais restritivo que Cooper, ao afirmar que cada destinação tem seu modelo específico (Agarwal, 1997, p.67). Choy, por seu turno, apesar de considerar o modelo de Butler "*intuitivamente*

atrativo", argumenta que ele não coincidiria com a experiência das destinações nas Ilhas do Pacífico (Choy, 1992, p.29).

Russel Smith, contudo, em seu trabalho sobre a destinação litorânea de Pattaya, na Tailândia, entende que os efeitos de deterioração da destinação, à proporção que a urbanização turística se expande, não negam as proposições gerais contidas no modelo de Butler (1992, p.318). O problema parece residir no fato de que a evolução dos *resorts*, assim como que caminhos a morfologia urbana dos resorts acaba por seguir, ainda são assuntos a exigir mais investigações (Smith, 1992, 317-318).

2. Resultados.

2.1. Análise temporal da *Região Turística de Pipa (RTP)*

É em torno da vila de Pipa - com 63 dos 91 hotéis/pousadas existentes na sua *Região Turística (RTP)* em 2002 (Quadro 3) - que a difusão do turismo gravita nos Municípios de Tibau do Sul e Canguaretama. Esta difusão realizou-se mediante uma forma alongada e litorânea apoiando-se na sede de Tibau, na vila de Pipa e na vila de Barra do Cunhaú (Canguaretama), mas também se espalhou para oeste, constituindo uma 'periferia' ou 'borda' de difusão de hotéis/pousadas afastando-se

Quadro 3
Acomodações na *Região Turística de Pipa (RTP)*: Nº de Hotéis (NH), Nº de Unidades de Habitação (UH) e Relação UH/NH (capacidade média de alojamento por Hotel), segundo os elementos da estrutura espacial integrada turística de Pipa. Ano de 2002

Região Turística de Pipa (RTP) e Unidades da sua Estrutura Espacial Integrada	*Número de Hotéis*	*Nº de Unidades de Habitação (UHs)*	*Número de UHs/Número de Hotéis*
Tibau do Sul sede (a)	8	96	12,0
Corredor Tibau-Pipa (b)	6	132	22,0
Periferias/Bordas da V. da Pipa (c)	37	382	10,3
Barra do Cunhaú (d)	14	136	9,7
τ) Subtotal Assent. Ext. e Periferia/Bordas da Vila de Pipa (a+....+d)	***65***	***746***	***11,5***
υ) Zona Central da Vila de Pipa	***26***	***346***	***13,3***
Total da RTP (τ + υ)	***91***	***1092***	***12,0***

Fonte: pesquisa direta.

da beira-mar e justificando planos futuros de construção de uma estrada alternativa pelo interior que lhes proporcione fácil acesso. A estrada que liga todas as secções litorâneas mencionadas, especialmente no trecho Tibau-Pipa, está se transformando num *corredor* de hotéis e pousadas (Figura 16). A dominação pela atividade turística no Município de Tibau do Sul atingiu já uma

intensidade muito alta, a julgar pelo cálculo do *Índice da Intensidade da Função Turística de Defert* para o ano de 2000 (ano censitário) que atinge o valor de 31,7[6].

Ao longo dos anos de 1970 e 1980, Pipa, como as demais localidades que hoje compõem a sua *Região*, não apresentava importância quanto ao turismo. Assim, toda a área em foco manteve até o começo dos anos de 1990 paisagens rurais tradicionais com estoques conservados de Capital Natural e Cultural. Como se deu a difusão do turismo em Pipa? Ao final dos anos de 1970 uns poucos turistas aventureiros – *drifters* – oriundos dos países nórdicos e de perfil *alternativo* descobriram a vila de Pipa. Estes turistas eram atraídos pela autêntica cultura tradicional de Pipa povoado pesqueiro e pela conservada natureza das suas dunas e falésias (fases de exploração e envolvimento), e a difusão seguia lentamente. Em 1994, a velha estrada colonial e carroçável cortando os campos de cana de açúcar ligando a cidade de Goianinha - nas margens da BR 101 e a 60 km de Natal – a Tibau do Sul (sede) foi asfaltada pela primeira vez, e foi aberta a estrada ligando esta sede à vila de Pipa pela beira do mar, uma via costeira por cima das falésias e cortando as dunas. A aceleração na difusão turística já percebida

---

[6] O *Indicador de Defert* é expresso pela seguinte fórmula:
[(número de Leitos disponíveis na Unidade Territorial/Total da População na Unidade Territorial) × 100] (Pearce, 1991). Número de leitos calculado na base de 4 leitos por Unidade de Habitação(UH). Ainda no ano de 2000, para o Município de Canguaretama, que inclui a destinação Barra do Cunhaú, o índice é de 1,8 (pesquisa direta).

desde 1992 ganhou energia (Figura 17), evidentemente em sintonia e impulsionada pelas mesmas forças da difusão geral da função na região de relações de Natal e no litoral do Nordeste (fase de desenvolvimento).

Em decorrência disto, no litoral dos Municípios de T. do Sul e Canguaretama - formando a *RTP* - pode-se presentemente identificar a seguinte estrutura espacial:

- *A Sede administrativa de Tibau, com apenas 8 hotéis/pousadas, que mantém sua planta física tradicional pouco desfigurada e padrão funcional rural e pesqueiro, apesar de em franca turistização;*
- *O Corredor de Hotéis Tibau-Pipa, à frente do mar, com 6 hotéis cuja média de Unidades de Habitação é o dobro do tamanho médio prevalecente em toda a RTP;*
- *A Periferia/Bordas da própria Vila de Pipa, uma expansão especialmente na direção do afastamento do litoral, isto é, para oeste, com 37 hótéis/pousadas;*
- *A Zona Central da vila de Pipa, que naturalmente inclui o DRC (Distrito de Recreação e Comércio), com 26 hotéis/pousadas;*
- *e o assentamento de expansão hoteleira de Barra do Cunhaú, ao sul de Pipa, já no Município de Canguaretama, com 14 hotéis/pousadas (Quadro 3; Figuras 16 e 19).*

Sendo Pipa o foco da difusão, a escassez de terrenos na sua Zona Central , onde está inclusive o DRC, impulsionou para cima o preço da terra na mesma, as edificações se densificaram e os congestionamentos na circulação se tornaram rotineiros[7]. Daí a sede Tibau, o

[7] A expansão de Pipa desencadeou uma deformação na sua morfologia original baseada na escala humana e animal com severos problemas para a circulação automotora. As vias centrais se estreitaram mais ainda pelo avanço frontal dos bares e lojas, e as edificações passaram a ostentar até quatro pavimentos sobre lotes cada vez menores resultantes de desmembramentos. A vista para o mar ou para as dunas – recursos

mencionado Corredor Tibau – Pipa, os terrenos na periferia/bordas (P/B) a oeste da vila de Pipa, a até cerca de 3 km do *DRC*, e Barra do Cunhaú[8], todas estas secções areais se tornaram de especial interesse para os investidores de maior porte, precisamente médios empresários com objetivos de instalar hotéis do tipo *resort* para as classes médias. A informalidade nos serviços turísticos foi cedendo espaço à institucionalização médio-empresarial à medida que o desenvolvimento e a consolidação decorriam na *RTP*.

Tal disponibilidade de terras à beira-mar ou a relativamente pouca distância da praia (periferia/bordas a oeste) na *Região Turística de Pipa*, condição propiciada por uma secção territorial do país com amplos estoques de Capital Natural, teria permitido mediante a extensividade que o desenvolvimento do *resort* Pipa (a vila) tivesse desviado o seu potencial curto-caminho rumo à estagnação e à deterioração por declínio da qualidade ambiental e cultural (esgotamento do produto). A variável geográfica ofereceu generosamente sobrevida a esta destinação. A identificação da natureza territorial e geográfica desta sobrevida, de natureza predatória e super-

---

naturais cênicos - foi em parte perdida. Em ruas laterais, ora subindo as dunas e afastando-se da praia, ora descendo as escarpas das falésias em direção à praia, os desmembramentos e as verticalizações sem regulamentação produziram aquilo que estudiosos denominam de '*tourist slums*' (favelas turísticas).

[8] Na metade final dos anos de 1990, o *rush* de construções que estava a atingir Pipa (Tibau do Sul) começou a transbordar para os 6 quilômetros litorâneos em direção ao sul, à vila de Barra do Cunhaú. Rapidamente uma mistura de novos hotéis, restaurantes e algumas casas de veraneio invadiu a área, ligando Barra do Cunhaú a Pipa mediante um cordão de urbanização turística praticamente contínuo. Dos 14 hotéis que em 2002 existiam em Barra do Cunhaú (Tabela 1), 13 deles foram construídos após 1996 e 10 deles após 1999. A iminente construção de ponte, substituindo balsas para travessia de um pequeno rio, deve definitivamente unificar Pipa/Cunhaú.

extrativa, constitui o problema central de natureza geográfica identificado neste *Artigo* acerca do desenvolvimento da *RTP*.

A Figura 17 permite visualizar, de maneira agregada – *Região Turística de Pipa (RTP)* –, ou separadamente – na *Zona Central da Vila de Pipa*, por um lado, e por outro nos *Assentamentos Externos (Corredor, Sede de Tibau do Sul e Barra do Cunhaú) e Periferia /Bordas da Vila de Pipa* –, o marcante crescimento da oferta de acomodações nos últimos 13 anos (1990/2002). No conjunto da *RTP*, tal oferta passa de ½ centena de Unidades de Habitação (UHs) em 1990, para 1092 no ano de 2002, o que significou uma ampliação de capacidade de alojar cerca de 200 pessoas, para cerca de 4,4 mil pessoas. O gráfico expõe ainda o caráter organicamente enredado deste crescimento para ambas as *secções de área* da RTP acima mencionadas, e evidencia que a oferta de acomodações cresceu ocupando, sobretudo, os terrenos existentes nos *Assentamentos Externos e na Periferia/Bordas da Vila de Pipa.*

As Figuras 17 e 18 esclarecem a distribuição deste crescimento entre aquelas duas *secções ou zonas internas* da RTP. A situação de partida (1990) caracteriza-se por uma maior importância da capacidade de alojamento (UHs) da *Zona Central da Vila de Pipa* (Figura 18); contudo, à proporção que os anos 1990 decorrem, a zona dos *Assentamentos Externos e Periferia/Bordas da Vila* começa a exibir

crescentemente maior capacidade de alojamento que a *Zona Central da Vila de Pipa*. A partir de 1995 se identifica uma clara tendência distributiva das acomodações neste sentido. Desde os meados da década passada a importância relativa do número de UHs na *Zona Central da Vila de Pipa* jamais voltaria aos níveis elevados anteriores, ainda que novas pousadas/hotéis continuem sendo criadas na *Zona Central da Vila de Pipa* (Figuras 17 e 18).

Observou-se, portanto, uma clara tendência de extensividade no assentamento turístico. Para os hóspedes do Corredor, da sede Tibau, de B. do Cunhaú e da Periferia/Bordas indicadas, a Zona Central da Vila de Pipa (Figura 19) tornou-se uma área de visitação para gastronomia, compras & entretenimento e diversão noturna. A extensividade territorial reforçou a função polarizadora da vila de Pipa dentro do espaço turístico local mediante uma sua maior especialização como DRC. Esta polarização de visitas de 1 dia exercida pelo DRC da vila de Pipa com base na gastronomia e entretenimento consegue mesmo atingir os turistas hospedados na cidade de Natal ou na pequena destinação turística mais ao sul denominada Baía Formosa.

Estes processos são acompanhados na Vila de Pipa por problemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, destinação do lixo e congestionamento de trânsito, típicos problemas da

fase de desenvolvimento. A coleta pública do lixo foi introduzida em 2001, não existe saneamento público e apenas naquele ano hotéis/pousadas e restaurantes iniciaram mais regularmente o pagamento de taxas e impostos à municipalidade. Do Plano Diretor e da Legislação Urbanística do Município de Tibau (1999), assim como do seu Plano Turístico, aguardam-se com expectativa os seus efeitos[9]. A *Região Turística de Pipa* parece apresentar, na perspectiva do modelo dos ciclos dos resorts de R. Butler, uma situação de complexa *superposição* das fases de desenvolvimento e consolidação. Assim conclui-se pela identificação dos sintomas ambientais e sociais e de reação institucional já apontados.

Simultaneamente, parece estar acontecendo na *RTP* em seu conjunto - mediante a expansão hoteleira no Corredor, na sede de Tibau, em direção à Barra do Cunhaú e nas bordas da vila mesma de Pipa - um *re-ciclo ou rejuvenescimento continuado do 'produto' (destinação) por expansão geográfica e redistribuição territorial das funções* de acomodação, por um lado, e entretenimento/gastronomia/compras por outro.

As novas secções territoriais de expansão ostentam uma viva fase de exploração rápida, instantânea e empresarial-imobiliária, o que injeta rejuvenescimentos nas funções do DRC, ao passo que a especialização do DRC em direção à melhoria

[9] A ênfase institucional – melhorar o gerenciamento local - no Prodetur II oferece perspectivas de superação do problema.

Quadro 4

Descrição da *Região Turística de Pipa (RTP)*, RN.

Ítem Analítico	Descrição
Sítio Geográfico	***Dunas encimando falésias em geral sob ligeira abrasão; escarpas de falésias dominantemente perpendiculares ao datum ou acentuadas, terminando em praias curtas cobertas na maré alta O assentamento central (Pipa) desenvolve-se sobre três unidades topográficas: delgada pós- praia (sítio original), escarpa, e dunas/falésias principalmente, onde o relevo é forte ondulado sobre material arenoso.***
Situação Regional	***Região funcional urbana de Natal, da qual dista cerca de 80 km por asfalto; a 24 km da rodovia BR 101 que conecta as capitais brasileiras no litoral oriental do Brasil. Natal funciona como 'portão de entrada' do turismo por via aérea nacional; integrada ao espaço cibernético (www.pipa.com.br).***
Agentes, Escalas	***Proprietários de pousadas e hotéis, empreendimentos de natureza familiar (informal) ou médio empresarial, dominantemente de brasileiros oriundos eqüitativamente de áreas metropolitanas do Nordeste e do Centro Sul; poucos proprietários estrangeiros, oriundos do Mediterrâneo. Predomínio de hóspedes brasileiros de metrópoles do Nordeste e Centro Sul; presença sensível de europeus. Nenhuma ação inicial indutora governamental direta e inconsistente papel gestor público.***
Relações do Assentamento Turístico com o Ambiente Biofísico	***Drenagem dos efluentes dos assentamentos contamina água subterrânea e marinha; remoção da vegetação pioneira que fixa dunas; perdas em biodiversidade; oclusão de panoramas; ocupação por hotéis dos antigos campos de produção local de alimentos (mandioca, milho, feijão) e de carvão (mata semi-caducifólia); rápida corrosão de estoques no Capital Natural.***
Interações Sócio-Culturais-Econômicas	***Alteração no mercado de trabalho: do trabalho agrícola e pesqueiro em direção às ocupações menos remuneradoras nos serviços; sentimentos de exclusão geográfica por parte dos residentes diante da urbanização turística e choque de valores,de orientação e de comportamento cultural; formação de 'sub culturas' ; dependência econômica do habitante local combinada com rejeições culturais mútuas.***
Situação da *RTP* em Análise de Ciclo ou Tendência	***A Vila de Pipa revela sintomas das fases de desenvolvimento e consolidação; à escala da Região Turística de Pipa, reciclo por expansão geográfica e redistribuição territorial das funções de acomodação, por um lado, e entretenimento/gastronomia/compras por outro; Capital Cultural da urbanização turística soterra Capital Cultural tradicional e ganha mais e mais importância como atratividade em comparação com o Capital Natural, que se corrói; necessidade imperativa de mecanismos institucionais de planejamento, gestão e monitoramento – especialmente do estoque de Capital Natural - para perseguir sustentabilidade p/a Região.***

dos serviços de gastronomia e entretenimento reforça as novas secções.

Conclusões

A conclusão geral que ofereço é que o emprego feito do modelo de tendência das destinações turísticas, associado-o à observação empírica da morfologia da destinação e das direções que têm tomado as distribuições das funções turísticas na *Região Turística de Pipa*, permitiu identificar uma forma de reciclo ou rejuvenescimento continuado da *região turística* em seu conjunto.

Longe de ser único e peculiar à *RTP*, o reciclo do produto assim definido acontece em outras localidades litorâneas do país com condições de grande disponibilidade de estoque de Capital Natural, pode ele ser multi-municipal e tem se dado praticamente livre de constrangimentos institucionais-ambientais de ordem conservacionista e sustentável efetivos. Difícil é evitar a conclusão que severos problemas de sustentabilidade impor-se-ão em futuro próximo, sugerindo-se então enfaticamente rápidas ações corretivas.

As observações de Evans (1979) relatadas por Oppermann (1993, p.550), e avaliadas à luz das evidências oferecidas pela experiência em foco, parecem fortalecer as possibilidades preditivas gerais do modelo. O emprego do modelo deve

incluir a compreensão que as fases se superpõe, e que o mais importante não é a fase, mas as propriedades da dinâmica em curso. Manejado flexivelmente conforme originalmente concebido, e auxiliado por contextualizações e atenções aos fatores externos e outros internos, o modelo de R. Butler permite uma visão e discussão ordenada da dinâmica das destinações e dos riscos para a sustentabilidade turística encerrados nesta própria dinâmica. A discussão e as antecipações de medidas propiciadas pelo modelo por certo erodem a acusação de que o modelo propõe inevitabilidades de desenvolvimento, isto é, seja fatalista.

Sugere-se enfaticamente, contudo, que esta proposta de análise espaço-temporal seja, em estudos seguintes, melhor explorada no que tange às relações do *processo do desenvolvimento turístico* – expresso pela série histórica de oferta das acomodações ou outro indicador disponível – com outros fatores certamente influenciadores neste processo, particularmente com *as condições da estrutura de posse e propriedade da terra* com a qual a difusão turística se encontrou, e com a natureza da ação da *administração pública diante do processo.* Estas novas potenciais sendas de pesquisa deverão melhor esclarecer o estabelecimento de novos padrões de Geografia Social, tais como segregação e exclusão sócio-espacial, à proporção que a destinação turística se desenvolve.

Figura 16

Região Turística de Pipa - RTP

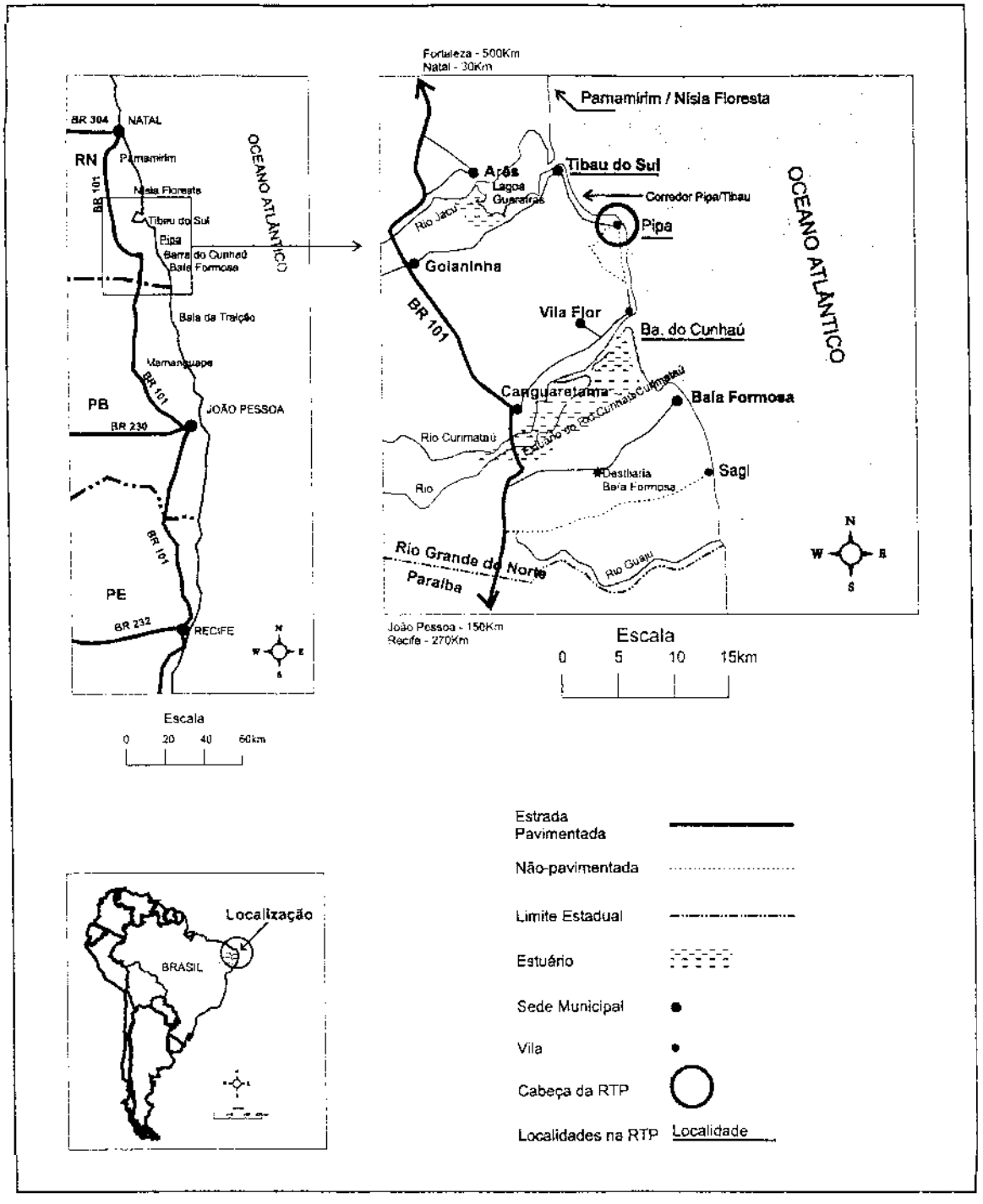


Figura 17: Unidades de Habitação (UHs) disponíveis no conjunto da Região Turística de Pipa (RTP), e nas duas secções de área que a compõem: (a) Pipa Zona Central, e (b) Assent. Exteriores e Periferias/Bordas (AEx e P/B), 1990-2002 (pesq. direta).

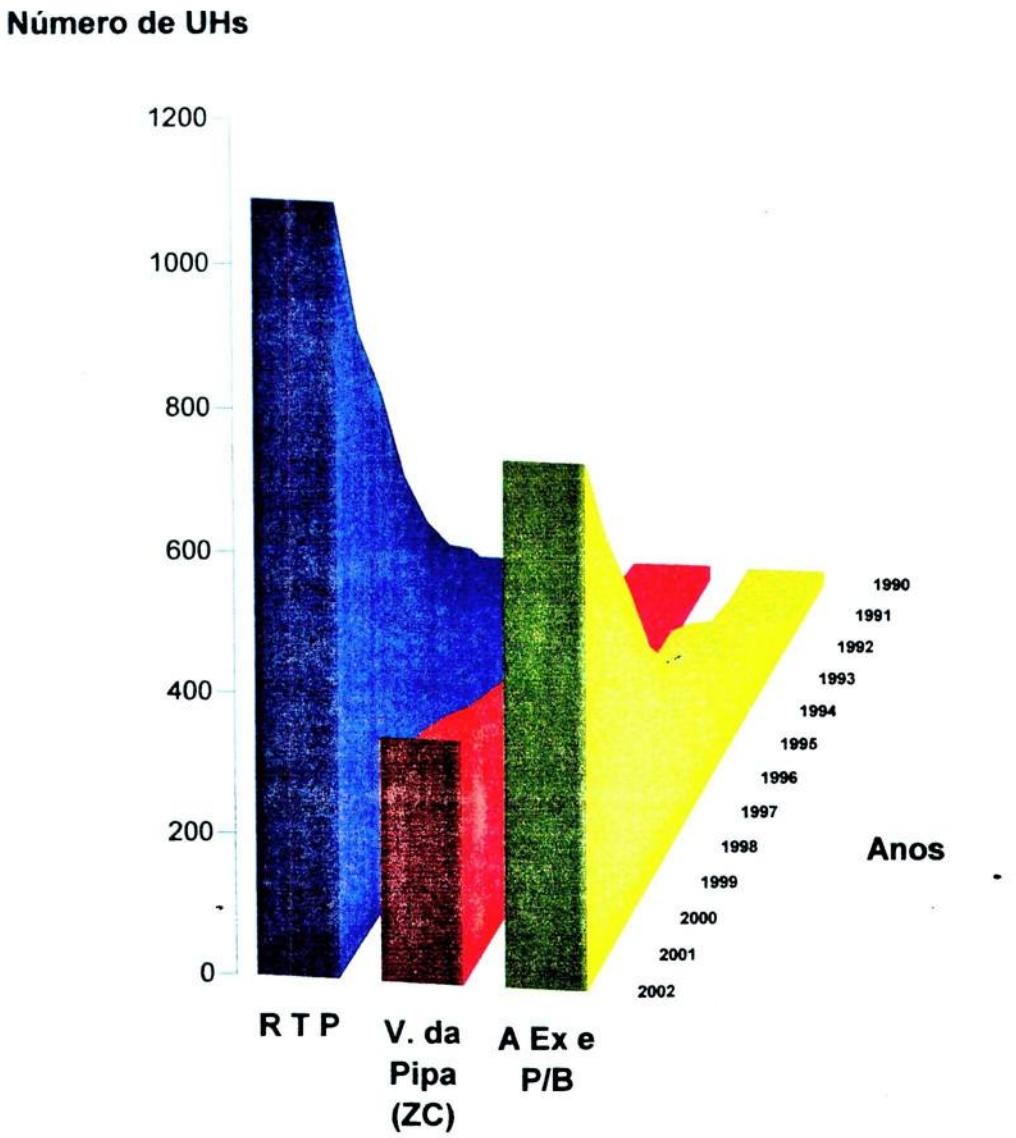
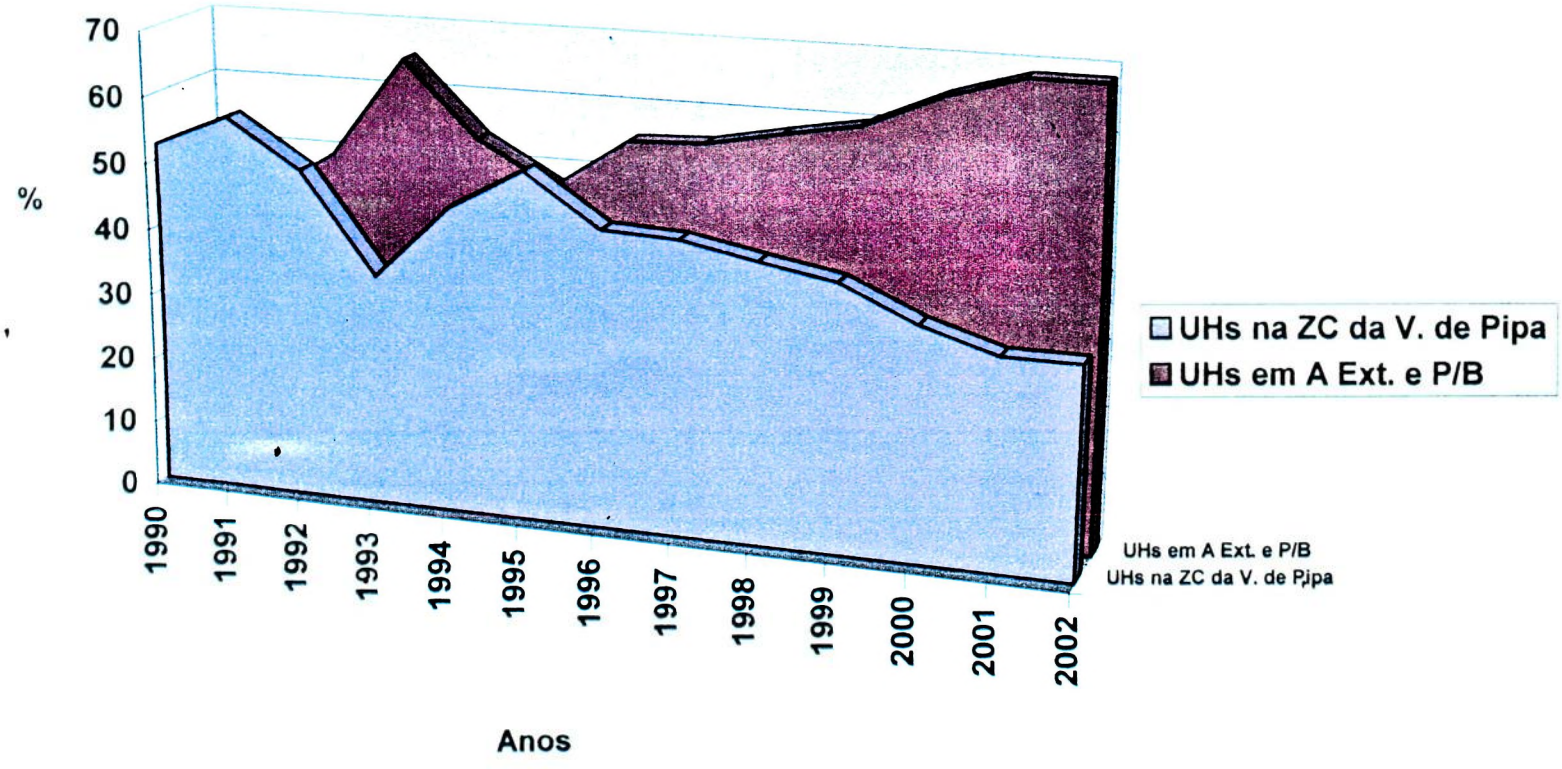


Figura 18: Importância relativa (em %) das Unidades de Habitação (UHs) na RTP segundo localização : nos Assentamentos Externos e Periferia/Bordas da Vila de Pipa (AEx e P/B), ou Zona Central da Vila de Pipa, no período de 1990 to 2002 (pesquisa direta).



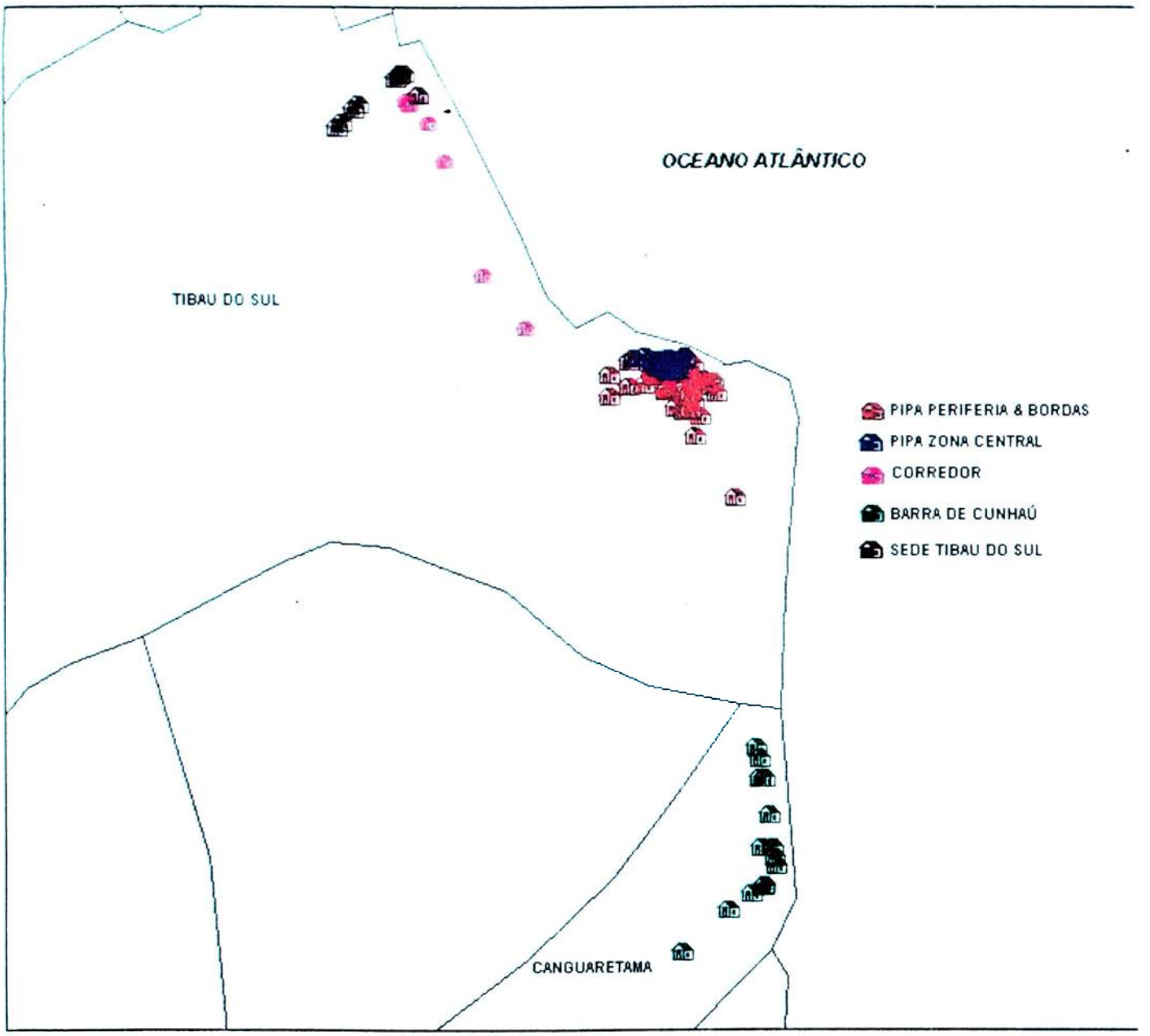


Figura 19
Região Turística de Pipa: distribuição geográfica das unidades hoteleiras em cada uma das secções territoriais identificadas: *Pipa Zona Central*; e *Assentamentos Externos* (Sede de Tibau do Sul, Corredor Tibau-Pipa e Barra do Cunhaú) & *Periferia/Bordas da Vila de Pipa.* (E aproximada 1 cm = 1 km).
(*Fonte*: levantamento de campo empregando GPS)

Capítulo 10

Colonização familiar, tendências de uso da terra e transição das paisagens na Amazônia Roraima

Introdução

Este trabalho é uma avaliação da experiência de colonização familiar no extremo norte da Amazônia brasileira, no Estado de Roraima, através de um estudo regional no *Sul/Sudeste* desta unidade da federação, tendo como campo especial de observação o povoado de *Serra Dourada* – localizado no Município de Caracaraí, próximo aos Municípios de São Luís do Anauá e

São João da Baliza[1] -, que foi frente plenamente ativa de maranhenses nos meados e segunda metade dos anos de 1990 (Figuras 20, 21ª e 21ᵇ)

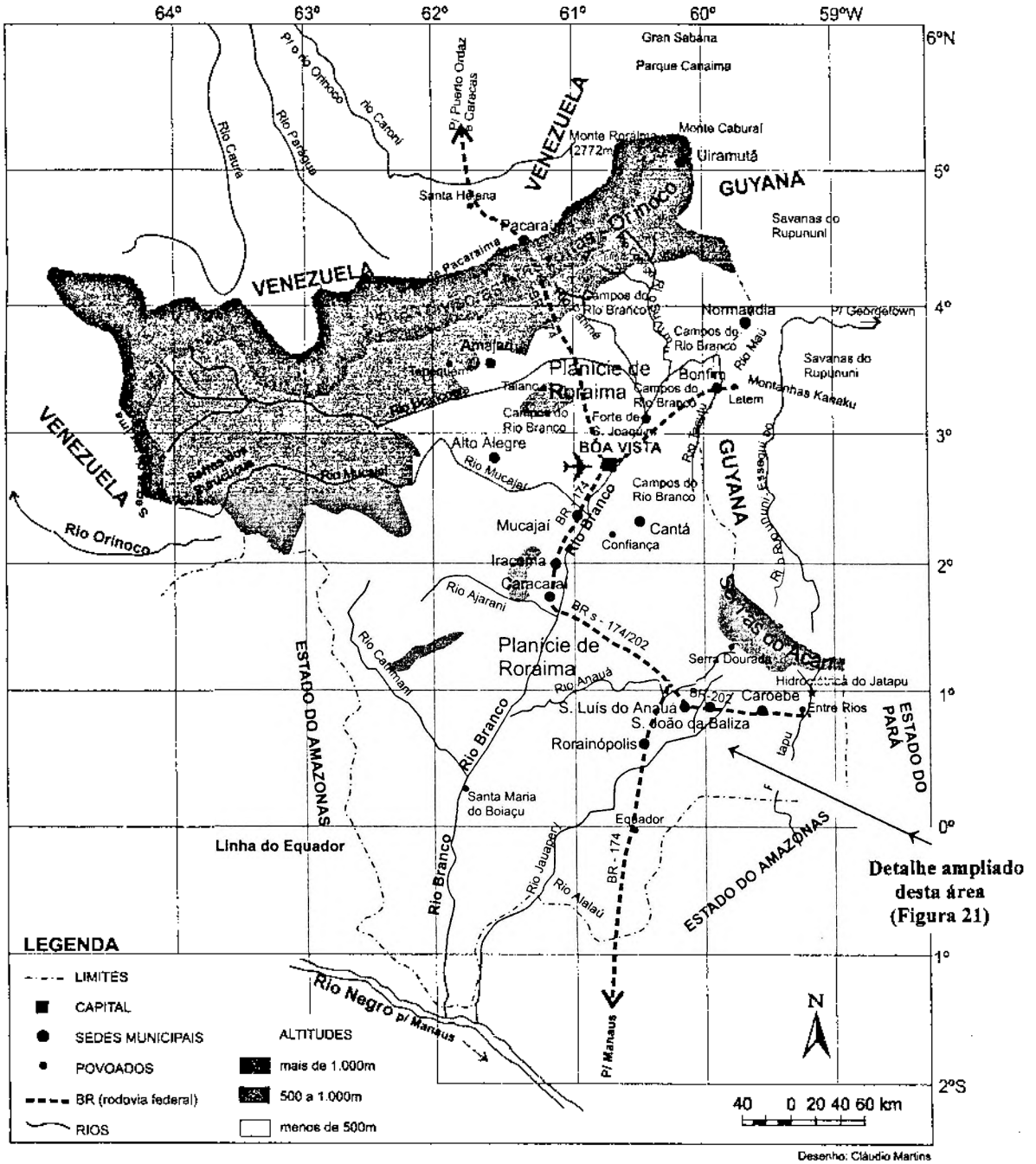
Reconstruo a história da colonização agrícola familiar nas terras do rio Branco, que foi e continua ser ato estatal desde as primeiras iniciativas tomadas ainda pelo Estado Novo nos anos de 1940, e avalio a situação recente desta política de colonização familiar dirigida que possui também muitos elementos espontâneos. Ao final, proponho uma *esquematização* de regularidades observadas na dinâmica do uso da terra e da morfologia das paisagens submetidas a tal processo de colonização, típico de muitas secções florestais da Amazônia[2]. As primeiras reflexões e ordenamentos do material em forma escrita e publicada que servem de base e que evoluíram para presente proposta - *esquematização de regularidades observadas na dinâmica do uso da terra e da morfologia da paisagem submetida a tal processo de colonização* - podem ser localizadas em Crocia (de Barros) (1994), Barros (1995 e 1996).

[1] Trata-se de *frente* já afastada cerca de 40 quilômetros floresta adentro a partir da margem da Rodovia Perimetral Norte, sede do Município de S. Luís do Anauá, que em finais dos anos de 1970 era frente ativa como o era Serra Dourada em 1996/7. O povoado de S. Dourada dista uma dezena de quilômetros da Área Indígena dos Wai-Wais (Figuras 20, 21 a e b).

[2] Textos mais amplos sobre a ocupação e colonização gerais em Roriama são: Hemming (1990); Guerra (1957), o maior estudioso regional de Roraima, particularmente importante sobre as condições de povoamento e colonização dirigida nos anos de 1950; sobre o Território Federal de Roraima na década de 1940 ver Cavalcanti (1945).

Figura 20

Mapa Geral de Roraima



Desenho: Cláudio Martins

Quadro 5: Estado de Roraima
População Residente nos anos censitários (de 1980 a 2000) e Taxa (geom.) Média Anual de Crescimento da População nos Intervalos Censitários

Secção Territorial	População em 1980	População em 1991	População em 1996	População em 2000	Cresc. Médio Geom. Anual (%) 1980/1991	Cresc. Médio Geom. Anual (%) 1991/1996	Cresc. Médio Geom. Anual (%) 1996/2000
Norte	67.374	174.631	203.304	260.329	9,0	3,1	6,4
Sul	11.785	41.159	44.395	63.823	12,0	1,5	9,5
Roraima	79.159	215.790	247.699	324.152	9,5	2,3	7,0

Extraído de: Barros, Nilson Crocia (2002), *Roraima: tem years of research*, unpublished paper presented at the *Seminar Series*, Virginia Tech And State University, March.
Obs.: Neste Quadro, o total de população da *Secção Territorial Norte* é basicamente composta pela população residente na capital, Boa Vista. A *Secção Territorial Sul* representa propriamente a zona florestal sob processo de frente de expansão, e nela está incluída o que no texto chamamos de sul, centro e/ou sudeste de Roraima.

Quadro 6: Cidade de Boa Vista. Estado de Roraima.
População recenseada na cidade de B. Vista, de 1940 a 2000, e sua importância relativa (em %) no total da população do Estado

Indicador. ↓	Ano de 1940	Ano de 1950	Ano de 1960	Ano de 1970	Ano de 1980	Ano de 1991	Ano de 1996	Ano de 2000
População da Cidade de Boa Vista	1.159	5.132	7.037	16.727	43.016	118.926	150.652	196.942
Importância relativa no total da pop. em Roraima	11,06	28,33	24,37	41,11	54,34	55,11	60,82	60,74

Extraído de: Barros, Nilson Crocia de (2002), *Roraima: tem years of research*, trabalho não-publicado apresentado à *Seminar Series*, Virginia Tech & State University, Março.

O Estado de Roraima – criação da constituição federal de 1988, antes *Território Federal* -, apresenta uma superfície de cerca de 230.000 Km^2 e o censo demográfico de 2000 registrou uma população de aprox. 325 mil habitantes (Quadro 5). A densidade demográfica calculada, de 1,4 hab/km^2, é uma relação estatística que necessita esclarecimentos, vez que 60 % desta população total habita a capital, Boa Vista (Quadro 6)[3].

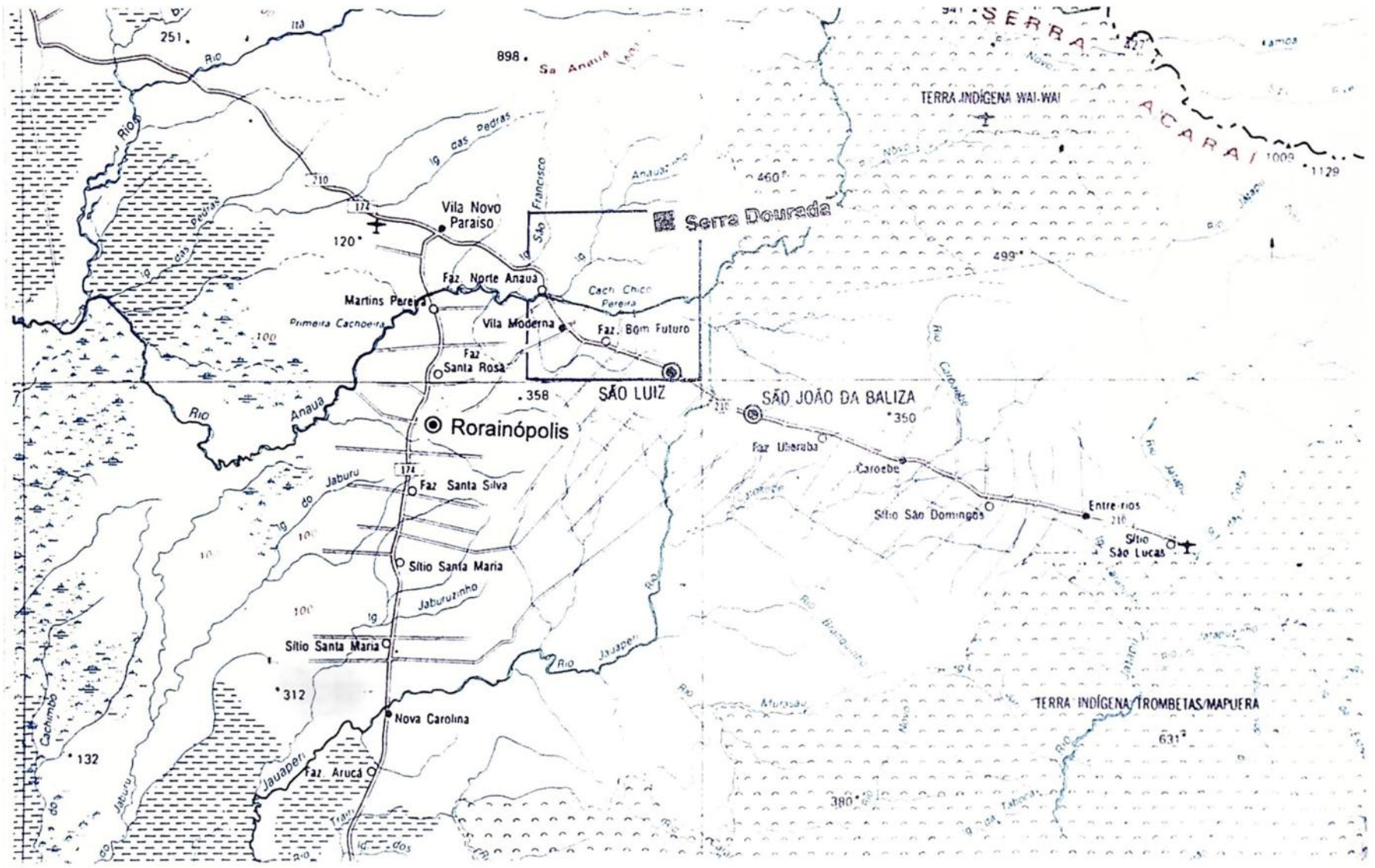
A maior parte das terras de savanas ou florestas ao norte, oeste e nordeste do Estado estão fechadas institucionalmente – como áreas indígenas e/ou de proteção ambiental -, o que importa em cerca da metade da área estadual, e onde as titulações de terra estão bloqueadas[4]. Conseqüência é que a direção espacial do crescimento demográfico rural é mais e mais dirigida para as áreas florestais (*Secção Territorial Sul*, ou Centro/Sul e Sudeste de Roraima, Quadro 5), desenvolvendo-se a colonização familiar, a pecuária e os serviços que em pequenas sedes municipais criadas multiplicaram-se como o próprio número de municípios, que era 1 em 1970 na *Secção*

---

[3] Sobre a capital Boa Vista e seu papel como frente burocrática na fronteira ao norte do Brasil, ver Abers & Lourenço (1991).

[4] As *Áreas* já juridicamente consideradas indígenas – já homologadas ou não -, o que significa paralização de titulação da terra para particulares, representavam em 1998 cerca de 100 mil km^2 (45% da área total do Estado); as áreas protegidas ambientalmente (Parques, Reservas, etc) importavam em 47 mil km^2 (21% da área total do Estado). Como há superposições entre algumas das duas categorias de áreas protegidas, estima-se que cerca da metade da superfície estadual esteja bloqueada para colonização (dados do MPO/SAR/Suframa, 1998).

Figura 21 a:
Sul/Sudeste Florestais de Roraima. Rodovias BR 174, Perimetral Norte (BR 210) e vicinais.
Sedes municipais, povoados, áreas indígenas e rede de drenagem. Serra Dourada.
(E aprox. 1 cm = 10 km)



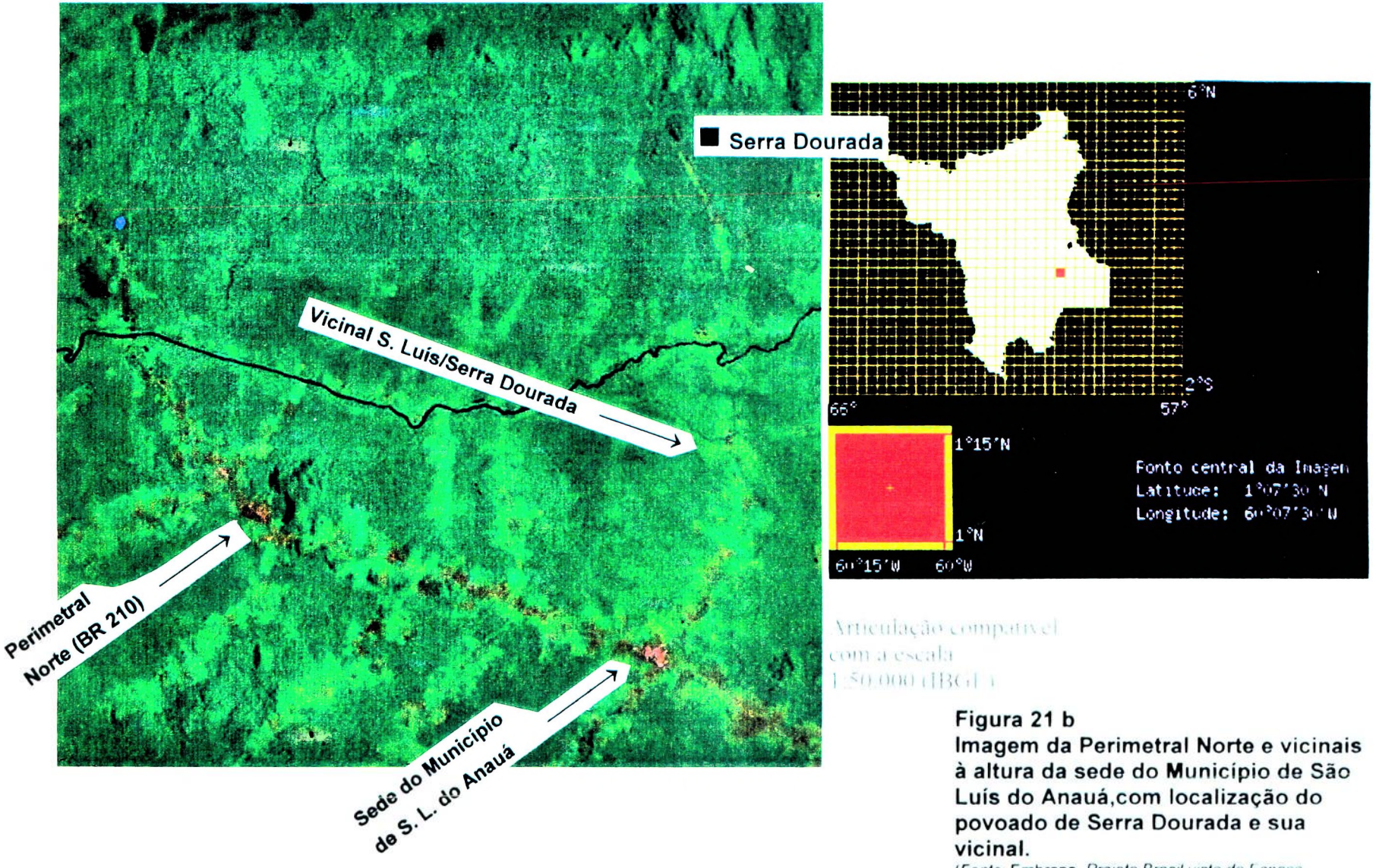


Figura 21 b
Imagem da Perimetral Norte e vicinais à altura da sede do Município de São Luís do Anauá,com localização do povoado de Serra Dourada e sua vicinal.
(*Fonte*: Embrapa, *Projeto Brasil visto do Espaço*, www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br)

Territorial Sul, e passa a 6 no ano do último censo (2000)[5]. O outro foco continua sendo, evidentemente, a capital, com sua frente burocrática e dos serviços[6].

A ferramenta que abriu as terras do sul e sudeste de Roraima à colonização, removendo-as do domínio secular indígena dos Wai-Wais, dos Waimiris-Atroaris e dos Yanomamis, e colocando-as à disposição dos imigrantes oriundos de todo o Brasil rural, mas principalmente do Nordeste, e neste do Maranhão, foi a rodovia BR 174 ligando Manaus a Boa Vista, nos meados da década de 1970, hoje asfaltada. Isto significou um *encounter* de culturas de notável violência e que transformou profundamente as condições dos nativos que sobreviveram ao choque[7] (Figura 29).

Estrada aberta, colonos entravam na floresta e com assistência da Prefeitura do Município de Caracaraí, município com mais de 100.000 km^2 que depois viria a dar origem a mais cinco, iniciavam uma divisão da terra em forma de espinha de peixe, tendo a BR 174 como coluna,

---

[5] São pequenas sedes municipais com populações modestas, de 1.115 (Cantá) a 8.236 habitantes (Caracaraí), mas em municípios com taxas médias anuais de crescimento demográfico exponenciais; o Município de Rorainópolis, o caso extremo no sul de Roraima, cresceu à média anual de 23 % no período 1996/2000, possui 10.208 hab, estando na sua área rural 7.185; e, os quatro municípios com taxas neste período acima de 10% médios anuais todos se encontram na metade florestal (sul/centro e sudeste). Os municípios de crescimento mais modesto são Caroebe (4,4%), S. Luís (4,5% a/a) e S. J. da Baliza (5,8% a/a) (Ibge).

[6] A população em Boa Vista, depois de atingir tão alta concentração no final do século 20, e apesar de continuar crescendo, enfrentou a concorrência do rápido crescimento da população no Sul florestal (Quadro 5), e a proporção da população residente na capital ficou estacionada naquele patamar percentual.

[7] Sobre a construção da BR 174 (Manaus/Boa Vista) ver Souza (1997) e Carvalho (1982), duas interpretações contrastantes para um mesmo evento. Ver ainda acerca das populações nativas no centro/sul/sudeste florestais de Roraima, Fearnside & Barbosa (1995), Silva (1980), Farabee (1967), Koch-Grunberg (1966), Peters (1998), Farage (1991), Meggers (1987), Schomburgk (1836, 1841) e os documentos apresentados por Amoroso e Farage (1994). Ver sobre a política indígena geral em Roraima: Santilli (1994).

com lotes de diferentes tamanhos, usualmente 60/100 ha. Depois os projetos de regularização do Incra iam chegando à área. Com o tempo, as variações de solos e de drenagem dentro do ecossistema florestal submetido à frente pioneira, assim como de oferta de produtos extrativos (madeira e castanha), acabaram por influenciar, junto com acessibilidade (atrito de distância), o sucesso da colonização[8].

1. As primeiras iniciativas da colonização familiar em Roraima

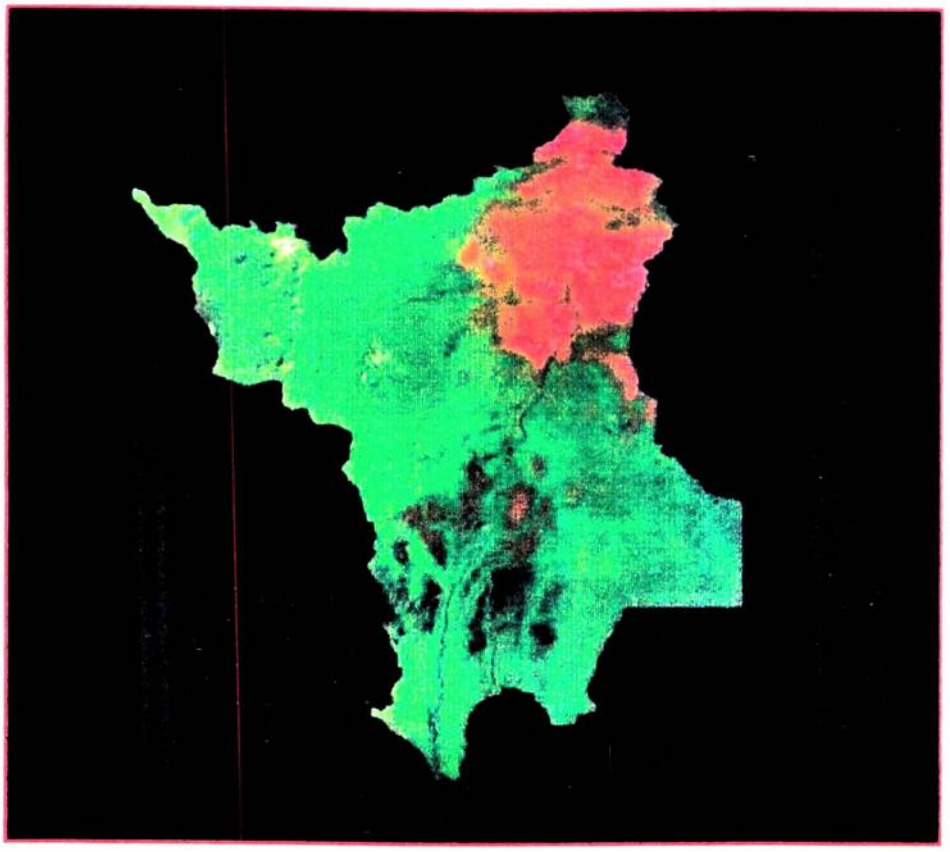
Durante um século e meio, nos 150 anos que se estendem do final do século 18 – mediante a política pombalina de fixar fronteiras pela pata do boi - até meados do século 20, a ocupação nas terras do rio Branco (Roraima) foi quase exclusivamente pecuária e estritamente confinada ao *lavrado*[9], isto é, ao nordeste do Estado (Figura 22). O gado bovino espalhou-se então pelas áreas da vegetação aberta dos campos e savanas -

[8] As *florestas* ocupam cerca de 4/5 da superfície de Roraima, dominando o Norte, o Oeste, o Centro-Sul e o Sudeste, e apresentam notável diferenciação em tipos. As *savanas* ocupam os cerca de 20% restantes, oferecendo também notável diferenciação (Figura 22). A unidade de relevo dominante é a *Planície de Roraima*, com áreas -principalmente as recobertas de savana (lavrado) - apresentando drenagem indecisa e deficiente por conta da planura, ou onduladas e com relevos residuais, estas nas áreas recobertas de floresta. A *Planície de Roraima* é irrompida significativamente apenas pelos divisores d'água das bacias dos rios Amazonas e Orinoco – fronteira Brasil(Roraima)/Venezuela, Serras Parima e Pacaraima – e pelas serras do Acari separando Brasil (Roraima) da Guyana ex-britânica. Sobre as condições ambientais em Roraima ver: Barbosa, Ferreira & Castellon, 1997. Os estudos do projeto *Radam Brasil* (1975) já estavam disponíveis, mas não exerceram nenhuma influência na estratégia espacial de detalhe de apropriação da terra (design dos projetos agrícolas familiares na área).

[9] Denominação local para os *Campos e Cerrados* (Savanas).

Figura 22
Imagem da cobertura vegetal no Estado de Roraima.
Área avermelhada a nordeste corresponde às savanas/campos ('lavrado').
Área restante dominantemente recoberta por florestas de tipos variados.

(*Fonte*: Embrapa. *Projeto Brasil visto do Espaço*.
www.cdbrasil.cnpm.embrapa.br)



pastos naturais - e formou-se a *Roraima do gado e das fazendas*[10] (Figuras 22 e 23).

Mas, com a instalação do Território Federal do Rio Branco na década de 1940 e da sua capital Boa Vista (1943)[11] através da política getulista de proteção das fronteiras e coesão territorial centralizada – anti-federalismo e centralismo -, aconteceram as primeiras experiências de estabelecimento dos núcleos de *colonização agrícola familiar*, estes sob a direta responsabilidade de governo, como até hoje. O governo financiou o transporte dos colonos e os primeiros gastos necessários à instalação das famílias e se criou então nas terras do rio Branco uma estrutura social e fundiária dual, de fazendas por um lado, e de pequenos agricultores por outro, estrutura que se iria projetar para o presente sempre enredada numa malha burocrática federal e centralizada, que se expandiu rapidamente no período 1970/2000.

De onde vinham estes primeiros colonos? Estes colonos eram oriundos principalmente do Estado do Maranhão, iniciando-se aí um padrão de origem dos fluxos migratórios para Roraima que se prolonga até os dias de hoje. O que naquele período teria impulsionado estes

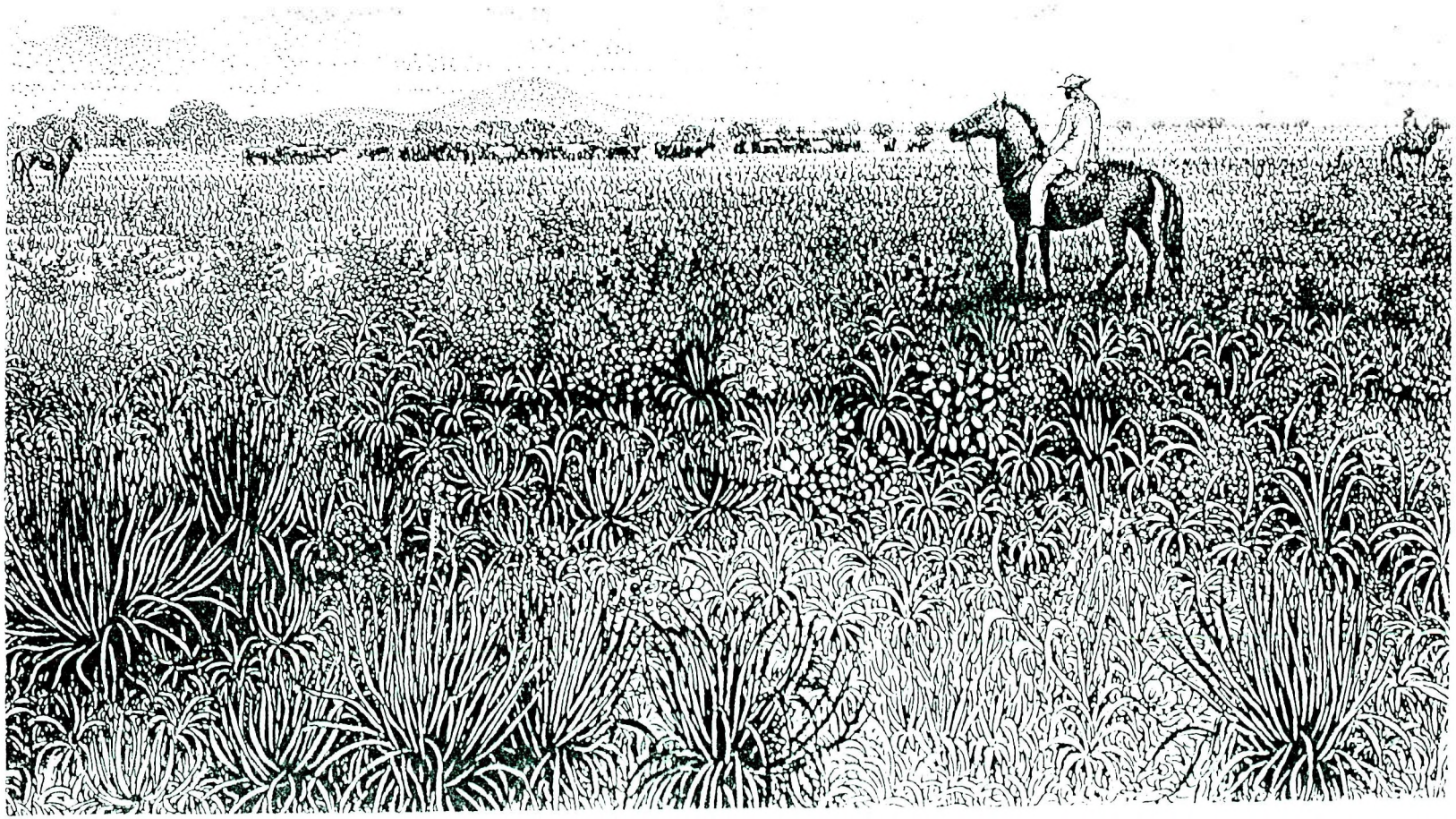
---

[10] Sobre esta 'frente pastoril' em Roraima - para empregar terminologia usada por Machado (1992, p.35) para os tipos de frentes pecuárias que se propagaram no Brasil pelas superficies recobertas por vegetações de campos e savanas – ver o trabalho de Rivière (1972).

[11] A capital é instalada num minúsculo povoado que surgiu na sede de uma das primeiras fazendas de gado instaladas no fim do século 18, a Fazenda Boa Vista, às margens do rio Branco. Até 1943 as terras do rio Branco (Roraima) eram parte do Estado do Amazonas.

Figura 23

'A pecuária nos campos do rio Branco', desenho de Percy Lau, reproduzido de Ferreira, J.V. da C., 'Campos do rio Branco', in: *Tipos e Aspectos do Brasil* (excerto da Rev. Bras. de Geografia, Ibge, 1949, p.6)



migrantes para tão distante, senão a manipulação da pobreza, da esperança e da tendência à mobilidade das populações pobres do Maranhão úmido e pré-amazônico pela ideologia e programas territoriais desenvolvimentistas e estratégicos?

Havia o objetivo de estado de aumentar a população brasileira nestas áreas fronteiriças do país com populações de pequenos agricultores – populações com alta taxa de fecundidade e baixa disponibilidade financeira para enfrentar os custos de uma possível migração familiar de retorno (o binômio *alta reprodução* e *imobilidade* pela pobreza).

Em 1944, a partir da estrada Boa Vista/Mucajaí recém aberta, que na verdade foi a primeira estrada em Roraima a dar acesso à área florestal, e que não demorou para ser tragada pelo mato, é estabelecida a Colônia Fernando Costa. Esta colônia ficou conhecida como Colônia de Mucajaí, situada a cerca de 50 km ao sul de Boa Vista. Dentro deste mesmo impulso administrativo foram criadas as colônias de Brás Aguiar (Cantá) e do Taiano, respectivamente a 30 km a sudeste e a 50 km a noroeste de Boa Vista. Formou-se então um círculo de colônias em torno da capital, com colônias ora nas savanas ora nas bordas da zona florestal, porém nunca a mais de 60 kms de Boa Vista.

Estas iniciativas de colonização numa área tão remota do país ganharam maior impulso na década de 1950 (Guerra, 1957:163), isto em função da gravíssima escassez de alimentos provocada pelo aumento da imigração (chegada de trabalhadores para as obras federais e de novos funcionários para as funções públicas criadas). Não raro a farinha de mandioca, o arroz, o milho, tinham de ser trazidos de Manaus em situações de emergência pela aviação militar. Os funcionários passavam a formar um terceiro elemento na estrutura social, elemento que acabaria hoje dominante.

Mas, todas estas iniciativas foram se arrastando ao longo dos anos de 1950 e 1960, e deixaram no conjunto destes pequenos núcleos de colonização algumas famílias, ao todo talvez não mais que duzentas. O abandono dos lotes recebidos nas colônias tornou-se quase uma regra, e novos colonos chegavam para depois abandonarem os lotes novamente. Aí talvez se tenha originado uma cultura do desengano, uma *síndrome do fracasso da colonização agrícola* em Roraima.

Na realidade, durante os trinta anos que se estendem desde os meados dos anos de 1940 quando se iniciou, até os começos dos anos de 1970, nunca aconteceu um *rush* de colonização familiar, e nunca a colonização neste período fez mais que apenas arranhar as bordas florestais

margeando a grande mancha das savanas e campos do nordeste do Estado. Doenças endêmicas, como a malária e a leishmaniose, entre outras, ao lado das dificuldades de transporte local e acesso a mercados e a serviços como educação e saúde, e a reduzida orientação desenvolvimentista dos colonos, são fatores hipotetizados como responsáveis pelo insucesso. As colônias com japoneses, neste período, também falharam.

2. Discutindo apreciações sobre a fronteira

Muitos modelos clássicos em Geografia são sugestivos quando manejados na análise de situações de fronteira. Um deles, particularmente, é o modelo de Thünen, elaborado em 1826 e afirmando que a tendência geral de uso da terra nas áreas mais afastadas das cidades-mercado seria o criatório de gado (Bradford & Kent, 1987, p.55)[12]. O fato é que o criatório bovino parece ser a tendência ou forma de uso da terra para onde acaba convergindo parte substancial das terras

[12] Outro modelo, este do tipo evolucionário, tenta esquematizar a organização do espaço que emerge por conta da construção das chamadas vias ou linhas terrestres de penetração colonial (Taafee, Morril & Gould, 1963). O modelo de Christaller (1966) não deixa de ser útil ao trabalhar com o par centro/periferia na estruturação dos assentamentos nas sociedades de mercado. Sem dúvida a tese de Turner, com o seu otimismo referente à formação de um novo caráter social em reação às condições novas da fronteira, influenciou estudos sobre fronteira no Brasil; apreciação disto é feita por Bicalho & Hoefle, 1995. Nas suas *Memórias*, Kropotkine (1975) descreve suas impressões sobre as 50.000 milhas que andou pela Ásia quando serviu o Império Russo do Tzar na Sibéria integrado ao Regimento dos *Cossacos Montados de Amur*, na segunda metade do século 19 e fazia observações geográficas: *"posso dizer agora que perdi na Sibéria qualquer crença que pudesse ter tido na disciplina do Estado, que eu tanto havia respeitado"* (ext. de Woodcock, 2002, p.219).

dos projetos de colonização[13]. Na sistematização de *transição de paisagem* que iremos examinar a seguir, seria como se a ação declarada da política agrária do estado nacional fosse, em largas partes dos projetos de colonização agrícola familiar, vencida por esta *tendência* de mercado configuradora dos usos da terra, tendência contra a qual o Marquês de Pombal não procurou lutar, mas sim segui-la, no século 18 em Roraima.

Leo Waibel, tendo examinado a colonização no sul do Brasil, distinguia entre a *fronteira demográfica*, aquela que ia à frente ou já estabelecida, não raro com inconsistente uso da terra, e a *fronteira econômica*, esta quando efetivamente a área passava a se integrar rotineiramente às trocas (Waibel, 1979, p.281, 282)[14], criando-se *buracos de povoamento* por onde passavam as ondas pioneiras, como as chamou P. James (1950).

A área em foco – o sul/centro e sudeste de Roraima – tem sido palco de um pertinaz esforço dos colonos e pequenos e médios empresários rurais para integrá-la consistentemente à circulação de mercadorias nacional e global, ora com produtos de coleta que depois se exaurem e colocam em risco a colonização, ora com culturas comerciais (arroz, banana) ou mais recentemente gado nas médias explorações rurais. Isto cria nas

[13] Em certas áreas da Amazônia, com mais intensas conexões comerciais com o Centro-Sul, particularmente norte de Mato Grosso e oeste e sul do Pará, a soja tem sucedido, nas secções empresariais, o criatório quanto ao uso da terra, como uma expansão dos campos de soja do Centro-Oeste (DeFries, 2004).

[14] Discussão detalhada da conceituação de Leo Waibel ver em Etges (2000, pp.130-137).

áreas dos projetos um complexo quadro de manchas de desigual integração comercial e ocupação demográfica.

Estudando especificamente o sudeste do Pará, área de frentes fazendeiras empresariais misturadas com pequena colonização, Volbeda (1986) sugeriu que havia um *ciclo dos assentamentos* (povoados) *da fronteira.* Os núcleos surgiam, afirma, para servir à *frente*, e neste momento eram pequenos e a população internada na floresta. Pouco a pouco, contudo, frente consolidada, a população ia retornando para este núcleo, abandonando a área rural. Por fim, o povoado tenderia a ser drenado de seus habitantes para as novas áreas em abertura, onde iam junto com novos imigrantes formar novos núcleos, fechando-se o ciclo de três estágios.

Nestas áreas de fronteira mais empresarial seriam os povoados formados por migrantes crônicos (Volbeda, 1986, p.128; Godfrey, 1990, p.116; Browder & Godfrey, 1990, p.62). A fronteira estudada no presente trabalho (RR) não foi empresarial, e as oscilações nos estoques demográficos nos assentamentos (povoados e zona rural) devem ser muito mais relacionadas não aos empregos nas instalações de fazendas, mas sim à deterioração das fontes do extrativismo, à deterioração progressiva das infraestruturas inicialmente instaladas, à

carência de serviços econômicos e sociais e às dificuldades de acesso aos mercados.

B. Becker encontra alta correlação positiva entre as regiões (complementares) de colonização onde as pequenas produções são dominantes e bem sucedidas e a estabilidade demográfica dos povoados (centros). Processos de expropriação e exclusão fundiária, assim como *situação geográfica* mais ou menos favorável em relação às novas áreas em abertura na *front*[15] influenciariam a sorte dos povoados (Becker, 1978, p.120) e Machado (1992, p.50) indica a extrema mobilidade da força de trabalho na *fronteira*[16].

O fato é que, no final do século 20, a fronteira agrícola na configuração dos seus assentamentos não escapou da denominada *revolução dos serviços e da urbanização*, e co-participou a seu modo daquilo que Browder & Godfrey (1990) denominam a rapidíssima *transição urbana* na América Latina. Martine & Turchi (1988, p.185) mostraram a pobreza crescente em serviços coletivos à proporção que se descia na escala do tamanho das localidades e esta é sem dúvida uma das razões da emigração dos pequenos povoados que surgiram das frentes ativas para as capitais, como Boa Vista, uma vez passado os

[15] Seria a situação logística para o apoio à fronteira de expansão (Godfrey, 1990, p.116; Becker, 1984, p.65).

[16] Apreciações mais globais sobre a literatura de *fronteira* encontram-se em Machado (1992) sobre o Brasil e em Reboratti (1990) sobre a América Latina. Tipologia dos núcleos urbanos que surgem na Amazônia encontra-se em Sawer (1987, p.51) e Correa, 1987, p.62-65).

momentos mais ativos do front[17]. O mesmo processo, numa escala local, acontece quando as áreas rurais, com sua ausência absoluta de serviços (escolas, postos de saúde, comércio, transporte regular, etc) dentro dos projetos são confrontadas com as sedes municipais, sendo esta uma das razões gerais da desruralização da população em direção às sedes (Sawyer, 1987, pp.47-48).

As especificidades locais exercem um papel importante quanto às direções deste movimento populacional. No sudeste de Roraima, nos Municípios de São L. do Anauá, S. J. da Baliza e Caroebe (Figuras 20, 21[a] e 21[b]), de 1988 até 1992/3 uma profunda estagnação atingiu a colonização, que foi mais ampla para afetar toda metade florestal sul de Roraima[18] . A deterioração das infraestruturas e o 'aumento' no tempo e no custo resultante disto nas distâncias aos

[17] Sendo o tamanho funcional e demográfico de Boa Vista sem paralelo em Roraima, pois enquanto a população de Boa Vista era de cerca de 200 mil habitantes em 2000 a da segunda cidade em população era cerca de 8.236 habitantes (Caracaraí), e pela sua condição de pólo administrativo-militar desde 1943 (Abers & Lourenço, 1991, p.15), o fenômeno da evasão de pessoas dos projetos de colonização sugadas pela capital foi particularmente acentuado. O garimpo, como indica macMillan (1993) no seu estudo específico sobre o setor, atividade de enorme importância nos anos de 1980 em Roraima e coincidindo com o *rush* da expansão da colonização agrícola familiar, extraiu também muita força de trabalho dos *projetos*.

[18] Críticas oriundas das forças políticas emergentes na *época da transição democrática* – com apoio em agendas indigenistas e ambientais metropolitanas globais - à política de efetiva ocupação das fronteiras que havia sido implementada pelo regime de exceção (1964/1985) paralisaram os investimentos nas infra-estruturas sociais e econômicos nas sedes e povoados. Estas críticas atacavam acerbamente o *Projeto Calha Norte* (1985), multiministerial, paralizando-o, *projeto* que tentava mediante investimentos em saúde, educação, transporte, etc consolidar a onda colonizadora iniciada com a construção das BRs 174 (Manaus/Boa Vista) e 202 (Perimetral Norte), sedimentando o povoamento. Este debate decorria ainda dentro da matriz da Guerra Fria. O debate sobre os investimentos sociais e econômicos na Amazônia continuam e ganharam maior alcance ao articular as distantes agendas globais com os problemas locais efetivos dos habitantes da Amazônia. Nas discussões sobre segurança os problemas da segurança em escalas mais amplas são articulados à qualidade de vida individual (Simmons, 2004), o que inclui o direito dos colonos às infra-estruturas, assim como é direito de habitantes em áreas de veloho povoamento..

mercados cooperou decisivamente para a evasão geral, tanto das sedes quanto das áreas rurais (dentro dos projetos), em direção a Boa Vista, a capital (Crocia, 1994, p.20)[19].

Estes centros ou sedes municipais - passado o período de 1985/1993 - voltaram a receber investimentos em infra-estruturas sociais e econômicas a partir da segunda metade dos anos 1990, especialmente em educação, saúde, abastecimento d'água, lazer, energia, e a rodovia Perimetral Norte e Br 174 foram asfaltadas. Sem dúvida que isto reestruturou as condições sociais, econômicas e espaciais de vida no sudeste de Roraima, e induziu a uma aceleração na transição das paisagens.

O trabalho presente estuda a transição da paisagem na área rural, e procura evidenciar as relações desta dinâmica com a dinâmica do assentamento resultante da colonização em seu conjunto, que inclui os povoados/sedes municipais e redes de transporte, comunicações e serviços articuladas por estes centros locais. Isto

[19] O fato é que apenas os dados do censo de 1991 são insuficientes para caracterizar o processo. Mas, a série histórica 1983/91 do número de casas desabitadas fornecida pelo serviço de controle à malária (Sucam/MS) aponta que enquanto o número de imóveis vazios na área urbana era 16% em 1986, passa este valor para 29% em 1991, e o número de imóveis no conjunto dos três municípios supra-mencionados passa a declinar de 1998 (eram 7.216 imóveis) para 1991 (6.878) (Crocia, 1994, p.16). A onda do garimpo que se espalhou pelo oeste florestal de Roraima (Figura 20), como vimos, cooperou também com a evasão (MacMillan, 1993) e moradores alegam uma seqüência de fortes chuvas na segunda metade dos anos de 1980 e começos dos de 1990 que afetou as infraestruturas de transporte, destruindo boa parte das pontes nas vicinais, em condição de paralisia dos investimentos federais. Com a acumulação da água na superficie do solo, ocorreu uma explosão de casos de malária. No Município de São João da Baliza, dos 201 casos registrados pela Sucam em 1984, passa-se para 1453 no ano de 1987, e 1265 no ano de 1988, vindo a declinar depois (Crocia, 1994, p.17).

é apresentado num Quadro Síntese (quadro 8) e mediante a Figura 28.

A idéia de dinâmica seqüencial de ocupação da terra aparece em D. Whittlesey (1929) (*seqüente occupance*), numa conceituação ecológica e ontológica (*dinâmica das populações*). A idéia de *seqüência de uso da terra* sempre representou uma importante ferramenta conceitual em estudos geográficos, e nas últimas décadas na Amazônia os estudos nesta temática foram abundantes, empregando *sensoriamento remoto* e *sigs*, isto ora a nível das unidades de produção (Walker, 2003; Harris & Harris, 2004), ora a nível regional e macrorregional (DeFries & et all, 2004; Aldrich, 2004), entre outros.

2.1. A colonização recente e seus padrões e tendências de distribuição geográfica em Roraima.

A partir dos meados da década de 1970 - muito tardiamente em relação a diversas outras partes da Amazônia afetadas pela difusão rodoviária do período - é quando acontece o *rush* da colonização familiar em Roraima em direção às selvas do sul/sudeste e centro do Estado[20]. Esta colonização envolveu a exploração madeireira, o estabelecimento de roças e a

[20] O estudo migratório de referência, e único, sobre este *rush* na metade inferior de Roraima é o de Silveira & Gatti (1988), anterior portanto à depressão 1988/1993 que o sucederia.

formação de pastos nas áreas florestais do centro, sul e sudeste do Estado.

Porém, pergunta-se, o que localmente, que *artefato geográfico* tornou possível esta invasão de colonos e fazendeiros nos locais até então de localização indígena? As estradas do governo: a continuação da estrada BR-174, que até então ligava Boa Vista apenas até Caracaraí, e que na década de 1970 irá rasgar a floresta equatorial ao sul, em direção a Manaus; e a construção da BR-210 ou Perimetral Norte, especialmente de Caracaraí em direção ao leste, até às margens do rio Jatapu[21], esta penetrando profundamente nos domínios dos Wai-Wais[22].

Já em 1992, cerca de 3/4 de toda a colonização familiar em Roraima estava concentrada no *Centro* e no *Sul/Sudeste* florestais, como resultado das frentes rodoviárias muito agressivas iniciadas em meados dos anos de 1970 (Barros, 1995:93). Cinco anos depois, em 1997, verifica-se que a concentração da colonização no *Centro* e *Sul/Sudeste* aumentou mais ainda, com aquela importância relativa subindo para mais de 4/5 de todos os lotes cedidos ao longo da história da colonização

[21] Seu alto curso foi identificado e passou a constar nos mapas oficiais do Brasil apenas a partir dos estudos do Projeto Radam Brasil (1985).

[22] Os Wai-Wais estavam contactados desde o século 19, porém estes contactos - muito episódicos e quase sempre por parte de naturalistas, antropólogos, viajantes excêntricos e militares - eram feitos pela Guyana, subindo o rio Essequibo até às suas nascentes. Provavelmente os conflitos inter-étnicos e políticos na forma de guerrilhas que dominaram a Guyana pós-1966 teriam impulsionado estes nativos a fugirem para o lado do Brasil, onde receberam reserva nas Serras do Acari (Figuras 21[a] e 21[b]) nos meados dos anos 1970 e encontraram-se com a frente colonizadora da Perimetral Norte. Não aconteceram conflitos armados entre eles e os colonos.

familiar em Roraima (dados do Incra, 1997 e do Instituto de Terras de Roraima - Iteraima, 1997).

Se, porém, contarmos apenas os assentados no ano de 1997 - período de janeiro a setembro-, nota-se que 94% dos assentamentos familiares realizados neste período de nove meses foram feitos no *Centro* e *Sul/Sudeste* (Incra, 1997 c), o que indica acentuação nesta tendência da distribuição geográfica da colonização no Estado (Figura 24).

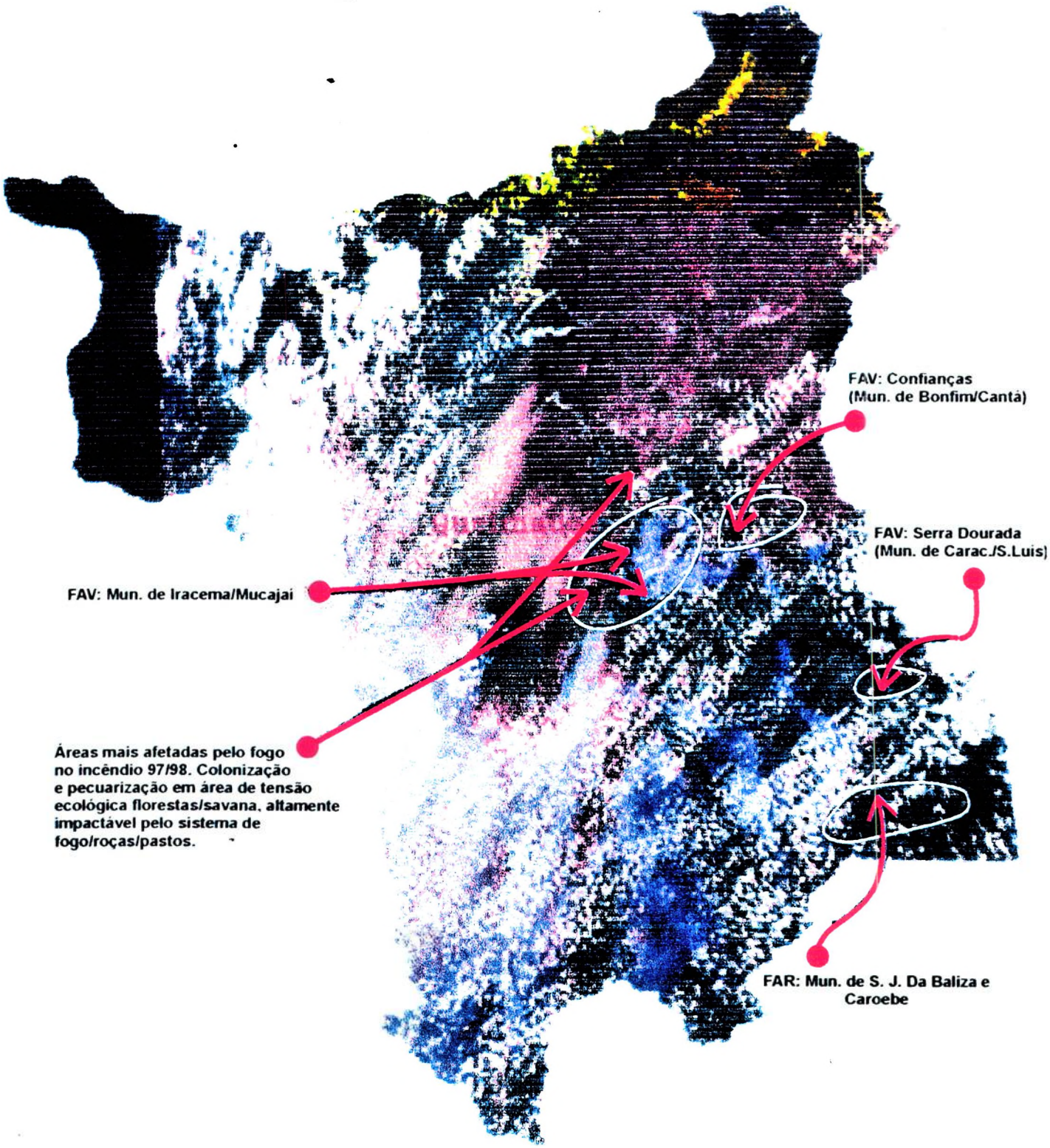
A expansão ou criação dos Municípios de S. J. da Baliza, Rorainópolis, São Luís do Anauá, Caroebe, Caracaraí, Mucajaí, Iracema decorreram da colonização (Figuras 20 e 21[a] e 21[b]). Mais de 16 mil lotes para agricultura familiar, com dimensões entre 60 e 100 hectares, foram já distribuídos em Roraima, isto significando uma área de cerca de 15 a 20 mil km^2 , ou quase 1/10 da superfície estadual.

3. Morfologia e funcionamento da agricultura familiar de colonização.

Ao longo de uma rodovia aberta, ou de apenas uma trilha (*picada*) estreita cortada na mata com o objetivo da colonização (Figura 27), os lotes destinados aos colonos foram sendo dispostos lado a lado e de tal maneira que as frentes dos lotes acabam por resultar extremamente estreitas em comparação com as profundidades. Não raro o colono chega primeiro

Figura 24
Estado de Roraima.
Indicação das áreas de
Frentes Ativas Vigorosas (FAV) e Residuais (FAR)
1998

(Fonte: Inmet, Imagem do satélite NOAA 14, em 15/03/1998)



à área que a instituição colonizadora, que depois é procurada (Figura 25).

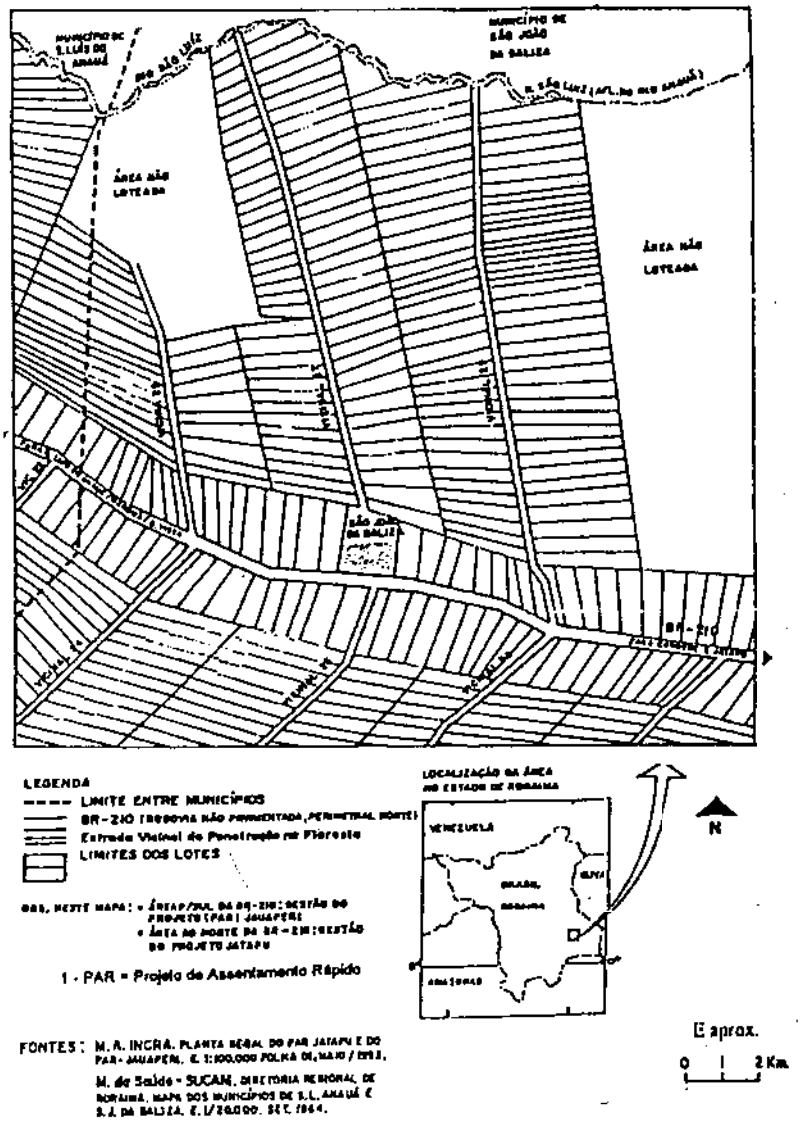
A parte frontal do lote, na margem da estrada ou da trilha, é desmatada para receber as melhorias - a casa, as roças, o pasto plantado, o poço para obter a água, as fruteiras, um pequeno jardim, o chiqueiro e o curral -, enquanto para trás desta pequena fração frontal explorada resta a floresta, mais ou menos depredada pela venda da madeira[23]. Estes lotes variam de 50 ou 60 a 100 hectares, tendo usualmente em torno de 300 a 400 metros de frente ou fundo e 2.000 metros de lateral. No final dos anos de 1990, o tamanho dos lotes de concedidos pelo Incra caiu para em torno de 30 hectares.

As lavouras que predominam em Roraima são o arroz, o milho, a mandioca e o feijão. Este domínio das culturas temporárias, em comparação com as permanentes, relaciona-se à necessidade de prover a alimentação básica da família do colono, ao mesmo tempo que propicia uma substituição rápida pelos pastos. São culturas sem ritmo de expansão comercial e sim atrelada aos ritmos vegetativos da colonização. O sistema empregado é o sistema de *roças* ou *agricultura itinerante* por remoção florestal com sistemático uso do fogo.

A cultura comercial e em expansão da colonização no *centro/sul/sudeste* de Roraima é a

[23] A pobreza de meios do colono coopera para conservar a floresta nos lotes. Os colonos mais pobres raramente conseguem desmatar mais de 5% da área do lote.

Figura 25
Design dos projetos de colonização nos Municípios de S. L. do Anauá e S. J. da Baliza, Roraima. Gleba Baliza do PAR Jatapu e PAR Jauaperi, margens da Perimetral Norte. 1993



FONTES: M. A. INCRA. PLANTA REGIAL DO PAR JATAPU E DO PAR - JAUAPERI. E. 1:100.000 FOLHA 01, MAIO / 1993.

M. de Saúde - SUCAM, DIRETORIA REGIONAL DE RORAIMA. MAPA DOS MUNICÍPIOS DE S.L. ANAUÁ E S.J. DA BALIZA. E. 1/250.000. SET. 1994.

banana. A produção passou de 464 mil cachos em 1992 (dados do Ibge, 1992) para cerca de 2 milhões de cachos em 1997 (dados do Ibge, 1998) e 3 milhões de cachos no ano de 2000 (dados do Ibge, 2000). Quase toda esta produção é obtida nos Municípios de Caroebe (principalmente, com uma produção de 1,1 milhão de cachos), Rorainópolis e S. J. da Baliza (dados do Ibge, 2000), na chamada *sub-área Sul/Sudeste*, em manchas de solos bem drenados que antes estavam sob floresta de terra firme, e a produção é enviada para os mercados urbanos de Boa Vista e Manaus, agora mais facilmente pelo asfaltamento das estradas.

3.1. A seqüência roça-pastos

A partir de março/abril chegam as primeiras chuvas, e o plantio de alimentos então se inicia. Quando é o primeiro cultivo após a broca, diz-se que se está *plantando no carvão*, em *lavoura de toco*, numa referência aos restos das árvores deixados pelo fogo. Semeiam-se o arroz, o milho, o feijão, cujas colheitas irão ser realizadas em agosto/setembro do mesmo ano - ciclo de três meses.

Toda a colheita é manual, e é comum o cultivo consorciado de milho com arroz. É comum ainda uma terceira planta ser intercalada na mesma roça, que é a mandioca. Esta, após a colheita das

duas primeiras, desenvolve-se mais e ocupa a roça. A mandioca não raro funciona como uma reserva de alimento e valor que fica enterrada no solo, a ser colhida quando necessário. Descaroçadores de arroz se localizam nas sedes municipais ou seguem em caminhões pelas vicinais, adquirindo o produto para as empacotadoras da capital.

Colhida a roça, se ela estava no segundo plantio, ou até mesmo após o primeiro plantio no caso de uma orientação mais pecuária do colono, o solo da roça passa a receber o plantio do capim, para ser formado o pasto. O capim mais plantado é o *quiquiu*, de origem africana (Quênia), cuja vantagem é produzir um pasto limpo das plantas invasoras pioneiras, impedindo assim a *regeneração florestal*, apesar de ser inferior do ponto de vista alimentar ao capim colonião e ao braquiária, menos plantados.

3.2. O declínio da coleta florestal

A coleta da castanha - a *castanha do Pará* - constituiu-se numa fonte inicial de rendimentos para os colonos que chegavam às áreas hoje dos Municípios de São João da Baliza e São Luís do Anauá nos anos iniciais da *frente* (1976/8). As BRs 210 e 174 tornaram acessíveis à coleta áreas anteriormente de muito difícil acesso. Porém, nos anos de 1990, com a diminuição das castanheiras

devido ao corte, fogo e remoção do ambiente florestal, esta coleta começou a declinar drasticamente a ponto de desaparecer, assim como não havia mais madeira nos lotes que interessasse aos compradores, e o pioneiro *sistema roça/coleta de castanha e/ou madeira* se tornou residual.

As caminhadas por dentro da mata para apanhar a castanha foram se tornando cada vez mais longas e os resultados menos compensadores e madeira na área florestada do lote já não havia. Isto praticamente acabou, na *sub-área Sul/Sudeste,* com um importante meio adicional de renda monetária, meio utilizado em setembro/outubro pelos colonos, justamente o início da entre-safra agrícola (setembro/março). O desaparecimento do elemento coleta abalou profundamente a colonização. A área Wai-Wai, porém, continua a produzir castanhas, e estes índios escoam a coleta pela rodovia Perimetral Norte e BR 174, usando os rios ainda navegáveis[24] neste período para aproximar-se das sedes municipais na Perimetral Norte.

3.3. A difusão dos pastos plantados: as fazendas

Consideremos as terras de Roraima como divididas em duas grandes *sub-áreas*: uma *sub-*

[24] A sazonalidade na área é extremamente importante para as possibilidades interativas e na determinação da sucessão das atividades, e por conseqüência no conjunto da vida social, cultiral e econômica destas populações amazônicas (Townsend, 1985, p.145).

área denominada de *Norte e Nordeste*, correspondendo grosso modo às secções territoriais da velha ocupação pelo criatório (*savanas*); e a outra *sub-área* denominada de *Centro e Sul/Sudeste*, florestal e já mencionada e objeto de atenção no presente trabalho[25]. Observemos, então, como se evidencia o deslocamento da criação dos bovinos de corte para a floresta, abandonando a zona das savanas. Em 1970, apenas 1,2 % (cerca de 2,9 mil cabeças de gado) do rebanho estava na *sub-área Centro e Sul/Sudeste*, ou florestal; quinze anos depois, em 1985, esta *sub-área* continha já 11% do gado bovino existente em Roraima.

Em 1997, esta percentagem subiu mais ainda para atingir os 36 % (cerca de 150.000 cabeças), continuando a crescer para alcançar 40,8% (196.000 cabeças) no ano de 2000. O exame da série histórica apresentada (Quadro 7 e Figura 26) evidencia que o rebanho da *área Norte e Nordeste* tende a se estabilizar, enquanto na parte florestal (Centro e Sul/SE) o rebanho tende a se expandir.

No criatório dos campos e savanas do nordeste de Roraima predomina a utilização das pastagens naturais, ao passo que de Mucajaí para o sul há um absoluto predomínio das pastagens plantadas. O front florestal teve que remover a floresta e substituir esta cobertura

[25] De modo geral, salvo nas áreas mais próximas de Boa Vista, o Oeste florestal foi objeto de interesse apenas pelo garimpo.

vegetal por capim. Colonos e fazendeiros, agindo assim, não somente asseguram alimentação para o gado, mas também bloqueiam a recomposição da vegetação florestal.

Quadro 7
Estado de Roraima
Alterações na distribuição geográfica do rebanho bovino segundo as *Sub-áreas Norte/Nordeste(savana)* e *Centro e Sul/Sudeste(florestal)*.
1950 - 2000

Anos	*Área: Norte/ Nordeste* nº de cab. (*a*)	%	*Área: Centro e Sul-Sudeste* nº de cabeç. (*b*)	%	Total do Estado nº. cab. (*a*) + (*b*)	% (*a*) + (*b*)
1950	139.254	100,0	-	0,0	139.254	100,0
1960	166.759	99,7	492	0,3	167.251	100,0
1970	235.901	98,8	2.860	1,2	238.761	100,0
1975	242.711	98,6	3.415	1,4	246.126	100,0
1980	299.987	95,6	13.894	4,4	313.881	100,0
1985	269.647	88,7	34.364	11,3	304.011	100,0
1997	268.984	64,3	149.499	35,7	418.483	100,0
2000	284.400	59.2	196.000	40,8	480.400	100,0

Fonte: Ibge (1950), *'Censo Demog. e Econômico do Terr. Fed. do Rio Branco, 1950,* Rio de Janeiro.
Ibge, *'Censos agropecuários 1960, 70, 75, 80, 1985'*, Rio de Janeiro.
Ibge (1998), *'Acompanhamento safra estadual 1997.* Boa Vista.
Ibge (2001), *'Pesquisa da Pecuária Municipal'*, Boa Vista.

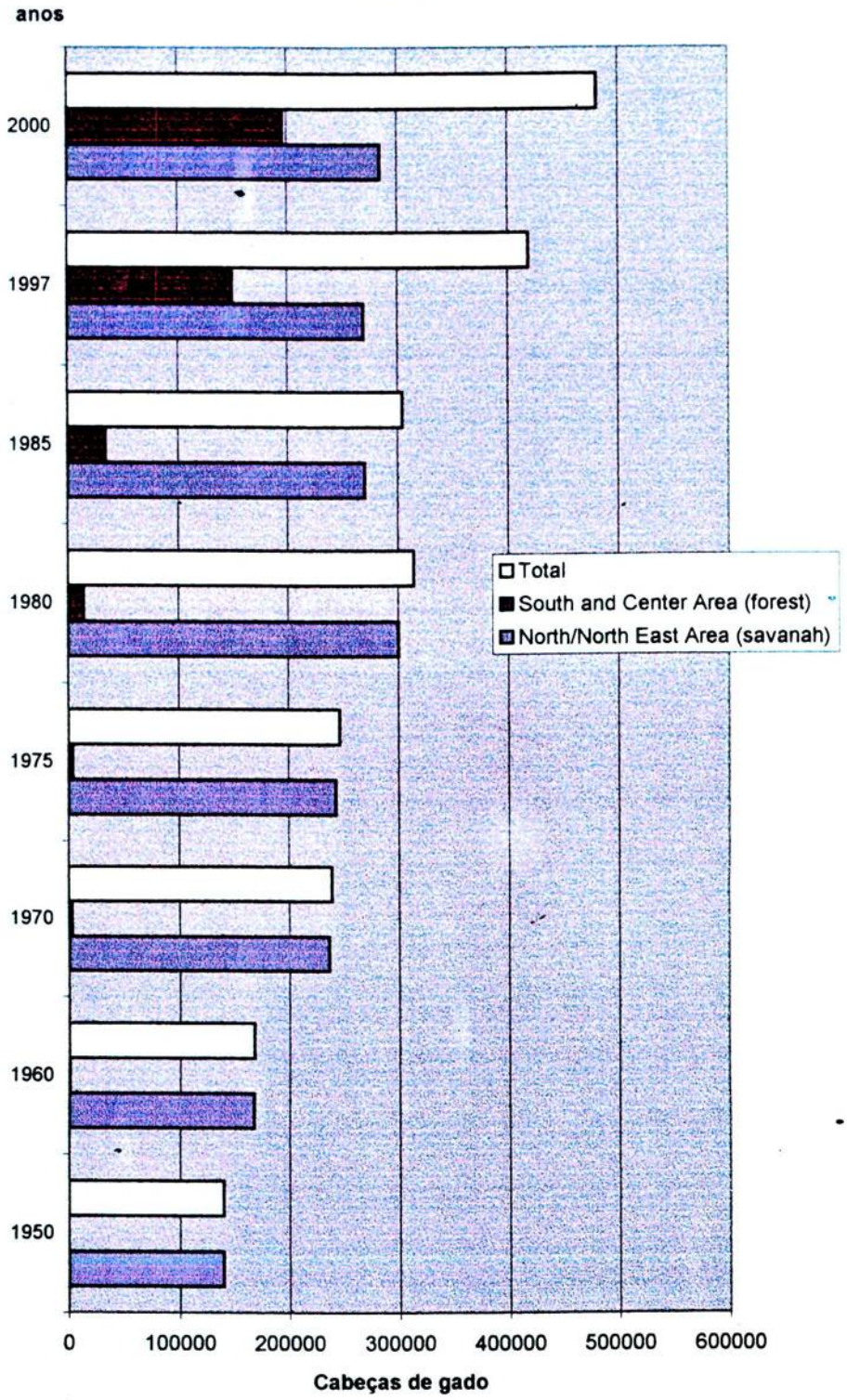
Obs: A *área Norte e Nordeste* corresponde à Zona do Alto Rio Branco, em 1950 e 1960; ao município de Boa Vista, em 1970 75 e 80, e aos municípios de B. Vista, Alto Alegre, Bonfim e Normandia em 1985 e 1996. Atualmente, corresponde aos mun. de B. Vista, Alto Alegre, Bonfim, Amajari, Pacaraima, Normandia e Uiramutã.

A *área Centro e Sul/Sudeste* corresponde à Zona do Catrimani em 1950 e 60; ao município de Caracaraí em 1970, 75, e 80; e aos municípios de Mucajaí, Caracaraí, São L. do Anauá e S.J. da Baliza em 1985 e 1996. Atualmente (ano 2001) corresponde a Mucajaí, Iracema, Cantá, Caracaraí, Rorainópolis, S. Luis do Anauá, S.J. da Baliza e Caroebe.

A terra, ao sul/centro/sudeste, é tanto mais valorizada para entrar no mercado quanto mais pasto ela disponha. Para o colono, ter mais pasto significa também mais prestígio social e possibilidades de arrendamento a criadores. Mas,

Figura 26

Estado de Roraima
Número de Cabeças de Gado
Distribuição do estoque entre os ecossitemas de savana e de floresta (1950-2000)
(Ibge)



Quadro 8

Quadro Descritivo da Sucessão das Paisagens no Sul/Centro/Sudeste Florestais de Roraima em decorrência da frente pioneira: 1975/2000.

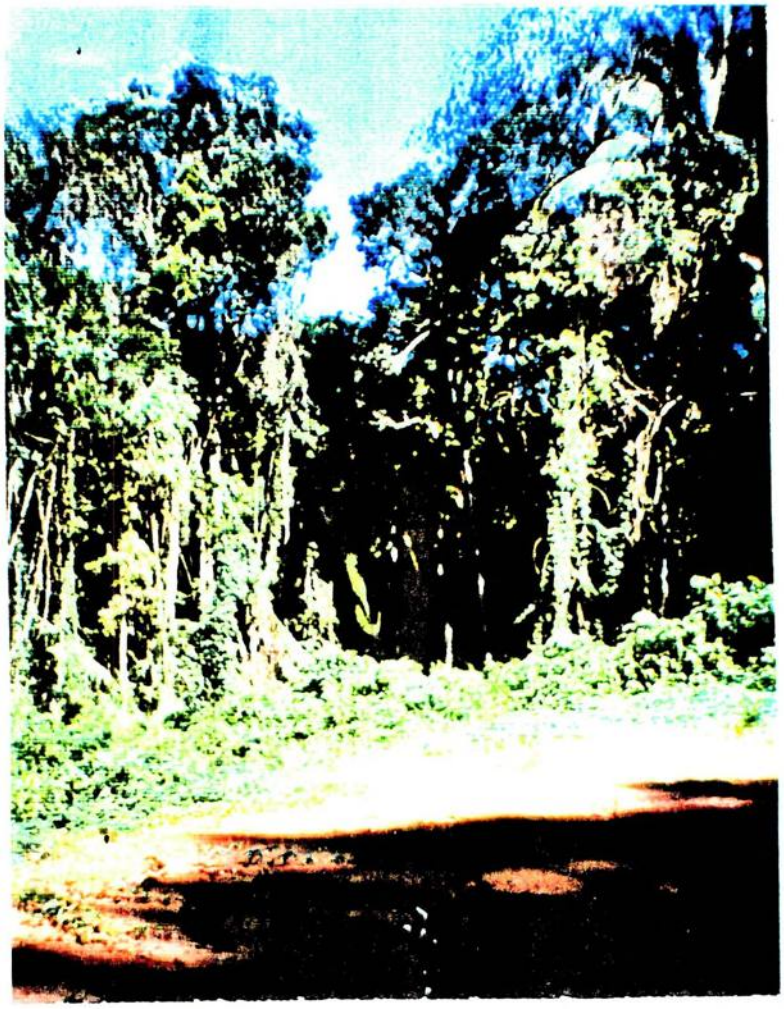
Situação morfológica e funcional	*Descrição*
Situação morfológica e funcional I: encounter	Grupos indígenas: Yanomamis, Wai-Wais e Waimiris-Atroaris. Paisagens das florestas primárias em uso - sistema coleta e pequenas roças itinerantes – pelos grupos indígenas monolíngues. Presença invasiva de 'marisqueiros' (caçadores) e pequeno escambo com membros já contatadas das populações nativas (peles, castanha). Área pobre em hévea, não interessante ao ciclo da borracha. Parte do sul/sudeste de RR reconhecido como indígena (Waimiris) por lei nº 941 (16/10/1917) do Estado do Amazonas. Uso dos baixos rios Anauá, Jatapú e Jauaperi nos contactos de escambo e na competição entre postos de atração indígena da Funai (governo federal) e de missões religiosas estrangeiras. Grande parte das populações indígenas Yanomamis e Waimiris-Atroaris não contactada. Mineração sem importância. Engenharia militar e empreiteiras abrem picada das rodovias BR 174 e Perimetral Norte e chegam imigrantes. Encontros e escaramuças entre população nacional e indígenas. Choque biológico e alta mortalidade indígena e fortes surtos de malária. Imigrantes se apropriam de terras de tamanhos diversos (regulamentação precária). Serrarias acompanham e construção da estrada para trabalhar madeiras nobres.
Situação morfológica e funcional II: colonização	A colonização. Implantada a paisagem com *grid* na forma de *espinha de peixe*, representando o primeiro estágio da colonização. Predominância absoluta de maranhenses. Intenso uso do fogo. Abundância de produtos de coleta – madeira, castanha e caça – permitindo renda monetária suplementar. Amplo estoque de caça e pesca para alimentação do colono. Primeiras roças. Infra-estrutura viária nova – BRs e vicinais - e expectativas de sustentabilidade nos investimentos públicos em infraestrutura social e econômica. Iniciativas de culturas comerciais (café, banana, arroz). Auge do sistema roça/coleta com cultura comercial./expectativas coletivas de sucesso na colonização. Cordão de povoados ao longo da BR 174 e da Perimetral, alguns tornam-se sedes municipais. Energia a motor diesel e serviços nestas sedes. Forte presença de religiosos evangélicos e católicos. Rodovia não pavimentada. Sinais de estancamento: sem conservação infra-estrutura viária se deteriora com as severas condições tropicais comprometendo acesso a abastecimento de bens, mercados e serviços; influências edáficas e de drenagem se fazem sentir nas possibilidades agrícolas; emigração para garimpo ou outros projetos; abandono dos lotes e da região em direção a Boa Vista ou Manaus. Uso sistemático do fogo p/prep. de roças e pasto.
Situação morfológica e funcional III: recriação	Partes mais exauridas em madeira e caça ou que foram já submetidas a roças e plantio de capim e que não suportam mais a agricultura familiar com os padrões vigentes perdem o interesse para os colonos agrícolas. Estes lotes da colonização mais antiga – isto é, com 10, 15, 20 anos de explorados - são mais próximos das sedes municipais (estas sedes surgiram mesmo desta colonização mais antiga) e estradas principais. Uso do fogo na renovação dos pastos. Novos investimentos (1994 em diante) em serviços/fornecimento de energia hidroelétrica/asfalto nas Brs. Uma vez valorizados pelo asfaltamento das estradas e presença dos serviços – energia, saúde, educação, lazer etc - nestas sedes municipais, os conjuntos destes lotes passam a formar as áreas da expansão da pecuária, e a estrutura fundiária e social vai se alterando em direção à dominância de uma classe média. Migrantes mais capitalizados (do RS, PR, SC) chegam com objetivos pecuários. Frente ativa aprofunda 40/50 km mata adentro a partir da BR 174 e da Perimetral. Burocracia municipal de serviços e emprego público.

Fonte: trabalhos de campo entre 1993 e 2000.

Obs: Entre as *Paisagens* em situação III e II – i.é, entre as áreas com 10, 15, 20 anos de colonização e as frentes ainda ativas de hoje - há uma larga faixa de ruínas da frente pioneira caracterizada por um misto de agricultura familiar e lotes depredados em abandono após a passagem da *frente de expansão*.

nestas novas áreas de criatório permanece ainda em geral uma pecuária de padrão extensivo, com

Figura 27
'Picada' de colonização em *Floresta de Terra Firme*, na proximidade do povoado de Serra Dourada, Roraima (1998)



baixa qualidade e reduzida produtividade, o que dificulta o acesso aos mercados nacionais e internacionais mais exigentes, ao mesmo tempo em que novas áreas de florestas primárias, mais e mais afastadas destas continuam a ser abertas.

Nas áreas sob colonização acontece então um típico fenômeno de *sucessão das paisagens*. O Quadro 8, a seguir, procura tipologizar temporalmente esta *seqüência*, enquanto a Figura 28 expõe - através de um perfil esquemático entre a *zona pioneira* de Serra Dourada e a sede do Município de São L. do Anauá, na margem da rodovia Perimetral Norte -, o arranjo espacial desta sucessão.

4. Colonização familiar ou uma rota para a pecuarização?

A área total cultivada em Roraima não deve ter excedido os 20.000 hectares no ano de 1997, ou 200 quilômetros quadrados. Considerando que quase toda a agricultura está nas áreas de projetos de colonização dirigida (Incra, Governo do Estado) – o que não está longe de ser verdade – , tal superfície cultivada em 1997 (200 km²) representa cerca de 1,3 % de toda a área concedida no Estado para os assentamentos familiares. É um índice de utilização agrícola irrisório. Teria de fato prevalecido a colonização agrícola familiar, ou realmente o que prevaleceu foi uma sucessão extrativismo de madeira, gado e

especulação fundiária, que bem pode ser lida na *transição morfológica e funcional da paisagem* descrita anteriormente?

Existe o sistema articulado entre colonos, serrarias e mercado de madeiras – nacional e internacional - cujo funcionamento depende sempre e sempre da abertura de terras novas (novos lotes em áreas recém abertas de florestas primárias), isto é, depende do *homem broca* ou colono pioneiro. Uma vez explorada a madeira, e tendo o colono recebido o auxílio governamental para assentamento, a área acaba perdendo interesse para as serrarias e para aqueles colonos menos orientados para a agricultura e mais interessados no extrativismo da madeira, sendo os lotes abandonados. Contudo, as estatísticas de assentamento rural e distribuição de terras ficam altas, mas as evasões que se sucedem reforçam a proposta da *sucessão*.

Existe ainda a prática de imobilizar a regeneração da floresta plantando os pastos, e assim valorizando a terra. Sem agricultura e sem mesmo se criar gado, realiza-se o bloqueio fundiário especulativo realizado na expectativa de no futuro a terra vir a incorporar valor a partir dos investimentos públicos de governo em estradas, energia, comunicações, etc, e lotes são agrupados para formar propriedades maiores, prenunciando grandes questões fundiárias no futuro.

Figura 28

PERFIL ESQUEMÁTICO DOS ASSENT. E USO DO SOLO: S.Luís/S.Dourada Vicinal 21.

Perimetral Norte (BR 210)

São Luís do Anauá (sede:3.158 hab.)

Primeira Faixa (próxima à sede e Perimetral Norte):

Caracterizada por ampla dominância de pasto plantados após a remoção da floresta. Pastos cercados. O capim é o quiquiu, fraco do ponto vista alimentar,mas excelente para evitar a regeneração da floresta. Imobiliza a terra para "posterior" uso pecuário. Área onde o mercad terras é muito ativo, verificando-se desfiguraç padrão original de colonização familiar agríc em que os lotes variavam de 60 a 100 há. Fai dominância da classe média rural/comerciante/burocracia política. Boa qualidade de circulação de veículos. Linha de fornecimento de energia elétrica. Faixa de int para classe média pecuarista imigrante oriun Rondônia, Paraná, Rio G. do Sul e que chega alguma capitalização à área da Perimetral.

aprox. 27 km

Segunda Faixa (entre a pecuarizada e a f. pioneira de S. Dourada):

Mistura de lotes em produção familiar no pa roça, com lotes abandonados por exaustão de madeira. Pouco pasto formado, em média nã excedendo 4 a 5% dos lotes. Ruinas de habit cercas e instalações rurais. Difícil tráfego, po de madeira deterioradas. Sem fornecimento energia elétrica. Não sustentabilidade para si agro-coletor familiar. Restrições para agric Familiar comercial em função dos custos de transporte para os mercados de B. Vista e M Colonos agro-coletores não se interessam pe zona, assim como a demanda de criadores se resolve na Primeira Faixa.

Serra Dourada (pov.:150 hab.)

Inicio da zona pioneira. Vicinal não permite de veículos. Picada central penetra na mata primária. Lotes de 60 há aproximadamente f distribuídos para os colonos que começaram chegar em 1993, 1994, 1995 e 1996. Em 19 registraram-se poucas chegadas. A frente a sobre a mata com os já assentados. Ausênci qualquer assistência médica e educacional. maranhenses em ampla maioria. Madeiras s extraídas, mas primeiros sinais, nas partes d fácil acesso, de exaustão de madeiras de ma valor. Plena ação de madeireiras.Sistema ag coletor em funcionamento. Boas colheitas d castanha e abundância de caça.

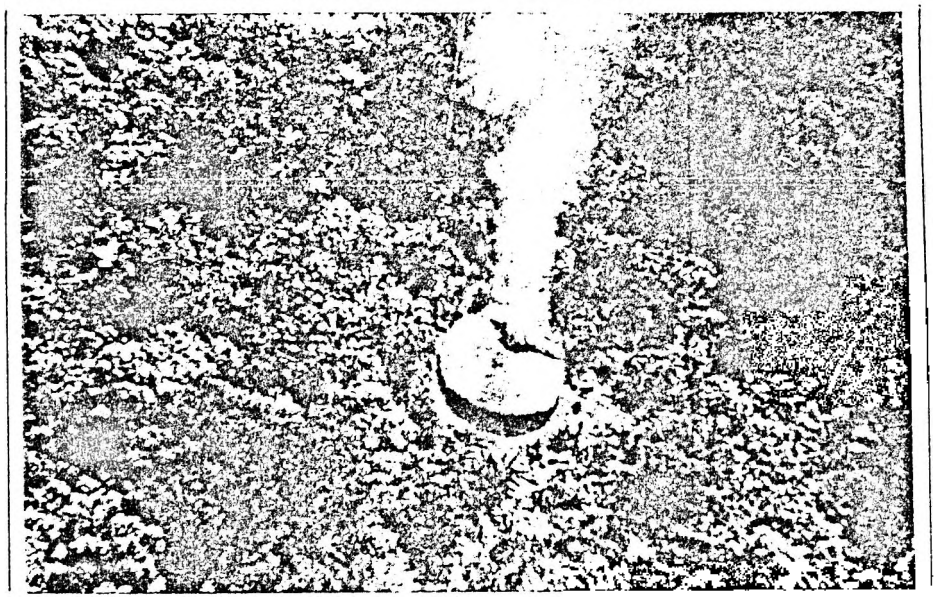
aprox. 10 km

Há ainda o abandono puro e simples do lote por parte do colono, em função de desencanto com o isolamento dos lotes em relação aos serviços, mudanças na situação e nos objetivos do núcleo familiar, etc. Verifica-se também redução das áreas plantadas com culturas alimentares nos lotes e aumento das áreas com pastos, ou simplesmente somente redução das áreas de cultivos, como resultado das oportunidades de rendas advindas de emprego público ou pequenos negócios no comércio e nos serviços que se expandem.

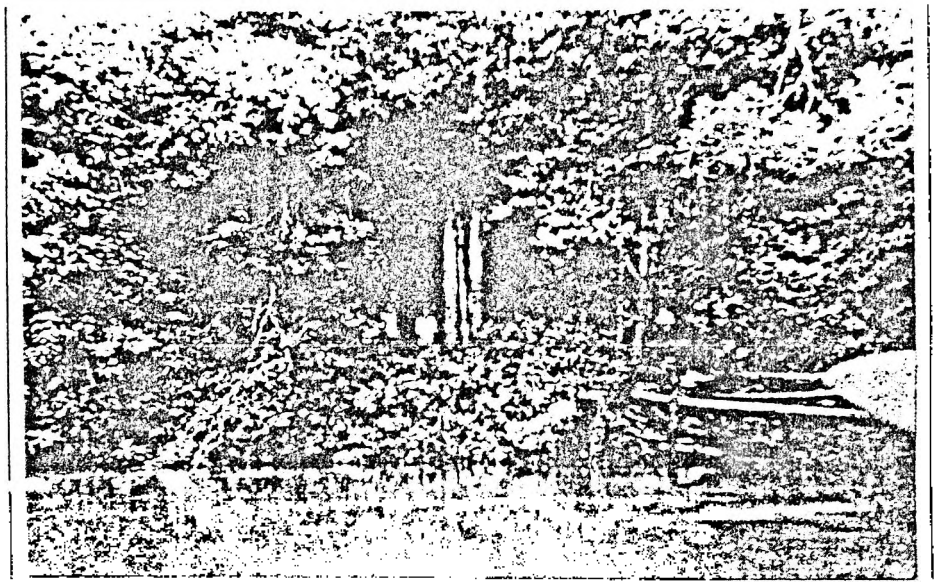
Conclusões

A nível do solo ou em sobrevôos o que se vê das *paisagens* das partes florestais de Roraima submetidas à ocupação colonizadora familiar desde 1975/6 é um *mundo de capim.* São os pastos que impressionam pela sua extensão e pela rarefeita presença das cabeças de gado. Tudo se fez para remover a floresta primária, afastar os índios, formar os pastos e esperar a valorização da terra com o *tempo.* Em parte, a *Política Regional* - sua retórica, argumentos e programas de ações na região - pode ser lida, em seus efeitos reais e não os declarados, como uma *manobra desenvolvimentista* para abreviar este *tempo da transição.*

Figura 29
Reações dos Waimiris Atroaris no início da abertura da Rodovia BR 174 (Manaus/Caracaraí) - 1974
(extraído de: Carvalho, 1991)



Maloca de índios WAIMIRI-ATROARI, na hora em que estava sendo incendiada, quando o avião de buscas as vítimas do ataque ao Posto de Atração ALALAU II, sobrevoava o local. Em 02 de outubro de 1974.



Índios ATROARI, na margem do rio Alalau, logo após ao ataque ao Posto de Atração ALALAU II em 02 de outubro de 1974.

Estes processos se expressam na *transição morfológica e funcional das Paisagens*, identificada no presente trabalho. Isto está longe de representar um fato singular e isolada na fronteira amazônica brasileira, podendo ser constatado na Venezuela, por exemplo, nas zonas de colonização mais próximas ao Brasil (Eldorado, por exemplo). Mas está longe também de ter se repetido em todo e qualquer projeto de colonização familiar. Na área em estudo, como no caso dos Municípios do Caroebe e do Baliza - a 60/100 km da zona de São Luís/Serra Dourada, ao longo da Perimetral - com melhores solos, a bananicultura progrediu em muitas secções e a colonização agrícola familiar é dominante, contrastando portanto com a tendência apresentada.

Não há inevitabilidades ou leis gerais irrecorríveis, mas sim a possibilidade teórica ativa de identificar a operação de tendências no quadro complexo das dinâmicas das paisagens, identificação que permita com mais acuidade avaliar os efeitos declarados ou não-intencionais das políticas territoriais e sociais no país.

Conclusões

No final do presente trabalho reafirmo que atenção à *tradição & inovação* na epistemologia da Geografia é *atitude* que conduz a base conceitual e analítica sólida para o ensino e pesquisa na disciplina. Nos Capítulos de 1 a 8 está o painel seletivo de turbulências e rotas abertas na construção da Geografia, e nele procurei imprimir abordagem mais conceitual que cronológica vez que o objetivo do trabalho é explorar possibilidades operacionais que tais turbulências e vias propostas abriram para a pesquisa e o ensino da Geografia atual. No anexo a seguir apresento de forma mais precisa e concisa minha apreciação das mudanças na Geografia nos últimos cinqüenta anos.

Os trabalhos resultantes das pesquisas empíricas que compõem os Capítulos 9 e 10 refletem, direta ou indiretamente, o que está exposto nos Capítulos anteriores - e no *anexo* - dedicados a conceitos, modelos e episódios na história da disciplina, mas também aqueles influenciaram estes. Os 2 trabalhos – Capítulos 9 e 10 - acabam combinando faces de tradição e inovação no trabalho geográfico para cooperar no *entendimento* da experiência do homem

estruturando o seu *meio* (habitat) na superfície do planeta, quer esta estruturação derive da expansiva atividade dos serviços (turísticos) para o lazer das classes médias escapando das cidades claustofóbicas, quer ela derive da busca pela terra para colonização familiar nas florestas primárias da Amazônia brasileira.

Procurei imprimir uma apreciação culturalizada da epistemologia da Geografia a partir de um ponto de vista positivo, construtivo e sem dúvida influenciada pela experiência geográfica do autor. A paisagem nos romancistas e memorialistas regionais – como em José Lins do Rego, Graciliano Ramos e Joaquim Nabuco – , a iconografia flamenga do ultramar (aqui) no século 17, assim como os estudos de Geografia Regional Clássica referidos no Capítulo 8, se constituíram em passagens pessoais à imaginação geográfica. É algo muito recuado no tempo para frutificar em tempos de pós-modernidade, se diria erroneamente.

De fato, é esta base em Geografia Cultural que nos permite entender significados nos diálogos suscitados pelo que se denomina *nova geografia cultural.* Também, dificilmente serão compreendidas no contexto da Geografia as propostas de Hartshorne (1978), de Christaller (1966), de Schaefer (1953), Castells (1999), Santos (1979), ou os trabalhos de Duncan (1994), Buttimer (1996) ou Ley (1996), para

restringir exemplos, sem contrastá-las à Geografia Regional clássica. Como geógrafo em um velho burgo colonial colhemos algumas sementes, e tentamos decifrar-lhes significados imergindo-as no contexto das observações mais amplas e no ambiente das inovações em Geografia, isto num permanente *encounter*.

Simpatias, acasos de trajetórias, limitações, oportunidades são constantes em influenciar o que ficou assentado no presente trabalho. A Geografia Cultural ou Humana de Sauer ou La Blache é que ocupam papel central quando as bases da disciplina foram tratadas neste trabalho. Não obstante isto não divergir da maioria dos estudos sobre o assunto, sem dúvida outras fontes podem e devem ser exploradas para expor os mesmos ou semelhantes aspectos, especialmente em outras línguas além do Inglês e do Francês, ou nestas mesmas.

A Paisagem Americana é um excelente laboratório para perscrutar tendências futuras na organização social ou cultural do espaço, pelo que nela se imprime originalmente fruto das inovações tecnológicas e das extraordinárias alterações nos estilos de vida, fato reconhecido por Negri no seu estudo sobre a desconcentração industrial – 'reversão da polarização' ou 'polarizações reversas pelas deseconomias de aglomeração' (Negri, 1996,

p.15) - no Estado de São Paulo. Nossas cidades até poucas décadas se pareciam em seus traços essenciais com as cidades européias, assim como também as americanas até os anos de 1950; recentemente, contudo, as forças da 'dispersão' urbana que passaram a operar na realidade norte-americana a partir dos anos de 1960 parecem estar em viva operação em partes do território brasileiro, controladas sem dúvida pelas especificidades das nossas condições culturais, e produzindo arranjos originais nos assentamentos humanos.

Assim procedendo, isto é, lançando mão do princípio da comparação, estamos tentando identificar *tendências* de organização dos assentamentos no espaço contemporâneo mundial e no Brasil, tal como fazemos ao olhar cidades européias para tentar compreender as secções remanescentes do passado nas nossas antigas cidades em todo o continente americano. Foi o que procuramos fazer nos Capítulos 9 e 10 do presente trabalho.

Uma das iniciativas metodológicas mais criativas e permanentes registradas na Geografia é idéia de 'regiões-tipo', de Hartshorne (1978). Trata-se de um tipo de abordagem científica classificatória ou tipológica, que contrasta com a proposta da Geografia como identificadora de leis de comportamento espacial (teorias e hipóteses verificáveis), e que

foi por esta última tão criticada; isto não lhe diminuiu a relevância e possibilidades, como o mostram os estudos sobre um *tipo* de Região que são as montanhas (Mountain Geography, 2002). Uma *fronteira* é uma *área tipo*, também.

No ramo sistemático da disciplina denominado Geografia do Turismo observa-se uma clara evidência do valor do pensamento regional tipológico ou classificatório, quando este é bem entendido e não é reduzido a um ritual local e burocrático de fragmentação de área numa perspectiva idiográfica e atribuição a cada uma destas áreas de um nome. A tipologia das destinações turísticas para a República Dominicana, elaborada por Meyer-Arendt et all (1992), é cheia de *utilidade geral*. O valor aqui reside no fato de que a tipologia neste exemplo é construída em atenção a tipos de destinações turísticas mais gerais e universais que tipos construídos reduzíveis à estrita escala regional dominicana.

Tipos como os *balneários urbanos* - fortemente associados à demanda oriundo de uma concentração urbana -, ou a destinação *enclave turístico* – com seu hotel ou complexos de hotéis dos quais a população local é apartada, exceto segmentos da alta classe -, são suficientemente gerais para ajudar na compreensão do espaço turístico mundialmente, estejamos no Brasil, na Ásia, ou em países do

Caribe, etc. A destinação estudada no Cap. 9 é um *tipo universal: destinação doméstica e internacional integrada* (idem, idem, p.223).

Por outro lado, o emprego da metodologia regional tipológica não impede, antes pode criar até o impulso para que destinações assim definidas (*classificadas*) sejam pesquisadas mediante metodologia de tendências, como por exemplo através do modelo de R. Butler (1980) no campo da urbanização turística, assunto do Capítulo 9. Muitas possibilidades teóricas e de amplificações compreensivas da Geografia se abrem quando somos liberais ao lidar com teoria e metodologia na nossa disciplina.

Se a experiência de um geógrafo se desenrolou sempre dentro de um meio urbano-industrial que se constituiu também em seu campo de reflexões; se suas idas ao *campo* foi a um campo já *produzido* pelo setor dos serviços especialmente para as expectativas de consumidor urbano, dificilmente ele poderá avaliar o significado da noção de *gênero de vida*. Ela de fato desapareceu das cogitações dos nossos modernos geógrafos. Contudo, o conceito é da maior importância para narrar as dimensões espaciais do *encounter* cultural que se tem realizado no Brasil, por exemplo, particularmente na Amazônia, como vimos no Capítulo 10.

Um *gênero de vida* não se compõe apenas de materialidades no campo da obtenção, por exemplo, do transporte, do vestuário, ou da habitação e do alimento como expresso por J. de Castro através do *ciclo do caranguejo*. Esta não é mesmo, visto de certa perspectiva, sua parte mais importante. Conta-se que todos os adultos de um povo tradicional levantava-se antes do nascer do sol, e em preces exortavam desesperadamente o sol para que nascesse, e vinham os raios da aurora. Esta era, acreditavam, sua contribuição para o resto da humanidade, e por isto sentiam sua existência plenamente justificada.

Esta crença era a base do seu *gênero de vida*, e não sei o que sucedeu a este povo caso – muito provável - um professor de Geografia lhes tenha alcançado e ensinado a conseqüência do movimento de rotação da Terra. O gênero de vida não é certamente derivado simplesmente do *meio ambiente*, algo de *razão*, à semelhança do que o conceito do mesmo é para alguns de nós. Sauer, além de priorizar a difusão espacial dos elementos culturais, cogitou que a origem de certas práticas e artefatos de relações com o meio de grupos humanos teriam sido sugeridas por sonhos.

A noção de *Região* não é morta na Geografia. O que a dinâmica nos fatos e na imaginação geográfica produz é a alteração dos

arranjos historicamente específicos; mas o conceito de *Região* não é nenhum destes arranjos, mas sim os transcende. As homogeneidades na superfície da Terra definidas pelos diversos critérios que se possam escolher alteram-se ainda que em escalas temporais diferentes, tal como as relações funcionais estão sempre se modificando em seus efeitos espaciais.

Duas áreas da superfície da Terra nunca são iguais; mas isto não nos conduz a recusar certa redução de elementos ao empreender uma regionalização tipológica, pois sabemos que o construto reduzido que criamos apenas figura a realidade. De fato, trata-se de um *fenômeno* reduzido racionalmente a determinadas variáveis que, nas nossas circunstâncias, julgamos relevantes.

O *Espaço Geográfico*, na sua acepção mais compreensiva, dele não creio ser inteligente o geógrafo se afastar, uma vez que é, simultaneamente, nosso campo de estudos e terreno para o *ajuste final* das cogitações dos estudos setoriais. É ele uma espécie de cenário de verificação e regulagem à escala humana das aventuras sistemáticas. As *redes*, por mais potentes e específicas, e cheias de propriedades que sejam, não são indiferentes a todas as outras propriedades que integradamente formam a *superfície da Terra*. Representações

topológicas e topográficas podem se reencontrar no estudo geográfico.

O relativismo ou perspectivismo possui também os seus limites no esclarecimento dos problemas de interpretação das substâncias e das representações em Geografia. Se ele se transforma num dogma, deixa de esclarecer em ciência. Se a afirmação de que *tudo é relativo, inclusive o espaço*, transforma-se em dogma, se está querendo dizer, a seguir, *exceto esta afirmação*. O perspectivismo em Geografia, que propagou-se particularmente a partir do final dos anos de 1960, reconheçamos, é apenas um passo no rumo do *"auto-conhecimento crítico"*, nunca um recurso para *"impedir a aventura da razão"*, para usar expressões de Buttimer sobre a necessidade do diálogo entre os paradigmas (1996, p.65).

As propostas teóricas da Geografia como ciência positiva – suspendendo teses e hipóteses, e verificando-as, testando-as ante realidades empíricas – representam contribuições de valor inestimável à disciplina. Grandes desenvolvimentos na Geografia desde os anos de 1950 devem-se à chamada 'iniciativa teórica'. O recurso à Física como modelo ou inspiração para a Geografia não é nem um defeito da disciplina, nem exclusividade da Geografia - outras ciências também lançaram mão deste recurso (Unwin, 1992, p.119-129) -,

nem na Geografia se restringiu apenas a Varenius, a Ellen Semple, àqueles associados ao movimento teórico e simbolizados por F. Schaefer. Não somente estas buscas de inspiração nas conquistas representativas da Física não cessaram, como foram, na medida do possível, além da mecânica newtoniana.

Tais esforços hoje incorporam idéias da relatividade de Einstein e isto se torna claro quando tomamos emprestado as imagens do enrugamento (*plasticidade*) do espaço e do *empenamento* do tempo para revelar padrões e tendências de interação no *Espaço Geográfico*. As imagens empregadas por M. Castells acerca das redes de informação são gravitacionais enriquecidas por noções de relatividade. São *análise espacial*, e isto acontece simultaneamente às numerosas reflexões sobre os *lugares*. Lugar e espaço, regional e sistemático, teórico e empírico, racional e inconsciente, isto parece ter sempre acompanhado a *História da Geografia*.

Os objetos da Geografia foram multiplicados e a fase enciclopédica - quando então o *Espaço Geográfico* brilhava como centro-objeto - e dos estudos regionais *sintéticos* deixou de ser dominante na prática do trabalho geográfico. É verdade que o *Espaço Geográfico* pode funcionar como *integrador* e *humanizador* após os estudos sistemáticos; mas, no cotidiano da fronteira do

trabalho científico do geógrafo o *Espaço Geográfico*, topográfico e na sua complexidade, não é o objeto da Geografia. Os objetos da Geografia são as *relações* que se estudam e que revelam para a disciplina novas faces das relações Sociedade/Natureza no campo da disciplina, que é a superfície da Terra.

No Quadro 2 enumeram-se, tomados ao acaso na bibliografia geográfica, alguns exem-

Quadro 2
Exemplos de Objetos de Pesquisa na Geografia

Objetos de Pesquisa	Referências bibliográficas
Superposição de área de varejo:caso em Geografia Forense	Brodsky, Harold in: *The Professional Geographer*, 55(2):250-258, 2003
Sensações olfativas e suas variações no tempo e no espaço	Dann, G. & Jacobsen, J. in: *Tourism Geographies*, 5(1):3-25, 2003
Migração populacional sazonal entre os ecossistemas da 'várzea' e de 'terra firme' na bacia amazônica	WinklerPrins, A.M.G.A. in: *Geographical Review*, 92(3):415-431, 2002
Migração de hispânicos para cidades dos EUA e expressões culturais urbanas dos sentimentos de ruralidade	Smith, Jeffrey S. in: *Geographical Review*, 92(3):432-451, 2002
Mudanças nos padrões geográficos dos sistemas de produção nas industrias automobilística, do aço e do vestuário na União Européia	Hudson, Ray in: *Transactions of the IBG, 27(3):262-281, 2002.*
Análise visual de Paisagens Rurais com enfoque turístico	Pires, Paulo dos S., in: *Turismo: visão e ação*, 4(8):83-98, 2001.
Migrantes sulistas e mudança rural no Centro-Oeste, Brasil	Kohlhepp,G.& Blumenschein,M. in: *Território*, 8:47-66, 2000.
Correlações do organismo urbano (Recife) com a paisagem natural onde ele assenta.	Castro, Josué de (1948)

plos de objetos de pesquisa na Geografia, a maioria atuais, e um representando justamente aquele momento em que o estudo do espaço geográfico complexo urbano – cuja forma de comunicar os resultados seria a *monografia regional exaustiva* (Castro, 1948, p.8) – passa a ser substituído pelo objeto de pesquisa *correlações do organismo urbano com a paisagem natural*, como o diz Castro. As variedades de objetos de pesquisa em Geografia revelam as diferenças de interesses temáticos, de atitudes e de formações profissionais entre os geógrafos e a dinâmica das alterações nas agendas.

Aquelas variedades refletem diferenciações e complexificações. Percorrer o caminho inverso, em pesquisa, para ter o Espaço Geográfico como *objeto*, parece ser regressivamente compactar, obscurecendo, as extraordinárias vias analíticas que foram abertas pelos desenvolvimentos teóricos e metodológicos nos vários ramos sistêmicos da disciplina. É por estas vias analíticas e estreitas – ramos sistemáticos e seus 'estado da arte', onde é possível a identificação precisa de objetos e de abordagens aos mesmo – que crescem as chances dos bons resultados na pesquisa contemporânea em Geografia.

Aí, nestes estudos, os princípios encontram-se difusos operacionalmente nas hipóteses,

teorias e pontos de vista *referentes*; e o caminho para aproximar-se desta *região* – o *core* da investigação geográfica – é a revisão bibliográfica (*diálogo teórico*), onde se pode também exercitar a interdisciplinaridade.

Teorias podem criar grandes problemas se a cultura de recepção as vê como verdades absolutas, tomando-as reverencialmente como dogmas. Neste caso, o problema é criado não pela teoria em si, mas pela distorção de absorção. Nossas inseguranças na interpretação do mundo às vezes geram desesperados apegos a conceitos e teorias. Teorias podem ser problematizadas culturalmente. Mediterrâneos podem parecem mais simpáticos à profusão de símbolos, às circunstâncias e à eloqüência, e menos à construção e verificação de teorias/hipóteses, pode-se supor. Fato é que a Geografia se realiza mediante diferentes *estilos* e possui em si a permanência dos pares como lugar e espaço, formal e processual, essencial e circunstancial, mecânico e imponderável, idiográfico e teórico, estruturas e substâncias, singular e geral, etc. Os dois trabalhos que constituem os Capítulos 9 e 10, creio, revelam isto.

Referências bibliográficas

Abers, R. & Lourenço, A . (1991), 'Gold, Geopolitics and Hyperurbanization in the Brazilian Amazon: the case of Boa Vista, Roraima', in: Fada, G. *La Urbe Latinoamericana ante el Nuevo Milenio*, Caracas, Fondo Editorial Actas Científicas Venezolanas.

Abreu, Maurício (1994), 'Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro)', *Revista Brasileira de Geografia*, 56(1/4): 21-122, Ibge, Rio de Janeiro.

Acosta, Joseph de (1590), *Historia natural y moral de las Índias*. México, Fondo de Cultura Económica (ed. 1962).

Agarwal, Sheela (1997), The resort cycle and seaside touris: an assessment of its applicability and validity, *Tourism Management*, 18 (2):65-73.

Agnew, J. , Livingstone, D. & Rogers, A . (1996), *Human Geography: an essential anthology*, Blackwell Publishers, Oxford.

Albuquerque Jr, Durval M. (1996), *A invenção do Nordeste*, Recife/São Paulo, Editoras Massangana/Cortez.

Albuquerque, K. & McElroy, J. (1992), 'Caribbean small-island tourism styles and sustainable strategies', *Environmental Management*, 16(5):619-632, cit. por Wilkinson, 1996, op.cit.

Aldrich, S. (2004), 'Land Holding, Concentration, and land Use Change in Uruará, Brazil: The Effect of land Resource Distribution on a Frontier Area', *Abstracts of The AAG centennial meeting, PA.*

Amoroso, M. Rosa & Farage, Nádia (1994), *Relatos da fronteira amazônica no século XVIII: Alexandre Rodrigues Ferreira e Henrique João Wilckens*, São Paulo, NHII/USP/FAPESP.

Andrade, G. Osório & Lins, Rachel C. (1964), 'Introdução ao estudo dos "brejos" pernambucanos', *Arquivos do Instituto de Ciências da Terra*, nº 2, out., pp.21-34, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.

Andrade, G. O . & Lins, R. C . (1970), 'Os climas do Nordeste', in: Sobrinho, J. de V. e outros, *As Regiões Naturais do Nordeste, o Meio e a Civilização*, Recife, Governo do Estado de Pernambuco.

Andrade, M. Correia de (1963), *A Terra e o Homem no Nordeste* (1999, ed. da Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, Recife).

Andrade, M. Correia de (1982), 'O pensamento geográfico e a realidade brasileira', in: Santos, M. (org.), *Novos rumos da geografia brasileira*, São Paulo, Hucitec, pp.181-201.

Anjos, Augusto dos (1998), *Eu e outras poesias*, São Paulo, Martins Fontes.

Aristóteles (384/3?-322 BC), 'On Generation and Corruption', in: *The basic works of Aristotle*, ed. by Richard McKeon, introduction by C.D.C. Reeve, Random/Modern Library, New York, pp.470-534.

Bailly, A. S.(org.); Raffestin, C.; Claval, P. e outros (1991), *Les concepts de la géographie humaine*, Paris, Masson.

Bailly, A. S. (1991), 'La géographie humaine', in: Bailly, A. S. (org.);Raffestin, C. e outros, *Les concepts*...op.cit, pp.17-22.

Barbosa, R., Ferreira, E. & castellon, E. (org.) (1997), *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*, Manaus, Inpa.

Barléus, Gaspar (1980), *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*: prefácio de José Antônio G. de Mello. Recife, Fundação de Cultura da Cidade do Recife (ed. orig. de Amsterdã: 1647).

Barros, Nilson Crocia de (1995), *Roraima: paisagens e tempo na Amazônia Setentrional*, Recife, Editora Universitária da Universidade Federal de Pernambuco.

Barros, Nilson Crocia de (1996), 'Mobilidade populacional, fronteira e dinâmica das paisagens na Amazônia: o caso de Roraima' , *Cadernos de Estudos Sociais* 12 (2): 237-284.

Barros, Nilson Crocia de (1999), 'Encounter e Imaginação Geográfica na Guyana Brasileira', *Revista Território*, nº 8, Universidade F. do Rio de Janeiro/Laget, pp.31-46.

Barros, Nilson Crocia de (2002), 'Roraima: ten years of research', *Paper presented at the Seminar Series VT & S University (unpublished)*, VA/USA, Março.

Becker, Bertha (1978), 'Uma hipótese sobre a origem do fenômeno urbano numa fronteira de recursos do Brasil', *Revista Brasileira de Geografia*, 40(1): 111- 122, jan/mar, Ibge, Rio de Janeiro.

Becker, Bertha (1984), 'A fronteira em fins do século 20: oito proposições para um debate sobre a Amazônia', *Anais do 4. Congresso brasileiro de Geógrafos*, pp.57-74, São Paulo.

Bergson, H. (1911), *Creative evolution*, New York, Dover Publ (ed. 1998).

Berry, Brian (1971), *Géographie dês marchés et du commerce de détail*, Paris, Armand Colin.

Berry, Brian (1976), 'The counterurbanization process: urban America since 1970', in: ___ . (ed.), *Urbanization and counterurbanization*, California, Sage, pp.17-30, cit. por Champion, 1989.

Berry, Brian & Kim, Hak-Min (1993), 'Chalenges to the monocentric model', *Geographical Analysis*, 25 (1): 1-4.

Bicalho, A. & Hoefle, S. (1995), 'A fronteira americana revista', *Revista Brasileira de Geografia* 57(4): 133-144, out/dez, Ibge, Rio de Janeiro.

Bnb/Prodetur (2002): *site do Prodetur*: www.banconordeste.gov.br/prodetur.

Boas, Franz (1887), 'The study of geography', in: Agnew, J. , Livingstone, D. & Rogers, A . (1996), *Human Geography: an essential anthology*, Blackwell Publishers, Oxford, pp.173-180.

Boesch, Hans (1964), *A Geography of the World Economy*, D. Van Nostrand Comp. Inc., Princeton, N. Jersey.

Bradford, , M. & Kent, W. (1987), *Geografia humana: teorias e suas aplicações*, Lisboa, Gradiva.

Brodsky, Harold (2003), 'Retail Area Overlap: A Case in Forensic Geography', *The Professional Geographer*, 55(2):250-258.

Browder, J. & Godfrey, B. (1990), 'Frontier urbanization in the Brazilian Amazon: a theoretical framework for urban transition', *Conference of Latin Americanist Geographers*, yearbook, vol.16, pp.56-66.

Brown, J. A., McGregor, A. J. & Braun, H-W (2000), 'Network Performance Visualization: Insight Through Animation', University of California San Diego/NLANR, 9 pgs (disponível em www.cybergeography.org/atlas).

Brunhes, Jean (1962), *Geografia humana*, Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura.

Bunbury, E. H. (1959), *A History of Ancient Geography: among the Greeks and Romans from the Earliest Ages till the Fall of the Roman Empire,* New York, Dover Publication, 2 vol. (vol.I: Anaximandro, Anaximenes, Pythagoras, Hecateus, Herodotus, Xenophon, Eratosthenes and others; vol. II: Polybius, Strabo and Ptolomy).

Bunge, William (1962), 'Theoretical Geography', *Lund Studies in Geography*, Ser. C, general and Mathematical Geography 1: viii, cit. por Martin, 1989, op.cit.

Butler, R. W. (1980), 'The concept of tourist area cycle of evolution: implications for management of resources', *Canadian Geographer*, 24 (1): 2-12.

Buttimer, Anne (1996), 'Musing on Helicon: root methaphors and geography', in: Agnew, Livingstone & Rogers, op.cit, pp.54-65, originalmente publicado em *Geographiska Annaler*, 64B. pp. 89-96, 1982.

Butzer, Karl W. (1992), 'From Columbus to Acosta: Science, Geography and the New World', *Annals of the Association of American Geographers* 82 (3): 543-565.

Capel, Horácio (1999), *O nascimento da ciência moderna e a América* (trad. do Prof. Jorge U. G. Villalobos), Maringá, Editora da Universidade Estadual de Maringá.

Carol, Hans (1956), 'Zur Diskussion um Landschaft und Geographie', *Geographica Helvetica,* XI, 111-133, cit. por Hartshorne (1978).

Carvalho, José P. F. de (1982), *Waimiri Atroari: a história que ainda não foi contada*, ed. do Autor, s/local.

Castells, Manuel (1999), *A Sociedade em rede*, Rio de Janeiro, Paz & Terra, vol.I.

Castro, Josué de (1948), *Fatores de Localização da Cidade do Recife*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.

Cavalcanti, Araújo (1945), *Recuperação e Desenvolvimento do vale do Rio Branco*, Rio de Janeiro, Ibge (publicação n. 13).

Chadwick, George (1987), *Models of urban and regional systems in developing countries*, Oxford, Pergamon Press.

Chalmers, Alan (1994), *A fabricação da ciência* (trad. Beatriz Sidou), São Paulo, Unesp

Champion, A . G. (1989), 'Counterurbanization: the conceptual and methodological challenge', in: ___ (ed.), *Counterurbanization: the changing pace and nature of population deconcentration*, London, E. Arnold.

Chauí, M. (1999), 'Vida e obra', introdução a Kant, *Crítica...* op.cit, pp.5-21.

Christaller, W. (1963), Some considerations of tourism location in Europe: the peripheral regions – underdeveloped countries – recreation areas, *Regional Science Association Papers*, 12, cit. por BUTLER, 1980, op.cit.

Christaller, Walter (1966), *Central Places in Southern Germany*, Prentice-Hall, New Jersey.

Choy, Dexter (1992), Life Cycle Model for Pacific Islands Destinations, *Journal of Travel Research*, vol.30, p.26-31.

Clark, Kenneth (1991), *Landscape into art*, London, J. Murray.

Claval, Paul (1998), *An Introduction to Regional Geography*, Oxford, Blackwell (trans. by Ian Thompson, orig. publ. 1991).

Claval, Paul (1999), 'Reflexões sobre a Geografia Cultural no Brasil', *Espaço e Cultura*, nº 8, pp.7-30, UERJ/Rio de Janeiro (trad. de M. Trigueiro).

Claval, Paul & Jiullard, E. (1967), *Région e régionalization dans la géographie française*, Paris, Dalloz, cit por Nonn, 1991, op.cit.

Clozier, René (1972), *História da Geografia*, Lisboa, Europa-América.

Cohen, I. B. & Westfall, R. S. (2002), 'Alquimia e teoria da matéria', cap. 7 in: *Newton* (coletânea org. por Cohen & Westfall), R. de Janeiro, Editora da UERJ, pp. 362-393 (trad. V.Ribeiro).

Cooper, C. P. (1994), The destination life-cycle: un update. in: Seaton, A.V., Jenkins, C.L. and others, ed. *Tourism: the State of the Art*, Chichester, West Sussex, John Wiley & Sons, pp.340-346, cit. por Wilknson, 1996.

Corção, Gustavo (2000), *A descoberta do outro*, R. de Janeiro, Agir.

Correa, R. L. (1987), 'A periodização da rede urbana na Amazônia', *Revista Brasileira de Geografia* 49(3):39-68, Ibge, Rio de Janeiro.

Crocia (de Barros), Nilson (1994), 'The Frontier Cycle: a study of the agricultural frontier settlement in the South East of Roraima', *Working Paper 4*, University of Durham, UK.

Crocia (de Barros), Nilson (2002), 'Análise Regional e Destinações Turísticas: possib. teóricas e situações empíricas em Geografia do Turismo', *Turismo: visão e ação*, Revista do Programa de Pós Graduação em Turismo & Hotelaria da Univali, 4(11):9-38, Camboriú, S. Catarina.

Crocia (de Barros), Nilson (2003), O rejuvenescimento da função turística por expansão geográfica e redistribuição territorial das funções, *Série Estudos e Pesquisas*, nº 9, Recife, Universidade Federal de Pernambuco/Departamento de Geografia, 10 pgs.

Dann, G., Jacobsen, J. (2003), 'Smellscapes', *Tourism Geographies*, 5(1):3-25.

Dauphiné, André (1991), 'Espace terrestre et espace géographique', in: Bailly, A . S.(org.), *Les concepts* ...op.cit., pp.43-53.

DeFries, R., Morton, D., e outros (2004), 'Land Cover Changes in mato Grosso, Brazil: secondary transition from pasture to mechanized agriculture', *Abstracts of The AAG Centenial Meeting, PA.*

Demangeon, Albert (1952), *Problèmes de Geographie Humaine*, Paris, Armand Colin.

Derruau, Max (1977), *Geografia humana*, Lisboa/São Paulo, Presença/Martins Fontes.

Dickson, Robert E. (1969), *The Makers of Modern Geography*, London, Routledge & Kegan Paul.

Dillard, Annie (1996), 'Teaching a stone to talk', in: *Sacred Earth: religion, nature, environment*, ed. by R. Gottlieb, London, Routledge, pp.32-36.

Douglas, Ngaire (1997), Applying the life-cycle model to Melanesia, *Annals of Tourism Research*, 24(1): 1-22.

Duncan, James (1980), 'The Superorganic in American Cultural Geography', *Annals of the Association of American Geographers*, 70 (2): 181-198. (Publicado em Português na revista *Espaço e Cultura*, nº 13, pp.7-33, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/NEPEC, 1996, trad. de B. Juaçaba e Maria Facó).

Duncan, James (1994) 'Sites of representation: place, time and the discourse of the other', in: ____ & Ley, David (org.), *Place, Culture and Representation*, London, Routledge, pp.39-56.

Duncan, J. & Duncan, N. (2001), 'The Aesthetization of the Politics of Landscape Preservation', *Annals of the Association of American Geographers*, 91 (2):387-409.

Duncan, James & Ley, David (1982), 'Structural Marxism and Cultural Geography: a critical assesment', *Annals of the Association of American Geographers*, 72 (1): 30-55.

Elkins, T. E. (1989), 'Human and Regional geography in the German-Speaking Lands in the First Forty Years of the Twentieth Century', in: *Reflection on Richard Hartshorne's: The Nature of Geography*, The Association of American Geographers, Washington DC, pp.17-34.

Etges, Virginia E. (2000), *Geografia Agrária: a contribuição de leo Waibel*, Santa Cruz do Sul, Edunisc.

Evans, N. H. (1979), The Dynamics of Tourism Development in Puerto Vallarta, in: *Tourism – passport to development?*, ed. by E. de Kadt, New York, Oxford University Press, pp.305- 320, cit. por Opperman (1993), op.cit.

Gomes, P. C. (1995), 'O conceito de região e sua discussão', in: Castro, I., Gomes, P. C. & Corrêa, R., *Geografia: conceitos e temas*, Rio de Janeiro, Bertrand, pp.49-76.

Goudie, Andrew (1993), *The Human Impact on the Natural Environment*, Oxford/Cambridge, UK/USA, Blackwell.

Guerra, A . Teixeira (1957), *Estudo Geográfico do Território do Rio Branco*, Rio de Janeiro, Ibge.

Guerra, A . Teixeira (1994), *Coletânea de Textos Geográficos*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil (org. por A . J. T. Guerra).

Guimarães, F. M. Soares (1941), 'Divisão Regional do Brasil', *Revista Brasileira de Geografia*, abril-junho, republicado em *Revista Brasileira de Geografia*, ano 50, n. especial, tomo 1, 1988, pp.9-66.

Hacking, I. (1983), *Representing and intervening*, Cambridge, Cambridge University Press, cit. por Chalmers, 1994, op.cit.

Hägerstrand, T. (1962), 'The propagation of innovation waves', in: Wagner & Mikessel, op.cit., pp. 355-368 (publ. em *Lund Studies in Geography*, Series B, Human Geography, IV, 1952).

Harris, J. C. & Harris, D.W (2004), 'Modeling Amazonian Land-Use', *Abstract of The AAG Centenial Meeting, PA*.

Hartshorne, Richard (1978), *Propósitos e natureza da Geografia*, São Paulo, Hucitec/Edusp. (a ed. em Inglês é de 1959, e trata-se de retomada do trabalho orig. publicado em 1939 e denominado *The nature of geography*: obs. de F.M. S. Guimarães, no *Prefácio*).

Harvey, David (1994), *A condição pós moderna*, São Paulo, Edições Loyola.

Heffernan, Michael J. (1994), 'The Science of Empire: the French Geographical Movement and the Forms of French Imperialism (1870-1920)', in: Godlewska, Anne & Smith, Neil, *Geography and Empire*, London, Blackwell, pp.92-114.

Hemming, J. (1990), 'Roraima: Brazil's Northernmost Frontier', *Research Paper* 20, University of London, Institute of Latin American Studies.

Heraclito de Éfeso (580/577?-460aC?), fragmentos, in: *Os Filósofos Pré-Socráticos*, Introdução, tradução e notas por Gerd A . Bornheim, São Paulo, Cultrix, 1970, pp.35-46.

Holt-Jensen, Arild (1988), *Geography: history and concepts*, London, Paul Chapman.

Hudson, Ray (2002), 'Changing industrial production systems and regional development in the New Europe', *Transactions of the IBG*, 27(3):262-281.

Humboldt, Alexander (1952), *Cosmos: a sketch of a Physical Description of the Universe*, London, Henry G. Bohn, 4 vols.

Ibge (1991, 2000), *Censo Demográfico do Brasil*, Rio de Janeiro.

Ibge (1996), *Contagem de População do Brasil*, Rio de Janeiro.

Jakle, John A . (1987), *The Visual Elements of Landscape*, Amherst, University of Massachusetts Press.

Johnston, R. J. (1986), *Geografia e Geógrafos: a geografia humana anglo-americana desde 1945*, São Paulo, Difel (trad. 0. B. Amorim).

Johnston, R.J. (1989), *Philosophy and Human Geography: an introduction to contemporary approaches*, London, E. Arnold.

Johnston, Charles S. (2001), Shoring the foundations of the destination life cycle model: part 1 (ontological and epistemological); part 2 (a case study of Khona, Hawai'i Island), *Tourism Geographies*, 3(1, 2): 2-28 and 135-164.

Jung, C. G. (1982), ' O Homem e seu Meio Ambiente' , in: *Jung: entrevistas e encontros*, ed. por W. McGuirre e R.F. Hull, São Paulo, Cultrix, pp.188-190 (entrevista concedida ao geógrafo H. Carol, em 08 de fevereiro de 1950) (trad. de Álvaro Cabral).

Jung, C. G. (1995), *Memories, Dreams and Reflections*, London, Fontana Press.

Kant, I. (1802), *Physische geographie*, ed. F.T. Rink, Koeningsberg, cit. por Schaefer, 1996, op.cit, e Unwin, 1991, op.cit.

Kant, I. (1999), 'Estética transcendental: do Espaço', in: Kant, I., *Crítica da Razão Pura* (trad. de Valério Rohden e Udo Moosburger; 'vida e obra' por M. Chauí), Ed. Nova Cultural, São Paulo, pp.73-77; ed. de 1787).

Kasperson, R. (1971), 'The post-behavioral revolution geography', *British Columbia Geographical Series*, 12, pp.5-12, cit. por Johston, 1986, op.cit.

Koch-Grünberg, T. (1966), *Del Roraima ao Orinoco* (trad.), Caracas, Banco Central de Venezuela, 3 vols.

Koelsch, W. A. (2001), 'Academic Geography: American Style: A Institutional perspective, in: *Geography: Discipline, Profession and Subject since 1870: An International Survey*, ed. by G. Dunbar, *GeoJournal Library 62*, Kluver, The Netherlands.

Kohlhepp, G. & Blumenschein, M. (2000), 'Brasileiros sulistas como atores da transformação rural no centro-oeste brasileiro: o caso de Mato Grosso', *Território*, 8:47-66.

Kropotkin, Peter (1975), 'Memoirs of a Revolutionist', in: *The Essential Kropotkin*, New York, MacMillan Press, pp.123-169 (abbriged).

Kropotkin, Peter (1996), 'What Geography ought to be', in: Agnew, J. , Livingstone, D. & Rogers, A. (1996), *Human Geography*...op. cit, pp.139-154, rep. de *The Nineteenth Century*,18, pp.940-956, 1885.

La Blache, Paul Vidal de (1896), 'Le principe de la géographie générale', *Annales de Géographie*, V, pp.129-142, cit. por Hartshorne, 1978, op.cit.

La Blache, Paul Vidal de (1954), *Princípios de geografia humana*, Lisboa, Cosmos.

Ley, David (1996), 'Geography without human agency: a humanistic critique', in: Agnew, Livingstone & Rogers, op. cit., pp.192-210.

Likorish, J. & Kershaw, A. (1958), *The Travel Trade*, London, Practical Press, cit. por Choy, 1992, op.cit.

Livingstone, David N. (1992), *The Geographical Tradition*, London, Blackwell.

Lowenthal, D. (1967), 'Introduction' à ed. de 1967 de Marsh, G. Perkins (1864), op.cit.

Machado, Lia (1992), 'A fronteira agrícola na Amazônia brasileira', *Revista Brasileira de Geografia* 54 (2): 27-55, Ibge, Rio de Janeiro.

MacMillan, Gordon (1993), *Gold, Mining and Land Use Change in Brazilian Amazonia*, PhD Thesis University of Edinburgh (publicada por Earthscan Press, em 1995, com o título *At the end of the rainbow?*).

Magnus, Hogbart (1898), Zur Siedelungskunde von Norwegen (Zeitsch. Der Gesellschaft f. Erdk. Zu Berlin, XXXIII, pp.367-392), cit. por Brunhes, 1962, op.cit.

Marsh, George Perkins (1864), *Man and Nature; or, Physical Geography as modified by human action*, Harvard U. Press, Massachusetts (ed. de 1967).

Martin, Geoffrey J. (1989), 'The Nature of Geography and the Schaefer-Hartshorne Debate', in: *Reflection on Richard Hartshorne's: the Nature of Geography*, Association of American Geographers, 1989, Washington DC, pp.69-90.

Martine, G. & Turchi, A . (1988), 'A urbanização da Amazônia', *Anais do 5. Encontro Nacional da ABEP*, vol.II, pp.161-189, Recife.

Martins, J. de Souza (1997), *Fronteiras*, São Paulo, Hucitec.

Martins, Luciana (2001), *O Rio de Janeiro dos viajantes*, Rio de Janeiro, Zahar.

Martonne, Emmanuel de (1953), *Panorama da Geografia*, vol.1, Lisboa, Cosmos.

Matos, Gregório de (1986), *Antologia*, Porto Alegre, L&PM Pocket.
Meadows, D. and all (1972), *The Limits of Growth*, New York: Universe Books.

Melo, Mário Lacerda de (1958), *Paisagens do Nordeste em Pernambuco e Paraíba*, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia/União Geográfica Internacional.

Meggers, Betty (1987), *Amazônia: a ilusão do paraíso*, São Paulo, Edusp (ed. americana de 1971).

Meyer-Arendt, K., Sambrook, R. & Kermath, B. (1992), 'Seaside resorts in the Dominican Republic: a typology', *Journal of Geography*, 91: 219-225.

Meynier, André (1969), *Histoire de la pensée geographique en France*, Paris, Press Universitaries de France.

Morril, Richard L. (1984), 'Recollections of the 'Quantitative Revolution's Early Years': The University of Washington 1955-65', in: *Recollections of a revolution: Geography as Spatial Science*, ed. by M. Billinge, D. Gregory and R. Martin, London, MacMillan Press, pp.57-72.

Mountain Geography (2002), *Geographical Review*, 92(2) (número temático).

Nabuco, Joaquim (1985), *Minha Formação*, Rio de Janeiro, Ediouro.

Negri, Barjas (1996), *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo: 1880-1990*, Campinas, Editora da Unicamp.

Noronha, Raymond (1976), *Review of the sociological literature on tourism*, Washington, The World Bank, cit. por Butler,1980, op.cit.

Noronha, Raymond (1979), Social and Cultural Dimensions of Tourism, *Staff Working Paper*,n.326, Washington DC, The World Bank.

Oppermann, Martin (1993), Tourism Space in Developing Countries, *Annals of Tourism Research*, 20: 535-556.

Pattison, William D. (1964), 'The four traditions of Geography', *Journal of Geography*, 63 (5): 211-216.

Pearce, Douglas (1991), *Desarrollo turístico:su planificación y ubicación geográficas*, México,Editorial Trilhas.

Pearce, D. (1991), *Tourist today: a geographical analysis*, New York, Long. Sc. & Tech.

Pearce, D. (1992), Towards sustainable development through environmental assessment, *CSERGE Working Paper PA* 92-11, cit. por Garrod & Fyall, 1998.

Pepper, Stephen (1942), *World Hypotheses*, University of California Press/Berkeley, cit. por Buttimer, 1996.

Peters, John (1998), *Life among the Yanomami*, Toronto, Broadview Press.

Picard, M (1996), *Bali: Cultural Tourism and Tourist Culture*, Singapore, Arquipelago Press, cit. por Franklin & Crang, 2001, op.cit.

Pires, Paulo dos Santos (2001), 'Caracterização e Análise Visual da Paisagem Rural com Enfoque Turístico', *Turismo: visão e ação*, 4(8): 83-98.

Plog, Stanley (1972), Why destination areas rise and fall in popularity, *Paper presented at The Southern California Chapter, The Travel Research Association*, (unpublished) , cit. por Butler, 1980, op.cit.

Popper, Karl (1977), *Autobiografia intelectual*, São Paulo, Cultrix/Edusp.

Radam Brasil (1975). Ministério das Minas e Energia, Rio de Janeiro.

Ratzel, Friedrich (1990), 'O povo e seu território', in: Ratzel, F., coletânea (Org. e Introdução por A. C. R. Moraes), São Paulo, Ed. Ática, pp.32-107. (trad. de Fátima Murad e Denise Bottman).

Ratzel, Friedrich (1990), coletânea (Organização e Introdução por A. C. Robert Moraes), São Paulo, Ed. Ática. (trad. de Fátima Murad e Denise Bottman).

Reboratti, Carlos E. (1990), 'Fronteras agrarias em America Latina', *Geocrítica* 87, maio, Facultad de Geografia e Historia, Universitat de Barcelona.

Reflection on Richard Hartshorne's: the Nature of Geography, Association of American Geographers, 1989, Washington DC

Rivière, Peter (1972), *The Forgottem Frontier: ranchs of northern Brazil*, New York, Holt, Rinehart & Winston.

Roberts, Neil (1993), *The Holocene: An Environmental History*, Oxford/Cambridge, UK/USA, Blackwell.

Santilli, Paulo (1994), *As Fronteiras da república: história e política entre os Macuxi no vale do rio Branco*, São Paulo, NHII/USP/FAPESP.

Santos, Milton (1979), *O espaço dividido*, Rio de Janeiro.

Santos, Milton (1997), *A natureza do espaço*, São Paulo, Hucitec.

Sauer, Carl O. (1952), *Agricultural origins and dispersals*, New York, The American Geographical Society.

Sauer, Carl O. (1998), 'A morfologia da paisagem', in: Corrêa, R. L. & Rosendhal, Z. (org.), *Paisagem, tempo e cultura*, Rio de Janeiro, Editora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pp.12-74 (orig. publicado em 1925) (trad. de Gabriele C. Braga).

Sawer, D. (1987), 'Urbanização da fronteira agricola no Brasil', in: Leda Lavinas (org.), *A Urbanização da fronteira*, Série monográfica n. 5 da UFRJ/Publipur.

Schaefer, F. K. (1996), 'Exceptionalism in Geography', in Agnew, Livingstone & Rogers, org., op. cit, pp. 571-589, orig. pub. nos *Annals of The AAG*, 43: 226-249, 1953. (em Port.: *Bol. de Geografia Teorética*, 7(13):5-37, R. Claro, 1977, trad. de J. McPherson).

Schomburgk, R. (1936), 'Report of an expedition into the interior of British Guyana' in 1835-36', *Journal of The Royal Geographical Society of London*, vol.6.

Schomburgk, R. (1841), 'Report of the 3rd expedition into the interior of British Guyana, comprising the journey to the sources of Essequibo...', *Journal of The Royal Geographical Society of London*, vol.10, pp.159-190.

Schopenhauer, Arthur (1999), 'Crítica da filosofia kantiana', in: *Arthur Schopenhauer: coletânea* (trad. W. Leo Maar e M. L. Cacciola, assessoria Rubens Torres em 'Crítica...), São Paulo, Ed. Nova Cultural, pp. 115-235.

Schopenhauer, Arthur (2001), *Sobre a Filosofia Universitária* (tradução, textos introdutórios e notas por Maria L. Mello Oliveira Cacciola e Marcio Suzuki), São Paulo, Martins Fontes (orig. publicado em 1851).

Semple, Ellen C. (1911), 'Mountain barriers and their passes', reproduced in: Coates, D. ed (1973), *Environmental geomorphology and landscape conservation*, vol.1,pp.41-64.

Silva, Carlos A. F. da (1995), 'Os avatares da teoria da difusão espacial: uma revisão teórica', *Revista Brasileira de Geografia*, 57 (1): 25-52, Rio de Janeiro, Ibge.

Silva, Orlando S. (1980), 'Os grupos tribais do Território de Roraima', *Revista de Antropologia 23*, pp.69-89, São Paulo.

Simmons, I.G. (1993), *Interpreting Nature*, London, Routledge.

Simmons, Cynthia (2004), 'Spatial process and Scalar Effects: development and security in the Brazilian Amazon', *Abstracts of The AAG Centenial Meeting, PA.*

Smith, Russel (1992), Beach Resort Evolution: Implications for Planning, *Annals of Tourism Research*, 19: 304-322.

Smith, Jeffrey S. (2002), 'Rural place attachment in hispano urban centers', *Geographical Review*, 92(3):432-451.

Souza, João Mendonça (1977), *A Manaus – Boa Vista: roteiro histórico*, Manaus, Imprensa Oficial do Estado do Amazonas.

Sorre, Max (1984), *Geografia* (colet.) (Introd. e notas de J.F. Megale), São Paulo, Ática.

Soya, Edward (1993), *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*, Rio de Janeiro, Zahar.

Speth, William W. (1999), *How it came to be: Carl Sauer, Franz Boas and the Meanings of Anthropogeography*, Ellensburgh, Ephemera Press.

Spoehr, Alexander (1956), 'Cultural Differences in the Interpretation of Natural Resources', in: *Man's Role in Changing the Face of the Earth*, ed. by W.L. Thomas Jr., with the collaboration of C. O. Sauer, M. Bates and L. Munford), U. of Chicago Press, pp.93-102 (reimp. 1970).

Stanback, T. ; Bearse, P.;Noyelle, T. & Karasek, R. (1983), 'The Changing urban landscape and the location of economic activities', in: ___. *Services: the new economy*, New Jersey, Rowman & Allanheld Publ., pp.89-107.

Stansfield, Charles (1970), The development of modern seaside resort, *Parks and Recreation*, 5 (10): 14-17 e 43-46.

Starrs, Paul F. & Anderson, Julie (1997), 'The words of cyberspace', *The Geographical Review*, 87(2), pp.146- 154.

Swinglehurst, Edmund (1997), *A arte das paisagens*, Rio de Janeiro/UK, Ediouro/Parragon Book.

Taffee, E.; Morril, R. & Gould, P. (1963), 'Transport expansion in under developed countries', *The Geographical Review*, 53:503-529.

Thrift, Nigel (1996), 'A Hyperactive World', in: Johnston, R.J; Taylor, P. J. & Watts, M. *Geographies of global change*, Oxford, Blackwell.

Townsend, J. (1985), 'Seasonality and capitalist penetration in the Amazon basin' , in: Hemming, J. *Change in the Amazon Basin: the frontier after a decade of colonization* (vol.2), Manchester University Press.

Troll, Carl (1950), 'Die geographische Landschaft und ihre Erforschung', *Studium Generale,* III, pp.163-181, cit. por Hartshorne (1978), op.cit.

Tuan, Yi-Fu (1983), *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*, São Paulo, Difel (trad. Livia de Oliveira).

Tuan, Yi-Fu (1999), *Who Am I?*, Madison, The University of Wiscosin Press.

Tuan, Yi-Fu (2002), 'Community, Society and the Individual', *The Geographical Review*, 92 (3): 307-318.

Unwin, Tim (1992), *The Place of Geography*, Essex, Longman Sc. & Tec.

Valverde, Orlando (1994), ' Prefácio' a Guerra (1994), pp.15-17.

Varenius, Bernard (1664), *Geographia generalis*, Amsterdã, Officina Elzeveriana.

Vieira, Alaene (1971), *A exploração de diamantes em Roraima de 1939 a 1970*, Santa Maria, Universidade F. de S. Maria (publicação especial nº 3).

Volbeda, S. (1986), Pioneer towns in the jungle: urbanization at na agricultural frontier in the Brazilian Amazon, *Revista Geográfica do IPGH* 104: 115-140, México.

Zimmerer, Karl (1994) Human Geography and the 'New Ecology': the prospect and promise of integration, *Annals of The Association of American Geographers*, 84 (1): 108-125.

Waddell, Paul & Shukla, Vibhooti (1993), 'Employment Dynamics, Spatial Reestructuring, and the Business Cycle', *Geographical Analysis*, 25 (1): 35-52.

Waibel, Leo (1979), 'As zonas pioneiras do brasil', in: ___ *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, Rio de janeiro, Ibge, pp.270-312.

Wagner, P. & Mikessel, M. (org.) (1962), *Readings in Cultural Geography*, University of Chicago Press.

Walker, Robert (2003), 'Mapping Process to Pattern in the Landscape Change of the Amazonian Frontier', *Annals of The Association of American Geographers*, 93 (2):376-398.

Warf, Barney (1989), 'Telecomunications and the globalization of financial services', *The Professional Geographer*, 41(3): 257-271.

Webb, N. L. (1991), 'Deconstruction and Human Geography: exploring four basic themes', *South African Geographer*, 18 (1/2): 123-133.

Wilkson, Paul F. (1996), Graphical Images of the Commonwealth Caribbean. In: Harrison & Husbands, p.16-40, op.cit.

Whittlesey, D. (1929), 'Sequent occupance', *Annals of The Association of American Geographers*, vol.19, pp.162-5.

WinklerPrins, A.M.G.A. (2002), 'Seasonal Floodplain-Upland Migration along the Lower Amazon River', *Geographical Review*, 92(3):415-431.

Woodcock, George (2002), *História das Idéias e Movimentos Anarquistas*, vol.1 (a idéia), Porto Alegre, L&PM Pocket.

Anexo

(único)

ANEXO (único)

Ensaio sobre renovações recentes na Geografia Humana

Nilson Crocia de Barros

"A sensibilidade para o bom trabalho onde quer que seja, a admiração pelo realmente admirável, o desapego ao que é banal e perecível – é a isto que nós chamamos senso crítico, o senso por valores ideais"
W. James, *Social Value of the College-bred*

Introdução

A Geografia nos dias atuais exibe uma variedade de atributos e contingências que têm desafiado os seus estudiosos. Parece haver mais inquietudes e inseguranças que entusiasmo em relação à disciplina e por mais que evitemos tomar regionalizações do tempo - períodos-, o termo pós-Modernidade parece sensato para dar contornos temporais à questão, contornos dentro dos quais a Geografia torna-se um exemplar estudo de caso. O presente ensaio explora mudanças epistemológicas que aconteceram na disciplina nos últimos cinqüenta anos e os resultados são animadores, animadores se, no campo da epistemologia somos educados para reconhecer, usando a expressão de Koelsch, que *"o mundo não é generoso com as teorias que temos sobre ele"* (2001, p.276).

Neste meio século duas importantes caudais de propostas foram desimpedidas na disciplina formando dois cursos (streams) que não cessaram e não cessam de se enriquecer metodológica e tematicamente, inclusive irrigando-se mutuamente. Uma caudal das renovações foi representada pela emergência e propagação na Geografia das atitudes teóricas denominadas de lógico-positivistas, simbolizadas pelo trabalho de Schaefer (1953). Esta onda aparece como empresa ousada de ampliar para os fenômenos culturais-espaciais os raciocínios físico-matemáticos de análise, e diga-se que a iniciativa envolvia, filosoficamente, horizontes muito amplos, particularmente uma certa leitura da Metafísica e uma vitalização do Naturalismo. A reação à inovação dentro da disciplina foi severa. Aqui e ali, em diferentes contextos acadêmicos, as opiniões sobre a iniciativa foram diversas e inesperadas formando um espectro desde a extremada rejeição total (espécie de psicocentrismo acadêmico extremo) até à adoção entusiasta (alocêntrismo acadêmico extremo)[1].

Uma segunda caudal decisiva e continente de mudanças acontece no final dos anos de 1960, esta associada a novas atitudes diante dos valores sociais, políticos e culturais até então prevalecentes, reconstruindo o Historicismo em bases mais individualistas, militantes e reativas. Fatiamento do monolitismo dos conceitos – como o de espaço geográfico - a partir de leituras

---

[1] Sobre os estudos psicográficos e seu emprego em análises sociológicas e de marketing do comportamento de consumidores e sobre a tipologia psicográfica (tipo alocêntrico, mais propensos à inovação; psicocêntrico, inibido para a inovação; e mid/mesocêntrico, tipo intermediário entre os dois primeiros), ver Plog, S., s/d.

dos novos agentes que emergiam, reações às desigualdades étnicas, raciais, de gênero e de participação na riqueza gerada foram traços das alterações que invadiram a disciplina. Estas reflexões foram pouco a pouco revelando o amplo espectro epistemológico e de crenças políticas existente na Geografia ao longo dos anos de 1970 e começos de 1980, florescendo daí uma variedade de perspectivas como as ambientalistas, as socialistas de diversos matizes, as culturais e humanistas, ao lado de renovadas análises espaciais como as realizadas acerca da contra-urbanização e dos espaços urbanos pós-industriais.

1. Teorias espaciais e espaços abstratos

Os desenvolvimentos da Geografia a partir dos meados do século 20 fizeram com que o intuído ou o subentendido na compreensão do espaço – o espaço de vida -, por um lado, e a representação topográfica convencional deste espaço, por outro, passassem a figurar como insuficientes diante dos novos desafios e possibilidades postas diante da disciplina. A análise ou ciência espacial – cujo marco original de referência como movimento de idéias é o trabalho de Fred K. Schaefer (1953)[2], com o título *Exceptionalism in Geography: a methodological examination* – dirá que o conceito de espaço geográfico e os temas e procedimentos metodológicos decorrentes dele, como as monografias regionais, tendiam a produzir uma Geografia descritiva, corográfica, dos lugares[3], e por isto pré-científica segundo os cânones do neopositivismo. A representação topográfica e empírica da superfície da Terra, uma vez que refletiria a singularidade dos lugares, serviria mais propriamente aos estudos idiográficos e concretos[4], mas não era suficiente ao estudo científico que necessitaria testar hipóteses (suspendê-las) e identificar

---

[2] Fred Schaefer nasceu em Berlin em 1904 e ganhou a vida enquanto jovem como aprendiz de metalúrgico, ao mesmo tempo que secretariava a secção sindical da juventude social-democrata alemã, esquerda. Ativo e inteligente, estudando à noite, realizou estudos de pós graduação em Ciência Política e Geografia Política. Mas, sofrendo represálias com a ascensão do nacional-socialismo, Schaefer, como milhares de europeus, acabou encontrando refúgio nos EUA em 1938, após passar sucessivamente pela França e Inglaterra. Na América fixou residência em Iowa ajudando refugiados de guerra europeus. Quando o Departamento de Geografia da U. de Iowa foi criado em 1946, tornou-se nele professor. Em 1947 apresentou à Associação dos Geógrafos Americanos o trabalho *Geographical Aspects of Planning in the USSR* . Schaefer faleceu em Junho de 1953 vitimado por ataque cardíaco enquanto seu artigo – *Exceptionalism* (1953) - sofria revisões junto à Associação dos Geógrafos Americanos (Martin, 1989, p.73 e 80). Foi o filósofo Gustav Bergmann, amigo e colaborador na U. de Iowa, que realizou as provas finais para a publicação deste artigo, após o falecimento Schaefer.

[3] W. Bunge compara o uso de dois termos elucidativos para o entendimento da proposta da Geografia teórica ou das generalizações em oposição à Geografia regional ou tradicional: *"ao longo do trabalho de Schaefer está o termo 'espaço', enquanto Hartshorne usa a palavra idiográfica 'lugar'. A disputa 'espaço' versus 'lugar' é uma direta conseqüência das suas posições acerca do 'geral' versus o 'único'. Hartshorne é pessimista acerca da nossa habilidade para produzir leis geográficas, especialmente a respeito do comportamento humano"* (Bunge, 1962, p 12, cit. por Martin, 1989, p.79).

[4] Dauphiné propõe uma distinção conceitual entre espaço geográfico empírico, correspondente à tarefa mais descritiva da Geografia e da Cartografia, e o espaço geográfico teórico, em cujos exemplos estariam arrolados os modelos da análise espacial (Dauphiné, 1991, pp.48-52).

regularidades nos assentamentos e comportamentos espaciais humanos. Tornava-se necessário reconceptualizar o espaço.

Não que o campo da Geografia estava deixando de ser a superfície da Terra; mas, o fato é que o espaço agora seria lógica e positivamente construído a partir de abstrações externas e em função de metas racionais de identificação e verificação de hipóteses de relações espaciais entre variáveis definidas para um tema específico. Este espaço construído poderia ser uma superfície isotrópica onde simulações do comportamento das variáveis isoladas poderiam ser realizadas. Com o desenvolvimento da Geografia Urbana, que se confunde com o das novas atitudes teóricas, o espaço urbano era agora um espaço relativo às interações das funções e objetos urbanos.

Assim, o espaço não é mais um a priori, "*forma de todos os fenômenos dos sentidos externos*", o "*uno*" (Kant, 1999, pp.74,75), mas um a posteriori. A palavra espaço, então, amplia seu significado em Geografia, abrindo para a disciplina extraordinárias possibilidades de explorações temáticas através de diversos espaços teóricos e relativos, possibilidades antes opacificadas pela concepção do espaço geográfico único. Como corolário, os objetos da Geografia também se multiplicam definidos pelos estudos das diversas relações entre os inumeráveis componentes do espaço geográfico.

1.1. Naturalismo e Objetivismo

A Geografia como ciência espacial – com o seu "*espaço teórico*" (Dauphiné, 1991, pp.48-52) – recebe decisiva influência dos procedimentos metodológicos do chamado positivismo lógico em uso na Economia Espacial, que com seus espaços abstratos, simulações de comportamento de variáveis e ênfase nas localizações relativas e nas distâncias, encontra mediante a legitimação da previsibilidade – oposta ao contingencialismo e acidentalismo do Historicismo - uma ampla acolhida e campo de aplicações. Isto significa minimização de certa Metafísica, a saber, idéias como a de totalidade, cosmos, caráter regional, lugar, assim como a intuição, a empatia e a apreensão estética, por não se subjugarem ao princípio da suspensão e verificação empírica das hipóteses de tendências ou leis.

Schaefer, interessado nos trabalhos dos economistas Christaller, Weber e Thünen[5], tinha em suas cogitações a cooperação de G. Bergmann, o autor de *The Methaphysics of Logical Positivism* (1978). Tal qual Schaefer, Bergmann

---

[5] O trabalho de Walter Christaller, a fonte para a Geografia como ciência espacial no campo dos estudos teóricos sobre as regularidades e tendências espaciais dos assentamentos e do povoamento urbanos é o *Central Places in Southern Germany* (1966), publicado em 1933. O trabalho só se tornou mais conhecido cerca de duas décadas depois, nos anos de 1950 resgatado pelos estudos 'espaciais', e apenas em 1966 foi publicado em Inglês. Alfred Weber é responsável por estudos pioneiros na localização da função industrial, com seu livro originalmente publicado em 1909 e traduzido para o Inglês em 1929 com o título *Theory of the location of industries*, e Johann Heinrich von Thünen (1783-1850) elaborou um modelo de ordenamento teórico do uso do solo. Como observaram Bradford & Kent, todos procuravam encontrar "*ordem na informação caótica*", regularidades, e utilizavam hipóteses e superfícies (espaços) teóricas e simplificadas para proceder às simulações em busca da descoberta de leis ou tendências espaciais (Bradford & Kent, 1987, p.67).

era refugiado da Alemanha nacional-socialista e havia participado do grupo do positivismo lógico (neopositivismo) conhecido como Círculo de Viena, nos anos de 1920/começos de 1930 (Martin, 1989, p.81; Livingstone, 1992, p.318)[6]. Para Schaefer, numa ciência ativa os conceitos estavam "*continuamente sendo refinados ou abandonados; leis e hipóteses são, como deve ser, confirmadas ou não, ou, talvez, reduzidas ao status de aproximações não mais satisfatórias. Metodologia é a lógica deste processo*" (Schaefer, 1996, p.572) de identificação do comportamento objetivo exterior; mas a Geografia continuava a confundir método com técnicas de ensino, técnicas de mapear e técnicas de realizar levantamentos históricos (Schaefer, 1996, p.572).

Os pontos centrais da proposta da Geografia como ciência espacial podem ser sumarizados da seguinte forma, resumindo-se as próprias palavras de Schaefer em resposta aos revisores do seu célebre artigo:

> *A Geografia não poderia – e nem a História também – desejar ter metodologia diferente das demais ciências; seria insustentável que ela continuasse taxonômica e descritiva, estudando enciclopedicamente tudo de cada região, metodologia que derivava da confusa cosmografia de Kant e Humboldt* (pontos sumários da carta de Schaefer, 1953, ao Editor dos *Annals of the Association of American Geography*, transcrita parcialmente por Martin, 1989, p.72).

O desenvolvimento das ciências naturais ao longo dos séculos 18 e 19, para Schaefer, apontava no sentido de que a descrição, mesmo seguida de classificação, não era mais suficiente pois "*não explicava o modo como os fenômenos se distribuem pelo globo*" (Schaefer, 1996, p.573). Seria preciso lembrar-se de Humboldt e Ritter, para os quais "*todas as relações naturais, e conseqüentemente todas as relações espaciais, eram governadas por leis*" (Naturalismo, Objetivismo) que era o que deveria interessar à Geografia, e não fatos individuais (Schaefer, 1996, p.573) ou singularidades.

Com tais pontos de vista, o programa epistemológico positivista de Schaefer colidia frontalmente contra o Subjetivismo e o reconhecimento da experiência, da cultura e do indivíduo e da singularidade presentes nos conceitos de espaço e de tempo de Kant, cuja concepção era o suporte para as metodologias da Geografia e da História - em contraste com as ciências sistemáticas – e que sem dúvida constituía uma das bases da variante

---

[6] Os freqüentadores do Círculo de Viena compartilhavam da doutrina que a ciência baseava-se em comprovações da experiência (verificação). Karl Popper, em sua *Autobiografia Intelectual*, declara o seu débito para com o círculo, apesar de dizer que dele nunca participou diretamente, mas que se beneficiou do seu halo, ou da convivência com integrantes dele (1977, p.91,97). "*O que mais me fascinava no Círculo*", escreve K. Popper, "*era a atitude científica, ou, como agora prefiro denominá-la, a atitude racional*" (Popper, 1977, p.96) que submetia as opiniões ou crenças ou hipóteses ou teorias à suspensão e aos testes de verificação. Contudo, Popper discordava de certa tendência existente de eliminar a Metafísica com a justificativa de que "*suas teses não podem ser racionalmente justificadas*", ou que a pluralidade dos sistemas filosóficos seria condenável (Popper, 1977, p.96).

historicista que era hiper-dominante na Geografia de então (Schaefer, 1996, p.576)[7].

1.2. A busca dos 'essenciais': teorias e lógica

Importante observar quanto à experiência científica produzida pela geografia espacial que, como o escreveu Morril, *"se a Geografia desejava se tornar respeitada, ela havia que se preocupar com teoria, e que a busca pela construção teórica e os conseqüentes testes requeriam métodos melhores que o que eles conheciam"* (Morril, 1984, p.59) [8]. Havia uma busca do conhecimento, isto acarretando um enorme esforço na construção de modelos normativos e dedutivos ou indutivos de base estatística (Livingstone, 1992, p.319).

Tal situação dual metodológica – leis ou tendências ou abstrações versus circunstâncias culturais e ambientais - pode ser melhor esclarecida pelas palavras de W. Christaller, que retoma o método da verificação da teoria empregado por Alfred Weber. Como uma criação teórica, um modelo possuiria uma validade completamente independente da aparência da realidade (valor teórico ou ideal), mas isto somente no campo da lógica. Afirmava Christaller que a teoria deveria ser verificada para que se soubesse em que medida realidade e teoria estariam em correspondência:

> *"Os fatos que a teoria não consegue explicar devem ser esclarecidos através dos métodos históricos e geográficos, uma vez que eles envolvem resistências condicionadas pela natureza, pela história e personalidades – fatores que causam desvios em relação à teoria. Eles não têm nenhuma relação com a teoria em*

---

[7] "*O pai do 'exceptionalism'*", afirma Shaefer, "*é Immanuel Kant. Apesar de sem dúvida um dos grandes filósofos do século 18, Kant era um 'poor geographer' quando comparado aos seus contemporâneos ou mesmo Bernard Varenius que faleceu cento e cinqüenta anos antes dele*" (1996, p.576).

[8] É inverter as polaridades definir o programa para a Geografia proposto por Schaefer como geografia quantitativa, uma vez que massivas técnicas quantitativas vieram a ser aplicadas sob a égide da atitude tipológica/regional caracteristicamente hartshorniana – à qual Schaefer se opunha -, como observa Darlene Ferreira ao estudar a história da Geografia Agrária no Brasil no período de 1930 a 1990 (2002, p.270-271). Maurício Abreu, em exaustiva revisão da Geografia Urbana no Brasil, afirma que embora "*tenha havido uma transformação sensível na Geografia Urbana (e humana) brasileira a partir de 1970, não houve aqui uma revolução positivista conforme ocorreu, por exemplo, nos EUA. E isto deveu-se principalmente ao fato de que, aqui, não se seguiu a regra máxima do neopositivismo, qual seja, a de que o avanço da ciência se realiza apenas a partir do raciocínio, de conceitos hipotéticos, de axiomas, e não a partir da observação*" (1994, p.49-50). As técnicas quantitativas necessitam ser compreendidas como corolário da atitude teórico-positivista diante da realidade para que seu uso indique atitudes teóricas. A atitude teórica pode mesmo prescindir de técnicas quantitativas. Muitos modelos gerais evidenciando regularidades espaciais, como o modelo indutivo do desenvolvimento do povoamento em contextos coloniais de Taffee, Morril & Gould, apesar de inspirados na possibilidade da simplificação do espaço para uma superfície isotrópica, não envolviam técnicas estatísticas. Realizando-se revisões bibliográficas dos desenvolvimentos dos diversos ramos sistemáticos da Geografia Humana nas últimas décadas poder-se-á avaliar a dimensão epistemológica e vasta da contribuição da atitude teórica na Geografia , inclusive na recentemente expansiva Geografia do Turismo (Crocia, 2002, 2003).

si, e, mais que tudo, não podem ser citados diretamente como provas contra a validade da teoria" (Christaller, 1966, p.5).

A idéia, a teoria, os essenciais, teriam valor em si e transcendente às circunstâncias; portanto, há, como o próprio nome Geografia teórica sugere, um primado da subjetividade teórica que colidia com o primado do materialismo descritivo e historicista da Geografia corográfica e regional.

2. A revolução perspectivista em Geografia

Mal a última revolução tinha os seus resultados rotinizados no trabalho geográfico, vinha uma nova caudal de mudanças. O que seria a partir de então, daqueles finais dos anos de 1960, o espaço na Geografia? Passaria também a ser um espaço com ilimitadas ou *n* dimensões[9], e não mais duas ou três ou quatro. Para o relativismo o que importa é a ação do sujeito (agentes), os processos e os contextos espaciais relativos. O espaço não seria nunca irreferenciado (puro, absoluto), mas sim relativo a alguma coisa. Deconstruções cartográficas apareceram. O espaço já havia sido relativizado pela Geografia teórica quando foi simplificado ou reduzido às exigências das verificações de hipóteses (isotrópico, dimensões fixadas). O relativismo dava progressão a isto.

O relativismo - também denominado de perspectivismo - é uma doutrina do conceito de verdade em ciência segundo a qual não é um objeto – o externo –, mas sim outra coisa que não é este objeto que passa a funcionar como norma da verdade. A coisa externa ao objeto e em relação com ele, isto é, o sujeito com sua dinâmica psyche apoiada em antíteses (Jung, 1995, p.383), com suas condições culturais, sociais, políticas, étnicas, econômicas, etc, é que dá sentido ao objeto. Inexistiria norma de verdade derivada de um objeto e válida universalmente para todos.

A basear-se em Jung "*a psyche não pode saltar para fora de si. Ela não pode produzir verdades absolutas, por que sua própria polaridade determina a relatividade das suas afirmações*" (1995, p.384). Instalou-se um processo variado de auto-reflexão cultural e filosófica na Geografia, e os resultados foram surpreendentes e multidisciplinares, deixando a disciplina de focalizar "*exclusivamente*" (Buttimer,1996,p.55) nos métodos e técnicas, e nas expressões exteriores (Speth, 1999, p.23) como vinha acontecendo.

2.1. Os espaços relativos da percepção

Muitos estudos se desenvolveram colocando ênfase no papel do sujeito na apreensão do espaço. Em vez de o espaço e seus múltiplos objetos serem considerados os estruturadores das suas próprias representações, os sujeitos que representam - e suas circunstâncias e vontades - passam a exercer o papel

---

[9] No espaço geográfico considera-se três dimensões: as duas que dão as localizações dos elementos no plano-superfície (latitude e longitude), e a altitude. Aí com estas dimensões temos o espaço tridimensional. A isto se adiciona uma quarta dimensão, o tempo.

central, numa reação anti-positivista que recupera traços da filosofia kantiana[10] e do Individualismo de Schopenhauer (1999, 2001) e Nietzsche, como reação anti-hegeliana e anti-totalizante. Há um resgate da singularidade da experiência geográfica e humana[11].

A concepção relativista do espaço abriu muitas sendas ou vias de pesquisa na Geografia, ao mesmo tempo que deconstruia através do perspectivismo – social, cultural, político, etc – temas e abordagens habitualizadas, rotinizadas na disciplina. Desta maneira, o subjetivismo trouxe para a Geografia uma onda de renovação, inquietação, desorientação e reação similar à trazida pelo esforço teórico.

A inquirição epistemológica moveu-se numa direção inesperada. Tanto sob a dominância dos estudos das singularidades regionais (estudos idiográficos) e das regionalizações classificatórias (tipológicas), quanto na busca das regularidades espaciais ou leis – estudos nomotéticos - , a disciplina estava muito orientada para o exterior e para a discussão de princípios ou teórica, técnica ou metodológica, para acessar este exterior. Havia um reducionismo no pensamento: a tecnificação do pensamento geográfico (Buttimer, 1996, p.77). Uma terra incógnita (inconsciente epistemológico?) na mente humana, além do nível histórico-contingente dos paradigmas – idiográfico, tipológico/classificatório, teórico, estrutural – fora identificada com apoio nos estudos clássicos, culturais e das humanidades, ou artes liberais.

Anne Buttimer (1996), com base em Stephen Pepper (1970) sobre as relativamente adequadas visões de mundo ocidentais, propõe que as visões de realidade que os geógrafos têm apresentado, não obstante sob paradigmas diferentes (circunstâncias, contingências) poderiam ser entendidas mediante pelo menos quatro metáforas: formismo, mecanismo, organicismo e contextualismo[12]. Aparentemente diversos, marxismo e ciência espacial compartilham da mesma metáfora do mecanismo (Buttimer, 1996)[13], por exemplo. O reconhecimento das metáforas – comunalidades transcendentes aos campos circunstanciais dos paradigmas - oportunizariam vias para um diálogo entre paradigmas, descortinando-se a via socrática que persiste "*na jornada rumo ao auto-conhecimento crítico e emancipação de tudo que impede a aventura da razão (logos)*" (Buttimer, 1996, p.55) e evitando-se que cada

---

[10] Neste sentido, e sem evitar a simplificação, observe-se como Popper distingue entre o subjetivismo kantiano e o Realismo (Objetivismo): os idealistas admitem que "*nossas teorias são ativamente produzidas por nossas mentes*" (Popper, 1977, p.90); de modo contrastante, o Realismo/Objetivismo tende a ver a teoria como resultado "*da impressão que a realidade exerceria sobre nós*" (idem, p.90).

[11] "*Quando um indivíduo morre, um conjunto de sentimentos e pensamentos, toda uma maneira de apreciar a natureza e a cultura, toda uma multitude de formas de reverenciar Deus é removida do universo*" (Tuan, 2002, p.317).

[12] Stephen Pepper, filósofo, ao tempo do seu falecimento era Professor na Universidade da Califórnia, Berkeley. Com formação em Física, Psicologia e Humanidades explorou na Filosofia o campo das relações entre a Metafísica e a Epistemologia, assunto do seu *World Hypotheses* originalmente publicado em 1942. Duas outras metáforas de base na cognição seriam o animismo e o misticismo (Pepper, 1970).

[13] A linguagem geográfica, de fato, revela estas metáforas (Buttimer, 1996, p.57) através de termos como artérias ou redes de circulação, morfologia, pólos, aglomerados, etc.

paradigma continuasse narcisicamente encantado e paralizado em si mesmo (Buttimer, 1996, p.55).

2.2. Deconstrucionismo e dinâmica epistemológica na Geografia

Muitas iniciativas, e em bases diversas, cooperaram na deconstrução ou auto-conhecimento crítico da disciplina. E o que significou deconstruir em Geografia? Para N. Webb, o deconstrucionismo – uma ferramenta intelectual do perspectivismo - na Geografia desenvolve-se a partir dos anos de 1970 e se constitui numa força crescente no sentido de rever ou mesmo ameaçar a construção da disciplina ao longo dos últimos dois séculos. Perseguia-se, segundo Webb, *"através do questionamento do significado das palavras e da lógica dos raciocínios"* transformar os formatos cognitivos empregados pelos geógrafos para dar conta da realidade, sua concepção básica de realidade. Uma verdadeira, diga-se, guerrilha epistemológica de superação dos dominantes estruturalismo e positivismo. *"O que deconstrucionismo oferece é incerteza, significados fraturados e insegurança"*, opina Webb (1991, p.123).

Imergiam-se os temas, os procedimentos, os pressupostos e as palavras rotinizadas na disciplina nas relações políticas e sociais para decifrar-lhes, ou atribuir-lhes, novos sentidos na perspectiva de pontos de vista apoiados em outros sujeitos. É assim que se deconstrói, por exemplo, a tão internalizada estetização naturalista e histórico-preservacionista da paisagem, atitude não científica ou universal, ainda que assim se procure legitimar, mas peculiar a determinados estratos sociais e culturais que compartilham certos simbolismos. No caso de áreas rurais ou urbanas, tais visões de realidade – que deveriam ser deconstruídas - podem conduzir a práticas de planejamento e apropriação do espaço – reservas ambientais, regulamentações urbanas - legitimadoras de exclusão social (Duncan & Duncan, 2001).

O tradicional conceito de lugar da Geografia clássica, conceito-gêmeo do de espaço geográfico, referente a uma localização absoluta principalmente na sua substância, foi expandido para não somente ser algo não necessariamente "*atrelado a uma localização*" mas também para que se explorasse a multitude das relações e significados que ele comporta a partir do indivíduo e sua subjetividade (Tuan, 1983, pub. orig. em 1977; Tuan, 1999, p.105-6). O conceito de cultura, central na Geografia humana e cultural americana, recebeu análise circunstanciada e deconstrutora (Duncan, 1980) da sua natureza de super-conceito, assim como aconteceu à empresa do marxismo estrutural na disciplina, com a super-organicidade dos seus conceitos e meganarrativas (Duncan & Ley, 1982; Ley, 1996).

Estava em curso naqueles anos finais do século 20, sem dúvida, uma profunda mudança de atitudes e crenças dentro de secções da Geografia, não sem consideráveis doses de mal estar no grupamento profissional vez que efeitos eram por vezes mais destrutivos que dialógicos e criativos. Novas idolatrias traziam esquecimentos, novos textos reverenciados soterravam apressadamente referências anteriores. Na verdade, o que se estava a requerer era uma marcada flexibilização de natureza epistemológica, sensibilidade

histórica e cultural, compreensão acadêmica e uma notável coragem para enfrentar as perdas das ilusões e legitimações, adquirindo novas, e descortinando caminhos, o que parece que acabou prevalecendo.

2.3. Tecnologia, espaços e plasticidade

Uma via de análise da relatividade do espaço brandiu o conceito de plasticidade do espaço ou espaço plástico, em oposição à rigidez do espaço absoluto ou geográfico. A relatividade daquele tipo de espaço resultaria do seguinte: as distâncias-tempo ou as distâncias-custo que estruturam os assentamentos humanos resultam em parte da demanda sócio-econômica, das alterações nas tecnologias e nos estilos de vida e consumo, e uma vez que estas variáveis são dinâmicas, estes tipos de espaço de relações que se criam e se desenvolvem *"são naturalmente dinâmicos e relativos"* (Holt-Jensen, 1988, p.74, baseando-se em Forer, 1978, p.235; Harvey, 1994, p.257)[14] também e nunca reduzíveis ou expressáveis mediante a representação convencional cartográfica do espaço absoluto.

A noção de distância é relativa à disponibilidade de tecnologia, aos arranjos institucionais[15] e ao envolvimento entre os pontos; o alcance de um bem ou serviço - ou mais geralmente falando, o alcance de uma localidade central – seria relativo à tecnologia e à demanda, esta entendida não somente no sentido de possibilidade monetária, mas do perfil cultural, social, posição geográfica diante das redes de relações, e assim por diante. A distância no espaço geográfico perderia relevância ou mesmo qualquer valor explanatório, substituída pelo potencial analítico da posição dos objetos, das pessoas e dos eventos na topologia das diversas redes de circulação, seja de circulação de serviços, idéias, pessoas, bens, finanças, tecnologias, mercados, etc[16].

Conseqüência é que a acurada representação das conectividades (network) tem se constituído num problema de grande urgência e de enorme consumo de esforços e recursos que suportam projetos para mensurar estas conectividades, particularmente no campo da Internet (Brown, McGregor & Braun, 2000). As formas de representação são diversas, ora mais estéticas, ora mais apoiadas no próprio espaço geográfico, ora puramente topológicas, como se pode ver no *Atlas do Espaço Cibernético*[17]. Um exemplo de representação topológica do espaço dos fluxos que conectam universidades e laboratórios nos

---

[14] David Harvey considera as décadas de 1970 e 1980 de marcada "*compressão do tempo-espaço que tem tido um impacto desorientado e disruptivo sobre as práticas político-econômicas, sobre o equilíbrio do poder de classe, bem como sobre a vida social e cultural*" (1994, p.256).

[15] As políticas desregulatórias nas telecomunicações nos anos finais de 1980, privatizando ou quebrando monopólios do setor e facilitando a internacionalização das suas firmas, foram decisivas no encurtamento das distâncias mediante ampliação das redes e barateamento das transmissões (Warf, 1989, p.258-9).

[16] Castells postula que "*a presença na rede ou a ausência dela e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e transformação de nossa sociedade*" (1999, p.565).

[17] http://www.cybergeography.org.

Estados Unidos foi elaborado por J. Brown, com animação, para mostrar o tráfego das informações (Figura 1).

Figura 10[18]: Mapa Topológico de Parte do Espaço Cibernético (network conectando universidades e laboratórios nos EUA) criado por Jeff Brown, do *National Laboratory for Applied Network Research (NLANT)*, U. of California S.Diego (fig. reprd. de www.cybergeography.org/atlas/topology.html). *Site* mantido por Martin Dodge. *Cyber-Geography Research Center for Advanced Spatial Analysis*, University College London; versão em Port. por R. Nobrega).

2.4.O espaço cibernético como espaço relativo

A rede mundial dos computadores é um espaço relativo (Figura 2), e diante dela o lugar por si mesmo, o lugar absoluto e definido pelas coordenadas, sofre uma profunda corrosão em seu poder explicativo. Não que as redes sejam novidades sob o sol [19], mas sim que crescentemente, em função, entre outras, das infra-estruturas da tecnologia de informação (IT= Information Technology), as posições dos lugares se absorvem, como o diz M. Castells, com respeito às redes (financeiras, de serviços, educacionais, de tecnologias, etc): as posições dos lugares "*são definidas pelos intercâmbios dos fluxos da rede. Conseqüentemente, a rede de comunicação é a configuração espacial fundamental: os lugares não desaparecem, mas sua lógica e seu significado são absorvidos na rede*" (Castells, 1999, p.502)[20].

O espaço cibernético é apenas uma das redes que se encontram entrançadas entre si; mas ele é, crescentemente, a via vital ou infovia e se tem constituído num privilegiado foco de reflexão para aqueles que procuram problematizar as distâncias e as relações espaciais na superfície do planeta nas duas últimas décadas, especialmente nos anos 90. Não estamos mais diante das mesmas redes do mercantilismo e da sociedade industrial. Crescentemente as relações financeiras, industriais, agrícolas, comerciais, a produção cultural, a educação, a política, as relações pessoais e privadas, a ciência e tecnologia e muitos outros aspectos da vida passaram a acontecer por meio de um espaço de fluxos e estoques planetários, e de forma tão dominante que se fala num meio ambiente digital, que é uma rede (network)[21], com seus sites (sítios).

Diante de tudo isto, difícil é não reconhecer, como o indica Thrift, que "*o coração*" das grandes mudanças planetárias – culturais e ambientais - está nas revolucionárias condições espaciais (Thrift, 1996, p.19), campo de estudo da Geografia, opinião compartilhada no comentário de Edward Soya (1993, p.20)

---

[18] **<u>Ver Lista de Figuras</u> para todo o trabalho.**

[19] O caminho de Vasco da Gama para as Índias e os caminhos dos tropeiros pelo interior do Brasil formaram redes. Os trabalhos de Taffee et all (1963) e de Christaller (1966), de fato, são sobre padrões espaciais-topológicos de redes e conectividades. Ver Santos, 1997, p.210.

[20] Para Castells (1999, p.501) e Santos (1997) o espaço contemporâneo é espaço de fluxos. Este espaço abstrato envolveria pelo menos três elementos ou camadas: o circuito de impulsos eletrônicos, os nós (centros de funções estratégicas) e a organização espacial das elites gerenciais dominantes/cosmopolitas que organizam os fluxos a partir dos centros estratégicos importantes (Castells, 1999, pp.502-505).

[21] Representações disto podem ser vistas no mencionado *Atlas do espaço cibernético*.

acerca da teoria social contemporânea[22]. O espaço cibernético tornou-se uma dimensão cada vez mais central para o entendimento do espaço geográfico, precisamente pelas novas condições criadas por ele para as formas e dinâmicas dos assentamentos humanos na superfície do planeta, sejam urbanos ou rurais, mesmo onde esta dualidade ainda faz sentido.

A dominância indutora e transformadora das redes, contudo, não significa que o espaço geográfico deixa de ter relevância na análise geográfica. A VR (Virtual Reality), termo criado por Jaron Lanier, pode ser vista como um meio ambiente ou espaço geográfico simulado. Trata-se de uma recriação da realidade com alto grau de aproximação e uso prático no âmbito da pesquisa e ensino em Geografia, ou em desenhos de paisagem, na arquitetura, nos treinamentos e educação para o tráfego, para atividades militares (Starrs & Anderson, 1997, p.153), etc. Poder-se-ia afirmar que os modelos de realidade virtual (VR) tentam recriar ou reproduzir a concreticidade e integralidade do espaço geográfico?

Figura 11[23]: Padrão geográfico de fluxos e intensidade da Internet no espaço geográfico convencional (topográfico); este padrão encontra-se em relação com outras propriedades distributivas deste espaço, tais como renda per capita, regimes políticos, investimentos em C. T. & Educação, expect. de vida, fecundidade, etc (reprod. de: ww.cybergeography.org/atlas). *Site* mantido por Martin Dodge. *Cyber-Geography Research Center for Advanced Spatial Analysis*, University College London; versão em Port. por R.Nobrega.

A identificação, a análise, a expressão e o reconhecimento da importância analítica do relativismo dos espaços especiais para o entendimento das mudanças na superfície do planeta reencontram-se com as imagens integradoras do espaço geográfico. Em meados dos anos de 1990, Paul Claval insistia no valor do conceito de espaço geográfico como re-unificador da visão geográfica, ao afirmar que as *"sociedades não se organizam em um espaço abstrato, separado das contingências materiais... Elas* (as sociedades) *se criam pelas pessoas que vivem numa determinada época e lugar..."* (1998, p.95) e Milton Santos, na mesma direção metodológica oferecia a apreciação integradora de que a configuração espacial é um *"conjunto formado pelos sistemas naturais existentes...e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais"* (1997, p.51).

Conclusões

A observação atenta da História recente da Geografia acaba oferecendo um resultado animador. É que as concepções que se sucedem ou coexistem,

---

[22] *"Por mais de uma década"*, i. é, após as primeiras críticas pós modernas nos finais dos anos de 1960, *"o projeto espacializante continuou estranhamente emudecido pela reafirmação tranquila da primazia da história sobre a geografia, que abarcava tanto o marxismo ocidental quanto a ciência social liberal numa visão praticamente santificada do passado eternamente cumulativo"* (Soya, 1993, p.20).

[23] **Ver Lista de Figuras para todo o trabalho.**

aparentemente antagônicas, não raro acabam se reencontrando no futuro, evidentemente re-atualizadas e filtradas sobrevivendo em seus aspectos mais sustentáveis e essenciais pelo próprio processo das críticas e testes propiciados pelas investigações geográficas baseadas em novas perspectivas.

A iniciativa simbolizada por Schaefer trouxe para a Geografia o hábito de se sistematizar idéias gerais sobre padrões e tendências espaciais dos fenômenos, examinar teorias disponíveis e discutir realidades empíricas à luz delas, verificar-lhes os limites e levantar hipóteses, amplificando as oportunidades de entendimento dos problemas espaciais. Trouxe ainda uma permanente preocupação preditiva acerca dos fenômenos, ajudando a formar uma base informacional útil para desenhar ações antecipatórias de agentes de planejamento e intervenção, tão necessária nos dias atuais. Além disto, desenvolveu um conjunto variado de procedimentos e habilidades técnicas no manuseio de massas de dados, dando à Geografia condições de beneficiar-se efetivamente do desenvolvimento dos sistemas modernos de informações.

As discussões – inclusive o deconstrutivismo - a partir do final dos anos de 1960 ajudaram a aparar excessos abstratos e convenceram muitos geógrafos de que era necessário voltar a conferir maior valor explanatório às contingências sociais, individuais, históricas, políticas, tecnológicas, culturais e ambientais, que na realidade formam um complexo de variáveis intervenientes no espaço geográfico de difícil formalização, nem por isto menos importantes. Desta maneira, pontos de vista do Historicismo são retomados, o Individualismo colide com o Estruturalismo e com outras grandes explanações ou super-conceitos como Cultura ou Capital, o papel dos estudos das Humanidades se amplia na Geografia, conceitos como o de lugar são revitalizados, mas sem que se deixe de reconhecer que iniciativas, como por exemplo a teórica e sistemática dos meados do século 20, deixara notável legado de contribuição em recursos teóricos, metodológicos e de imaginação na Geografia, tanto quanto as anteriores.

Particularmente interessante é a recorrente necessidade atual do re-encontro entre os espaços relativos e geográfico. A identificação das redes de relações e seus respectivos e caprichosos padrões espaciais, redes de natureza material ou imaginária, coletiva ou individual - os espaços relativos - pode ser seqüenciada pela relativização delas no espaço absoluto ou geográfico ou integrado. A concepção do espaço geográfico, inata, intuída, imperfeitamente traduzida em comunicação, adquire alta relevância epistemológica como integradora das perspectivas analíticas de interpretação da experiência humana na crosta da Terra. Se tomarmos como inspiração o recurso psicográfico mencionado na *Introdução* deste ensaio, talvez possamos afirmar que crescentemente a Geografia se revela como um bom campo para mid/mesocêntricos, como se ela mesma – não somente as paisagens que estuda – fosse como um palimpsesto.

Referências bibliográficas

Abreu, Maurício (1994), 'Estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação (contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro)', *Revista Brasileira de Geografia*, 56(1/4): 21-122, Ibge, Rio de Janeiro.

Agnew, J. , Livingstone, D. & Rogers, A . (1996), *Human Geography: an essential anthology*, Blackwell Publishers, Oxford.

Atlas of Cuberspace: www.cybergeography.org.

Bailly, A. S.(org.); Raffestin, C.; Claval, P. e outros (1991), *Les concepts de la géographie humaine*, Paris, Masson.

Bergmann, Gustav (1978), *The Metaphysics of Logical Positivism*, Greenwood.

Bradford, , M. & Kent, W. (1987), *Geografia humana: teorias e suas aplicações*, Lisboa, Gradiva.

Brown, J. A., McGregor, A. J. & Braun, H-W (2000), 'Network Performance Visualization: Insight Through Animation', University of California San Diego/NLANR, 9 pgs (disponível em www.cybergeography.org/atlas).

Bunge, William (1962), 'Theoretical Geography', *Lund Studies in Geography*, Ser. C, general and Mathematical Geography 1: viii, cit. por Martin, 1989, op.cit.

Buttimer, Anne (1996), 'Musing on Helicon: root methaphors and geography', in: Agnew, Livingstone & Rogers, op.cit, pp.54-65, originalmente publicado em *Geographiska Annaler*, 64B. pp. 89-96, 1982.

Castells, Manuel (1999), *A Sociedade em rede*, Rio de Janeiro, Paz & Terra, vol.I.

Christaller, Walter (1966), *Central Places in Southern Germany*, Prentice-Hall, New Jersey.

Claval, Paul (1998), *An Introduction to Regional Geography*, Oxford, Blackwell (trans. by Ian Thompson, orig. publ. 1991).

Crocia (de Barros), Nilson (2002), 'Análise Regional e Destinações Turísticas: possib. teóricas e situações empíricas em Geografia do Turismo', *Turismo: visão e ação*, Revista do Programa de Pós Graduação em Turismo & Hotelaria da Univali, 4(11):9-38, Camboriú, S. Catarina.

Crocia (de Barros), Nilson (2003), 'A Geographical analysis of one destination experience: tourism expansion in coastal North East Brazil, *Paper presented at the Annual Conference of The Royal Geographical Society/Institute of British Geographers*, London, September.

Dauphiné, André (1991), 'Espace terrestre et espace géographique', in: Bailly, A . S.(org.), *Les concepts* ...op.cit., pp.43-53.

Duncan, James (1980), 'The Superorganic in American Cultural Geography', *Annals of the Association of American Geographers*, 70 (2): 181-198. (Publicado em Português na revista *Espaço e Cultura*, n^0 13, pp.7-33, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/NEPEC, 1996, trad. de B. Juaçaba e Maria Facó).

Duncan, J. & Duncan, N. (2001), 'The Aesthetization of the Politics of Landscape Preservation', *Annals of the Association of American Geographers*, 91 (2):387-409.

Duncan, James & Ley, David (1982), 'Structural Marxism and Cultural Geography: a critical assesment', *Annals of the Association of American Geographers*, 72 (1): 30-55.

Ferreira, Darlene A. de O. (2002), *Mundo rural e geografia: geografia agrária no Brasil (1930/1990)*, São Paulo, Editora da Unesp.

Forer, P. (1978), 'A place for plastic space', *Progress in Human Geography*, vol.2, pp.230-67, cit. por Holt-Jensen (1988), op.cit.

Harvey, David (1994), *A condição pós moderna*, São Paulo, Edições Loyola.

Holt-Jensen, Arild (1988), *Geography: history and concepts*, London, Paul Chapman.

Jung, C. G. (1995), *Memories, Dreams and Reflections*, London, Fontana Press.

Kant, I. (1802), *Physische geographie*, ed. F.T. Rink, Koeningsberg, cit. por Schaefer, 1996, op.cit, e Unwin, 1991, op.cit.

Kant, I. (1999), 'Estética transcendental: do Espaço', in: Kant, I., *Crítica da Razão Pura* (trad. de Valério Rohden e Udo Moosburger; 'vida e obra' por M. Chauí), Ed. Nova Cultural, São Paulo, pp.73-77; ed. de 1787).

Koelsch, W. A. (2001), 'Academic Geography: American Style: A Institutional perspective, in: *Geography: Discipline, Profession and Subject since 1870: An International Survey*, ed. by G. Dunbar, *GeoJournal Library 62*, Kluver, The Netherlands.

Ley, David (1996), 'Geography without human agency: a humanistic critique', in: Agnew, Livingstone & Rogers, op. cit., pp.192-210.

Livingstone, David N. (1992), *The Geographical Tradition*, London, Blackwell.

Martin, Geoffrey J. (1989), 'The Nature of Geography and the Schaefer-Hartshorne Debate', in: *Reflection on Richard Hartshorne's: the Nature of Geography*, Association of American Geographers, 1989, Washington DC, pp.69-90.

Morril, Richard L. (1984), 'Recollections of the 'Quantitative Revolution's Early Years': The University of Washington 1955-65', in: *Recollections of a revolution: Geography as Spatial Science*, ed. by M. Billinge, D. Gregory and R. Martin, London, MacMillan Press, pp.57-72.

Pepper, Stephen (1970), *World Hypotheses*, University of California Press/Berkeley, cit. por Buttimer, 1996 (orig. pub. 1942).

Plog, Stanley (s/d), 'Understanding Psychographics in Tourism Research', in: *Travel, Tourism & Hospitality: a Handbook for Managers and Researchers*, ed. by J. Ritchie e G. Goeldner, J. Wiley & Sons, N. York, pp.203-213.

Popper, Karl (1977), *Autobiografia intelectual*, São Paulo, Cultrix/Edusp.

Santos, Milton (1997), *A natureza do espaço*, São Paulo, Hucitec.

Schaefer, F. K. (1996), 'Exceptionalism in Geography', in Agnew, Livingstone & Rogers, org., op. cit, pp. 571-589, orig. pub. nos *Annals of The AAG*, 43: 226-249, 1953. (em Port.: *Bol. de Geografia Teorética*, 7(13):5-37, R. Claro, 1977, trad. de J. McPherson).

Schopenhauer, Arthur (1999), 'Crítica da filosofia kantiana', in: *Arthur Schopenhauer: coletânea* (trad. W. Leo Maar e M. L. Cacciola, assessoria Rubens Torres), São Paulo, Ed. Nova Cultural, pp. 115-235.

Schopenhauer, Arthur (2001), *Sobre a Filosofia Universitária* (tradução, textos introdutórios e notas por Maria L. Mello Oliveira Cacciola e Marcio Suzuki), São Paulo, Martins Fontes (orig. publicado em 1851).

Soya, Edward (1993), *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica,* Rio de Janeiro, Zahar.

Speth, William W. (1999), *How it came to be: Carl Sauer, Franz Boas and the Meanings of Anthropogeography,* Ellensburgh, Ephemera Press.

Starrs, Paul F. & Anderson, Julie (1997), 'The words of cyberspace', *The Geographical Review,* 87(2), pp.146- 154.

Taffee, E.; Morrill, R. & Gould, P. (1963), 'Transport expansion in under developed countries', *The Geographical Review*, 53:503-529.

Thrift, Nigel (1996), 'A Hyperactive World', in: Johston, R.J; Taylor, P. J. & Watts, M. *Geographies of global change*, Oxford, Blackwell.

Tuan, Yi-Fu (1983), *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*, São Paulo, Difel (trad. Lívia de Oliveira).

Tuan, Yi-Fu (1999), *Who Am I?*, Madison, The University of Wiscosin Press.

Tuan, Yi-Fu (2002), 'Community, Society and the Individual', *The Geographical Review*, 92 (3): 307-318.

Unwin, Tim (1992), *The Place of Geography*, Essex, Longman Sc. & Tec.

Warf, Barney (1989), 'Telecomunications and the globalization of financial services', *The Professional Geographer*, 41(3): 257-271.

Webb, N. L. (1991), 'Deconstruction and Human Geography: exploring four basic themes', *South African Geographer*, 18 (1/2): 123-133.

RESUMO: O trabalho apresenta inovações que ocorreram na epistemologia da Geografia Humana nos últimos cinqüenta anos. Para isto, analisa como o conceito de espaço na disciplina foi sendo enriquecido a partir de diversas iniciativas ou proposições teóricas que ao seu tempo criaram conflitos e adoções. As inovações são vistas não como cronológica e sucessivamente excludentes, mas sim como propostas que são recuperadas, transformadas em seus significados, aplicações e objetivos, submetidas à crítica e re-atualizadas enquanto o tempo que trás novas circunstâncias acadêmicas, culturais, sociais, tecnológicas, etc decorre, e que por fim formam o quadro conceitual e teórico complexo da Geografia. Especificamente, analisam-se as relações entre o espaço geográfico e os espaços relativos, ambos, conjuntamente e cada qual com sua funcionalidade, de importância crucial para o Pensamento Geográfico.

ABSTRACT: The paper presents innovations that occurred in the epistemology of Human and Cultural Geography in the last fifty years. In order to do this, changes in the concept of space, changes due to several theoretical proposals that caused both rejection and adoption, were analyzed. Innovations are seen here not as excluding the previous ones, but as proposals that are recycled and transformed, acquiring new meanings, applications and purposes, since they are subjected to critical appraisal as time - with its academic, cultural, social, technological, etc changes- goes on. Specifically, the relationship between the geographical space and the relative spaces are discussed, and it is made evident that both concepts are of central importance to the Geographical Thought.

A digitalização deste documento foi possível graças ao investimento do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana (PPGH-FFLCH-USP) e realizada com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001. Essa ação integra as atividades de comemoração dos 50 anos do PPGH no ano de 2021. Para mais informações sobre o PPGH e sua história, visite a página do programa: http://ppgh.fflch.usp.br/.

PPGH-USP

1971-2021